



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

BIANCA NOGUEIRA DA SILVA SOUZA

ALFABETIZAÇÃO E LEGITIMIDADE: A TRAJETÓRIA DO MOBRAL
ENTRE OS ANOS 1970-1980

RECIFE
2016

Bianca Nogueira da Silva Souza

**ALFABETIZAÇÃO E LEGITIMIDADE: A TRAJETÓRIA DO MOBRL ENTRE
OS ANOS 1970-1980**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, na linha de Pesquisa Cultura e Memória, como requisito final para a obtenção do título de Doutora em História, sob a orientação do Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira e coorientação do Prof. Dr. Flávio Henrique Albert Brayner.

**Recife
2016**

Catálogo na fonte
Bibliotecário Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB-4 1689

S729a Souza, Bianca Nogueira da Silva.
Alfabetização e legitimidade : a trajetória do Mobral entre os anos 1970-1980 / Bianca Nogueira da Silva Souza. – 2016.
205 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira.
Coorientador: Prof. Dr. Flávio Henrique Albert Brayner.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016.
Inclui fontes e referências.

1. Brasil – História. 2. Analfabetismo. 3. Educação popular - Brasil. 4. Ditadura. 5. MOBREAL. I. Teixeira, Flávio Weinstein (Orientador). II. Brayner, Flávio Henrique Albert. III. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2016-39)

Bianca Nogueira da Silva Souza

**ALFABETIZAÇÃO E LEGITIMIDADE:
A TRAJETÓRIA DO MOBRL ENTRE OS ANOS 1970-1980**

Tese apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor em História**.

Aprovada em: **11/05/2016**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira
Orientador (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. Flávio Henrique Albert Brayner
Coorientador e Membro Titular Externo (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof.^a Dr.^a Lúcia Falcão Barbosa
Membro Titular Externo (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira
Membro Titular Externo (Universidade Federal de Campina Grande)

Prof.^a Dr.^a Maria Thereza Didier de Moraes
Membro Titular Externo (Universidade Federal da Pernambuco)

AGRADECIMENTOS

Considero a gratidão uma das maiores virtudes do ser humano. Talvez por isso, penso que, esta seja uma das partes mais sensíveis, complexas e nobres da tese.

Sensíveis por ativar emoções; complexas porque as contribuições de pessoas queridas ao longo desse processo foram traduzidas, muitas vezes, na subjetividade de um abraço, em uma ligação, na indicação de um livro, um “conselho acadêmico”, ou simplesmente na paciência de me ouvir falar mais uma vez sobre a pesquisa e/ou sobre o processo da escrita. Ao longo dos últimos quatro anos contei com o suporte, orientação e inspiração de muitos, aos quais, desejo prestar esta simples homenagem.

No âmbito acadêmico, quero agradecer aos meus estimados orientadores: **Dr. Flávio Weinstein e Dr. Flávio Brayner**, pelo zelo na orientação, pela disposição para o diálogo e principalmente pela tamanha sensibilidade ao me ensinar sobre a história, sobre a educação, sobre a vida. Às queridas professoras **Dra. Lúcia Falcão e Dra. Maria Thereza** por quem nutro ao longo de muitos anos uma grande admiração pela competência, respeito e excelência no ensinar. Ao professor **Dr. Iranilson Buriti** pela incrível disposição em contribuir com este trabalho.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em História da UFPE. A todos os professores e funcionários pela atenção com que me receberam. Da mesma maneira agradeço a todos os funcionários de todos os arquivos que pesquisei, em especial, aos profissionais do Centro de Informações e Biblioteca de Educação (Cibec) e do Arquivo Histórico/INEP em Brasília pela generosa acolhida.

Agradeço aos meus entrevistados: **Josias Cavalcanti, Zulmira Carvalho, e Adilson Martins** pela disponibilidade, paciência e confiança em dividirem comigo suas “memórias e saudades”.

Na esfera familiar inicio meus agradecimentos por **Deíllio**, meu melhor amigo e marido. Sou grata por todo amor, compreensão, cumplicidade e parceria. Agradeço pela companhia nas madrugadas de trabalho e nas escavações dos arquivos. Agradeço a leitura sincera das primeiras e sujas versões do texto. Um

homem de grandes qualidades e um personagem fundamental nesta conquista e em todas as outras que eu sei que virão.

Serei sempre grata a minha família pelos anos de cuidado, carinho e encorajamento. Meu pai **Gerson**, minha mãe **Marinês** uma nota especial por me ensinarem, à sua maneira, o valor da educação e especialmente da história. Aos meus irmãos: **Bruno, Bárbara e Gércica** por toda a alegria, incentivo e ligações preocupadas.

Quero agradecer ainda aos meus: avós, tios, primos, sobrinha e agregados que sempre compreenderam com carinho minhas ausências e inevitáveis distanciamentos e agora celebram comigo esta conquista.

Aos amigos de perto: **Kaasy, Hosana, Vera, Tatiana, Jéssica, Milka, Fabinho, Dirceu, Lucas, Priscila, Deise e Deijenane** e aos amigos de longe: **Fernanda Estelita, Thiago, Saulo, Patrícia, Fernanda Karoline, Kelma, Inácio, e Marcelo**. Queridos desde sempre!

Agradeço ainda aos meus amáveis, criativos e competentes colegas de trabalho da Escola Municipal em Tempo Integral Bartolomeu de Gusmão. Sinto-me privilegiada por fazer parte desta equipe!

Por fim, em nome da futura historiadora e minha quase xará (se não fosse por um “k”) **Bianka Leal**, agradeço aos alunos que me inspiram todos os dias a ser uma professora melhor, uma estudante curiosa e uma pesquisadora disciplinada.

Bendito seja o Mobral

O cabocro roceiro e pacato,
estudante da escola rural,
traz nos olho o verde do mato
e no peito o diploma Mobral.

Brasil é feliz agora,
alcançou seu ideal,
com a luz da nova aurora,
bendito seja o Mobral.

Escolinha modesta da roça,
rodeada de pés de café,
o Brasil se levanta e remoja,
numa nova alvorada de fé.

Brasil é feliz agora...

Na cidade se pranta edifício,
no sertão nós prantamo semente,
de mão dada não há sacrifício,
elevando um Brasil para frente.

Brasil é feliz agora...

(Tonico e Tinoco)

ALFABETIZAÇÃO E LEGITIMIDADE: A TRAJETÓRIA DO MOBRL ENTRE OS ANOS 1970-1980

RESUMO

O Movimento brasileiro de Alfabetização – Mobral – é um produto do governo militar em toda sua extensão (1964-1985). Como tal ele carrega as credenciais de quem o gerou, nutriu e pôs em vigência. Ao longo de sua existência o Mobral perseguiu o ideal de “erradicar o analfabetismo no país” à medida que, com suas práticas, buscava conferir graus crescentes de legitimidade a um regime de exceção. Este trabalho pretende pôr em discussão interesses, alcances, fragilidades e a herança histórica deixada pelo Mobral para os anais da educação brasileira. Para isso analisei-o tanto em seus aspectos materiais quanto humanos dentro da estrutura do governo, a partir de cartas escritas por alunos e alfabetizadores, jornais didáticos e outros periódicos de circulação geral, cartilhas de alfabetização e entrevistas com personagens que compuseram este cenário. Com base nessas fontes pude criar, como faz um artesão com seus retalhos, um mosaico da história da educação popular no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980. Os resultados encontrados pela pesquisa apontam para uma ressignificação do Mobral enquanto projeto pedagógico e ideológico ao longo do tempo: de sinônimo de alfabetização e desenvolvimento humano a sigla passou a termo pejorativo, sendo associada à ignorância e ao analfabetismo. A mudança no tom e no sentido carrega ainda como consequência o questionamento moral e político do governo militar e seus feitos no campo educacional.

Palavras-chave: Analfabetismo. Ditadura Civil-Militar. Educação Popular. Mobral.

LITERACY AND LEGITIMATE: THE MOBREAL THE JOURNEY BETWEEN THE YEARS 1970-1980

ABSTRACT

The Brazilian Literacy Movement - Mobral - is a Brazilian military government product (1964-1985) in its entire scope. As such it carries the credentials of those who created, nourished and put it into effect. Throughout its existence the Mobral pursued the ideal of "eradicating illiteracy in the country" as with its practices, sought to give increasing degrees of legitimacy to a regime of exception. This work aims to discuss the interests, achievements, weaknesses and the historical legacy of Mobral to the annals of the Brazilian education. For this I analyzed it both in its material and human aspects within the government structure, from letters written by students and teachers, educational journals and other general circulation newspapers, literacy primers and interviews with characters that made up this scenario. From these sources I was able to compose, as a craftsman does with his patchwork, a mosaic of the history of popular education in Brazil from the 1970s to the 1980s. The results of the survey point to a redefinition of Mobral as a pedagogical and ideological project over time: From synonymous with literacy and human development the acronym came to be remembered in a derogatory manner, being associated with ignorance and illiteracy. The change in tone and sense of the meaning of Mobral for history still carries as a consequence the moral and political questioning of the military government and its achievements in the educational field.

Keywords: Illiteracy. Civil-military dictatorship. Popular education. Mobral.

ALFABETIZACIÓN Y LEGÍTIMA: EL MOBRAL EL VIAJE ENTRE LOS AÑOS 1970-1980

RESUMEN

El Movimiento Brasileño de Alfabetización - Mobral - es un producto del gobierno militar (1964-1985) a lo largo de su extensión. Como tal, lleva las credenciales de quien lo generó, nutrió y llevó a la práctica. A lo largo de su existencia, el Mobral persiguió el ideal de "erradicar el analfabetismo en el país", al igual que con sus prácticas, ha tratado de dar grados crecientes de legitimidad a un régimen de excepción. Este trabajo tiene como objetivo presentar el debate sobre los intereses, logros, debilidades y el legado histórico del Mobral para los anales de la educación brasileña. Por esto analicé tanto los aspectos materiales cuanto humanos del Mobral dentro de la estructura del gobierno, las cartas escritas por los estudiantes y maestros de alfabetización, diarios de educación y otros periódicos de circulación general, cartillas de alfabetización y entrevistas con personajes que componían este escenario. A partir de estas fuentes, fui capaz de componer, como hace un artesano con su patchwork, un mosaico de la historia de la educación popular en Brasil a partir de los años 1970 y 1980. Los resultados de la encuesta apuntan a una redefinición del Mobral como proyecto pedagógico e ideológico a lo largo del tiempo: De sinónimo de la alfabetización y el desarrollo humano el acrónimo se convirtió en un término peyorativo estando asociado con la ignorancia y el analfabetismo. El cambio en el tono y en el sentido del significado del Mobral para la historia todavía lleva como consecuencia el cuestionamiento moral y político del gobierno militar y sus logros en el campo educativo.

Palabras clave: Analfabetismo. Dictadura cívico-militar. Educación popular. Mobral.

ALPHABÉTISATION ET LÉGITIME: LE MOBRL LE TRAJET ENTRE LES ANNÉES 1970-1980

RÉSUMÉ

Le Mouvement brésilien d'alphabétisation - Mobral - est un produit du gouvernement militaire sur toute sa longueur (1964 à 1985). Comme tel, il porte les pouvoirs de qui lui a généré, nourri et mis en vigueur. Tout au long de son existence, le Mobral poursuivi l'idéal de «l'éradication de l'analphabétisme dans le pays», comme avec ses pratiques, a cherché à donner des degrés croissants de la légitimité à un régime d'exception. Ce travail vise à la discussion sur des intérêts, des réalisations, des faiblesses et l'héritage historique de le Mobral pour les annales de l'éducation brésilien. Pour cela, j'ai analysé à la fois ses aspects matériels et humains au sein de la structure du gouvernement, des lettres écrites par des étudiants et des enseignants, des documents didactiques et d'autres journaux de circulation générale, des abécédaires et des entrevues avec des personnages qui composent ce scénario. Provenant de ces sources je pus créer, comme le fait un artisan avec son patchwork, une mosaïque de l'histoire de l'éducation populaire au Brésil dans les années 1970 à 1980. Les résultats du point de sondage indiquent une redéfinition de Mobral comme un projet pédagogique et idéologique au fil du temps: De synonyme de l'alphabétisation et le développement humain l'acronyme est devenu un terme péjoratif, étant associé à l'ignorance et l'analphabétisme. Le changement de ton et la direction porte encore comme résultat un questionnement morale et politique du gouvernement militaire et de ses réalisations dans le domaine de l'éducation.

Mots-clés: L'analphabétisme. La Dictature civilo-militaire. L'éducation Populaire. Mobral.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	O Mobral é tudo o que desejamos na vida: desenho de aluna do Mobral recém-alfabetizada	48
Figura 2 –	O Brasil novo nascido em 64: matéria de capa do Jornal do Mobral.....	64
Figura 3 –	Jornal Integração – Capa Transamazônica.....	70
Figura 4 –	Gráfico representativo dos órgãos de maior penetração no Brasil.....	76
Figura 5 –	Organograma da estrutura base do Mobral.....	77
Figura 6 –	Organograma das secretarias, gerências e agentes do Mobral.	82
Figura 7 –	Estratégia de marketing utilizada pelo Mobral.....	84
Figura 8 –	Incentivo fiscal para o bê-a-bá.....	85
Figura 9 –	Carta e desenho de aluno do Mobral.....	94
Figura 10 –	Desenho de aluno do Mobral I	95
Figura 11 –	Desenho de aluno do Mobral II	95
Figura 12 –	Capas dos livros do Kit de Alfabetização	100
Figura 13 –	Lição nº6 do Livro de leitura	100
Figura 14 –	Jornal mural do Mobral + boletim do mural	101
Figura 15 –	Posto Cultural do Mobral	110
Figura 16 –	Caminhão da Mobralteca	113
Figura 17 –	Mobralteca instalada em praça para apresentação	114
Figura 18 –	Mobralteca: Um caminhão que serve para tudo (Até para ajudar político do interior a ganhar eleição)	117
Figura 19 –	Carta de alfabetizadora do Mobral I	124
Figura 20 –	Carta de alfabetizadora do Mobral II	127

Figura 21–	Carta de aluno do Mobral	133
Figura 22 –	Carta de alfabetizadora do Mobral III	145
Figura 23 –	Concurso de desenho do Mobral I	159
Figura 24 –	Concurso de desenho do Mobral II	160
Figura 25 –	Learning to read and write	166
Figura 26 –	Selo comemorativo 10 anos do Mobral	187

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Sessões do arquivo histórico do Mobral no INEP	30
Tabela 2 – Publicações com selo Mobral editadas entre 1970 e 1980.....	92
Tabela 3 – Ações do mobilizador	104
Tabela 4 – População analfabeta por idade, 1970	140
Tabela 5 – Curso básico para alfabetizadores: temas abordados por encontro.....	148
Tabela 6 – Etapas para treinamento de alfabetizadores	153
Tabela 7 – Planejamento das aulas radiofônicas	154

LISTA DE SIGLAS

ACISO	Ação Cívico-Social
ACULT	Agente Cultural
AMOB	Agente de Mobilização
APEDE	Agente Pedagógico
ARAFE	Agente Financeiro
ARAPE	Agente de apoio
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CAPE	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CECUT	Centro Cultural
CIBEC	Centro de Informação e Biblioteca de Educação
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
COEST	Coordenação Estadual
COMUN	Comissão Municipal
CONFITEA	Conferência internacional de educação de adultos
COTER	Coordenação Territorial
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DNE	Departamento Nacional de Educação
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EJA	Educação de Jovens e adultos
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
GARAP	Gerência de Apoio
GECOM	Gerência de Comunicação Social
GEMOB	Gerência de Mobilização
GEPED	Gerência Pedagógica
GERAF	Gerência Financeira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPMs	Inquéritos Policiais Militares
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MEB	Movimento de Educação de Base
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MCP	Movimento de Cultura Popular
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PAF	Programa de Alfabetização Funcional
PEI	Programa de Educação Integrada
PES	Programa de Educação Comunitária para a Saúde
PIN	Plano de Integração Nacional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRODAC	Programa Diversificado de Ação Comunitária
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEXEC	Secretário Executivo
SIRENA	Sistema Rádio Educativo Nacional
SNI	Serviço Nacional de Informação
SRE	Serviço de Radiodifusão Educativa
TCU	Tribunal de Contas da União
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USAID	Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Jaboatão, 21 de agosto de 2014	19
Autora e autoria	22
Ditadura, Educação e a tentativa de construção de legitimidade	24
Arquivos, fontes e métodos	29
Opções teóricas e disposição dos capítulos	34
 CAPÍTULO 1 – A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA HISTÓRIA BRASILEIRA	 40
1.1 O analfabetismo no Brasil: passado e presente	40
1.2 Entre a educação, a história e o limbo: o Mobral na historiografia	49
1.3 A reelaboração da memória e da história	54
1.4 A fabricação do Mobral e seus discursos de legitimidade.....	61
1.5 O Mobral no Plano de Integração Nacional.....	68
 CAPÍTULO 2 – ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO MOBRL	 75
2.1 Arquitetura e cartografia do Movimento.....	75
2.2 A “pedagogia dos homens livres” na ditadura.....	86
2.3 Cartilhas, periódicos e manuais: a indústria gráfica “ociosa”.....	89
2.4 Em algum endereço o Mobral Cultural.....	107
 CAPÍTULO 3 – O COTIDIANO DA ALFABETIZAÇÃO	 121
3.1 Candeeiros, esteiras e giz.....	121
3.2 O mobralense.....	137
3.3 Os alfabetizadores	145
3.4 A ditadura e o controle pedagógico.....	156

CAPÍTULO 4 – CHEGAM OS ANOS 1980	163
4.1 <i>“Mobral is on its way”</i>	163
4.2 A indigesta CPI	172
4.3 “O que somos e o que não somos”	182
4.4 Memória, ressignificação e esquecimento	188
CONCLUSÃO	192
FONTES	196
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	199

INTRODUÇÃO

Mobral é democracia!
É luz, verdade e carinho
Que serve para você
Para parente ou vizinho,
É o fim da escuridão
Que existia em meu caminho.
(Sebastião Rodrigues)¹

Não procuramos os aplausos do presente,
mas estamos seguros de que o futuro
reconhecerá o imenso valor de nossa obra,
tão revolucionária.
(Arlindo L. Correa)²

O Ministério da Educação e Cultura
reconhece amplamente o fracasso do
Mobral. O Mobral foi um equívoco, diz
assessor do MEC.
(Jornal O Globo)³

Jaboatão, 21 de agosto de 2014

“Você é um Mobral!” A intenção era ofender e por isso o tom foi firme, apesar de descontraído. A frase foi de uma aluna durante diálogo com um colega de turma. Ambos cursavam o 9.º ano do Ensino Fundamental II na escola pública onde trabalho como professora. Fiquei surpresa com o adjetivo utilizado... “*Mobral?*”, pois essa expressão não é comum à geração dos anos 2000. Curiosa pelo emprego do termo, perguntei à “ofensora” se ela sabia o que era Mobral. Visivelmente constrangida pelo inusitado questionamento, ela diz “*Ah, professora! É burro!*” e riu meio envergonhada, sem entender ao certo o que motivava minha intervenção.

É curioso pensar que o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) em sua ideia original buscava exatamente o sentido contrário ao utilizado no diálogo

¹ Aluno do Mobral, Garça, São Paulo, Jornal do Mobral, 15 nov. 1971.

² Secretário executivo e presidente do Mobral entre os anos de 1972 e 1981. CORREA, Arlindo Lopes. Apresentação. In: CORREA, Arlindo Lopes (Org.) Educação de massa e ação comunitária. Rio de Janeiro: AGGS; Mobral, 1979. p.12.

³ MEC reconhece fracasso do Mobral. O Globo, 18 fev. 1980. p.12.

que acabo de narrar. O Mobral foi o maior programa de alfabetização em massa da História do Brasil. Idealizado no governo Castello Branco (1964-1967), nasceu no governo Costa e Silva (1967-1969), iniciou suas atividades no governo Médici (1969-1974) e se estendeu até Figueiredo (1979-1985). Em outras palavras, o Mobral é um produto do regime militar brasileiro em toda a sua extensão. O movimento que adentrou todos os municípios brasileiros e prometeu “erradicar o analfabetismo em dez anos” fazia parte das reformas educacionais empreendidas pelos militares desde o golpe. Estratégia, segundo eles, necessária para pôr o país na esteira do desenvolvimento econômico mundial, embalado pelo slogan “Brasil, Grande Potência”.

Mais de quarenta anos separam a criação do Mobral e o diálogo entre meus alunos, tempo que resultou na acomodação de uma série de sentidos e significados em torno do período da ditadura e consequentemente da concepção sobre esse passado na memória coletiva. Vítimas e algozes se revezam no palco da história com a abertura de arquivos, publicação de documentos e criação de “Comissões da Verdade”. Todas essas iniciativas têm provocado uma revisão historiográfica possibilitando a escrita de outras versões da história da ditadura no Brasil e consequentemente da educação praticada nesse período.⁴

Boa parte dos estudos sobre 1964 e seus desdobramentos realizaram-se na plataforma da repressão, fenômenos sociais, como passeatas, greves, protestos, sequestros, a vida e resistência cultural, além dos acordos, manobras e estratégias políticas para a legitimação do regime.⁵ Dentre tantas fissuras desse passado, escolhi o campo da educação para tecer uma discussão sobre o período. Esse “lugar” (pouco visitado pelos historiadores) quando analisado dentro da nova estrutura de poder e seu projeto de nação faz emergir diferentes debates que ampliam a compreensão sobre o golpe e seus efeitos no campo educacional, alguns remanescentes até hoje.

⁴ A historiografia registra desde o fim dos anos 1970, mas principalmente pós-abertura política (1985), diversas versões sobre o golpe, sua intencionalidade e consequências políticas e sociais. Tais narrativas têm questionado as versões dos militares que estavam até pouco tempo atrás nos livros didáticos, por exemplo. Essa constante reescrita da memória e reelaboração do passado põem em cena outros personagens e fatos até então desconhecidos da sociedade em geral.

⁵ Destacam-se aqui os relevantes trabalhos dos professores Daniel Aarão Reis Filho, Denise Rollemberg, Marcos Napolitano, Jorge Ferreira, Ângela de Castro Gomes, Antonio Torres de Montenegro, Marisa Bittar e Amarílio Ferreira.

O Mobral, encarado aqui como instrumento do governo militar para o desencadeamento do avanço econômico e afastamento de ameaças esquerdistas que permeavam a educação popular, já experimentava ressignificações e despertava muita controvérsia no período de 1970-1980. Os textos utilizados como epígrafes para a abertura da tese são exemplos disso. Trata-se de concepções sobre o Mobral de diferentes seguimentos da sociedade, separadas por um curto espaço de tempo (a primeira dista da última apenas nove anos). São visões distintas sobre o Movimento, sua importância e impacto social, além do seu legado.

Esse contraditório marcou a vida do Mobral e principalmente a memória sobre ele. Essas muitas vozes sobre o Mobral são obras do tempo que, embora não mude os fatos históricos, interfere indubitavelmente em nossa interpretação e compreensão sobre ele. Por isso, é possível ter diferentes prismas sobre o mesmo episódio, ou neste caso, o mesmo termo. Muito depende do momento em que se analisa, de quem o faz e principalmente seus interesses ao fazê-lo.

O Mobral propunha em seus objetivos principais "conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la à sua comunidade, permitindo melhores condições de vida".⁶ O projeto que nasce com um grande investimento midiático, pedagógico e logístico ganhou ao longo dos anos uma conotação pejorativa, passou a ser associado ao analfabetismo, à incapacidade intelectual, à ingenuidade, em seu pior sentido, e ao despreparo.

Considerando esse terreno movediço, marcado pela instabilidade da palavra, do sentido e da narrativa, esta tese tem como principal objetivo a análise do Movimento Brasileiro de Alfabetização tanto em sua estrutura material quanto humana na tentativa de percebê-lo como parte de uma estratégia mais abrangente que buscava conferir graus crescentes de legitimidade a um regime de exceção.

O Mobral nesses termos é analisado como peça fundamental na construção de um ideal de democracia agenciado pela ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985).⁷ Esses interesses me levaram a uma memória social

⁶ FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO. Documento básico Mobral. Rio de Janeiro: Mobral, 1973a. p. 9.

⁷ O conceito de "ditadura civil-militar" aqui utilizado denota o papel ativo de setores civis no processo de construção do novo governo, ocupando muitas vezes lugares estratégicos. Tal

construída pelo movimento e investigada no processo de pesquisa. O estudo do Mobral se faz necessário para uma melhor compreensão das estruturas educacionais criadas pelo governo militar e como essas estruturas estavam no fluxo do projeto de nação em curso naquele momento. Essa análise nos levará aos interesses vigentes no período e principalmente aos seus impactos na educação brasileira ao longo de sua acidentada história.

Autora e autoria

Tentei por diversas vezes fugir de “fazer uma história da educação”. Esse não parecia um “tema sedutor” para a maioria dos meus pares no período em que me fiz pesquisadora⁸, embora sempre me sentisse atraída por ele. Naqueles tempos ardia uma curiosidade sobre como eu poderia explicar (ou entender) historicamente porque, eu era a primeira pessoa da minha família a fazer um curso superior? De onde vinha essa tradição de distanciamento da escola e consequentemente da Universidade?

Minha família era formada de pessoas que não tinham estudado muito. Minha mãe embora fosse uma grande incentivadora dos meus estudos não o fazia por conhecimento de causa. Ela precisou abandonar a escola “na quarta série primária”. Meu pai foi um pouco mais longe. Estudou até o “3º ano científico e aí... terminou os estudos”. Meus irmãos e eu fizemos parte de uma geração

conceito surgiu entre os historiadores Daniel Aarão Reis Filho e Denise Rollemberg e ganhou vazão tanto nos meios acadêmicos quanto na grande imprensa. Um interessante adendo a esse conceito é a visão do professor Marcos Napolitano que, mesmo reconhecendo a inegável participação dos civis no governo golpista, nos lembra: “Este arranjo distributivo entre civis e militares na condução do governo, com ampla predominância dos civis na burocracia de Estado de alto escalão, não deve ser tomado como prova de um regime civil-militar no qual ambos os setores tivessem o mesmo grau de importância no sistema decisório de Estado. O poder de veto dos generais que comandavam o país, o papel do SNI em avaliar a nomeação de funcionários e assessores de Estado conforme critérios ideológicos, a vigilância militarizada em todos os ministérios e o lugar central do conceito de desenvolvimento na Doutrina de segurança Nacional são indicadores qualitativos de um regime efetivamente militar, ainda que organizado em benefício da plutocracia civil nacional e multinacional.” NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. 156-157.

⁸ O interesse pela pesquisa historiográfica começou ainda nos primeiros períodos de minha graduação em licenciatura plena em história pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2002-2006). Mesmo tratando-se de um curso de licenciatura cultivava-se (e ainda cultiva-se) naqueles tempos uma intensa prática de pesquisa história. Curiosamente, pouco tradicional à história da educação ou correntes afins.

“privilegiada”, onde o tempo na escola foi estendido e a universidade tornou-se um horizonte aproximado.

Em minhas primeiras experiências profissionais como professora, trabalhei com turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Encontrei nesses espaços sujeitos que me remetiam a minha história familiar: homens e mulheres que aos 40, 50, 60 anos de idade mal sabiam ler e escrever e decidiram por uma “teimosia do destino” voltar a estudar. Esses alunos me contavam sobre suas muitas tentativas de permanecer na escola e como a vida, ou as escolhas que fizeram sobre ela, os afastavam desse ideal.

Muitos desses alunos já haviam vivenciado outras experiências educacionais em programas de aceleração da aprendizagem (supletivos, travessia e o Mobral) e a cada uma dessas histórias, tão pacientemente narradas, nascia na parte mais racional de mim, mas também na emocional, um interesse latente pelo tema.

Sob tais influências, em 2006, no último período da graduação, pude desenvolver um trabalho de pesquisa sobre as Associações de Bairro no Recife, vista como um dos espaços de promoção da educação básica nos anos 1950/1960. Nesse período me deparei com a necessidade de escolher um objeto de pesquisa para ser estudado em meu trabalho de conclusão do curso de graduação em História. Surgiu, então, na oportunidade, o desejo de pesquisar as ações pró-educação desenvolvidas pelo Movimento de Cultura Popular (MCP) na cidade do Recife e no interior do Estado de Pernambuco.

Desenvolvi uma pesquisa inicial sobre a identidade do Movimento nos seus aspectos políticos, sociais e ideológicos. Foi no âmbito dessa atividade que iniciei minhas pesquisas sobre a literatura produzida entre os anos 1950 e 1960 para fins educacionais (as cartilhas de alfabetização), o que consolidou o meu interesse pelo tema.

Em 2008, já no mestrado, desloquei meu foco de interesses no que concerne à ação dos chamados “intelectuais” pernambucanos em torno dos ideais de democracia nos anos 1960. Neste trabalho pude observar que, os discursos em torno do analfabetismo e do baixo desenvolvimento econômico do Nordeste, eram um dos principais objetos de investigação e preocupação desses letrados,

que se lançavam ao desenvolvimento de estratégias que minorasse tais problemas.

As altas apostas feita na educação como elemento chave para a consolidação da democracia e de um pleno desenvolvimento do Nordeste eram uma constante entre nomes como: Paulo Freire, Abelardo da Hora, Miguel Arraes, Germano Coelho, Wilton de Souza dentre outros⁹.

As indagações sobre este período me levaram a enxergar os anos 1960 como um dos capítulos especiais dentro da história da educação brasileira, isso porque, dentre outros fatores, algumas sólidas ações no plano nacional e regional foram criadas e desenvolvidas.

Uma mudança no panorama político levou o Brasil a transformações no campo educacional e dentre elas a criação do Mobral. Esse programa de alfabetização em massa agenciou milhares de brasileiros nos anos de 1970 e 1980, dentre eles membros da minha família e alguns daqueles meus alunos.

Por esses caminhos sinuosos cheguei ao Mobral e chego também às respostas das questões que frequentemente me fazem sobre o passado e o presente da educação brasileira. Por tudo isso, realizei essa pesquisa, e com ela espero trazer ainda mais reflexão e debates sobre o tema.

Ditadura, Educação e a Tentativa de Construção de Legitimidade

Os golpistas de 1964 tinham muitas “justificativas” para suas manobras políticas e militares em 31 de março e 1º de abril. Boa parte delas estava pautada na ameaça comunista e numa suposta agenda de insurreição, na fragilidade do governo Jango, na crise política e ideológica em que o Brasil se afundava nas pressões populares por reformas e também na necessidade de retomar o improvável crescimento econômico.

Com a deposição do presidente João Goulart, a cúpula das Forças Armadas mediria forças para estabelecer a nova liderança do país, e

⁹ Trata-se dos intelectuais escolhidos para a realização dessa pesquisa. SILVA, Bianca Nogueira. O ser e o fazer: os intelectuais e o povo no Recife dos anos 1960. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

principalmente o ritmo das mudanças necessárias. As diretrizes que orientariam o afastamento das ameaças comunistas, as regras do Estado de exceção e as medidas tomadas no plano executivo ganharam clareza com a publicação dos primeiros Atos Institucionais¹⁰.

O governo Castello Branco precisava ser rápido. Impulsionado pelo apoio que vinha das ruas e de setores conservadores da sociedade¹¹, fechou o Congresso, editou suas primeiras medidas repressivas, prendeu e exilou opositores influentes e deu início a um ciclo de reformas sociais e econômicas.

Ora, se as “Reformas de Base” no pré-golpe eram percebidas por esses setores conservadores como socialmente explosivas, também era verdade que a ausência delas era potencialmente perigosa para a legitimação do regime e garantia mínima de governabilidade. Era preciso acelerar a modernização do capitalismo no Brasil e para isso alguns pontos seriam retomados, com outra retórica certamente.

Segundo Ferreira JR e Bittar¹², o governo militar teria adotado, com essa preocupação, medidas em duplo sentido: “ao mesmo tempo que suprimiam as liberdades democráticas e instituíam instrumentos jurídicos de caráter autoritário e repressivo, levavam à prática os mecanismos de modernização do estado nacional.”

As mudanças em curso tinham um caráter cirúrgico e precisavam ser rápidas e precisas. Foram embaladas pelo ritmo da substituição dos políticos de carreira pelos tecnocratas em setores estratégicos do governo, dentre eles a educação. Era preciso acabar com a “herança do estado caótico da administração educacional encontrado em 1964”,¹³ e para isso três leis relacionadas com a educação são assinadas: a Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967, que criou o Mobral, a Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, que reformou as universidades, e a Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, que estabeleceu o

¹⁰ Ao todo, o governo militar editou 17 Atos Institucionais. O primeiro data de 9 de abril de 1964 e o último em 14 de outubro de 1969. O objetivo dessas medidas era garantir a governabilidade ao sabor da ditadura, legitimando e legalizando as práticas autoritárias peculiares a cada governo.

¹¹ Refiro-me aqui a setores da igreja católica e protestante, boa parte da classe média e alta, empresários, jornalistas, setores militares, partidos políticos e outros seguimentos da sociedade.

¹² FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. *Caderno Cedes*, Campinas, SP, v. 28, n. 76, p. 333-355, set.-dez. 2008. p. 335. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a04v2876.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2015.

¹³ CORREA, Arlindo Lopes. Apresentação. In: CORREA, Arlindo Lopes (Org.) Educação de massa e ação comunitária. Rio de Janeiro: AGGS; Mobral, 1979. p.18.

sistema nacional de educação de 1.º e 2.º graus. Tais essas medidas estavam organicamente ligadas ao modelo econômico que ora se colocava em vigência pelo regime.

A visão governista que instituiu a tecnocracia como princípio para a excelência no serviço público era necessária para criar uma aproximação entre educação e economia, ou seja, “os obstáculos à modernização só seriam derrubados” se a educação estivesse condicionada pela lógica do crescimento econômico da sociedade capitalista.

Segundo Roberto Campos, tais medidas se justificariam, pois:

[...] o problema que se apresentava aos tecnocratas era o seguinte: como modernizar instituições obsoletas, para ajustá-las às necessidades de uma sociedade atingida pela inflação e desejosa de acelerar o desenvolvimento? Como fazê-lo, sem alongar demasiadamente o período de poderes excepcionais? Como redefinir as relações entre o Executivo e o Legislativo, de maneira mais consoante com a velocidade e complexidade das decisões econômicas? [...] É óbvio que, ao se aproveitar de exceção para acelerar o processo de modernização institucional, vários dos diplomas legais se macularam de imperfeições e, em alguns casos, terão que ser revistos com a sedimentação da experiência. Na opção, entretanto, entre o imobilismo perfeccionista e a experimentação modernizante, a atitude dos tecnocratas parece ter sido a mais produtiva [...]. Problema mais complexo é o da institucionalização das relações entre o Executivo e o Legislativo, de forma compatível com as exigências da política monetária e de planejamento econômico, ambos os quais requerem velocidade de decisão e um certo grau de centralização de comando.¹⁴

Outro tecnocrata expoente do governo, discípulo de Campos, Mário Henrique Simonsen, um dos idealizadores da estrutura do Mobral afirmou:

Um dos maiores defeitos da chamada tradição cultural brasileira é o de quase sempre ter encarado a educação como um bem de consumo, muitas vezes até supérfluo, e não como matéria-prima básica de produção. A cultura, nesse sentido tradicional, constituía um complemento refinado ao lazer, e não um instrumento de trabalho.¹⁵

Reformas educacionais e criação de setores harmonicamente relacionados com as questões econômicas. Esse parecia ser o binômio governista! É preciso, a

¹⁴ CAMPOS, Roberto O. Em defesa dos tecnocratas. In: _____. Do outro lado da cerca: três discursos e algumas elegias. 2. ed. Rio de Janeiro: Apec, 1968. p. 129-130.

¹⁵ SIMONSEN, Mário Henrique. *Brasil 2001*. Rio de Janeiro: Apec, 1969. p. 222.

partir de então, analisar o Mobral no cenário político, econômico e ditatorial implantado no Brasil após o golpe de 1964, e não poderia ser diferente.

Criado para servir como um braço do governo militar na esfera educacional, o Mobral trazia as credenciais do governo vigente, e não apenas atendia às demandas educacionais em plena consonância com o regime, sendo visto como a grande ação dos militares para acabar com o analfabetismo que tanto envergonhava o Brasil diante de outras nações, além de comprometer o desenvolvimento do país.

Nesse sentido é preciso lembrar o projeto de nação dos militares, que tem um capítulo significativo com a criação do Plano de Integração Nacional (PIN), posto em curso no governo Médici, instituído pelo Decreto-Lei n.º 1.106 em 16 de junho de 1970.¹⁶ A proposta do PIN tinha um caráter geopolítico ao propor uma interligação entre regiões brasileiras, um plano de colonização do território da Amazônia e a utilização de mão de obra nordestina que sofria com as sucessivas estiagens.

Ao construir o seu plano de governo e planejar as diretrizes educacionais para o período, os militares sistematizaram uma série de reformas que adequariam a estrutura e o funcionamento da educação brasileira às novas tendências capitalistas, tecnicistas e reformistas.¹⁷ Nessa esfera a educação para adultos também foi pensada, afinal, ali estava um histórico problema da sociedade brasileira ao concentrar um dos mais expressivos índices de analfabetismo do mundo.¹⁸

¹⁶ BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 jun. 1970. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988. Acesso em: 19 jan. 2015.

¹⁷ Com o fim do Estado Novo em 1945, o Brasil experimentou algumas mudanças na esfera educacional, que apontava para a modernização de currículos, a formação de alunos numa perspectiva social-profissional, a construção e estruturação de um perfil para os cursos de formação docente além de consolidar uma estrutura para a educação básica que seria implantada em todo o país. Com o golpe de 1964, as diretrizes em curso foram drasticamente mudadas ao se promover a privatização do ensino, a repressão ao movimento estudantil além de agravar a exclusão social com um claro direcionamento para a formação escolar de ricos e pobres. Para mais detalhes, sugerimos: GUIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *Filosofia e história da educação brasileira*. Barueri, SP: Manolli, 2003. PAIVA, Vanilda. *História da educação popular no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2003.

¹⁸ De acordo com os estudos realizados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1950, havia aproximadamente 700 milhões de analfabetos em todo o mundo, o que representava 44% da população com mais de 15 anos de idade. Depois

O país tinha consciência do seu quadro educacional. Um grande debate já se havia instaurado na sociedade em torno da construção da Lei de Diretrizes e Bases e as Reformas pela Educação com o fim do Estado Novo. Movimentos populares, oriundos de diversos seguimentos como a Igreja, partidos políticos, sindicatos, associação de moradores entre outros, ganham certa expressão nos anos 1950-1960. Um dos principais nomes nesse debate foi o do professor Paulo Freire – discutido com mais vagar no capítulo 1 –, que, baseado em concepções nacionalistas e desenvolvimentistas, aplicou métodos de alfabetização específicos para adultos de baixo custo e rápidos resultados.¹⁹

Projetos educacionais voltados para alfabetização em massa se multiplicariam até abril de 1964 quando o golpe acontece. Boa parte desses projetos foi encerrada, em grande medida, pela retórica revolucionária que apresentavam. Paulo Freire e muitos outros professores e gestores públicos que trabalharam na implantação desses projetos foram presos e exilados. Ficou a demanda.

Nesse sentido o Mobral atendia ao menos duas necessidades latentes nos anos pós-1964: a social, com os altos índices de analfabetismo entre jovens e adultos, e a política econômica ao reforçar o discurso de legitimidade, legalidade e desenvolvimento do governo militar por meio de suas ações.²⁰

Ciente desse potencial, os presidentes militares que se sucedem após 1970, utilizam com abundância a estrutura, a máquina, a bandeira e a exposição

desse diagnóstico, uma série de ações foi pensada e a própria UNESCO buscava entre os chefes de Estado as ações para a inversão desse quadro. No Brasil, o censo de 1970 apontava para a presença de 54.164.257 brasileiros com mais de 15 anos de idade, dos quais, 17.882.125 eram analfabetos, ou seja, 33% da população recenseada.

¹⁹ Existe uma vasta e controversa literatura que trata do método Paulo Freire, desde sua concepção filosófica e pedagógica à prática social. Adentro nesta celeuma histórica no capítulo 1 para pensar as questões que se colocavam no debate social quando o Mobral foi instituído. Por ora, me restrinjo à sucinta definição do professor Carlos Rodrigues Brandão, quanto ao “método instituído” que se dá em três eixos: 1.º A pesquisa do universo vocabular – em que eram levantadas as palavras e expressões mais faladas pela comunidade que se objetivava alfabetizar; 2.º A identificação das palavras geradoras – que era o processo de seleção dos termos que norteariam a alfabetização; 3.º O tema gerador – tratava-se dos debates criados nas aulas por meio das palavras geradoras. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é o método Paulo Freire. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 21-42.

²⁰ Recentes estudos como a da professora Maria José Rezende versam sobre a tentativa da construção de uma legitimidade da ditadura militar no Brasil, pautada em um discurso em defesa da democracia. Os caminhos para se forjar essa suposta democracia mostram o esforço empreendido em se fazer parecer democrático o governo dos cinco generais que governaram o Brasil de 1964 a 1984. REZENDE, Maria José de. A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984. Londrina, PR: UEL, 2001.

mediática do Mobral para promover o governo militar, o golpe que o instituiu e a manutenção da ditadura que duraria vinte e um anos.

Arquivos, fontes e métodos

Aprendi com o escritor inglês G. K. Chesterton que a única lei da história é o imprevisto²¹. Os espaços de pesquisa visitados para a realização da pesquisa foram algumas vezes palco dessa tal “lei”. Sempre surpreendentes e me dando mais do que poderia supor encontrar, o arquivo, aqui

age como um desnudamento; encolhido em algumas linhas, aparecem não apenas o inacessível como também o vivo. Fragmentos de verdade até então retidos saltam à vista: ofuscantes de nitidez e de credibilidade. Sem dúvida a descoberta do arquivo é um maná que se oferece, justificando plenamente seu nome.²²

O desejo de entender os mecanismos e a estrutura da educação oferecida pelo Mobral seu discurso de legitimidade e sua busca pela construção de um ideal de democracia no período da ditadura militar me levaram a muitos espaços de preservação da memória, dentre os quais destaco o Centro de Informações e Biblioteca de Educação (Cibec) e o Arquivo Histórico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em Brasília.²³

Nestes arquivos encontrei vários “fragmentos de verdade” entre as diversas estantes, prateleiras, caixas, áudios, vídeos, negativos, fotos e outros materiais imagéticos. Tais documentos históricos foram transformados em fontes, que permitem a narração da história do Mobral, suas pretensões, perspectivas e desdobramentos.

Ao optar por narrar uma história do Mobral no fluxo dessas fontes caio naquilo que Michel de Certeau chama de “trabalho sobre o limite” onde operar com objetos flutuantes imputa à história um “lugar de controle”. Neste lugar o

²¹ CHESTERTON, G. K apud TORRES, João Camilo de Oliveira. A formação do federalismo no Brasil. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1961. p. 36.

²² FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Ed. da USP, 2009. p. 15.

²³ Além do CIBEC e do arquivo histórico do INEP, Distrito Federal, outros espaços de pesquisa foram consultados como o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e a Biblioteca Pública Estadual Presidente Castello Branco em Pernambuco.

historiador exerce uma “função de artesanato do tempo” onde oscila entre o “fazer a história” e “contar a história”.²⁴

O acervo físico do Mobral no Arquivo histórico do INEP computa 565 caixas de arquivo classificado da seguinte maneira:

Tabela 1 – Sessões do arquivo histórico do Mobral no INEP

Descrição das lombadas	Número de caixas
Recortes de jornais e periódicos	77
Atividades meio	43
Atividades fim	42
Unidades administrativas	61
Materiais bibliográficos	191
Produção editorial – Mobral	117
Produção editorial – Educar	34
Total - 565	

Fonte: Elaboração própria

Ainda me lembro das sensações experimentadas naquele dia e dos sentidos aguçados diante da descoberta de um acervo tão extenso e variado! Começava então um importante capítulo do processo de pesquisa para descobrir e entender o que tais documentos guardavam, quem teria produzido aquele arquivamento e classificação, e que histórias eu poderia contar com base naquela documentação. Aqueles papéis encaixotados, alguns amarrados, outros cintados ou simplesmente soltos (o que me dava a entender que não se encaixavam harmonicamente na classificação previamente pensada), estavam dispostos a minha investigação.

²⁴ CERTEAU, Michel. A escrita da história. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 99 a 109.

Entre estantes, prateleiras, caixas e papéis antigos do arquivo histórico do INEP, uma série de perguntas me vinha (e ainda me vêm) quando pensava no cotidiano do Mobral nas pequenas cidades brasileiras e a dinâmica relação social que a meta de combate ao analfabetismo estabelecia: Como seriam fisicamente esses espaços de aulas? Que histórias de vida teriam aqueles alunos e professores? Que fenótipos sociais poderiam ser encontrados nas salas de alfabetização? Como se comunicavam professores, alunos e diretoria do Mobral e que mecanismos usavam? Como os alunos lidavam com o processo de aquisição dos códigos da cultura escrita? Por que participar de um programa de alfabetização depois de certa idade? O que os teria impedido de ter uma educação formal no tempo ideal?

A riqueza documental, o ineditismo, a variedade daquele acervo e a mutabilidade que o documento oferece me permitiram a análise por diversos prismas do Mobral e suas ações na esfera política instaurada no Brasil pós-1964. Comecei então com o ato de separar, reunir e de transformar em fontes, certos documentos com o intuito de produzir um novo nicho semântico.

Os desafios da montagem do cotidiano do Mobral, composto por tantos agentes anônimos, em sua ampla maioria se tornavam latentes até o meu encontro com uma fonte inusitada, encontrada no acervo do Mobral: um conjunto de aproximadamente 4.000 cartas, que trouxeram para a pesquisa elementos que criaram curvas sinuosas na tarefa de esculpir esse passado.

As correspondências foram produzidas nos quatro cantos do país e arquivadas pelo Mobral-Central, no setor chamado “Centro de memória”. Os autores dessas cartas são os alunos e professores do Mobral e trazem no seu enredo o cotidiano dessas relações, suas experiências e muitas vezes as tensões que os cercava.

Longe de ser uma escrita espontânea, furtiva ou pautada estritamente na obrigatoriedade, esse conjunto de correspondências revelam angustias, desejos, alegrias, tensões, súplicas e principalmente manifestam um desejo de reciprocidade que indique as respostas para suas questões, as soluções para os problemas narrados, mas especialmente a certeza de que foram percebidos de alguma maneira através dos seus escritos.

As cartas sugerem também um sutil jogo entre a esfera pública e a privada, uma vez que elementos do cotidiano familiar e/ou pessoal são narrados entre os eventos da rotina escolar, deixando transparecer uma posição reflexiva de quem escreve em relação a si e ao mundo onde se movimenta. As cartas revelam ainda, de maneira enfática uma preocupação tática em parecerem absolutamente verdadeiros e legítimos os desabafos, relatos e pedidos que são feitos. Um esforço contínuo de convencimento.

O acervo do Mobral abrigado pelo INEP e seu conjunto de fontes tem uma história. Ela começa com o cuidado do Mobral Central – órgão de gerenciamento de todo o movimento – em arquivar seus documentos administrativos, as correspondências recebidas de todo o país, recortes de jornal e outros periódicos em que o Mobral foi notícia, fotografias dos pontos de alfabetização, vídeos promocionais, áudios (*jingles* e narração de atos públicos promovidos pelo Mobral) além dos materiais didáticos que padronizavam as ações educacionais desenvolvidas.²⁵

Mas, não apenas isso! É preciso destacar que a documentação reunida e preservada permite ao pesquisador que provar desse “maná”, a fuga de qualquer tentativa de controle da memória sobre o movimento uma vez que estão também arquivados diversos documentos, depoimentos de funcionários, processos administrativos e relatórios de CPI, que expõem a fragilidade e insuficiência do Programa em diversos aspectos e espaços de atuação ao longo dos seus mais de dez anos. O Mobral nestes termos, não surge apenas como um executor de ações pró-educação para jovens e adultos imposto pelos militares e adornado

²⁵ Para cada tipo de fonte utilizada, alimentei a preocupação em problematizá-la nos seus respectivos suportes. Para as fontes orais, por exemplo, tomei como parâmetro para a reflexão os recentes estudos desenvolvidos pela Associação Brasileira de História Oral, em especial os trabalhos da professora Marieta Ferreira e professora Regina Guimarães Neto. FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memórias e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá: Ed. da UFMT, 2006. p. 46-47. Nessa tendência operacional os depoimentos orais mergulham-se em múltiplos contextos em que se produziram e, conseqüentemente, conectado com diferentes práticas na construção da memória individual e coletiva. Quanto à análise de imagens (tenham sido elas produzidas pelo próprio Mobral ou por terceiros) me preocupei em “percorrer o ciclo de sua produção, circulação e consumo” uma vez que seu sentido está “na interação social” em jogo como advoga MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, proposta cautelares. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, 2003. Em relação às fontes impressas a análise se deu a partir de três categorizações: Os periódicos e outros escritos oficiais; as cartilhas de alfabetização editadas pela indústria gráfica que deu suporte ao Mobral e as Cartas pessoais analisadas para além da categoria de gênero textual ou lição escolar.

pelos seus técnicos. Ele é analisado desde as fissuras, os desvios e possíveis cicatrizes que o tempo formou e a história engenhosamente é capaz de narrar.

Os meses dedicados ao estudo desses arquivos, em especial o acervo documental do Arquivo Histórico do Inep, deram maior clareza sobre o que foi o Movimento, seu real alcance e principalmente sua composição no esquema educacional posto em curso pelos militares e civis logo depois do golpe.²⁶

Para isso, busquei alargar minha capacidade de olhar para as fontes na tentativa de perceber as sutilezas, de observar os detalhes das informações preservadas e da seleção arquivística que foi feita. O meu olhar enquanto pesquisadora buscou refletir sobre aquilo que normalmente seria considerado trivial em uma estrutura administrativa e social.

Tais elementos foram essenciais na construção de paradigmas para a história da ditadura no Brasil, ou mais especificamente, para o uso da educação nas questões políticas e ideológicas de um governo ditatorial que buscou a todo custo (a partir de ações pedagógicas, mas não apenas) se fazer autêntico, legítimo e democrático.

É isto que busca esta tese: compreender o Mobral como uma ferramenta no plano educacional do governo militar para fins políticos (governança) e ideológicos (legitimidade). Não pretendo com isso afirmar que o Mobral e sua estrutura atenderam fielmente a essas expectativas. Inúmeros desvios ao uso do material didático e fuga da metodologia apresentada são percebidos na documentação pesquisada. Neste sentido a pesquisa permite uma visão heterogênea do Mobral, de sua produção, do seu legado e da sua fabricação de consensos. Esses aspectos serviram muitas vezes como pontos de fragilidade à confiabilidade do regime e sua eficácia na meta de erradicação do analfabetismo.

²⁶ A estrutura educacional brasileira foi em sua essência modificada com o golpe para atender aos interesses políticos e econômicos em vigência. Exemplo disso foram as reformas de 1968 com a Lei n.º 5.540, que tocou na universidade, e a de 1971 com a Lei n.º 5.692, que estabeleceu o sistema educacional de 1.º e 2.º graus. O Mobral e sua filosofia era parte integrante dessas mudanças que, por sua vez, procuravam viabilizar o “projeto de nação” dos militares. Aprofundamos essa questão no capítulo 1.

Opções teóricas e disposição dos capítulos

O historiador Roger Chartier defende a ideia de que uma das grandes contribuições da chamada História Cultural, é “permitir aos historiadores a ampla reflexão de suas próprias práticas de pesquisa, análise histórica e metodologia”²⁷. A esta afirmação acrescento que a abertura proporcionada pela História Cultural, principalmente a partir dos anos 1960, permite que vetores teóricos diversos (vindos principalmente da sociologia, antropologia e psicologia) se aproximem do fazer historiográfico complexificando e contribuindo para reflexões sobre a educação como campo da história.

Diante de tal abertura teórica e metodológica posiciono-me em zona fronteiriça entre: a história, a educação ou ainda a história da educação. Neste lugar, por onde circulam várias correntes do pensamento filosófico, busco estabelecer diálogos com autores de uma área e outra, na tentativa de analisar o passado considerando toda sua fragmentação e variáveis interpretativas como uma possibilidade de invenção e interpretação desse passado. O grande desafio do historiador nesse contexto é eleger um “lugar” por meio das fontes que dispõe e de suas afinidades teóricas e não simplesmente classificar “o ontem”.

Faço parte de uma geração de historiadores que em seus cursos de formação aproximou-se da história cultural, principalmente (mas não apenas) da corrente francesa. Pude refletir, nestes termos, sobre “a operação historiográfica” pensando a construção da pesquisa e da narrativa a partir de pedaços/resquícios diversos do passado. Assim, para investigar o Mobral, sua formação ideológica, suas práticas educacionais e culturais, busquei aproximar fontes de diferentes naturezas tecendo uma análise crítica e buscando desvios das propostas globais e consagradoras do passado ditatorial, trabalhando nas margens como sugere o historiador francês Michel de Certeau.

Somado a esses cuidados, discussões sobre conceitos como o de *representação*²⁸ me parecem úteis para pensar a personificação do Mobral como

²⁷ Essa ideia foi amplamente discutida em um curso ministrado pelo teórico em agosto de 2015, no Instituto Ricardo Brennand em Recife-PE.

²⁸ Em 2007, numa entrevista publicada na revista “*Historia, antropologia y fuentes orales*” da Universidade de Barcelona, Chartier expande seu conceito de representação ao defender uma aproximação deste com a realidade. Para ele o objeto/órgão de representação ganha um status de

“a presença do Estado ditatorial em todas as suas ações”. De igual modo considero imprescindível uma reflexão sobre o conceito de apropriação para analisar o exercício do Mobral em “lançar mão” de metodologias, expressões e modelos de alfabetização do passado dando a eles um refinado toque de ineditismo, autenticidade e validade. Nestes casos aproximo-me de Roger Chartier, pois opera com esses conceitos numa perspectiva aberta para atender as questões contemporâneas da história cultural.

No que concerne às práticas de leitura e escrita e à análise de materiais didáticos e das cartas dos alunos e professores busquei estabelecer aquilo que Robert Darnton e Ana Maria Galvão chamam de “Cultura escrita e práticas de leitura”²⁹. Esses autores me ajudam a pensar o processo de construção de impressos para fins educacionais, a circulação e o consumo desses textos além de apontar as possíveis recepções sociais a partir das cartas. Essas leituras me levaram indubitavelmente a outros autores que se somam na reflexão sobre o tema proposto e a operação historiográfica e compõem a lista bibliográfica da tese.

Apontados esses elementos e diante do desafio de pensar o Mobral, sua estrutura, funções e alcance dentro do Estado de exceção que o criou, e principalmente, analisar suas contribuições para a construção de um projeto forjado de democracia e os impactos dessas ações para a história da educação brasileira, este trabalho foi construído em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, *A educação de jovens e adultos na história brasileira*, analiso o percurso histórico da educação no Brasil, por meio da literatura especializada, dando privilégio às mudanças ocorridas no século XX e às ações pró-educação popular que ganham espaço, sobretudo, nos anos 1950-1960. Esse inventário educacional se estende até o momento de “fabricação do Mobral” no contexto da ditadura civil-militar no país. O principal objetivo desse capítulo é remontar o cenário político e educacional que permitiu a criação do Mobral e sua

personificação daquilo que representa. É a presença “de” através do corpo simbólico. Penso no Mobral em tais dimensões, como um legítimo representante do Estado, argumento que reforçarei ao longo da tese. Ver: *Conversas com Chartier (Barcelona, 5 de junho de 2007)*. HAFO. 2. 38. 2007.

²⁹ Em especial nos textos: Darnton, Robert. *A questão do livro: Passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das letras, 2010 e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Cordel, leitores e ouvintes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

tentativa de legitimação no campo educacional como “*o maior e mais eficiente plano da história da nação para o combate ao analfabetismo*”. Para tal, o Mobral se esforça em desqualificar os projetos educacionais que o antecederam, em especial os que carregam a rubrica de Paulo Freire e suas iniciativas em promover maior expansão da conscientização popular pelas vias educacionais. Nesse capítulo descrevo e discuto ainda, as principais estratégias do governo militar na construção de um ideal de democracia e legitimidade sobre si e sobre o Mobral em consonância com o Projeto de Integração Nacional (PIN) que aproximava as questões educacionais do desenvolvimento econômico requerido para o período.

Em *Estrutura e funcionamento do Mobral*, capítulo 2, apresento a organização administrativa criada pelo movimento, sobretudo, para pensar como cada setor e órgão se articulam (ou deveriam se articular) para a consolidação do seu objetivo maior, que era a erradicação do analfabetismo em dez anos. Essa estrutura, de alguma forma, montou uma rede de conexão envolvendo todos os municípios brasileiros, criando uma espécie de cartografia da alfabetização.

Outro aspecto importante nessa estrutura a ser analisado é o programa pedagógico utilizado, que buscava a construção e manutenção de um modelo educacional que atendesse às políticas sociais vigentes e garantisse o cumprimento das metas propostas. Para isso apresento a indústria gráfica que deu suporte ao Mobral, bem como a análise dos materiais editados pelo Movimento, tanto para o campo educacional quanto para a formação de seus funcionários e voluntários.

Analiso ainda neste capítulo, a aproximação política dos militares da esfera cultural que, por meio de setores específicos criados pelo Mobral, desenvolviam atividades ligadas à música, ao cinema, à televisão e ao teatro, reforçando assim seus alcances e promoção midiática – o Programa Mobral Cultural.

O Cotidiano da alfabetização é o capítulo 3. Nele trago o cotidiano das salas de aula do Mobral recontado com base nas cartas de alunos e professores enviados ao Mobral Central. Esse conjunto documental permitiu a observação do passado por fendas ainda não exploradas pelas pesquisas históricas, o que torna o Mobral conhecido por um novo prisma.

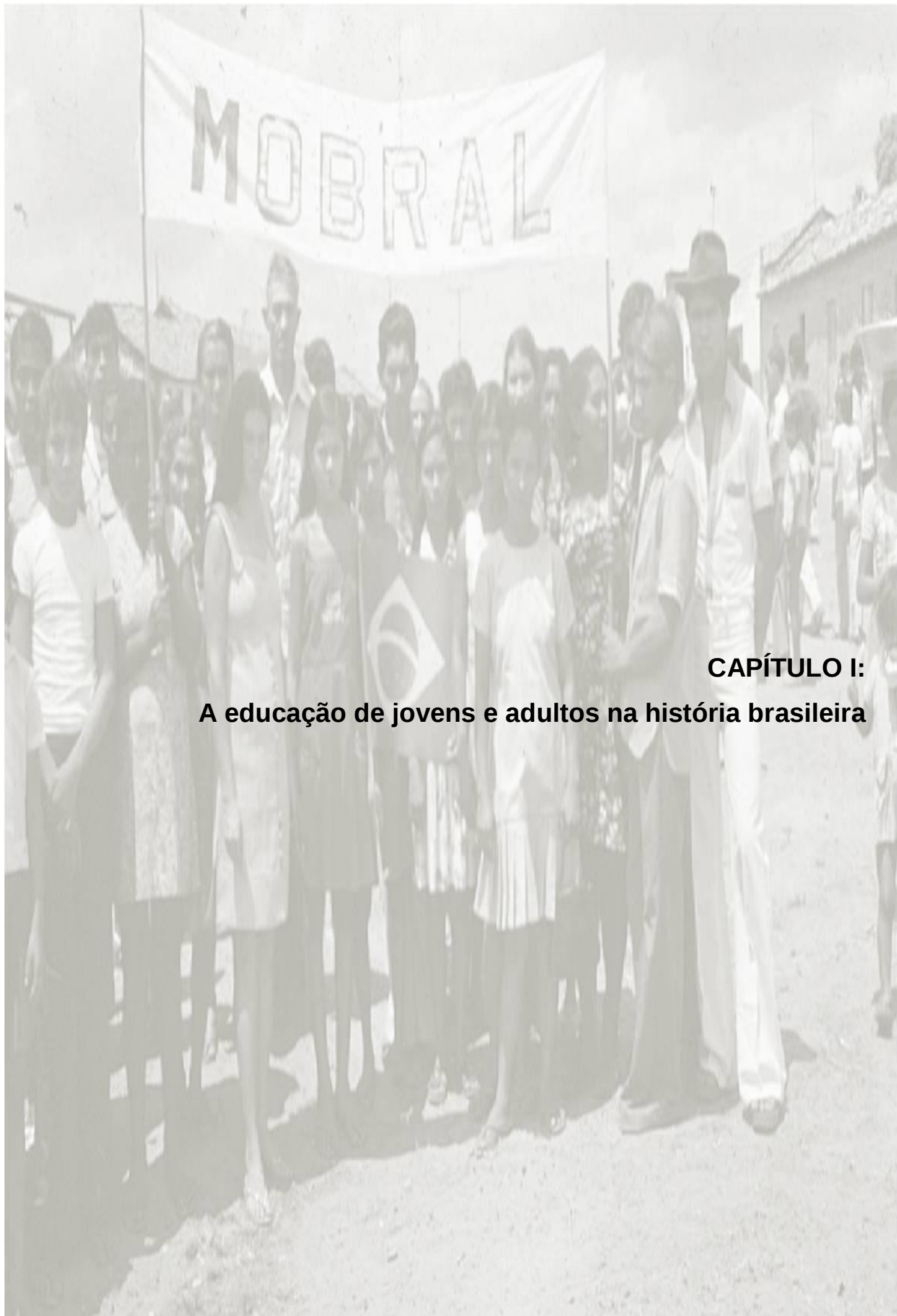
Com o uso dessa documentação, outras impressões e sensações desvelam-se deixando em evidência elementos como as emoções, as falas e até mesmo o silêncio, em seus aspectos mais reveladores, de um grupo que é peça-chave para se entender o Mobral em sua totalidade.

Investigo também os grupos que compõem o movimento ao longo dos dez anos pesquisados. São professores, editores, agentes comunitários, supervisores e coordenadores que de forma remunerada ou voluntária chegou a somar 40 mil pessoas em todo o país, segundo dados do próprio Mobral. Esse capítulo destina-se, ainda, a pensar na clientela do Mobral e suas características sociais. O estudo desses grupos de alunos possibilitou compreender, dentre outros fatores, as demandas sociais do período e o nível de mobilização nacional que o Mobral promoveu. Este capítulo descortina também outro elemento presente na esfera social mobralense: a vigilância dos aparelhos do Estado às ações que eram empreendidas pelo Mobral e aos sujeitos envolvidos nelas, como também as impossibilidades desse controle.

Por fim, no capítulo 4, *Chegam os anos 1980*, analiso o Mobral entre os maiores contrastes de sua história: a grande projeção nacional e a simpatia internacional (1972-1975) e o processo de declínio que sofreu a partir de 1976 a 1980. Até o ano de 1975 o Mobral parecia um programa eficiente e promissor o que o tornava, em grande medida, intocável politicamente. Essa vazão chamou a atenção de setores internacionais que a partir dos fóruns internacionais de educação promovidos pela UNESCO fizeram do Mobral um objeto de curiosidade, análise e elogios. Discuto essas dimensões com base em reportagens jornalísticas que circularam no exterior sobre o movimento dando uma ideia de como era visto por outros países.

A virada de 1975 para 1976 traria um enfraquecimento para o Mobral que viu sua estrutura aos poucos ruir depois de instaurada uma CPI criada para investigar a matrícula de crianças de 9 a 14 anos no programa e desvios de sua trajetória. Essa depreciação foi agravada com a divulgação de dados do IBGE que contestavam índices de analfabetismo do Mobral apontando para uma regressão dos alunos mobralenses e conseqüentemente o não cumprimento da meta.

Essas experiências teriam um impacto na memória coletiva construída sobre o Mobral e explicam o seu esforço em se defender das críticas que comprometeram suas atividades e credibilidade. Preocupados com a construção de uma memória para a história, uma de suas últimas ações foi a construção de um “inventário” vindo a público em forma de “livro de memória”, numa clara tentativa de construir um passado sobre si e deixar uma marca para a história.



CAPÍTULO I:
A educação de jovens e adultos na história brasileira

CAPÍTULO 1

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA HISTÓRIA BRASILEIRA

O valor das letras não tem preço.
(Maria do Carmo, Altonia-PR,
6/10/1971)

Eu era como árvore sem folhas agora sou
como árvore florida cheia de alegria.

(Maria P. de Souza, Araçatuba-
SP, 7/10/1971)

A coisa melhor do mundo é a gente saber
ler quem não sabe ler é como um cego que
vive sem enxerga.

(Joana Ferreira, Colinas-MA,
27/10/1971)³⁰

1.1 O analfabetismo no Brasil: passado e presente

O lugar é iluminado com dois candeeiros, à base de querosene, que soltam uma pequena nuvem de fumaça preta manchando a parede descascada. A sala de aula é na verdade o depósito de João, o marceneiro. Os bancos foram tomados emprestados, mas não são suficientes para 18 alunos. É necessário chegar cedo para garantir um lugar, caso contrário, sobra a esteira empoeirada para apoiar o corpo cansado do dia de trabalho na roça e os livros de leitura e exercício que são utilizados pela alfabetizadora. No colo, ainda é preciso arrumar espaço para apoiar a cabeça das crianças que sempre dormem quando a aula começa.³¹

O cenário descrito data dos anos 1970. Entretanto, se considerarmos a história da educação de jovens e adultos no Brasil, essa é uma realidade que pode enquadrar-se em diversos tempos históricos que vão desde o século XIX até o XXI. O tom de improviso, as privações e a ausência de uma estrutura

³⁰ Alunas do Mobral em cartas escritas ao Mobral Central - Outubro de 1971.

³¹ Descrição feita por meio da carta de alunos do Mobral escritas em 1971. Fonte: Arquivo histórico do INEP - Cx. n.º 124.

considerada ideal para a promoção da educação formal, deixou marcas profundas na história brasileira, no passado e no presente, a exemplo disso o analfabetismo.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), apresentados em setembro de 2013, apontam para a presença de 13,2 milhões de analfabetos no Brasil; em 2011 eram 12,9 milhões. “Com isso, a taxa de analfabetismo, que era de 8,6% em 2011, chegou a 8,7% em 2012” entre a população de 15 anos ou mais de idade.³² Diante dos recentes números, fica a questão: Como e por que o analfabetismo se tornou um fenômeno perene na história da educação do Brasil?

O tema é complexo e dispensa generalizações apressadas. Envolve profundos elementos históricos, políticos e culturais que, ao longo do tempo, tem sido objeto de reflexão entre profissionais de diversas áreas.

O desejo de analisar o analfabetismo como elemento histórico e entender suas implicações políticas e sociais, parte da incômoda constatação como - pesquisadora e professora - de que conhecer essa história não é algo supérfluo, é sim uma necessidade que pavimenta ações e diretrizes capazes de fazer a educação se consolidar como um direito inalienável ao cidadão brasileiro, inclusive para os mais de 13 milhões citados.

Do ponto de vista metodológico, optei por tecer a discussão sobre o tema tomando como base a apropriação³³ do conceito de “analfabeto” no passado e no presente. Partindo do princípio de que todo conceito tem uma história³⁴ e articula-se com outras ideias que, *a priori*, sustentem suas teses, entendo que manejá-los exige cautela, pois carregam em suas construções as percepções de quem os produz, sujeitos movidos pela necessidade de oferecer respostas aos fenômenos sociais, e assim, compreender as relações de poder.

³² BRASIL. Ministério da Fazenda. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): composição da população. Brasília, set. 2013. p. 31. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/spe/publicacoes/conjuntura/informativo_economico/2013/2013_09/emprego_renda/IE%202013%2009%2027%20--%20PNAD%20PNAD%202012.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2015.

³³ A ideia de apropriação aqui é a mesma utilizada pelo historiador Roger Chartier, ou seja, o uso consciente ou inconsciente de termos, conceitos e ideias que são tomados em uma prática cotidiana. Entende-se que a construção do termo “analfabetos” é plural ao longo da história e usado de diversas maneiras a depender dos interesses em jogo em cada tempo. CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Revista Estudos Avançados, v. 5, n. 11, 1991.

³⁴ O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica, adverte Reinhart Koselleck, e por isso só poderá ser realmente experimentado por meio das definições do próprio conceito. KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

O conceito de analfabetismo no contexto brasileiro é constitutivamente polêmico, fluido e por isso passivo de análise, é dotado de uma instabilidade tanto na sua definição quanto na sua aplicação a um determinado grupo ou categoria social. Apresenta diversas adjetivações, nem sempre pejorativas como as atuais para nossos padrões iluministas, permeado pela hegemonia da cultura escrita³⁵.

O analfabetismo não parecia problema até o século XIX. Era fácil, por exemplo, encontrar fazendeiro, senhores de engenho e donos de escravos que não sabiam ler nem escrever. Livrarias e bibliotecas eram raras, até a chegada da família real portuguesa em 1808 e a instalação da imprensa régia no país, o que restringia em muito a circulação de impressos e a difusão de um universo de leitores.³⁶

A falta dessa estrutura gráfica e literária concentrava nos núcleos urbanos a presença de livrarias e bibliotecas. Galvão e Di Pierro em seus estudos sobre o tema afirmam que a maior parte da população desse período, no entanto, não morava nas cidades, mas em isoladas, pequenas ou grandes propriedades rurais. A cultura oral até aquele momento era muito mais praticada do que a cultura escrita. Um dos fatores era o limitado número de escolas, de professores, e mesmo pouca importância que essa habilidade tinha naquele modelo de sociedade. “Além disso, o analfabetismo não afastava as camadas proprietárias do exercício do poder: eleger e ser eleito dependia da prova da renda e não da capacidade de ler e de escrever.”³⁷

Um momento-chave para a mudança de perceptiva na relação letramento e poder foi a criação da Lei Saraiva que estabeleceu no Brasil, pela primeira vez a exclusão do direito de voto aos analfabetos.³⁸ A institucionalização da lei reflete

³⁵ CHARTIER, Anne Marie. *Práticas de Leitura e Escrita - história e atualidade*. Belo Horizonte. Editora Autêntica 2007.

³⁶ Um abrangente estudo sobre o tema é a obra: ABREU, Márcia (Org.). *Impressos no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2010.

³⁷ GALVÃO, Ana Maria; DI PIERRO, Maria Clara. *Preconceito contra o analfabeto*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 34.

³⁸ A lei sancionada em 1881 é considerada a mais importante legislação eleitoral do Brasil do período, e determinava o voto direto nas eleições em todo o Reino. Em seu preâmbulo determinava a realização de um censo com vista a ser efetuado o alistamento dos eleitores. A lei estabelecia, dentre outros fatores, que nenhum cidadão poderia ser incluído no alistamento sem o ter requerido por escrito (a próprio punho), e com o requerimento, deveria anexar provas de que tinha renda líquida anual não inferior a 200 mil réis, por bem de raiz, indústria, comércio ou emprego. BRASIL. Decreto n.º 3.029, de 9 de janeiro de 1881. Lei Saraiva, Lei do Censo. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1881, página 1, vol. 1pt1. Disponível em:

uma mudança de paradigma na sociedade imperial à proporção que as discussões em torno da ampliação a educação pública cresciam.³⁹

O primeiro censo realizado no Brasil após a Proclamação da República em 1889, aponta para a presença de 82,6% da população não alfabetizada,⁴⁰ dado que evidencia o tamanho do problema que desafiaria intelectuais e governantes na campanha de popularização da instrução pública no Brasil diante dos princípios democráticos.

Até a segunda metade do século XX, o analfabeto, além de não possuir as habilidades do uso dos códigos escritos de comunicação, era tido como um “sujeito incapaz de decidir por si mesmo nas esferas jurídica, econômica e política, que produz pouco e mal, não raramente é explorado, não tem condições de votar e ser votado, ou seja, um indivíduo com inúmeras limitações para exercer os direitos e deveres constitucionais”.⁴¹

Essa visão, porém tinha seu time de críticos. O sociólogo Gilberto Freyre, parecia ser seu principal representante e o mais eloquente deles. Incomodado com o “assanhamento” da alfabetização popular pela qual o Brasil passava no início do século XX, ele impõe duras críticas aos “iluministas de Platão”. Usando como tribuna sua tradicional coluna do *Diário de Pernambuco*, Freyre protesta:

Basta, no Brasil, tanta assuada acerca de analphabetos; de serem elles a causa da nossa gloriosa republica não ocupar ainda no universo o lugar que lhe compete, ao lado das chamadas grandes potencias. Pobres analphabetos! E pobres, não pelo seu analphabetismo, mas por serem assim tratados, ou antes mal tratados, pelos meios cultos. E tudo isso por quê? Porque um velho de Mainz inventa, com uns paus e umas rodellas, uma machina para salpicar de signaes pretos rolos e rolos de papel; e um frade – pedagogo de Wittenberg um tanto hystericamente se rebela contra o papa; e um genebrez de juízo solto empolga meio mundo com as suas theorias anti-naturaes e anti-historicas. E eis-nos sob a superstição do alphabetismo. (...) Estará mesmo no alphabetismo a felicidade máxima de um povo? Ai de mim, que ainda me pertuba a duvida de tão clara verdade! E, aqui entre nós – maior ainda é minha

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3029-9-janeiro-1881-546079-publicacaooriginal-59786-pl.html>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

³⁹ Essa era uma discussão travada em um plano global. Desde a Revolução Francesa e a consolidação de valores iluministas na dita civilização moderna, a educação formal assumiu um *status* de relevância na promoção de uma sociedade igualitária, desenvolvida e livre.

⁴⁰ BRASIL. Recenseamento geral do Brasil 1920. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística (IBGE), 1920. v. 4, parte 4 apud FERRARO, Alceu Ravello. *História inacabada do analfabetismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

⁴¹ Declaração do educador Lourenço Filho, importante nome no movimento dos pioneiros da educação no Brasil e no governo Vargas durante o Estado Novo. LOURENÇO FILHO, citado por PAIVA, Vanilda. *Educação popular e educação de adultos*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1983. p. 184.

perversão: eu não comprimiria o tal botãozinho. Ao contrário: si possuísse o talento mechanico do meu amigo dr. Souza Lemos emprega-lo-ia em inventar uma machina, no gênero daquela de Wells, porém com este fim - produzir analphabetos. Digo-o sem nenhuma melícia; digo-o com a maior das canduras. O analphabeto é um ser útil e interessantíssimo, o que não succede com o meio-culto (...) Subtraído da cultura humana o contingente dos analphabetos, escancara-se ante nós formidável lacuna. Eu mil vezes prefiro um menestrel dos nossos sertões a toda a legião de poetas meio-letrados cá do litoral⁴².

No deboche ácido, peculiar de Freyre, está explícita uma visão romântica sobre o analfabeto, visto como um legítimo representante da cultura popular brasileira em sua expressão mais pura e por isso preciosa. O discurso freyriano está na contramão de uma tendência nacional. O século XX em todas as suas transformações faz associações entre o letramento e o desenvolvimento social e por isso, o analfabetismo é amalgamado ao atraso econômico.

Uma significativa mudança na história da educação de adultos no Brasil teria curso em meados do século XX quando duas frentes ideológicas são apontadas como principais desencadeadoras da iniciativa no combate ao analfabetismo: a esquerda cristã católica e parte da burguesia capitalista. Ambas mobilizam organizações locais, nacionais e internacionais que concentraram uma série de esforços na promoção de projetos educacionais.⁴³ Dentre eles, destaque para a Unesco que compõe o conjunto de estratégias para a reconstrução do mundo no pós-segunda guerra em termos culturais.⁴⁴

Desde sua fundação em 16 de novembro de 1945, a Unesco estimulou a criação de programas nacionais de Educação para adultos, especialmente nos países pobres, onde os índices de analfabetismo, para pessoas com mais de 15 anos, eram considerados alarmantes. Essas iniciativas estão atreladas à aposta e ao apelo mundial à educação, vistas como parte integrante e de grande relevância no processo de socialização e desenvolvimento humano.

⁴² Texto originalmente publicado em: FREYRE, Gilberto. Nota do Diário de Pernambuco, em 06 de maio de 1923. Disponível em: www.bndigital.bn.br/hemeroteca-digital e republicado em FREYRE, Gilberto. *Retalhos de jornais velhos*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1964. p. 85. (Obras Reunidas de Gilberto Freyre).

⁴³ Ver: SOUZA, Bianca Nogueira da Silva. *O ser e o fazer: os intelectuais e o povo no Recife dos anos 1960*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

⁴⁴ Embora só se tenha estabelecido no Brasil oficialmente em junho de 1964, a Unesco já despertava a atenção dos governadores do país no tocante ao financiamento de projetos sociais desde o fim dos anos 1950, principalmente os atrelados à erradicação do analfabetismo. Mais detalhes sobre a história da Organização no Brasil e no mundo, ver: www.brasilia.unesco.org.

Segundo Fávero (2002), entendia-se que nesses países “atrasados, tanto as dificuldades de organização familiar quanto as deficiências dos serviços comunitários em geral (quando existentes) dificultavam ou mesmo impediam que as populações pobres adquirissem o mínimo de conhecimentos, de hábitos e de atitudes que” as conduzissem na direção de um desenvolvimento total.

É nesse sentido que se ressalta a aclamação pela educação básica nos anos 1960 como requisito mínimo para atender às necessidades individuais e aos problemas coletivos de uma sociedade. O autor ainda reforça que:

De acordo com a UNESCO, todo programa de educação de base teria como ideal o ensino fundamental universal, gratuito e obrigatório para as crianças. Sublinhava-se o estreito relacionamento entre educação de crianças e educação dos adultos, assim como se recomendava que, onde existissem ‘verdadeiras escolas’ (ou seja, escolas tradicionais para crianças), o programa de educação de base poderia dirigir-se inicialmente aos adultos, sob forma simples e prática.⁴⁵

É com essa preocupação que a educação no Brasil ganha espaço nas discussões da época, assumindo certo teor político. A formação cultural das classes populares⁴⁶ vira pauta entre as organizações públicas, vista como elemento capaz de consolidar a vulnerável e ainda não sólida democracia nacional, além de colocar o país na esteira do crescimento econômico mundial.

Esse cenário explica em parte os projetos sociais voltados para a educação implantados no Brasil e principalmente no Nordeste (região que congregava os piores índices do país), assim como as motivações dessas investidas, das quais destacamos os pioneiros: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) criada em 1947, com o objetivo de promover a educação de base e a organização comunitária atingindo principalmente os maiores de 15 anos, com o ensino supletivo; Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), criada em 1952, visando à promoção da educação no campo para Jovens e Adultos;

⁴⁵ FÁVERO, Osmar. MEB – Movimento de Educação de Base: primeiros tempos: 1961-1966. In: ROSAS, Paulo (Org.). *Paulo Freire: educação e transformação social*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002. p. 137.

⁴⁶ Está implícito aqui uma ideia ou conceito de povo como categoria histórica criada pela “*intelligentsia*” engajada desse período (para usar uma categoria gramsciana). Dentro dessa concepção de *povo brasileiro* assume uma dimensão pura, ingênua e potencialmente revolucionária, desde que, contasse com a vocação diretiva dos intelectuais. Destaco alguns autores que problematizam essa construção histórica e outros contra pontos: BOLLÈME, Geneviève. *O povo por escrito*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1988; RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000 e BASTOS, Elide Rugai (org.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003.

Sistema Rádio Educativo Nacional (Sirena), criado pelo Ministério da Educação em 1958.

Embora esses programas carreguem suas especificidades, podemos afirmar que havia um ponto convergente entre eles, e este girava em torno do desenvolvimento comunitário e da criação de uma mentalidade de cooperação e participação na solução dos problemas locais. Essa lógica de participação coletiva atrelada ao envolvimento no processo de desenvolvimento do país é uma tecla fortemente batida pelos nacionalistas brasileiros nos anos 1960.

A palavra-chave utilizada por esses ideólogos era “conscientização”. Para eles, era preciso fazer com que o povo tomasse consciência da sua condição como explorado, o que geraria uma reação em busca da própria melhoria de vida e, de forma encadeada, a promoção das reformas sociais que levassem a sociedade a um desenvolvimento pleno e igualitário. Esse trabalho deveria ser desempenhado essencialmente pelos intelectuais, pois eles dispunham da capacidade necessária para fazer a leitura do cotidiano da sociedade e oferecer, com base nesse diagnóstico, um plano de ação.

Essa perspectiva de transformação social, em sua maioria, não se pautava em uma proposta de mudança radical do sistema político (uma revolução comunista, por exemplo), mas, sim, em uma expectativa de “democratização da democracia”, pois facilitaria o processo de mutação e modernização desejado pela sociedade capitalista moderna, dentro dos limites vigentes, projeto em certa medida desfeito com o golpe de 1964. Essa visão educacional foi, pouco a pouco, assimilada pelos programas dos governos que estavam no poder desde Getúlio Vargas (1930) até João Goulart (1962).

Foi no início dos anos 1960 que surgiram alguns dos movimentos mais expressivos de educação e cultura popular do Brasil, ganhando projeção como estratégia pedagógica o “método Paulo Freire”. Tais movimentos representam um salto quantitativo nos indicadores de alfabetização no Brasil⁴⁷ e trazem um sensível impacto nos contingentes eleitorais de 1962⁴⁸. No cerne dessas

⁴⁷ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os anos 1950 e 1960, a taxa de analfabetismo no Brasil caiu 10,9%, publicados e discutidos em FERRARO, 2009. Volto às questões em torno da pedagogia de Paulo Freire na seção 1.2.

⁴⁸ Segundo Paiva, 2003 o eleitorado entre os anos de 1950 e 1960 havia crescido quase 50%. E não apenas isso. Os novos eleitores indicam mudança também na escolha dos candidatos, fugindo dos políticos tradicionais. Para mais informações sobre as eleições desse período,

campanhas o preconceito contra o analfabeto era combatido na medida em que se difundia uma nova imagem desse sujeito como um ser capaz e produtivo.

As contribuições para o desenvolvimento do Brasil e o impacto que a alfabetização poderia trazer em termos econômicos e sociais foram largamente debatidos no I e no II Congressos Nacionais de Educação de Adultos entre os anos 1940-1950. As expectativas em torno desses eventos, que reuniram intelectuais e diversos representantes comunitários, eram que de lá partissem diretrizes que orientassem o governo.

Destaco três vertentes para a alfabetização que se sobressaíram a partir desses encontros: a primeira dizia respeito a construção de uma agenda nacional de educação, a segunda era a crença na alfabetização como um instrumento que previne a subversão e a terceira e mais influente nos meios intelectuais defendia que a alfabetização levaria o Brasil a uma verdadeira democracia.

O debate nacional ainda ganharia fôlego com a realização do I Encontro de Alfabetização e Cultura Popular realizado em Recife em setembro de 1963. Convocado pelo Ministério da Educação e patrocinado pelas secretarias de educação e movimentos populares de diversos estados o encontro visava “propiciar o intercâmbio de experiências de todos os movimentos de alfabetização de adultos e cultura popular, bem como estudar a viabilidade de que tais movimentos se coordenem nacionalmente”⁴⁹.

Talvez o maior legado deste encontro tenha sido a realização de um inventário dos movimentos pró-educação que se fazia naquele momento no Brasil e o debate em torno de necessidade uma representação nacional que direcionasse uma ação nacional para o combate ao analfabetismo e crítica aos dispositivos constitucionais que proibia o voto dos analfabetos (PAIVA, 2003).

O “lugar” marginal dos analfabetos no exercício democrático perduraria até meados dos anos 1980.⁵⁰ A distinção entre os indivíduos que poderiam participar

conferir: <http://www.tse.jus.br/institucional/analisa-melhor-descarte/eleitos-1945-1990/cronologia-das-eleicoes>.

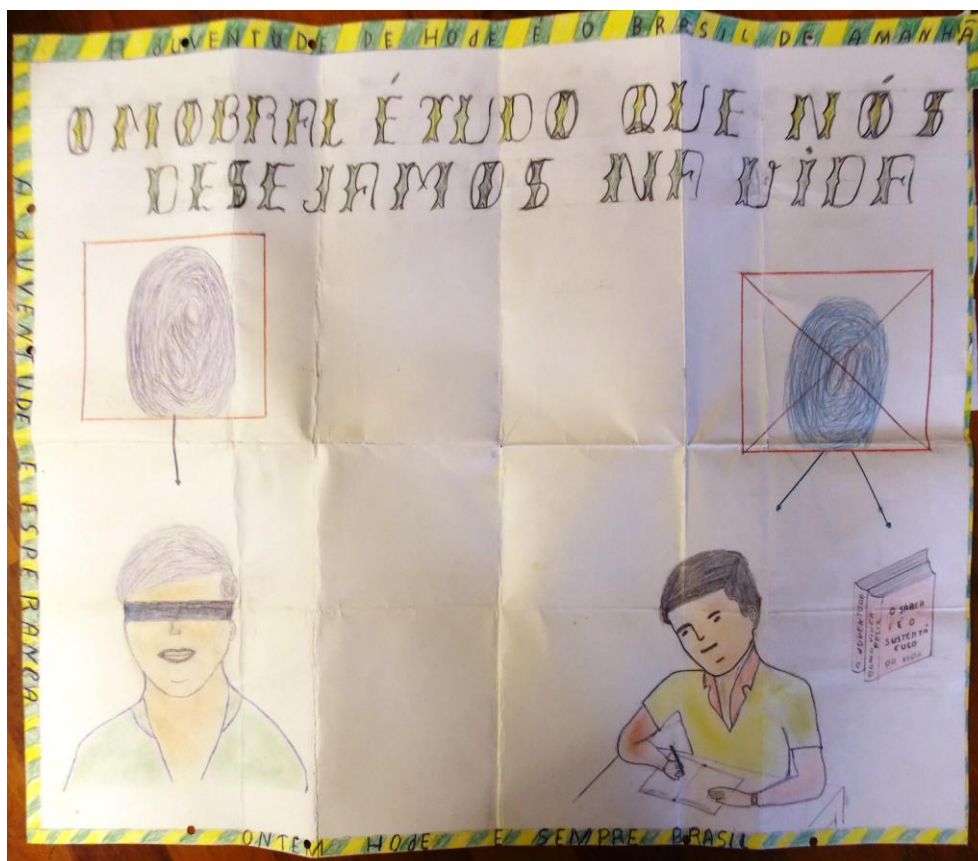
⁴⁹ Anais do I Encontro de Alfabetização e Cultura Popular. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. Coleção Educação para todos, v. 33.

⁵⁰ Em 1.º de julho de 1985, promulgou-se a Lei n.º 7.332, que garante ao analfabeto o direito de voto, depois referendado pela Constituição de 1988. BRASIL. Lei n.º 7.332, de 1.º de julho de 1985. Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento

efetivamente das questões político-sociais do seu tempo fazia-se com base no grau de escolarização do sujeito, a saber, entre os “alfabetizados” e os “não alfabetizados”.⁵¹

Entre os anos 1970 e 1980, recorte da tese, o lugar dos analfabetos parece bem definido tanto nos discursos oficiais quanto entre os próprios sujeitos não letrados que incorporavam de alguma maneira tais argumentos, e reproduzem esses discursos. Um interessante exemplo dessa apropriação pelos analfabetos e os recém-alfabetizados estão nas cartas que eles enviavam ao Mobral. Em muitos desses escritos estavam inclusos desenhos em que esse debate se faz:

Figura 1 – O Mobral é tudo o que desejamos na vida: desenho de aluna do Mobral recém-alfabetizada



Fonte: Arquivo histórico do INEP - Cx. 124 - n.º 928. Maria José de Lima, Palmeira dos Índios, Alagoas, 1971. Na capa do livro desenhado no canto direito, é possível ler: “A juventude como vive feliz. O saber é o sustentáculo da vida”.

eleitoral e o voto do analfabeto e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 jul. 1985.

⁵¹ CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.

A metáfora utilizada por Maria José é uma das mais usadas pelos alunos do Mobral e também pelos discursos oficiais – a associação do analfabetismo com a cegueira. No quadro comparativo que ela estabelece entre seus personagens desenhados, temos no primeiro a representação de uma pessoa vendada que usa as digitais como forma de identificação. Depois do Mobral, as vendas seriam então retiradas, e o segundo personagem não precisa usar as digitais, ele sabe assinar o nome e ler, seria um vencedor, assim como o Mobral.

Tão significativo quanto o desenho de Maria José é a frase que ela usa como letrero em sua arte: “O Mobral é tudo que nós desejamos na vida”. O que está implícito nessa ideia é a crença de que, por meio do Mobral e da apropriação dos códigos da cultura escrita, o sujeito teria uma melhoria nas suas condições de vida tanto social quanto econômica, o que geraria felicidade e satisfação. A alfabetização representaria, ainda nesse contexto, uma significativa melhoria na autoestima da população, pois se sentiam “úteis à nação”.⁵² Quem teria ensinado a aluna Maria José e a milhões de analfabetos que o letramento traria felicidade? Como essa associação entre alfabetização e realização pessoal surgia nessas mentes e corações? Estaria ela de alguma forma reproduzindo algum discurso, largamente difundido naquele momento histórico?

A história nos ajuda a entender a genética dos processos, e neste sentido amplia a visão do passado de uma sociedade sobre o analfabeto, assim como, a do próprio analfabeto sobre si nesta sociedade. Tais questões teriam implicações políticas e sociológicas profundas dentro do Mobral, que serão discutidas ao longo dos capítulos.

1.2 Entre a educação, a história e o limbo: O Mobral na historiografia

Meu primeiro contato com a historiografia do Mobral se deu através do livro “Educação Popular e Educação de Adultos” de Vanilda Paiva. Essa é uma obra originalmente construída no início dos anos 1970, quando a autora defendeu sua dissertação de mestrado pela PUC – RJ. Ao longo dos anos, o texto foi reescrito e

⁵² Carta de alunos do Mobral. Fonte: Arquivo Histórico do Inep, Cx. 126, n.º 153.

sofreu diversas atualizações na tentativa de acompanhar as mudanças pelas quais passava a educação brasileira até a sua sexta e última edição em 2003.

Através de uma narrativa marcadamente territorializada, temporalizada e até certo ponto, afetiva com o tema, Paiva não esconde o lugar de onde fala. Apresenta suas influências e oferece aos seus leitores um sólido inventário da história da educação popular e da educação de adultos no Brasil em suas intrínsecas relações com a política e a sociologia.

Faço algumas menções a essa obra ao longo da tese. É sem dúvidas uma das obras mais lembradas quando o assunto são os marcos referenciais da Educação de Jovens e Adultos. Nesse trabalho (tanto na primeira quanto na última edição) o Mobral é visto como um capítulo dentro do processo histórico em curso. Sua caracterização se dá como um “desacerto autoritário” e projeto de “inculcação ideológica” dos militares uma vez que todo seu esforço pretenderia a “legitimação eleitoral do regime” (p. 358).

Outra obra de mesmo formato que também traz o Mobral num dos seus capítulos é o trabalho de Gaetana Maria Jovino Di Ricco intitulada *“Educação de Adultos: Uma contribuição para seu Estudo no Brasil”*, de 1979. Aqui a autora aprofunda seus argumentos, aproximando a educação das questões econômicas que “explicariam” em grande medida os programas de alfabetização em massa como o Mobral, que teria neste sentido, seus méritos⁵³.

As duas obras citadas promovem uma análise da história da educação de jovens e adultos no Brasil e nele o Mobral é apresentado como parte de um todo, contribuindo para uma visão panorâmica sobre o movimento. Considero essas reflexões interessantes e necessárias no processo histórico educacional em que o Mobral está incluso.

No final dos anos 1970 o Mobral ganha certo protagonismo na dissertação de Gilberta Martino Januzzi defendida pelo programa da PUC em São Paulo. Com o título de “Confronto pedagógico: Paulo Freire e MOBREAL”. Esse trabalho adentra o polêmico cenário de afirmação do Mobral na esfera educacional

⁵³ RICCO, Gaetana Maria Jovino di. *Educação de adultos: uma contribuição para seu estudo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1979.

brasileira e propõem um cotejo entre Paulo Freire e o Mobral, abordagem nova, arrojada e corajosa para o período⁵⁴.

Jannuzzi estabelece uma investigação nas entranhas pedagógicas do “sistema Paulo Freire” e do Mobral para atestar o grande fosso que separaria tais projetos. Para a autora os pontos sucursais dessa divergência estariam na concepção e finalidade da educação, no conceito de desenvolvimento social, no papel da educação no método e nas técnicas de preparação dos materiais para alfabetização. Essas diferenças produziriam, nos dizeres de Januzzi, um “alfabetizado com características bem diferentes”, que consequentemente desempenhariam papéis díspares na sociedade: de um lado, um sujeito crítico e autor de uma revolução social; do outro lado, um sujeito pronto à subordinação imposta pelo Estado e seus interesses econômicos.

Depois da publicação desses trabalhos e dos possíveis debates que geraram, um hiato se fez de aproximadamente trinta anos e o Mobral nesse período quase não foi estudado. Este parecia de fato um tema esgotado, superado, ou melhor, algo a ser esquecido, ignorado. À medida que cresciam pesquisas sobre os movimentos de educação popular antes de 1964 o Mobral e “seus parques resultados”, como diziam seus críticos, caíam numa espécie de reprovação nacional.

Aquele momento político (1980-1990) buscava um passado “de ouro” que deveria ser explorado, estudado e em grande medida “resgatado”, e as pesquisas acadêmicas atestam isso. Sem espaço para discussão, o Mobral parece cair num limbo entre educadores e historiadores ou ainda entre os historiadores da educação, não estimulados pelo cenário social e político a discutir o tema.

A partir dos anos 2000 uma nova geração de pesquisadores mostra-se curiosa sobre temas relacionados com a ditadura e seus impactos na história recente do Brasil. Tais interesses chamaram a atenção mais uma vez para as reformas e práticas educativas implantadas depois de 1964. Assim surgem alguns interessantes trabalhos tendo o Mobral como objeto principal de investigação, dentre os quais destaco quatro.

⁵⁴ JANNUZZI, Gilberta Martino. *Confronto pedagógico: Paulo Freire e Mobral* (1979). São Paulo: Cortez, 1983.

O primeiro é a dissertação “Um Passo a mais na Educação de adultos Trabalhadores: um estudo sobre os programas do MOBRL na Escola Estadual Macedo Soares (Campo Largo – Paraná, décadas de 1970 e 1980)”, escrita por Geraldo José Turezzo. O trabalho faz uma espécie de estudo de caso, analisando a configuração do Mobral e seus impactos na pequena cidade do Paraná. Para o pesquisador o Mobral era a única opção para centenas de adultos analfabetos da região e por isso “tornou-se referência de inserção no mundo da leitura e escrita de alunos adultos, contribuindo com a construção da alfabetização no país e no município⁵⁵” As fontes utilizadas para a análise foi um grande medida um conjunto de cartilhas publicadas pelo Mobral, a coleção “*Um passo a mais*”, e acrescida pelo depoimento oral de uma das professoras que atuou durante anos na alfabetização local.

O segundo trabalho que destaco é a dissertação de Leni Rodrigues Coelho “Educação de Jovens e adultos: ações do Mobral no município de Patos de Minas/ MG (1970 – 1980)”⁵⁶. O Objetivo aqui foi analisar as ideias, implantações e práticas pedagógicas do Mobral em Patos de Minas/MG e para isso fontes como os jornais e algumas das cartilhas de alfabetização foram utilizadas. Considero como a grande contribuição do trabalho o estudo da influência que a mídia local exerceu na criação de um convencimento social de que o problema do analfabetismo no Brasil era de responsabilidade única dos analfabetos (p. 95).

Nessa mesma linha de pensamento, quatro anos depois, é defendido o trabalho “Educação no campo: Mobral no meio rural de Uberlândia – MG (1970-1985)” de Letícia Borges de Oliveira⁵⁷. O objetivo da dissertação é fazer um estudo da atuação do Mobral na zona rural do município de Uberlândia –MG. Para tal, a autora destaca três distritos: Martinésia, Cruzeiro do Peixoto e Miraporanga.

⁵⁵ TUREZZO, Geraldo José. Um passo a mais na educação de adultos trabalhadores: um estudo sobre os programas do Mobral na Escola Macedo Soares, Campo Largo- Paraná, década de 70 e 80.2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade São Francisco, Itatiba, SP, 2008. p.17.

⁵⁶ COELHO, Leni Rodrigues. *Educação de jovens e adultos: as ações do Mobral no município de Patos de Minas/MG 1970-1980*. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

⁵⁷ OLIVEIRA, Letícia Borges de. *Educação no campo: Mobral no meio rural de Uberlândia/MG 1970-1985*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

A novidade aqui está no uso de fontes orais. São entrevistadas quatro ex-professoras do Mobral e quatro ex-alunos. A pesquisadora promove uma interessante análise sobre os desafios encontrados pelas alfabetizadoras no uso das cartilhas de alfabetização, que consideravam “inadequado para o público da zona rural”. Como estratégia alternativa, as alfabetizadoras utilizavam fichas de aulas mimeografadas usadas por elas mesmas na alfabetização de crianças da região. A estratégia, segundo o estudo teria desmotivado os jovens e adultos a continuar no programa uma vez que se sentiam infantilizados. Outros fatores como o cansaço do trabalho puxado e problemas de saúde são apontados como motivo para a insuficiência dos resultados do programa na região.

A autora afirma ainda que a concepção de educação propagada pelo Mobral na região reforçava o sentimento de inferioridade dos alunos uma vez que imputava sobre eles a responsabilidade exclusiva pelo sucesso ou fracasso de sua aprendizagem, em função de sua suposta falta de dedicação. O Mobral na zona rural de Uberlândia esbarraria ainda, segundo o estudo, com o crescente êxodo rural, forte na região nos anos de 1970-1980.

O quarto trabalho que destaco é o de Verônica Pessoa da Silva que na dissertação “Histórias da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: do MOBRL nacional ao MOBRL na Paraíba”, que se propõem a fazer uma interessante análise sobre as distancias que marcaram as bases nacionais do Movimento e suas reais aplicabilidades nos estados brasileiros. Neste caso, o estudo se concentra na Paraíba e analisa a partir de depoimentos orais, estudo de materiais didáticos e jornais locais a incapacidade do Mobral Central de acompanhar as ações em cada região, bem como os desvios elaborados pelos alfabetizadores e suas diversas realidades.

Os trabalhos apresentados até aqui estão ligados umbilicalmente a uma análise educacional do Mobral, seus usos e abusos a contextos específicos. Nenhum deles foi produzido sob os critérios e olhares dos historiadores embora se aventurassem a flertar com as metodologias da história cultural. O Mobral até então ainda era “um objeto” de estudo tocado apenas pelos pesquisadores na área da educação, o que tornou unilateral sua análise e descoberta.

Em 2015 esse objeto foi “tomado” pela história no trabalho de José Maxsuel Lourenço Alves. A dissertação “Entre vacinas e canetas: as apropriações

dos saberes médicos nas publicações do Movimento brasileiro de alfabetização (1970-1980), defendida pela UFCG, quebrou um silêncio que até então parecia estabelecido entre os centros de estudos históricos.

Numa interessante abordagem enfatizando as estratégias educativas feitas pelo Mobral, com ênfase na apropriação dos saberes médicos, entre os anos 1970 e 1985, problematizou-se como e por que, no interior dos governos militares, emergiu uma instituição que se destinava à alfabetização de adultos e à educação para a saúde.

A dissertação faz uma original abordagem a partir de fontes até então pouco conhecidas entre os pesquisadores como imagens, sons e outros impressos do Mobral preservados e disponíveis no acervo do Centro de Informações do INEP, possibilitando um olhar para o Mobral, em especial, suas práticas de salubridade na Paraíba, inédito nas pesquisas históricas. Diante de tais produções generalistas e/ou focais, no campo da história, sociologia e principalmente da educação, o Mobral se dá a conhecer e entender.

1.3 A escrita da história e a reescrita da memória: Paulo Freire x Mobral

Quando o assunto é a educação popular no século XX, ou mais especificamente, a alfabetização para jovens e adultos no Brasil, inevitavelmente chegamos ao nome e à obra do professor Paulo Freire. Ele compõe um dos capítulos mais conflitantes, polêmicos e “revolucionários” da história da educação no país. Inúmeros trabalhos acadêmicos no campo da história, da sociologia, da psicologia e principalmente da educação discutem a metodologia, o legado e o intelectual pernambucano tanto do ponto de vista pedagógico-educacional quanto político-social.

Dentro da plural e expressiva literatura acadêmica sobre Paulo Freire há pelo menos duas antagônicas perspectivas de análise que têm acalorado muitas vezes o debate intelectual e ventilado outras (necessárias) impressões sobre o educador, suas influências e obra.

Um primeiro grupo dentre os quais destacam-se: João Francisco de Souza, Paulo Rosas, Osmar Fávero e Moacir Gadotti que apontam quase unanimemente

Paulo Freire como o criador de uma filosofia e metodologia educacional inédita e revolucionária no Brasil. Adiciono a esse grupo o professor Jarbas Maciel a quem se atribui a “patente” do “sistema Paulo Freire” e resume bem esse mito da originalidade:

[o trabalho de Paulo Freire] não era só um método de entrar na sala de aula e alfabetizar. Toda a motivação da alfabetização é calcada em uma visão de mundo que está muito bem explicitada no chamado de Paulo. Então, a primeira intenção foi essa. Alertar que nós estávamos lidando com uma coisa bem maior. Em segundo lugar. A riqueza de Paulo, as ideias originais de Paulo, era tanta que me despertou um desejo de trazer para o método uma tecnologia linguística que permitisse um trabalho que nunca tinha sido tentado no país. (...) O trabalho era riquíssimo de possibilidades. Não era uma ordem, o método não precisava, era emoldurar o método dele em uma perspectiva mais ampla. Era um sistema de educação permanente mais amplo. Era um sistema de educação permanente de adultos⁵⁸.

Dentro dessa lógica vocacionada, o “messias” Paulo Freire teria identificado e analisado uma grave falha no exercício da democracia no Brasil, uma vez que a maioria de sua população estaria excluída das eleições, pois era analfabeta e isso fragilizava a democracia. Diante disso o educador afirma que “a contradição vivida na iminência dos anos 1960, onde o povo emergindo no cenário político exigia novas participações na vida pública, deixa[va] evidente sua ‘inexperiência democrática’.”⁵⁹ A única forma para corrigir esse problema histórico seria por meio da educação, pois ela criaria as condições necessárias para promover a formação e conscientização do “povo” para “o exercício pleno do seu papel na história”. Uma vez “libertos em sua consciência crítica”, o povo seria capaz de provocar as mudanças sociais necessárias, afastando as desigualdades que o vitimizavam.

Esse grupo de escritores está temporalmente (e até mesmo afetivamente) ligado a uma memória social dos anos 1950 e 1960. Acreditam que nesse período se gerou uma grande efervescência cultural (na música, no cinema, na literatura, nas artes plásticas, nos planos éticos e estéticos), capaz de pôr em curso a Revolução Brasileira, ou seja, a efetivação, ampliação e fortalecimento da

⁵⁸ MACIEL, Jarbas. Um trabalho rico de possibilidades. Entrevista realizada em 27 de novembro de 2009. Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife, v. 24-25, n. 39, jan./mar. 2010. (Grifos nossos).

⁵⁹ FREIRE, Paulo. Educação e atualidade brasileira. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

democracia no país com o fortalecimento do voto.⁶⁰ A leitura sobre Paulo Freire assume aqui tom missionário, que o levou com o passar dos anos e com alguns esforços institucionais, a ser destacado dentre outros intelectuais do seu tempo na história da educação no Brasil, principalmente no Nordeste.

Tentando fugir desse “lugar-comum” da história da educação popular, um segundo grupo crítico a essa elaboração do passado e resistente a essa literatura “romantizada” seria composto por Flávio Brayner, Kelma Brandão e numa última fase de suas pesquisas, Vanilda Paiva⁶¹. De acordo com este segundo grupo, em linhas gerais, a experiência educacional vivida pelo Nordeste dos anos 1950 e 1960, em especial aquilo que se atribui quase exclusivamente à autoria de Paulo Freire, teria suas bases filosóficas e metodológicas no nacional-desenvolvimento institucionalizado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) ainda nos anos 1950⁶² e também de sua provável leitura de Ortega y Gasset⁶³. Freire seria, então, apenas mais um leitor, admirador e em grande medida reproduzidor das ideias isebianas e de outros autores de base humanista, aplicadas no contexto educacional dos anos 1950-1960.

Confesso minha simpatia pelo segundo grupo que dessacraliza Paulo Freire, sua obra e a aplicabilidade de seu “método” atemporal. Essa visão crítica permite uma análise histórica da esfera educacional brasileira pré-golpe desnudando todas as influências (ou pelo menos as principais) que caracterizam

⁶⁰ Percebo ainda diversas manutenções/reproduções desse ideal romântico em torno das práticas freirianas nos atuais trabalhos acadêmicos, como é o caso da tese de doutorado de Letícia Rameh Barbosa, defendida em 2007, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, publicada como livro em 2009. Nessa obra, a autora se propõe a “recuperar a história e a memória do MCP” em uma perspectiva saudosista e consagradora desse passado áureo. BARBOSA, Letícia Rameh. *Movimento de Cultura Popular: impactos na sociedade pernambucana*. Recife: Bagaço, 2009.

⁶¹ A literatura de perfil crítico à obra de Freire é crescente no fim dos anos 1980, no entanto, ainda é predominante a perspectiva tradicional entre os cursos de formação de professores, principalmente na região Nordeste e na região Sul. Os créditos a esses autores encontram-se nas referências.

⁶² Criado em 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura. O grupo de intelectuais que o criou tinha como objetivos o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e deveriam permitir o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. O Iseb foi um dos centros mais importantes de elaboração teórica de um projeto que ficou conhecido como “nacional-desenvolvimentista”. Para mais detalhes, ver: TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

⁶³ Brayner, Flávio. O Clichê: notas para uma derrota do pensamento. Por uma consciência ingênua. Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 557-572, abr./jun. 2014. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade.

as práticas educacionais de Paulo Freire expressos no seu “método de alfabetização”, fugindo assim da institucionalização de uma teologia laica⁶⁴.

O que há de mais salutar para os objetivos aqui traçados é perceber que, para os militares, Paulo Freire, no momento do golpe, personificava essa educação revolucionária e suas práticas de alfabetização não deveriam ter espaço nos movimentos políticos que ventilariam a partir de então. Por isso era necessário promover uma grande assepsia ideológica na educação popular em todo o país e esta ocorreria na completa desqualificação de tudo que os antecedia.

Considerado pelos militares “responsável pela subversão no campo de alfabetização de adultos que vinha comunizando o Nordeste” e de comandar com o então governador de Pernambuco Miguel Arraes “a máquina pública a serviço do comunismo internacional”, o professor Paulo Freire foi preso em junho de 1964,⁶⁵. Tais acusações bastaram para que Freire tivesse seus direitos políticos suspensos por dez anos, seu projeto em curso fosse encerrado e condenado ao exílio.

O hiato entre o encerramento das atividades para alfabetização popular de Paulo Freire e o início efetivo das ações do Mobral foi de seis anos (1964-1970). Durante esse tempo, a educação popular passaria por um processo de “higienização” considerado indispensável pelo novo regime, principalmente no Nordeste, onde estaria o epicentro dos trabalhos de alfabetização e de tensões políticas que potencialmente poderiam esboçar alguma reação ao golpe de 1.º de abril.

Com base nesse diagnóstico, firmam-se convênios entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID). Os acordos estabelecidos preocupavam-se prioritariamente com as áreas em que os chamados “Círculos de Cultura” desenvolviam-se e obedeciam aos direcionamentos dos seus financiadores americanos.

Com essas orientações e financiamentos, os militares retomam a pauta da alfabetização de jovens e adultos ao criarem a Cruzada ABC no Nordeste, que

⁶⁴ Brayner, Flávio. O elixir da redenção: O movimento de cultura popular do Recife (1960-1964) In: Educação Popular: lugar de construção social e coletiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

⁶⁵ Arquivo histórico do Dops-PE. Fundo n.º 21.440.

deveria atuar nas regiões onde houve atividades das Ligas Camponesas.⁶⁶ A Cruzada⁶⁷ era o correspondente aos convênios MEC-USAID para diferentes níveis de ensino. As necessidades de legitimação do regime exigiam a “nacionalização” de tal programa e essa tarefa coube ao Mobral. Sua transformação em meados de 1969 iniciou um período de transição que dá conta da liquidação da Cruzada ABC e lançou as bases para um programa nacional executado pelo próprio Mobral no ano seguinte.

A Cruzada ABC funcionou de 1966 a 1970. Substituiu os movimentos de educação e cultura popular, embalados pelo clima das liberdades democráticas existente no contexto dos governos anteriores ao golpe político-militar de 1964. Sua projeção ficou registrada, na história das políticas governamentais de alfabetização de jovens e adultos, como “uma das iniciativas de maior expressão promovida na época pelo Ministério da Educação”.⁶⁸ Sua tarefa, alimentada pela motivação política dos setores sociais que apoiaram o movimento golpista de 1964, era neutralizar as ideias difundidas pelas campanhas anteriores, principalmente em relação àquelas inspiradas nas orientações do pensamento esquerdista, como eles (des)qualificavam o trabalho de Paulo Freire.

Embora o problema do analfabetismo tivesse sua maior concentração no Nordeste, ele estava presente em todo o país. Em face da proposta de nacionalizar a Cruzada ABC nos anos 1970, o então ministro da Educação, o tenente-coronel Jarbas Passarinho, recua, provavelmente porque o custo do programa foi considerado elevado e a duração dos cursos de nove meses (conforme orientação da Unesco) não correspondia às expectativas diante da necessidade do regime que era alfabetizar em curto espaço de tempo milhões de brasileiros.

⁶⁶ As Ligas Camponesas foram organizações de trabalhadores rurais que radicalizaram a luta pela Reforma Agrária no Brasil por meio de aproximações com sindicatos rurais e partidos políticos de esquerda. Ver MONTENEGRO, Antônio Torres. *Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução*. In: _____. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010. Entre as principais regiões que receberam a cruzada ABC, destacam-se o interior de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.

⁶⁷ Evidentemente, o termo “Cruzada” não foi usado de forma gratuita. A ação empreendida remonta uma verdadeira “Guerra Santa” contra o analfabetismo, em metáfora as expedições militares e religiosas iniciadas no século XI. Enfatizando valores como a família, a Igreja, o patriotismo, a importância e valor das Forças Armadas e o bom convívio social, a Cruzada ABC produziu milhares de cartilhas de alfabetização utilizadas durante os cursos.

⁶⁸ PAIVA, 2003, p. 346.

Diante do impasse, o ministro demitiu o diretor do Departamento Nacional de Educação (DNE) da presidência da Fundação Mobral e convidou para o cargo uma peça-chave e estratégica para o fortalecimento de um tipo de educação necessária ao país naquela conjuntura, Mário Henrique Simonsen.⁶⁹

A chegada de Simonsen ao Mobral demonstrava uma tendência cada vez mais crescente no governo militar – a tecnocracia.⁷⁰ Discípulo do ministro Roberto Campos, Simonsen projetou as metas do Mobral e sua receita de forma compatível com os interesses econômicos em jogo, prometendo, em relativo curto espaço de tempo, desenvolver “uma ação extensiva alfabetizadora” que acabaria com o analfabetismo no Brasil até 1980.

Em setembro de 1970, sob a presidência de Simonsen, o Mobral se consolida como organização independente e autônoma, com a criação de secretarias executivas e assessorias técnicas especializadas, dando início às suas experiências educacionais depois de dois anos de incubação.

Na prática, o Mobral importou muito daquilo que se fazia nos padrões da educação popular dos anos 1960. Os professores eram orientados a promover um “ambiente de informalidade e acolhimento”; para isso, a disposição das cadeiras “em círculo era o mais indicado”. O início da aula deveria partir da “integração com os alunos e de seus conhecimentos prévios” sobre o tema a ser trabalhado. Em seguida, o professor deveria apresentar o “cartaz gerador” que introduz o tema da aula (tijolo, comida, futebol, por exemplo), instrumento que facilitaria a identificação das “palavras-geradoras” relacionadas e consequentemente o momento da “decomposição silábica”.⁷¹

⁶⁹ Formado em engenharia civil, com especialização em economia, Mário Henrique Simonsen foi considerado um dos homens mais influentes, principalmente no campo econômico, durante a ditadura. Sua carreira política começou em 1964 quando passou a colaborar com o então ministro do Planejamento, Roberto Campos. Com pouco tempo na atividade, Simonsen ganhou a antipatia das centrais sindicais ao apresentar um novo cálculo salarial, pelo qual os vencimentos dos trabalhadores deveriam ser baseados na média dos dois anos anteriores, o que reduziu o poder aquisitivo dos empregados. Durante o governo do general Médici (1969 a 1974) foi presidente do Mobral e membro do Conselho Monetário Nacional. Segundo notas do próprio Simonsen ele “visava a educação de adultos como ferramenta para o desenvolvimento nacional”. Além de presidente do Mobral, foi ministro da Fazenda e também secretário de Planejamento.

⁷⁰ Hegemônica na época, a tecnocracia partia do pressuposto de que a melhor maneira de se governar era designando especialistas no assunto de cada pasta para a sua gestão. Esse modelo de gestão no Brasil teve uma grande influência das escolas econômicas estadunidenses do início do século XX.

⁷¹ Essas instruções compõem o sistema de treinamento dos alfabetizadores que estava baseado no *Manual do professor*. FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO. *Manual do professor*. Rio de Janeiro: Mobral, [197-].

Com o início das atividades do Mobral, não demorou para que a sociedade em geral fizesse crescer as comparações entre suas práticas e as experiências da educação popular que o antecederam. Essas análises comparativas acabaram por estabelecer dois grupos: aqueles que acreditavam que o Mobral foi o aperfeiçoamento do sistema Paulo Freire e trazia consigo liberdade, autonomia e riqueza didática ausente nos projetos anteriores; outro grupo da sociedade não via possibilidades para comparação pelas distâncias ideológicas.⁷²

O primeiro grupo fundamenta seus argumentos na apropriação e no uso de frases, expressões e conceitos presentes tanto no Mobral quanto nas práticas de alfabetização popular de Freire, tais como o uso dos cartazes e das palavras-geradoras por meio do universo vocabular dos educandos, dos círculos de debates, conhecidos como círculos de cultura e também pelo público-alvo, os jovens de 15 anos de idade e mais.

No segundo grupo, havia tanto aqueles que achavam o Mobral incomparável pela sua estrutura, grandeza e eficácia – discursos da diretoria do Mobral – e aqueles que, analisando o prisma ideológico de cada movimento, afirmavam que uma comparação/aproximação seria improvável, este era o posicionamento dos intelectuais ligados à educação popular nos anos 1960.

Essas diferentes propostas produziram um “alfabetizado” com características bem distintas, os quais exerceriam papéis díspares na sociedade: de um lado, um sujeito crítico e ativo nas transformações sociais; do outro lado, um sujeito pronto para subordinar-se ao/pelo Estado e seus interesses econômicos, conforme mencionado.

A metodologia utilizada pelo Programa de Alfabetização Funcional do Mobral pode ser considerada uma das chaves na formação desses sujeitos desejados pelo regime e baseava-se em seis objetivos:

1. desenvolver nos alunos as habilidades de leitura, escrita e contagem;
2. desenvolver um vocabulário que permita o enriquecimento de seus alunos;
3. desenvolver o raciocínio, visando facilitar a resolução de seus problemas e os de sua comunidade;
4. formar hábitos e atitudes positivas, em relação ao trabalho;
5. desenvolver a criatividade, a fim de melhorar as condições de vida, aproveitando os recursos disponíveis;
- 6.

⁷² FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e sociedade. 6. ed. São Paulo: Ed. Moraes, 1986. p. 91-98.

levar os alunos: a) a conhecerem seus direitos e deveres e as melhores formas de participação comunitária; b) a se empenharem na conservação da saúde e melhoria das condições de higiene pessoal, familiar e da comunidade; c) a se certificarem da responsabilidade de cada um, na manutenção e melhoria dos serviços públicos de sua comunidade e na conservação dos bens e instituições; d) a participarem do desenvolvimento da comunidade, tendo em vista o bem-estar das pessoas.⁷³

Baseado em tais princípios, o Mobral afirmava ser o maior e melhor projeto para o combate do analfabetismo da História do Brasil “dando início a mais fascinante experiência da educação brasileira, à fase de evolução humanística de todo esse movimento renovador”,⁷⁴ discurso estratégico para a construção de uma ideia de legitimidade da qual carecia o regime militar, bem como atendia aos interesses ideológicos e econômicos do Projeto de Integração Nacional, questão em destaque no próximo ponto da tese.

1.4 A fabricação do Mobral e seus discursos de legitimidade

25 de agosto de 1961. O Brasil se agita com a notícia da renúncia do presidente da República Jânio Quadros. O cenário político era delicado. Diante de uma crise econômica que se alargava desde o fim do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e um crescente desgaste com o Legislativo, Jânio se dizia “impedido de governar”.

Havia indícios de que a renúncia não era para valer, mas se a manobra do autogolpe era concreta, mais concreta ainda foi seu fracasso. Contrariando a expectativa presidencial em torno dos seus altos índices de aprovação popular, do fato de o vice-presidente encontrar-se na China e contando com sua base de apoio parlamentar, nenhuma reação esboçou-se a não ser a aceitação do pedido de renúncia sem pestanejar pelo Congresso Nacional.⁷⁵

⁷³ FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO. *Mobral: sua origem e evolução*. Rio de Janeiro: Mobral, 1975a. p. 9.

⁷⁴ Ibid., p. 20.

⁷⁵ A renúncia de Jânio Quadros continua suscitando estudos, debates e algumas controvérsias. Segundo os historiadores Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, é possível perceber na carta-renúncia alguns elementos que explicariam essa decisão/manobra política. Com uma forte carga retórica, a carta deixava transparecer “que o presidente aceitaria voltar. Só que com mais poderes, para vencer as forças terríveis que se levantavam contra ele”. Estava claro, no entanto, que o

Seguia-se a partir daí uma novela de treze dias até a conturbada posse do vice-presidente João Goulart, sob o estranho regime parlamentarista brasileiro. A posse de Goulart, embora constitucional, não acalmou os ânimos dos setores mais reacionários da sociedade, principalmente das Forças Armadas que tentaram a todo custo impedi-lo naquele momento de seguir com seu governo.

Os militares precisaram esperar até março de 1964 para dar o golpe, e como já exposto, eles não fizeram sozinhos. Havia um amplo apoio de diversos setores da sociedade (Igreja, a classe média, OAB, grupos empresariais, setores anticomunistas, etc.) que marcharam em festa com a “vitória da democracia”.⁷⁶

Segundo alguns historiadores do tema, a exemplo de Fico (2009) e Reis Filho (2006; 2009),⁷⁷ o fato de os militares terem chegado ao Planalto por meio de um golpe de estado, violentando os princípios democráticos, mesmo sob o argumento de estarem “salvando a democracia” e também o país “da desordem que se instalava com a posse de Goulart e seu governo comunista”, deixou uma marca profunda de ilegalidade sobre seus ombros.

A ausência de legitimidade levou o governo golpista a buscar convencer a sociedade brasileira (mesmo aqueles setores notoriamente anticomunistas) e também a opinião pública internacional de que suas práticas e governo eram legítimos, pois representariam um “desejo da nação”, mesmo que para isso tenha sido tirado do poder um presidente constitucionalmente empossado.

No seu Ato Institucional inaugural (AI-I) os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica já traziam em seus termos essas prerrogativas ao justificar:

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve

preço a ser pago recairia sobre o Congresso Nacional, e eles não se dispuseram a pagar a conta. Isso justificaria o fato de que nenhum parlamentar propôs negociar com o presidente para evitar sua saída, e a renúncia foi aceita sem as manifestações de apoio que ele esperava. Para ver o texto na íntegra: FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014. p. 29.

⁷⁶ Os dez primeiros dias após o golpe marcaram-se por inúmeras passeatas e atos públicos em apoio aos militares. No Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e outras capitais, houve marchas em apoio ao movimento. Os jornais *Diário de Pernambuco*, *Folha de São Paulo* e o *Jornal do Brasil* registram os eventos em suas edições dos dias 31 de março, 1.º, 2 e 10 de abril de 1964.

⁷⁷ FICO, Carlo. 1968: o ano que terminou mal. In: _____; ARAÚJO, Maria Paula (Org.). 1968: 40 anos depois: história e memória. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 223-238. REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e democracia: questões e contradições. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006. REIS FILHO, 2009.

e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma.⁷⁸

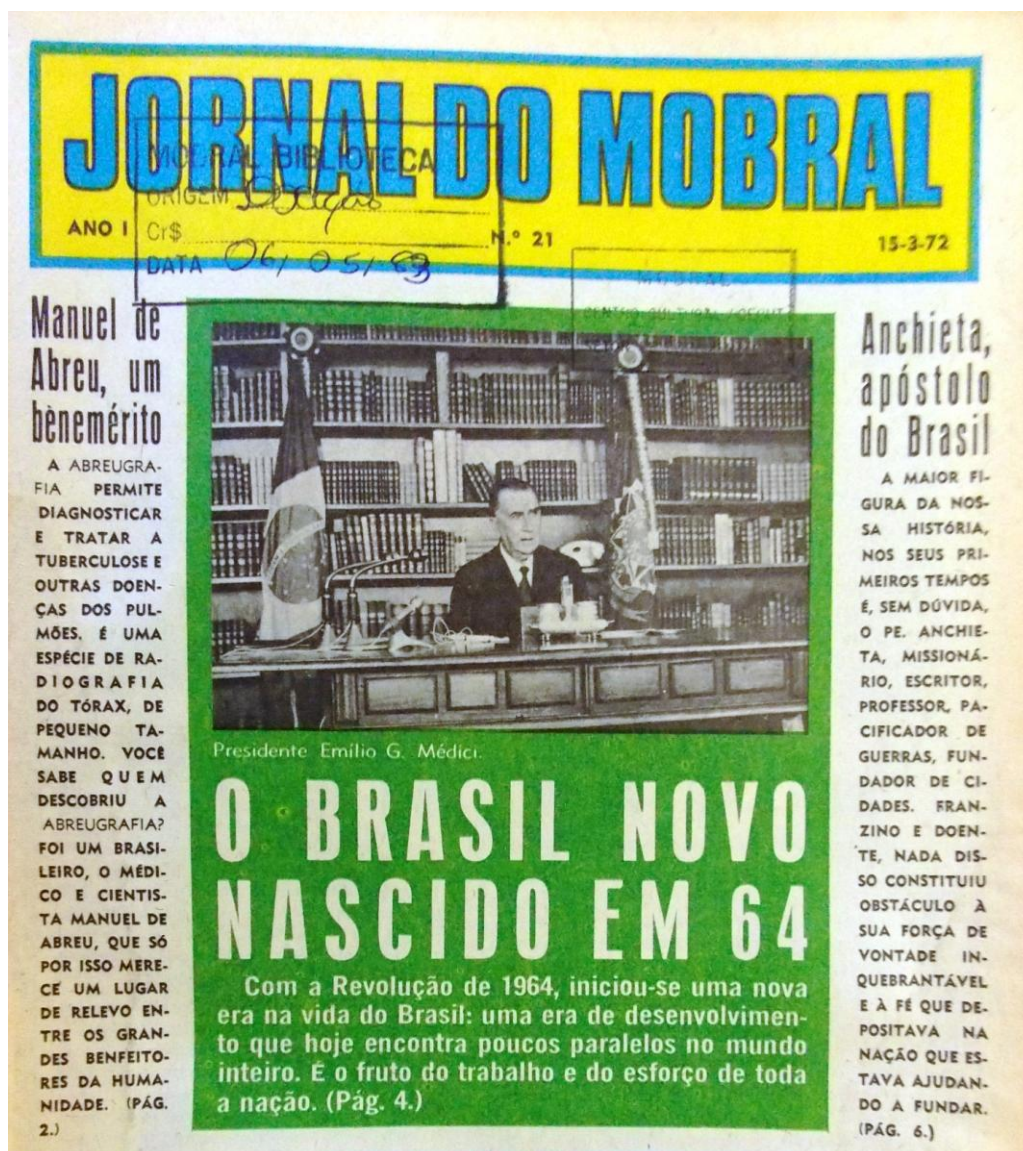
Seguiram-se anos de investimentos dos militares em práticas legais (e ilegais), midiáticas e educacionais na busca pela “aceitação” de suas regras e tentativa de construção de uma legitimidade. A ditadura estava maquiada de democracia ao se “legitimar por si mesma”. Esse esforço no “convencimento nacional e internacional” crescia à medida que as regras do jogo eram endurecidas, principalmente depois do AI-5 em 1968.

Não é de estranhar que o Mobral, programa do governo e braço estratégico entre as ações educacionais, fosse usado com esses objetivos. Com intensa regularidade, os veículos de comunicação criados pelo Mobral para fins “pedagógicos” (jornais, boletins, notas na imprensa...) exemplificam esse uso, como a edição n.º 21 do Jornal do Mobral de março de 1972 traz como matéria de capa (Figura 2). A reportagem em destaque traz um retrospecto do governo militar a respeito do golpe até então, enfatizando a importância “da revolução” e do “árido trabalho que estava em curso para se reconstruir o Brasil em “bases sólidas e seguras”.⁷⁹

⁷⁸ BRASIL. Ato Institucional n.º 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 abr. 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 17 maio 2014.

⁷⁹ Jornal do Mobral, ano I, n.º 21, mar. p. 3, 1972. Arquivo Histórico Inep.

Figura 2 – O Brasil novo nascido em 64: matéria de capa do Jornal do Mobral



Fonte: Jornal do Mobral, ano 1, n. 21, mar. 1972. Arquivo Histórico do Inep.

A imagem do presidente Emílio Garrastazu Médice, atrás de sua provável mesa de trabalho, entre a Bandeira Nacional e o Brasão de Armas Nacionais, tendo ao fundo centenas de livros que sugere ao observador uma associação imediata do presidente como um sujeito culto e preparado para o exercício do poder.

É preciso analisar o Mobral dentro desse universo do poder e estratégia de governo que mescla imagens, cores, sons e Atos Institucionais. Como haveria de

ser, todos os seus princípios ideológicos e pedagógicos se mostravam em plena sintonia com o tal discurso de legitimidade/legalidade instaurado em 1964 e crescente nos anos seguintes.

Dessa forma o Mobral constitui-se também como uma plataforma para o convencimento da sociedade de que o golpe foi algo necessário e os militares eram a melhor (e única) opção para o restabelecimento da ordem do país naquele momento; e mais, o Mobral era a resposta às demandas sociais que agora eram atendidas pelo governo pondo o “Brasil Grande Nação” em condições de impulsionar o desenvolvimento econômico e social.

Os tensos, violentos e por vezes trágicos movimentos de resistência ao regime foram pontuais e exemplarmente coibidos. A história da ditadura civil-militar no Brasil se caracteriza muito mais:

pela sua legalidade aparente ou, para ser mais preciso, sua capacidade de reduzir a legalidade à dimensão da aparência. Tínhamos eleições com direito a partido político de oposição, editoras que publicavam livros de Marx, Lenin, Celso Furtado, músicas de protesto, governo que assinava tratados internacionais contra a tortura, mas no fundo, sabíamos que tudo isto estava submetido à decisão arbitrária de um poder soberano que se colocava fora do ordenamento jurídico. Quando era conveniente, as regras eleitorais eram modificadas, os livros apreendidos, as músicas censuradas, alguém desaparecia. Em suma, a lei era suspensa.⁸⁰

Esse conjunto de fatores levou o Brasil a uma experiência ímpar na América Latina. Estudos recentes apontam para as diferentes expressões da ditadura do Brasil em relação a outros países e da ausência de julgamentos e condenações que põem o país em descompasso com movimentos que vêm ocorrendo como na Argentina e no Chile.

O discurso da “legitimidade, legalidade e democracia” construído pelos militares teve (e tem) competência suficiente para que muitos, até hoje, rememorem saudosamente aqueles tempos em que havia “ordem e progresso”.⁸¹

⁸⁰ TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 11.

⁸¹ Entre os meses de março e abril de 2015, uma série de protestos ganhou as ruas de capitais do Brasil depois que denúncias de corrupção na Petrobras tornaram-se investigação da Polícia Federal denominada de “Operação Lava-Jato”. Curiosamente, em muitas dessas manifestações, entre as bandeiras hasteadas estava o pedido de intervenção dos militares.

Todo o investimento na tentativa de convencimento legou aos militares uma memória que se materializa em nosso engessado corpo jurídico, impedindo o avanço de julgamentos e condenações. Nesse processo a educação foi um poderoso instrumento psicossocial para aceitação e construção da memória. Nesse sentido podemos falar do Mobral como um projeto de colonização que pretendia ocupar o Brasil “palmo a palmo”⁸² com suas práticas pedagógicas e princípios ideológicos. O Mobral foi a maior expressão da ditadura militar no Brasil na esfera educacional para jovens e adultos.

Do ponto de vista institucional, um capítulo importante ocorreu em 8 de setembro de 1967 quando o presidente da República, o marechal Costa e Silva, assinou o decreto-lei que institui a Fundação Mobral. Ligado ao Departamento Nacional de Educação do MEC, o Mobral tinha como objetivo “atuar na [orientação] financeira e técnica para promover a educação funcional de jovens e adultos no país”.⁸³

Como o plano não previa recursos financeiros para sustentar sua ação, antes mesmo da aprovação pelo Congresso, criou-se um grupo de trabalho interministerial formado por 16 pessoas, entre elas, encontravam-se quatro militares, para aprofundar alguns pontos e situar a contribuição federal para o movimento de alfabetização.

Como fonte dos recursos, esse grupo indica a receita da loteria esportiva, já em tramitação no Congresso e grande financiadora do Mobral, além de uma porcentagem do recolhimento do Imposto de Renda. Esse grupo encerrou suas atividades em dezembro de 1967, com a promulgação da Lei n.º 5.379 (BRASIL, 1967), pela qual se instituiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização. Mário Henrique Simonsen foi nomeado presidente da Fundação diretamente pelo presidente da República, mediante proposta do ministro da Educação, e tendo como secretário executivo Arlindo Lopes Correa⁸⁴.

⁸² FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO, 1975a, p. 5.

⁸³ FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO, 1975a, p. 10. O documento ainda atribui ao Mobral “a integração, em todas as promoções de alfabetização e educação de adultos, de práticas educativas e profissionais, em atendimento aos problemas fundamentais da saúde, do trabalho, do lar, da religião, do civismo e da recreação”. Essas dimensões orientariam as atividades desenvolvidas ao longo dos anos 1970.

⁸⁴ Arlindo Lopes Correa foi o substituto de Simonsen, um amigo pessoal, após sua transferência para o Ministério da Fazenda no governo Geisel. Com uma formação estratégica no campo da economia e na engenharia, doutor em Harvard e com pouco mais de 35 anos de idade, Correa se

O Mobral foi apresentado à sociedade como algo heroico, que impactaria o país vitimado pelas tentativas fracassadas de projetos anteriores que prometiam acabar com o analfabetismo no Brasil. O tom ufanista era alto e frequente.⁸⁵ Era preciso convencer a sociedade de que, para a formação de jovens e adultos, esse era o melhor produto para o país. Nesse jogo os responsáveis pelo Mobral buscaram com a ajuda de seus pares, legitimar o programa⁸⁶. Tratava-se de implantá-lo e torná-lo aceito pela opinião pública; para isso, realizou-se intensa propaganda pelos diferentes meios de comunicação de massa. Esse novo momento do Mobral revela ações político-militares consonantes com o regime ditatorial.

O discurso de grandeza do Mobral vem sempre acompanhado de uma desqualificação do que fora feito antes: “algumas das heranças do estado caótico da administração educacional encontrado em 1964 – foi possível identificar desperdícios e decisões irracionais”.⁸⁷ Em alguns momentos, as críticas ao passado recente faziam menção direta a Paulo Freire e aos movimentos populares de educação:

Quando ouvimos falar de chavões do comunismo internacional, da sua chamada ‘educação libertadora’, da sua ‘pedagogia do oprimido’, ocorrenos que tudo isso começa com a grande contradição de que o ser humano é chamado a figurar dentro de um esquema que tem um objetivo previamente determinado, sobre o qual esse homem não influirá de modo algum. Ou será que os dogmas marxistas são passíveis de críticas nos ‘Centros de Cultura’ em que se faz a ‘pedagogia do oprimido’? Não poderia haver nada mais opressor... Ao contrário, no Mobral as pessoas discutem com toda liberdade, e sem qualquer dirigismo, as coisas do seu mundo, que é também o mundo do alfabetizador [...] Nossos livros, nossas cartilhas [...] não contém uma carga de ódio nem são desnecessariamente mórbidas. [...] E aí começa a responder à pergunta sobre os antagonismos entre ‘educação

torna um nome forte e prodigioso para o Mobral. Uma substituição a altura do Simonsen. Seu trabalho envolveria a representação e legitimação do Mobral e do governo tanto nas instâncias nacionais quanto internacionais, como tratarei mais adiante.

⁸⁵ Para exemplificar o caráter ufanista, destacamos a publicação feita em um livro de memória escrito pelos dirigentes do movimento de 1979; a criação do Mobral é associada metaforicamente à criação do universo. CORRÊA, 1979, p. 17.

⁸⁶ Por trás do Mobral um grande corpo burocrático lhe dava sustentação. Trata-se de profissionais de formação variada que participam da validação das cartilhas, da construção de recursos pedagógicos e da própria estrutura do movimento na montagem de treinamentos, formações e mobilizações. Para citar alguns destaque: Odaléa Cleide Alves Ramos e Maria Stella Vieira da Fonseca (Gerencia Pedagógica); Lamartine Pereira da Costa e Marcelo de Lima Castello Branco (Estrutura e planejamento); Maria Luiza Gonçalves Cavalcanti, Angela Maria Almeida de Lucena e Lygia Maria P. de Moraes (Setor Cultural).

⁸⁷ CORRÊA, 1979 p. 18.

libertadora' e o Mobral. Na verdade, não existe inovação em qualquer dos métodos porque a sua pedagogia é igual ao que se faz desde a década dos trinta [...]. no curso da 'pedagogia do oprimido' trata-se de palavras de cunho revolucionário que incitam à luta armada, ao ódio entre classes. [...] Não era uma campanha de politização radical, de subversão, que se aproveitava da alfabetização como seu caldo de cultura.⁸⁸

E ainda:

O governo assumiu corajosamente o pesado compromisso, empenhado em pagar as dívidas passadas de um sistema educacional deficiente e insuficiente para o atendimento universal aos mais carentes. Foi também um ato de ousadia deflagrar um programa que nenhum país conseguiria levar adiante, tendo que formar seu próprio conhecimento, preparar técnicos e pesquisadores, fazer tudo a partir do zero.⁸⁹

Ao tecer pesadas críticas sobre os modelos pedagógicos e usar tons pejorativos para aquilo que herdou, à medida que se apropria de uma série de práticas pedagógicas do derrotado (como o uso de termos, conceitos e metodologia), o Mobral põe em prática um refinado processo de apagamento desse passado ousando colocar-se como algo inédito, superior e legítimo para a história.

1.5 O Mobral no plano de Integração Nacional

Numa significativa cerimônia e sob um discurso altamente marcado pelo desenvolvimentismo e ufanismo, o presidente Emílio Garrastazu Médici cumpriu o protocolo oficial da inauguração do primeiro trecho da rodovia Transamazônica.

Estamos no final de 1972, ano de grandes eventos que marcariam a história do Brasil, como pela primeira transmissão em cores feita pela televisão, a aprovação pelo Congresso Nacional do projeto que criou a Telebrás, a conquista do primeiro título mundial de Fórmula 1 que veio com o piloto Emerson Fittipaldi, e a ingloriosa guerrilha do Araguaia no sul do Pará⁹⁰.

⁸⁸ CORREA, 1979, p. 50-51.

⁸⁹ Ibid., p. 28.

⁹⁰ "As primeiras cores vieram pelo 11" (primeira página do 1º caderno), *Folha de S.Paulo* (20 de fevereiro de 1972); "Aprovado substitutivo à Telebrás" (página 19 do 1º caderno), *Folha de S.Paulo* (30 de junho de 1972); "Começa o reinado de Emerson" (primeira página do caderno Esporte), *Folha de S.Paulo* (11 de setembro de 1972); "Atitude de uma nação corajosa" (primeira página do 1º caderno), *Folha de S.Paulo* (28 de setembro de 1972).

A inauguração da Transamazônica parecia um bom desfecho para um ano de largo crescimento econômico, sob a cortina de fumaça abanada pelo “Milagre Econômico”⁹¹. Nela estava expressa toda a filosofia do Plano de Integração Nacional – PIN, a grande cruzada dos militares pelo desenvolvimento.

A “grande estrada” promoveria a interligação de todas as regiões do país de forma a fazer do Brasil “o país do futuro, no presente”. Rasgada em pleno coração da maior floresta tropical do mundo, esperava-se que a transamazônica abrisse ao progresso e ao desenvolvimento mais de 50% do território brasileiro, incorporando a Amazônia ao patrimônio econômico, social e cultural do Brasil. As obras começaram em setembro de 1970 sob o forte embalo do discurso ufanista do “País Grande”, estratégia típica ao governo militar, que experimentou na gestão de Médici um capítulo especial⁹².

A estrada foi pensada num movimento leste-oeste, que interligaria por sucessivas conexões, o litoral nordestino até o município de Boqueirão da Esperança, na fronteira do Acre com o Peru. Seriam mais de 4.000 quilômetros de estrada ligando os oceanos Atlântico e Pacífico por uma via terrestre.

A notícia da inauguração do primeiro trecho⁹³ foi anunciada por diversos veículos de comunicação. Tal exposição tinha por intenção produzir um efeito de legitimidade e reconhecimento pelas comunidades nacionais e internacionais, do governo capaz de pôr o Brasil no fluxo do desenvolvimento. Entre reportagens, entrevistas, comerciais promocionais e coberturas pelo rádio e pela televisão de “todas as vantagens que aquele empreendimento estava trazendo”, destaco a produção do Jornal Integração ligado ao Mobral para análise:

⁹¹ A taxa de crescimento econômico de 1972 foi uma das maiores da história brasileira. Segundo estudos de Reis, Daniel Aarão (2014, p. 79) o país chegou a incrível marca de 10,4%.

⁹² Tomando estudos específicos sobre o governo Médici como a tese doutorado de Janaina Martins Cordeiro defendida na UFF em 2012 e a dissertação de Filipe Menezes Soares defendida na UFPE em 2015, afirmo que este governo dentre os outros governos militares foi o que mais se utilizou de recursos midiáticos com o claro objetivo de promover apoio, louvor e aderência ao regime de exceção. Não por acaso é exatamente neste governo que temos o período de maior repressão, exílios e desaparecidos políticos. Para mais detalhes ver: CORDEIRO, Janaina Martins. A ditadura em tempos de milagres: comemoração, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015 e SOARES, Filipe Menezes. O governo Médici e o programa de integração nacional (Norte e Nordeste) – discursos e políticas governamentais (1969-1974). Dissertação (Mestrado em História), Programa de pós-graduação em história da UFPE, 2015.

⁹³ O primeiro trecho da Transamazônica a ser inaugurado ia da cidade de Estreito no Maranhão até o município de Itaituba no Pará.

Figura 3 – Jornal Integração. Capa Transamazônica



Fonte: Jornal Integração, ano 1, n. 8, p. 3, out. 1972. Arquivo Histórico do Inep.

Imagem panorâmica da transamazônica por mais aberta que fosse não seria capaz de captar toda a extensão da rodovia. O observador que parece sobrevoar o trecho é alimentado por esse efeito visual. O risco de barro no meio da mancha verde da floresta traz uma dimensão do tamanho do desafio ao qual o governo do “desenvolvimento” se propunha. É uma obra gigante, e se apresenta ao público mobralense, como uma grande oportunidade.

Sedutora em diversos aspectos, a imagem introduz ao possível leitor um convite que se consolidaria ao longo das páginas da matéria trazidas naquela edição. Mas, como o Mobral teria participado desse empreendimento, por que esse seria um tema relevante para compor os jornais utilizados para as aulas do programa? A quem se destinava aquelas páginas publicitárias?

O Jornal Integração era publicado quinzenalmente e sua circulação era gratuita. Tinha como principal objetivo estimular a leitura entre alunos matriculados no Programa de Educação Integrada - PEI,⁹⁴ além de servir como importante instrumento de propaganda do governo e de seus projetos em andamento em todo o país.

A edição do mês em destaque aponta para a presença e participação ativa do Mobral no processo de construção daquela que nasceu para ser “a mais importante obra do governo militar”. Neste esforço de convencimento a transamazônica se constituiu como um símbolo da integração nacional posto em curso no governo Médici.

O PIN insistia no desenvolvimento integrado. O Nordeste era o lugar da mão de obra; a Amazônia, o local da produção agrícola, seio do mundo, e no Centro-Sul, núcleo desenvolvido, estavam as indústrias e os investimentos iniciais ao crescimento econômico que alimentaria esse crescimento em outras regiões. Dentro dessa lógica de mútua colaboração o Mobral é recrutado para fazer aquilo de melhor sabia: ser um instrumento de propagação e especificamente neste caso de mobilização nacional em torno da Integração.

À medida que as obras iam avançando, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) providenciava a colonização da região. As agrovilas começam a surgir à margem da estrada e nelas são instalados os colonos vindos de todas as partes do país, “recebendo cada um deles um lote de cem hectares”.⁹⁵ Nas terras férteis que os migrantes vão ocupando, iniciam-se as primeiras culturas de milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar, mandioca da região, as quais se desenvolvem sob o regime de economia familiar.

⁹⁴ O PEI foi criado para os alunos egressos do Programa de Educação Funcional – PAF. Segundo CORREA, 1979, p. 177-193, o PEI para efeito de análise, pode ser fragmentado em três fases: Implantação (1971); Expansão (1971-1976) e Revitalização (1977). Essa parte do programa tinha a duração de 12 meses e compreendia aos quatro anos do antigo 1.º grau.

⁹⁵ Ibid.

Jovens agrônomos, saídos há pouco das universidades, integrantes do Projeto Rondon,⁹⁶ prestavam assistência a essas áreas recém-povoadas e agora destinadas à agricultura. O trabalho desses estudantes era orientar os colonos para melhor aproveitamento da terra. Em cidades próximas e mais estruturadas, havia as feiras semanais, onde era vendido o fruto das colheitas realizadas nas agrovilas da redondeza, garantindo assim o escoamento da pequena produção.

O discurso era de fertilidade tanto econômica, agrícola e social. Nas terras à margem da Transamazônica, “praticamente tudo pode ser plantado com sucesso e as terras roxas são ótimas para o plantio do café”. Os incentivos do governo federal teriam atraído só em 1972 aproximadamente 5 mil colonos, que já estavam habitando as diversas agrovilas distribuídas ao longo das estradas em construção.

O discurso promissor apresentava a oportunidade como grande alternativa principalmente para os nordestinos que sofriam com as longas estiagens e a pobreza latente. Tratados como “colonos-heróis” pelo desprendimento que demonstravam, a população que se descolava era desafiada a derrubar a mata, preparar a terra sob um sol ardente e enfrentar as chuvas torrenciais que alagam o terreno muitas vezes já preparado.

A participação do Mobral nesses empreendimentos era substancial. Tratava-se da ferramenta de desenvolvimento social e cultural para os migrantes que, na grande maioria, eram analfabetos, mas principalmente a oportunidade de se associar ao maior projeto desenvolvimentista do regime, reafirmando assim seu discurso de colaborador no processo de desenvolvimento do país. O Mobral se lança na Transamazônica como parceiro no esforço nacional em promover sua integração, que “teria seu ponto culminante na inauguração da rodovia”.

A Transamazônica era o símbolo maior desse “Brasil Gigante” e o Mobral, o órgão oficial de maior penetração no Brasil, por isso, se colocavam a disposição para a ocupação dessa área inóspita.

⁹⁶ Sob o lema “Integrar para não entregar”, o Projeto Rondon, criado em 1967, estava articulado com a doutrina de segurança nacional que atuava na identificação e combate dos “inimigos internos e externos do país”, a saber, os comunistas. Segundo o Jornal Integração, equipes do Mobral trabalharam com essas ações ao “treinarem jovens para a realização de trabalhos nas regiões da Amazônia”. Jornal Integração, ano 1, n. 10, 1972. Arquivo Histórico do Inep.

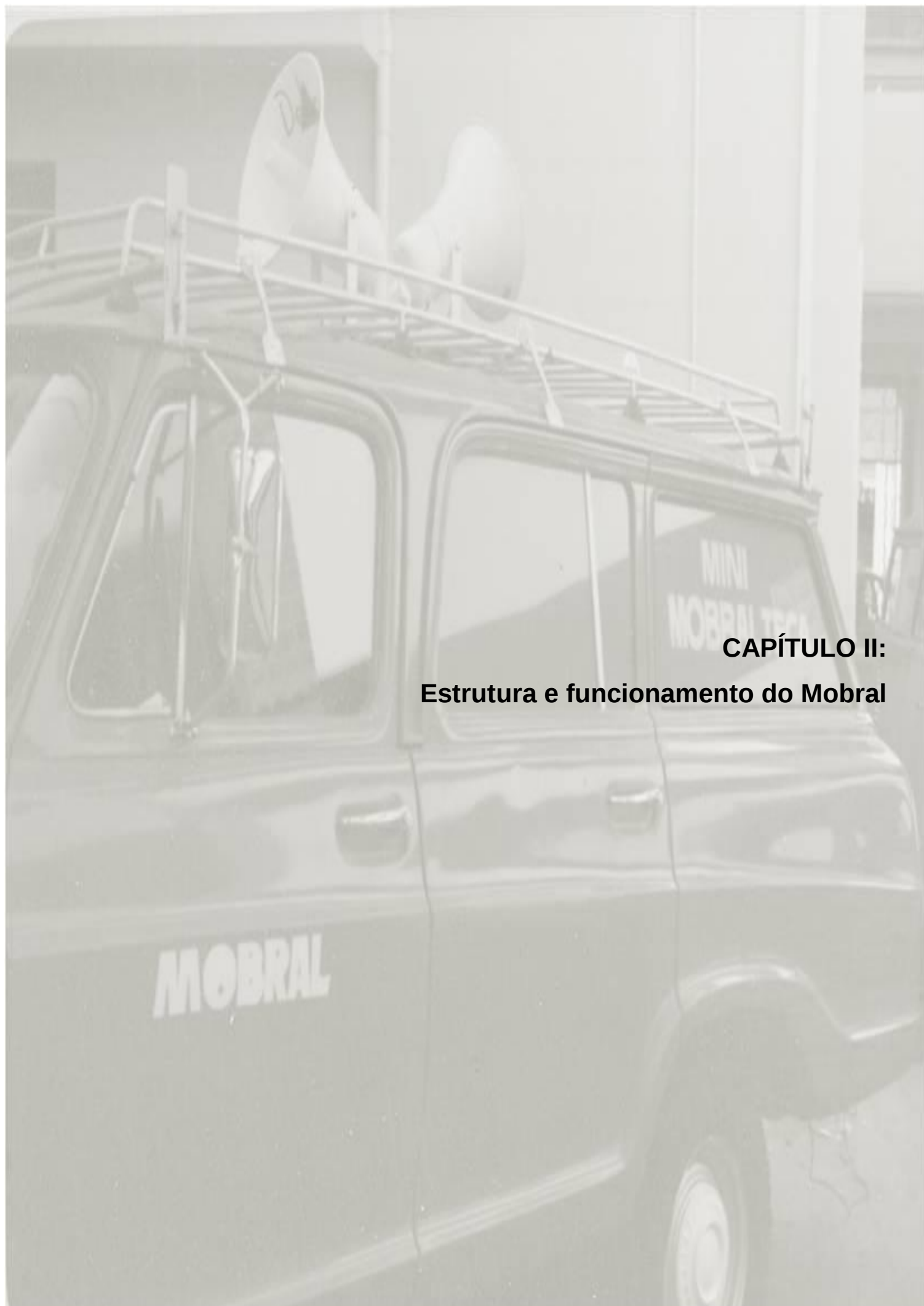
Até 1973, em todos os municípios brasileiros, haveria pelo menos uma sala de alfabetização do Mobral em funcionamento. Nenhum outro projeto nacional teria conseguido esse feito, por isso se orgulhavam de ser um “poderoso instrumento de integração nacional”,⁹⁷ contribuindo, assim, para o desenvolvimento humano na nova região.

Desenvolvimento, Integração e a Segurança Nacional eram os grandes motes do governo militar nos anos 1970, principalmente na gestão de Garrastazu Médici. Pelo Decreto-Lei n.º 1.106, de 16 de junho de 1970 (BRASIL, 1970), ele criou o Programa de Integração Nacional (PIN), que promoveria “a maior integração à economia nacional das regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM”. A primeira etapa do programa era a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.⁹⁸

As Forças Armadas constituíam-se nessas ações como uma “grande de força de trabalho”. Por meio de setores como a Ação Cívico-Social (Aciso) e o Programa Diversificado de Ação Comunitária (Prodac) promoviam medidas assistencialistas como atendimento médico, odontológico, confecção de identidade, confecção de certidão de nascimento, construção de fossas, campanhas de vacinação, etc. Essa atuação conjunta atendia às demandas do PIN e chegava a todas as obras que o programa desenvolvia.

⁹⁷ Declaração do então secretário Executivo do Mobral, CORREA, 1979, p. 21.

⁹⁸ A lei previa: “Será reservada, para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica.” BRASIL, 1970, art. 2.º, § 1.º.



CAPÍTULO II: Estrutura e funcionamento do Mobral

CAPÍTULO 2

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO MOBRAL

O Mobral precisa se apoiar numa gigantesca campanha promocional para conseguir manter ativa a mobilização da população, base do seu possível êxito.

(Revista Veja, nov. 1970, n.º 113).

A metodologia do Mobral Cultural procura seguir esse caminho [...] do preenchimento sadio das horas de lazer.

(Arlindo Lopes Correa).⁹⁹

2.1 Arquitetura e cartografia do Movimento

Uma das ideias recorrentes entre os alfabetizadores, coordenadores e diretores que atuaram no Mobral foi a de que “o movimento era o mais expressivo programa educacional já realizado no Brasil”. De fato, o Mobral operava uma grande estrutura física e humana que montou uma significativa rede educacional-cultural, alcançando todos os municípios do país em uma inédita extensão da presença do Estado no território nacional.

O tom ufanista era alto, forte e frequente. Embalados pelo ritmo propagandista e desenvolvimentista, especialmente do governo Médici, o Mobral sustentava um vaidoso posto de agente “da esperança de milhões de pessoas e de espírito comunitário”, capaz de oferecer as cidades brasileiras uma significativa “contribuição para o seu desenvolvimento e integração”. Vale a pena a longa citação:

Ah, as pequeninas comunidades brasileiras! Como o Mobral as fez crescer espiritualmente, ganhar em unidade! Como sua presença as valorizou do ponto de vista humano! É nelas que a mística do movimento se faz mais evidente, deixando entrever os variegados aspectos do impacto do órgão na vida nacional. São as sementes da descentralização – que salvará o mundo para o futuro – a dar seus frutos temporões. [...] O Mobral foi a coisa mais importante que aconteceu aos municípios brasileiros nas últimas décadas. Trata-se, hoje, de um órgão gigantesco, mas que não sofre de gigantismo porque cresceu dentro de um processo evolutivo natural, sedimentando conquistas, garantindo meios de ação antes de aventurar-se em novas incursões.¹⁰⁰

⁹⁹ CORREA, 1979, p. 279.

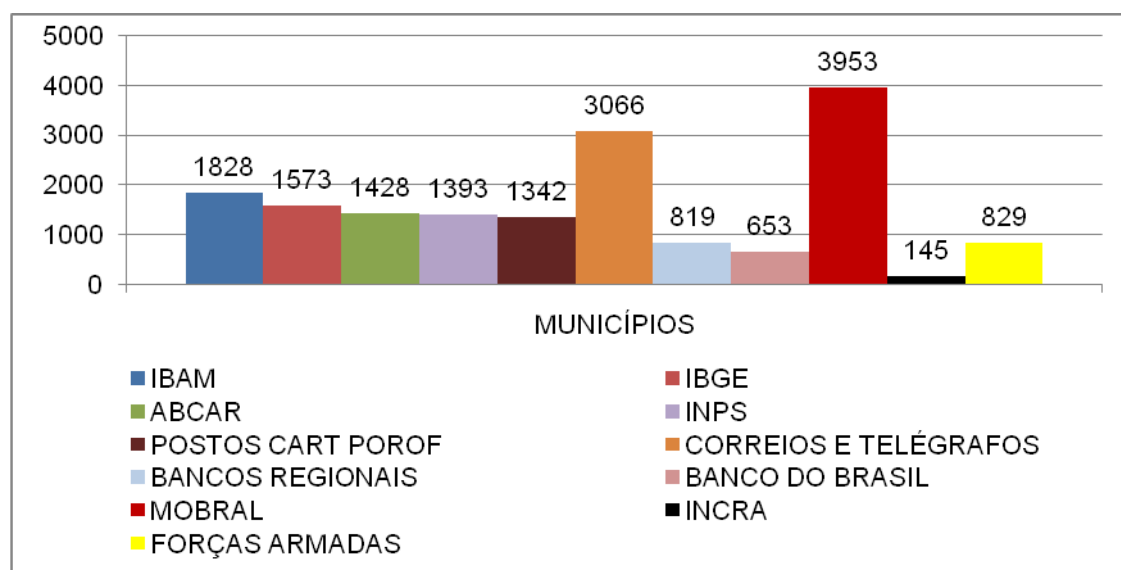
¹⁰⁰. Ibid., p. 30-31. Grifo nosso.

A visão ufanista sobre o Mobral não era exclusiva de quem o via por dentro de sua maquinaria. A sociedade no geral identificava, acompanhava e atestava essa presença e longo alcance. De dentro ou de fora, todos sabiam o que era o Mobral e onde encontrá-lo. Por meio das ações educativas e culturais, o Brasil estava de alguma forma, conectado, o que reforçava o discurso de unidade, recorrente na filosofia e metodologia do PIN, posta em curso nos anos 1970.

Nenhum outro programa oficial teria tanto alcance, e esse mapeamento interessava aos militares. Por essa cartografia da alfabetização, era possível enxergar socialmente todos os municípios brasileiros e ter visibilidade sobre grupos pouco conhecidos (perfil, necessidades, demandas), estivessem eles na zona urbana ou rural.

As informações levantadas em cada município alimentavam o banco de dados do Mobral Central (número de habitantes, índice de analfabetismo/alfabetização, quantidade e/ou déficit de escolas, desempregados e trabalhadores formais e informais, etc.) que direcionava seus critérios de atuação e ações educacionais e assistenciais. Dados apresentados pelo próprio movimento em 1975 possibilitam a visualização dessa abrangência conforme a Figura 4.

Figura 4 – Gráfico representativo dos órgãos de maior penetração no Brasil



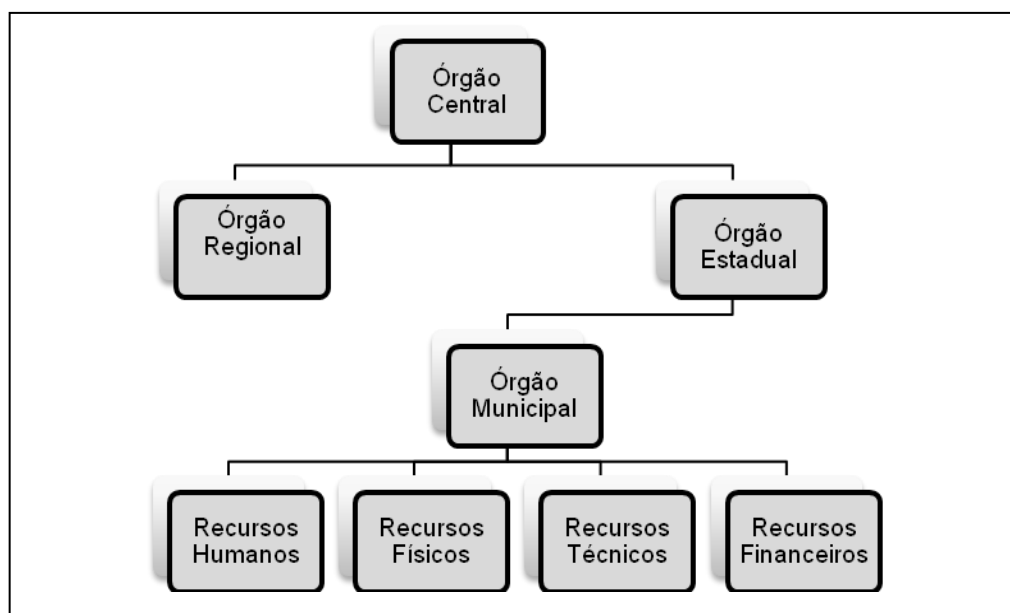
Fonte: FUNDAÇÃO MOBRAL, 1975b, p. 50.¹⁰¹

¹⁰¹ FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO. *Soletre Mobral e leia Brasil*. Rio de Janeiro: Mobral, 1975b. Publicação comemorativa pelo aniversário de cinco anos do Movimento. Esse impresso teria como destino a sociedade civil em geral e traz um tom festivo quanto aos “inúmeros alcances” celebrados nessa edição da cartilha.

Nenhum estudo histórico, citação, levantamento ou menção ao Mobral questiona esse alcance. Nem mesmo os Correios, empresa centenária, tinham tanta penetração no país. O Mobral se fez conhecido em todas as regiões, mesmo onde os desafios geográficos eram latentes.¹⁰² Essa presença não foi subestimada pelas Forças Armadas que utilizavam por diversas vezes a estrutura criada para estender seus serviços assistenciais, práticas para o controle social e a manutenção da ordem e da segurança nacional.¹⁰³

A estrutura administrativa inicialmente montada tornou-se complexa ao longo dos anos 1970. Composto por diversos setores que abrangiam atividades educacionais, sociais e culturais, o Mobral prezava por uma organização marcadamente hierarquizada, distribuída nas esferas federal, estaduais e municipais. O organograma abaixo apresenta sucintamente os pontos centrais dessa engenharia administrativa (Figura 5).

Figura 5 – Organograma da estrutura base do Mobral



Fonte: FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO, 1975b, p.7 Mobral, Origem e evolução - Organograma "Mobral sua organização de funcionamento".

¹⁰² As fontes pesquisadas indicam a presença do Mobral em núcleos urbanos, rurais, entre a população carcerária e até povos indígenas.

¹⁰³ Informação concedida por Josias Cavalcanti, membro integrante do Mobral da coordenação em Pernambuco em entrevista à autora em Ipojuca, PE, 22 de outubro de 2013. Ainda segundo o entrevistado e outros relatórios e jornais, eram comuns ações do Mobral em parceria com o exército como campanhas de vacinação, construção de fossas e outras ações para fins de saneamento. Tudo isso contribuía para o fortalecimento da simpatia da população não apenas pelo Mobral como também pelas Forças Armadas e o governo militar.

Era da sugestiva “Rua Voluntários da Pátria, n.º 5”, no centro do Rio de Janeiro, que o Mobral Central (órgão de gerenciamento nacional) operava toda a estrutura e movimentava as atividades do programa e seus recursos. De forma escalonada, as informações, os materiais didáticos e as diretrizes deveriam ser passadas do núcleo central para os setores regionais, que se reportavam aos estaduais fazendo chegar aos municípios.

Quando essa dinâmica, não atendia aos interesses ou se tratava de atividades mais complexas, o Mobral Central ia até os estados e/ou os estados iam até ele. Os registros de viagens entre funcionários dos planos federal, regionais e estaduais são constantes. Sempre que havia a implantação de uma ferramenta, todos os supervisores reuniam-se para treinamentos. A cúpula do governo militar era com regularidade vista no Mobral Central. O presidente do Mobral Mário Henrique Simonsen e o secretário executivo Arlindo Lopes Correa circulavam constantemente entre as reuniões dos estados e suas diretorias, “eram figuras até acessíveis”.¹⁰⁴

Operando esses mecanismos de ação, os desafios postos pela continentalidade do Brasil e pela precária comunicação em muitos polos pareciam superados com a moderna, arrojada e dinâmica gerencial, que, por meio de reuniões e relatórios, tinham seus “discursos alinhados”.¹⁰⁵

Com quanto tempo as informações, cartas, orientações e os pedidos emitidos pelo Mobral Central chegavam aos municípios conveniados, especialmente aqueles em lugares mais inóspitos? Que possíveis ruídos na comunicação afetavam a compreensão do que era repassado? De que forma se fazia a distribuição de materiais como cartilhas, jornais educativos e fichas de frequência e avaliação? Como os recursos oriundos do Mobral Central chegavam aos sítios, povoados de difícil acesso?

As respostas a essas questões associam-se muito provavelmente às parcerias firmadas entre o Mobral, as Forças Armadas, os Correios e o Banco do

¹⁰⁴ Ibid.

¹⁰⁵ As reuniões periódicas são narradas pelos entrevistados e também nos arquivos administrativos do Mobral. As pautas das reuniões geralmente versavam sobre as questões pedagógicas, estruturais e instruções quanto ao preenchimento e atualização de fichas e cadastros que alimentariam de informações o núcleo central.

Brasil, órgãos que serviam de apoio logístico ao programa de alfabetização.¹⁰⁶ Mas esse apoio logístico não garantia a plena eficiência do esquema. Em muitos casos, as aulas iniciavam-se sem as cartilhas, outros materiais didáticos eram improvisadamente utilizados, o salário dos professores atrasava e as solicitações morosamente chegavam aos supervisores, que quase sempre “demoram nas respostas, quando atendem”.¹⁰⁷

Não é difícil supor que os maiores desafios estivessem na ponta da cadeia: as Comissões Municipais. A lista de responsabilidade era extensa: fazer a divulgação, promover a mobilização local, recrutar professores, fazer levantamento do número de analfabetos, efetivar as matrículas, fazer levantamento de locais para o funcionamento dos núcleos de alfabetização, recensear os alunos inscritos no programa e fazer a certificação final. Tudo isso de modo, muitas vezes, “voluntário e patriótico”.¹⁰⁸

As Comissões Municipais são as células básicas de atuação do Mobral. Elas permitiram a descentralização e radiação das ações. O êxito do trabalho desenvolvido por essas comissões ligava-se diretamente à sua capacidade de estimular a comunidade a participar dos programas do Mobral, de mobilizar recursos – humanos, materiais e financeiros – e utilizá-los de forma adequada e criativa. Sobre esses parâmetros, eram fiscalizados e cobrados pela supervisão estadual.

Paiva (2003), analisando a conjuntura dos acordos firmados entre Mobral e os municípios, afirma que havia fios de tensão que costuravam essas relações. Ficava subtendido que, caso as prefeituras resistissem em firmar os pactos ou não contribuíssem com sua máquina pública para a promoção do Mobral, sofreriam cortes no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), verba imprescindível para a manutenção de serviços essenciais principalmente em cidades pobres.¹⁰⁹

¹⁰⁶ Esses órgãos aparecem como os mais ativos na logística do Mobral, tanto na distribuição e materiais como no pagamento de diárias para viagens e salários dos alfabetizadores e demais funcionários do Mobral.

¹⁰⁷ Esse cotidiano era constantemente denunciado pelos professores do Mobral em suas cartas ao Mobral Central. Discutem-se com mais vagar as cartas e a rotina escolar no capítulo 4.

¹⁰⁸ Declaração do então presidente do Mobral Mário Henrique Simonsen publicada no Jornal do Mobral em 1972.

¹⁰⁹ PAIVA, 2003, p. 320-327.

Entretanto, o Mobral teria argumentos mais sedutores sobre os municípios, e estes recaíam sobre os setores econômicos, culturais e principalmente políticos. Do ponto de vista econômico, era interessante para as cidades contar com os salários dos professores (pago pelo Mobral Central) movimentando o comércio, principalmente com a venda de produtos de primeira necessidade, além de diminuir as pressões sociais por emprego e educação.

Do ponto de vista social, o Mobral viabilizava, com a ajuda do exército, ações estratégicas no campo da saúde e da educação sanitária. Buscando implantar hábitos salubres e até de planejamento familiar, o governo através desse específico setor do Mobral, propaga e reforça o discurso de civilidade e desenvolvimento social¹¹⁰.

Nos aspectos culturais, o Mobral tinha sua valia pela agenda de shows que gerava como a ampliação das comemorações de eventos cívicos, os eventos educacionais, os concursos de redação, poesia e desenho e a exposição do artesanato local nas feiras fixas promovidas pelos postos culturais e as itinerantes realizadas pela Mobralteca.¹¹¹

Arelados às questões culturais estão os ganhos políticos que o Mobral potencialmente representaria. Afinal, toda a exposição que o movimento provocava na mídia local e nacional (jornais, revistas, televisão, rádio) era largamente aproveitada pelos prefeitos para autopromoção entre eleitores e também opositores. De acordo com relatos sobre o período:

O Mobral era utilizado para trazer simpatia ao regime militar. Para os prefeitos o fechamento de convênios com o Mobral era excelente. Nunca houve nada tão bom (*risos*)! Primeiro por causa do desemprego nos municípios. O Mobral injetava dinheiro na cidade. Eles faziam questão de ter Mobral. Se aderissem aos programas culturais ainda recebiam bibliotecas, instrumentos musicais, projetor de slides, de filmes... tudo de graça. Era uma maravilha! Não existia um só prefeito que não brigasse pelo convênio com o Mobral. O município não pagava salário a ninguém. Geralmente pegava uma professora do quadro para a coordenação da Comissão Municipal.

¹¹⁰ O Mobral criou específicos programas para a saúde o PES (Programa de Educação Comunitária para a saúde). Para mais informações sobre a atuação do Mobral neste campo recomendo a já citada dissertação de: Alves, Maxsuel Lourenço. Entre vacinas e canetas: as apropriações dos saberes médicos nas publicações do Movimento brasileiro de alfabetização (1970-1980). Programa de pós graduação da UFCG, 2015.

¹¹¹ Mais detalhes sobre a Mobralteca e o Mobral Cultural discuto mais adiante.

Às vezes [os prefeitos] queriam mais salas de aula do que podiam manter. Mas, imagine: O povo do interior que nunca tinha visto uma televisão na vida, e tinha diante dos olhos uma tela grande... tipo de cinema! Você dava ao artista local a oportunidade de cantar, recitar sua poesia num palco... Aquilo enchia os olhos de todo mundo e os políticos sabiam disso! A visão da população sobre o Mobral nessa época era a melhor possível. Todos adoravam o Mobral, faziam versos, escreviam histórias... As pessoas choravam nos eventos... o Mobral marcou a vida das pessoas usando essas táticas.¹¹²

O avanço entre os municípios foi paulatino. A grande adesão dos prefeitos na primeira fase de divulgação do Mobral, inicialmente nas grandes cidades e capitais, rendeu um bom índice até o fim dos anos 1970 e 1971. Abertos os primeiros postos de alfabetização, o programa preocupava-se em avançar.

Ainda em 1971, realizaram-se visitas a vinte estados reunindo um total de 3.800 prefeitos, com a finalidade de preparar as comunidades para a implantação do Mobral ainda naquele ano.

Essas visitas proporcionaram o encontro da diretoria do Mobral com os gestores para a explicação da filosofia e dos métodos operacionais além de uma apresentação geral de toda a sistemática de trabalho e a distribuição da documentação básica de implantação.

Como parte das atividades de acompanhamento de implementação, realizavam-se os programas de treinamento de coordenadores regionais e estaduais em pontos considerados estratégicos para o alargamento do Mobral no Brasil: Novo Hamburgo (RS), Recife (PE), Belém (PA), Guanabara (RJ) e Brasília (DF).

Lançou-se uma vasta campanha publicitária em jornais, revistas, no rádio e na televisão simultaneamente, com uma ação política de contato direto com governadores e prefeitos, com o objetivo de popularizar o Mobral e suas atividades, e induzir o envolvimento comunitário por meio dos instrumentos institucionais de acionamento e acesso rápido.

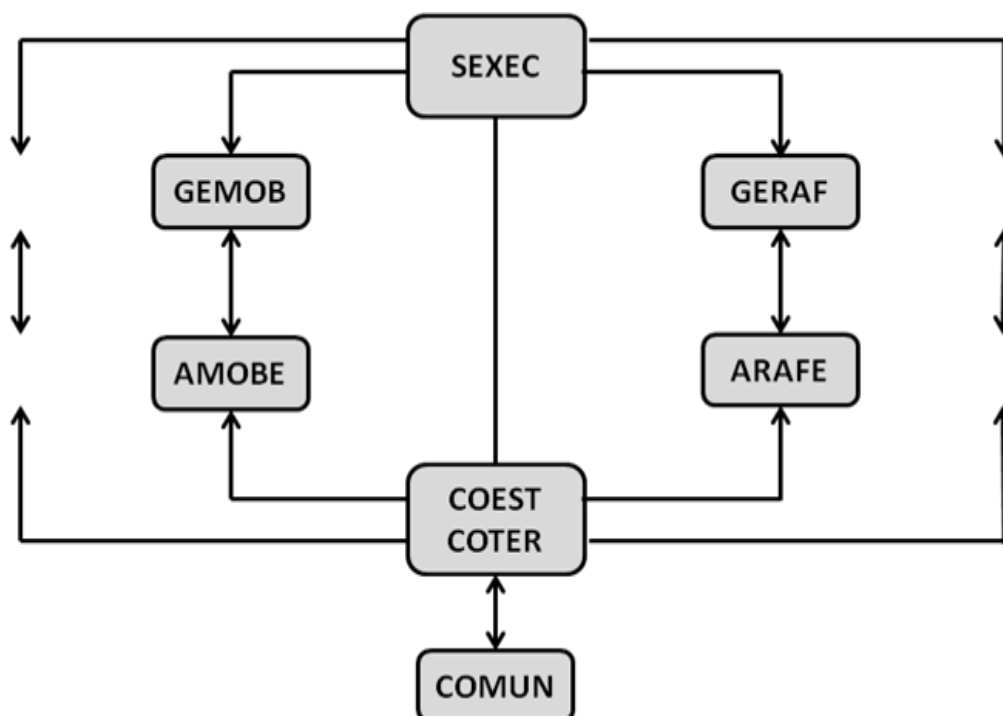
Até o fim do primeiro ano de atividade (1970), assinaram convênios com o Mobral 613 municípios, atingindo 507 mil alunos, dos quais apenas 172 mil foram alfabetizados (eficácia de 33,9%); no ano seguinte, estavam incorporados ao

¹¹² De acordo com Josias Cavalcanti, supervisor do Mobral em Pernambuco na década de 1970. O interesse dos prefeitos em fechar convênio com o Mobral também é confirmada por Zulmira Maria de Carvalho, coordenadora do Mobral no mesmo estado. Tais informações foram repassadas em entrevista à autora nos dias 22 de outubro de 2013 e 14 de outubro de 2013 respectivamente.

Movimento 3.405 municípios, somando 2 milhões de 590 mil alunos, sendo efetivamente alfabetizados 1,81 milhão (eficácia de 41,8%).¹¹³

Uma vez efetivado o convênio, o novo município parceiro era incluído no esquema administrativo do Mobral, que operava a partir da seguinte da mobilização dos seguintes setores (Figura 6):

Figura 6 – Organograma das secretarias, gerências e agentes do Mobral



Fonte: BRASIL, 1973, p. 19¹¹⁴

Sexec – Secretário Executivo; Gemob – Gerência de Mobilização; Geraf – Gerência Financeira; Amobe – Agente de Mobilização; Arafe – Agente Financeiro; Coest – Coordenação Estadual; Coter – Coordenação Territorial; Comun – Comissão Municipal.

Ligados diretamente ao secretário executivo do Mobral, estavam os setores de Mobilização e de Recursos. Eles operavam os recursos financeiros e humanos vitais para o avanço dos programas e sua efetiva consolidação. É importante

¹¹³ Dados cedidos pelo Mobral Central discutidos em PAIVA, 2003.

¹¹⁴ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Mobral: sua origem e evolução*. Rio de Janeiro: MEC, 1973.

destacar que o Mobral funcionava de forma interdependente do Ministério da Educação (MEC), o que despertou, por vezes, tensões na esfera ministerial.¹¹⁵

O Mobral dispunha de duas fontes de receita: uma parte provinha da loteria esportiva e a outra parte de “doações” de empresas que, diante do acordo de restituição ao Imposto de Renda, poderiam destinar até 2% dos seus rendimentos. A arrecadação via doação representava a maior fatia dos recursos do Mobral, e como se tratava de um movimento voluntário, havia uma grande e constante mobilização em todos os estados com o objetivo de sensibilizar o setor empresarial.

Cada estado era responsável pelo levantamento dos seus recursos. Foram negociadas parcerias com os sindicatos dos contadores e os setores de contabilidade das empresas que facilitava essa captação. A adesão à campanha de doações foi tão expressiva que, só no estado de Pernambuco, dedicaram o percentual do IR ao Mobral 92% das empresas. Páginas da Revista Veja, de 1970,¹¹⁶ atestam esses números e exemplificam como algumas das estratégias de marketing foram usadas para promover a sensibilização dos setores empresariais (Figura 7).

A publicidade tem um tom apelativo. “Convida” o empresariado a cumprir “suas responsabilidades” e deixa claro que as metas do Mobral serão alcançadas, mas que a velocidade com que o Brasil se livra da vergonha do analfabetismo depende da mobilização das empresas e do envolvimento coletivo. Por isso, para ter a “consciência tranquila”, o empresário deveria doar ao Mobral o valor correspondente até 2% dos seus rendimentos, valor dedutível no recolhimento do Imposto de Renda do ano seguinte.

¹¹⁵ A autonomia do Mobral e sua independência financeira serviu em alguns momentos como “pedra no sapato” do Ministério da Educação. Mesmo atuando na esfera educacional, não havia uma relação de dependência ou prestação de contas do Mobral para o MEC. Ao longo dos anos 1970 e 1980, muitas críticas partiram do MEC sobre as práticas e gastos do Mobral.

¹¹⁶ As cartilhas para alfabetização do Mobral eram impressas pela Abril Cultural, mesma editora que publica a Revista Veja. Criada em 1968, a revista trazia de forma recorrente reportagens sobre o Mobral em tom otimista e progressista.

Figura 7 – Estratégia de marketing utilizada pelo Mobral

**EMPRESÁRIO:
ESTA É A FÓRMULA
PARA V. CUMPRIR
COM SUA
RESPONSABILIDADE
JUNTO AO MOBREAL**

E, se você participar junto ao Movimento Brasileiro de Alfabetização, seu país vai ficar mais cedo sem analfabetos. O MOBREAL, apolado pelo Ministério da Fazenda, simplificou a fórmula para V. cumprir com essa fantástica responsabilidade.

AQUI ESTÁ A FÓRMULA PARA VOCE TER A CONSCIÊNCIA TRANQUILA.

O Decreto-Lei 1 124 criou uma forma pela qual as pessoas jurídicas podem antecipar o incentivo fiscal ao MOBREAL.

O ônus da pessoa jurídica é mínimo. O que for doado hoje será recuperado do imposto de renda, e não apenas do lucro operacional. A empresa doa ao MOBREAL 100 em 1970, e deixa de pagar 100 de imposto de renda em 1971. Mas ainda: essa dedução, que tem como limite 2% do imposto recolhido em 1970, pode ser feita sem prejuízo dos demais incentivos fiscais. Isso significa que a doação ao MOBREAL não diminui a possibilidade de a empresa utilizar-se dos outros incentivos relativos à SUDENE, SUDAM, EMBRATUR, SUDPE, REFLORSTAMENTO, EMBRAER, DECRETO-LEI 157, etc. De fato, a empresa só tem um encargo: o de não receber juros sobre as doações antecipadas ao MOBREAL. Esse pequeno ônus, o de deixar de receber juros sobre uma doação que será integralmente recuperada através do imposto de renda, é o mínimo que se espera das empresas em matéria de colaboração com o Movimento Brasileiro de Alfabetização.

O cálculo do incentivo a ser doado por antecipação ao MOBREAL, nos termos do Decreto-Lei 1 124, é extremamente simples, compondo-se das seguintes etapas:

- 1) Examine sua declaração de imposto de renda (pessoa jurídica) entregue no ano de 1970 (ano base: 1969).
- 2) Some as seguintes linhas do formulário da declaração da pessoa jurídica:
Quadro 28
Item 15: Duodécimos antecipados: Ex.: \$40 320,00
Item 23: Total a recolher: Ex.: 1 932 480,00
S O M A
Cr\$ 2 472 800,00
- 3) Calcule 2% da soma acima (no exemplo, Cr\$ 49 456,00)
- 4) Deposite essas 2% (no exemplo, Cr\$ 49 456,00) em qualquer agência do Banco do Brasil à ordem do MOBREAL.

Essa doação será integralmente recuperada do imposto de renda de 1971. Faça sua empresa antecipar o incentivo fiscal ao MOBREAL.

VOCE TAMBÉM É RESPONSÁVEL

Secretaria de Interior - SP
Av. Duque de Caxias, 81
São Paulo.

MOBREAL

Iniciativa
da revista
Abril
de apoio ao
M.O.B.R.A.L.

Fonte: Revista Veja, n. 114, p. 96, 11 nov. 1970.

A publicidade é didática. Ensina como fazer o cálculo e efetuar a transferência do valor doado, uma verdadeira mão na roda para qualquer empresário e seu contador. A chamada publicitária nessa edição da Veja antecede uma reportagem sobre a expansão do Mobral e a revolução social que produz por meio dos recursos recolhidos (Figura 8). Essa dobradinha entre a publicidade e a reportagem promocional tornou-se prática comum em cada edição da Veja nos anos 1970:¹¹⁷

¹¹⁷ A Revista Veja não foi a única utilizada pelo Mobral para suas campanhas publicitárias. Muitos jornais e revistas da época trazem o Mobral como tema. Em especial nos anos 1970, o tom é

Figura 8 – Incentivo fiscal para o bê-a-bá



Fonte: Fonte: Revista Veja, n. 114, p. 103, 11 nov. 1970. p. 103.

A reportagem em destaque atende a uma tendência do jornalismo fotográfico pós-segunda Guerra Mundial,¹¹⁸ em que as imagens tomam boa parte das reportagens reproduzindo cotidianos e trazendo o leitor para perto do fato

sempre muito promocional. É possível ver nessa tendência reflexos do “Milagre” que tornou o regime militar mais popular e bem-aceito na sociedade em geral.

¹¹⁸ Sobre discurso visual, estou dialogando com CASTILLO TRONCOSO, Alberto del. *Ensayo sobre el movimiento estudiantil de 1968: la fotografía y la construcción de un imaginario*. México: Instituto Mora; IISUE, 2012. p. 17. Refletindo sobre o objetivo das mensagens produzidas pelas imagens, relacionando-as com um panorama político e educacional, a inspiração veio também nas reflexões de MAUAD, Ana Maria. *Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social pela classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. 1990. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1990.

narrado. Essa prática aumentaria o sentido de veracidade dado ao que está sendo narrado e ampliava o poder de convencimento sobre a proposta lançada.

Em todas as reportagens realizadas pela Revista Veja entre os anos 1970 e 1980, as imagens são abundantes naquelas em que o Mobral foi tema: fotos de adultos em processo de alfabetização, salas de aula em funcionamento, professores utilizando os cartazes com as palavras geradoras para a ministração das aulas, etc. Na reportagem em destaque, que dialogava especialmente com o setor empresarial, o tom é de prestação de contas e pedido de apoio. Para ampliar o tom de convencimento, as narrativas sobre as histórias de vida dos analfabetos são estrategicamente usadas.

Assumindo geralmente um papel de vítima (mas também tomado como tal pelo próprio governo) em um processo histórico de exclusão social, o aluno do Mobral carece de ajuda para vencer suas limitações, afinal: “minha mão é domável, tenho sede de aprender”, expressavam os analfabetos. A esse apelo, o setor empresarial é convidado à sensibilização e ao compromisso social, pois: “Essa luta não é de responsabilidade exclusiva do Mobral”, e sim de todos os brasileiros.

O Mobral, desta feita, foi estruturado dentro de três princípios: a) obtenção de material didático atrativo e de baixo custo; b) ampla descentralização administrativa com a transferência das funções executivas para as comissões Municipais; c) desenvolvimento de esquemas operacionais simples e padronizados, capazes de tornar logisticamente viável um programa de alfabetização de larga escala e de reduzir os custos por aluno.

Dentro dessa lógica, o governo militar colocaria em prática a sua pedagogia que dentre outros interesses secundários, se preocupava com a legitimidade de suas ações e um coeficiente de sucesso.

2.2 A “pedagogia dos homens livres” na ditadura

Solidão - PE, 13 de junho de 1980. O cartaz é fixado no quadro improvisado. Nele tem o desenho de uma saca de farinha e a palavra grafada com as sílabas destacadas: FA-RI-NHA. Essa era a palavra do dia, escolhida

para conduzir a aula. A professora Maria das Neves inicia o diálogo perguntando quantos tipos de farinha seus alunos conheciam, e a partir daí a prosa ganhava força... “dá pra fazer farinha do milho, da soja, da batata, do trigo e da mandioca. São muitos os tipos! Matuto que é matuto conhece de todas e se alimenta delas”, o problema é que muitas vezes, só delas. A fome latente e os desafios da sobrevivência no semiárido nordestino ganham espaço durante a aula que, quando trazia esses “temas interessantes”, motivava a participação dos alunos cansados da lida.

A conversa sobre a farinha motivou a participação de boa parte dos 18 alunos daquela improvisada sala de aula localizada no Sítio Poço Dantas no sertão de Pernambuco. Essa era a única turma para a alfabetização do Mobral no pequeno município que vivia basicamente da agricultura familiar e uma inexpressiva criação de cabras.

Havia uma clara orientação por parte da diretoria pedagógica do Mobral sobre como o processo de alfabetização deveria desenvolver-se. A aula deveria começar com a apresentação do cartaz e da palavra geradora. Os alfabetizadores deveriam então motivar um diálogo em torno da palavra do dia... O que ela significa? O que vocês sabem a respeito? Eram algumas das questões a serem elaboradas na tentativa de desencadear uma conversa. Uma vez contemplada essa etapa, o alfabetizador passaria à decodificação da palavra e à apresentação de sua família silábica. No caso da aula citada “fa-fe-fi-fo-fu”, deveria provocar a formação de novas palavras com essas sílabas a exemplo de “fazenda, filhos, futebol”.

A elaboração da rotina pedagógica, assim como da escolha das palavras geradoras, e a elaboração dos cartazes e cartilhas a serem utilizadas durante o curso era de responsabilidade do Programa de Alfabetização Funcional (PAF), setor ligado à Gerência Pedagógica (Geped).

O tempo do curso de alfabetização estipulado pela Geped era de cinco meses, com duas horas diárias de aula, e previa um sexto mês de “recuperação” para os alunos que não tivessem ainda conseguido desenvolver a leitura e a escrita. De modo geral, os alunos usavam esse sexto mês de aula. Todos consideravam o tempo estipulado muito curto para “adquirir as técnicas de leitura, escrita e cálculo”. O curso contava com o apoio de um material didático unificado

confeccionado para todo o país. Tratava-se de um kit com cartilhas para leitura e escrita, cartilhas de matemática e ainda um jornal que constituía o material de leitura complementar.

Uma vez alfabetizados, os alunos que desejassem continuar sua formação poderiam inscrever-se no Programa de Educação Integrada (PEI), que foi o primeiro grande desdobramento da alfabetização funcional do Mobral. No entanto, nem todos os municípios que dispunham do Programa de Alfabetização Funcional ofereciam o PEI, deixando na expectativa muitos alunos que desejavam continuar seus estudos. A continuidade do trabalho do Mobral mostrava suas fragilidades e era justificada por ainda “não [ter] condições de absorver, em tempo hábil, aos interesses do país em desenvolvimento. [Essa] é nossa próxima etapa de trabalho”.

O PEI, implantado em 1971, tinha como objetivo proporcionar conhecimentos básicos relativos aos conteúdos das diferentes áreas. Em 25 de janeiro de 1973, o Conselho Federal de Educação emitiu o Parecer n.º 44/73, reconhecendo a equivalência do Programa de Educação Integrada do Mobral às quatro primeiras séries do ensino de 1.º grau.¹¹⁹

A metodologia utilizada no PEI era a mesma utilizada no PAF. A escolha de um tema e a exploração desse tema por meio de um cartaz e/ou um texto gerador era o que norteava a prática pedagógica em ambos os programas.

Na primeira fase (1971-1976), o PEI tinha a duração de doze meses. No entanto, posteriormente, os executores do programa solicitaram modificações na sua duração, com as seguintes justificativas: a) necessidade de atender ao ano letivo das Secretarias de Educação, por exemplo, e o próprio ritmo de aprendizagem do aluno. Por outro lado, o parecer n.º 44/73 fixou sua duração mínima em 720 horas. A partir de então, as Secretarias de Educação poderiam distribuir essa carga horária em etapas, podendo o Programa durar de dez a dezoito meses.

¹¹⁹ Pelos princípios estabelecidos nesse parecer, ficou garantido, entre outras coisas, que a avaliação da aprendizagem seria realizada no processo e os certificados de conclusão do curso seriam expedidos pelas Secretarias de Educação. Em 1974, o próprio Mobral passou a ser o certificador. Em 1978, escolas particulares conveniadas com o Mobral também poderiam emitir esses certificados. CORREA, 1979, p. 187.

Assim, embora o programa tenha a duração de 720 horas, o aluno poderia ser certificado ao final de 400, 500 ou 600 horas, enquanto outros precisariam ainda ultrapassar as 720 horas previamente estabelecidas.

2.3 Cartilhas, periódicos e manuais: A indústria gráfica “ociosa”

Entendo que toda fonte histórica está comprometida com seu suporte material. Por isso, considerar a materialidade das fontes elencadas pela pesquisa tornou-se algo imprescindível no processo de análise e compreensão Mobral como produto do governo militar e seus impactos sociais nos anos 1970-1980.

As fontes escolhidas para tecer esta narrativa são em grande volume fontes impressas e por isso, consideradas aqui como um produto resultante de inúmeras etapas. Do autor que escreve o texto à impressão final na gráfica, inúmeras mãos vão deixando seus traços, seus riscos, suas impressões até chegar às mãos dos leitores, onde recebe outros significados a partir da leitura, como produção de sentidos¹²⁰. Nesse processo, revisores, diagramadores, corretores, impressores, cortadores, embaladores, distribuidores, grafam no impresso (que se torna livro, cartilhas, jornais, folhetos) sutis marcas, que contribuem para criar condicionadores de significados.

É nesta dimensão que me aproximo de Roger Chartier quando costura as discussões acerca da materialidade que oferecem as condições de leitura dos textos. Segundo o autor,

Contra a representação, elaborada pela própria literatura, do texto ideal, abstrato, estável, desligado de qualquer materialidade, é necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor” (CHARTIER, 2005 p. 126-127).

Convém ainda lembrar que a produção de textos de maneira geral

é um processo que implica, além do gesto da escrita, diversos momentos, técnicas e intervenções, como as dos copistas, dos livreiros

¹²⁰ Hébrard e Darnton, 2011.

editores, dos mestres impressores, dos compositores e dos revisores. As transações entre as obras e o mundo social não consistem unicamente na apropriação estética e simbólica de objetos comuns, de linguagens e práticas ritualizadas ou cotidianas (...). Elas concernem mais fundamentalmente às relações múltiplas, móveis e instáveis, estabelecidas entre o texto e sua materialidade, entre a obra e suas inscrições. O processo de publicação, seja lá qual for sua modalidade, é sempre um processo coletivo que requer numerosos atores e não separa a materialidade do texto da textualidade (...) (CHARTIER, 2007 p.12 e 13).

Considerando esses elementos que, interferem indubitavelmente na forma com que os livros, os jornais, as cartilhas e manuais produzidos pelo Mobral circularam e foram consumidos no tecido social, saliento que a quantidade, qualidade gráfica e diversidade do material editado com a marca do Mobral foram bastante expressivas para o padrão gráfico da época. Em outras palavras, em termos de volume editorial o Mobral foi um gigante do seu tempo.

Ao longo dos seus dez anos de atuação milhões de livros, cartilhas para alfabetização, jornais educacionais e informativos foram publicados, além de produzidos uma centena de slides para retroprojetores que serviam como material didático para as aulas. Esse conjunto material, em grande parte, preservado no Arquivo Histórico do Inep aponta para um significativo parque gráfico e logístico que deu suporte e circulação a essa produção.

De acordo com dados do próprio movimento, o material didático do Mobral foi produzido e impresso por editoras privadas que se teriam sujeitado “aos requisitos técnicos e às condições de preço e pagamento estipulado”. O material básico de alfabetização, composto de um livro de exercícios de linguagem, um livro de matemática, um manual do professor todos eles impressos em cores e com o uso de imagens, custava em média Cr\$ 7,32 por aluno¹²¹. Esse custo bastante reduzido, segundo a diretoria, teria sido possibilitado pelas tiragens em larga escala e pelo fato das editoras usarem as horas ociosas de suas máquinas para imprimir o material didático em questão¹²².

¹²¹ No ano de 1972. Com a conversão atual esse valor equivale a R\$ 6,60. Dados do próprio Mobral apontam uma queda no custo de produção no ano de 1970: Cr\$ 3,73, ou seja, R\$ 2,92. Essa considerável redução provavelmente se deu ao fechamento de novas parcerias/contratos com a Editora Abril que assumiu outros contratos com o governo federal no período.

¹²² Revista educação trimestral – janeiro a março de 1973 – Ano II – nº7

Não há muita clareza nos registros sobre quais seriam essas “horas ociosas” ficando a impressão de que se tratava do expediente noturno, período em que as gráficas estariam fechadas.

A diretoria do Mobral sempre deixou clara sua satisfação com o fato de utilizar um material didático de “ótima qualidade”, de “baixo custo” e de “grande circulação”, o que ativava muitos outros setores da economia nacional. Segundo o próprio Arlindo Lopes Correa, presidente do Mobral no período (1979),

a indústria editorial e gráfica ganhou padrão internacional, graças ao consumo do novo cliente (O Mobral), e este encurtou muitos caminhos com essa associação profícua, além de contribuir para que gradualmente, o seu modelo de grandes tiragens, baixos custo e distribuição gratuita à população escolar carente, vá-se implantando no ensino formal¹²³.

Os números apresentados pelo Mobral impressionam. O volume de produção era considerável e exigia uma grande estrutura para pôr em circulação todo o material, o que torna quase impossível a utilização de apenas “horas ociosas” para se dá conta da produção do Mobral. Até o ano de 1977 tinham sido distribuídos “1.775.5 toneladas de material didático” e ainda

foram distribuídos 3,5 milhões de conjuntos básicos de alfabetização funcional e de educação integrada, assim como 2.100.000 exemplares de livros de leitura continuada desses dois programas, em 3.755 municípios de todas as unidades da Federação (idem p. 422).

O jornal do Mobral também era recorde em produção e distribuição. Quinzenalmente o periódico atingia a marca de uma tiragem de dois milhões de exemplares¹²⁴. Todos esses números sugerem que a logística do Mobral estava entre uma das mais expressivas no mercado editorial em escala mundial em extensão das linhas de distribuição. E para essa grande tarefa contava com uso do exército brasileiro, grande parceiro do Mobral.

Os títulos com o selo Mobral eram publicados pelas editoras *Bloch Editores*, *AGGS Indústrias Gráficas*, *Gráfica Editora Primo*, mas principalmente

¹²³ CORRÊA, Arlindo Lopes. Educação de massa e ação comunitária. Rio de Janeiro: MOBRL - AGGS, 1979. p. 39.

¹²⁴ Educação. Revista do Ministério da Educação e Cultura. Revista trimestral Janeiro a março de 1973 – Ano II – nº7. P. 58 a 65.

pela *Abril Cultural*. Utilizando a estrutura dessas editoras, seus parques gráficos e imprensas, o Mobral distribuiu uma grande quantidade de impressos de Norte a Sul do país. Para um efeito mais didático e melhor compreensão da intencionalidade dessas edições e suas efetivas utilizações, classifico tais fontes históricas da seguinte forma (Tabela 2):

Tabela 2 – Publicações com selo Mobral editadas entre 1970 e 1980

Tipos	Exemplares	Objetivos/ Alcance
Periódicos	• Jornal do Mobral • Integração • Ação Comum	Cunho jornalístico informativo. Circulação nacional não restrita aos alunos do Mobral.
Kit do aluno	• Livro de leitura • Livro de exercícios de linguagem • Livro de matemática	Cunho pedagógico de uso exclusivo de alunos matriculados nas aulas de alfabetização.
Pedagógico geral	• Cartazes, slides, mapas e outros materiais de apoio • Jornal mural do Mobral + boletim do mural	Material de uso pedagógico destinado aos professores para o uso durante os cursos de alfabetização.
Manuais	• Professor • Mobilizador • Projeto de treinamento do alfabetizador pelo rádio	Impressos usados para o treinamento de professores e mobilizadores. Circulação restrita aos candidatos às vagas.

Fonte: Elaboração própria.

Como a tabela 2 aponta na categoria “periódicos” temos três tipos impressos: o “**Jornal do Mobral**”, o “**Ação Comum**” e o “**Integração**”. O primeiro era destinado aos alunos do Mobral em processo de alfabetização,

professores, voluntários e também ao público em geral. Tem uma linguagem popular próxima à oralidade e era editado quinzenalmente como já apontamos. Tinha um cunho informativo a respeito das ações do Mobral e das questões atuais a nível nacional e também internacional. De acordo com o primeiro número, publicado em 15 de maio de 1971 os objetivos do jornal seriam:

Em primeiro lugar (...) informar. Alargar os horizontes da gente permite que a gente fique sabendo o que acontece neste mundo de Deus: lá fora, no estrangeiro, ou aqui dentro da nossa casa, em nosso país, nosso estado, nossa cidade. Depois, o jornal serve para ajudar a gente a compreender melhor as coisas. Um comentário de jornal pode abrir os nossos olhos para certos fatos que são mais importantes do que parecem. Finalmente o jornal diverte e educa, faz a gente passar uns momentos divertidos, sem compromisso, aprendendo ao mesmo tempo algo de útil. O “Jornal do Mobral” pretende tudo isso: informar, comentar, divertir e educar. Temos um recado a transmitir. E queremos que você o receba” (p. 2).

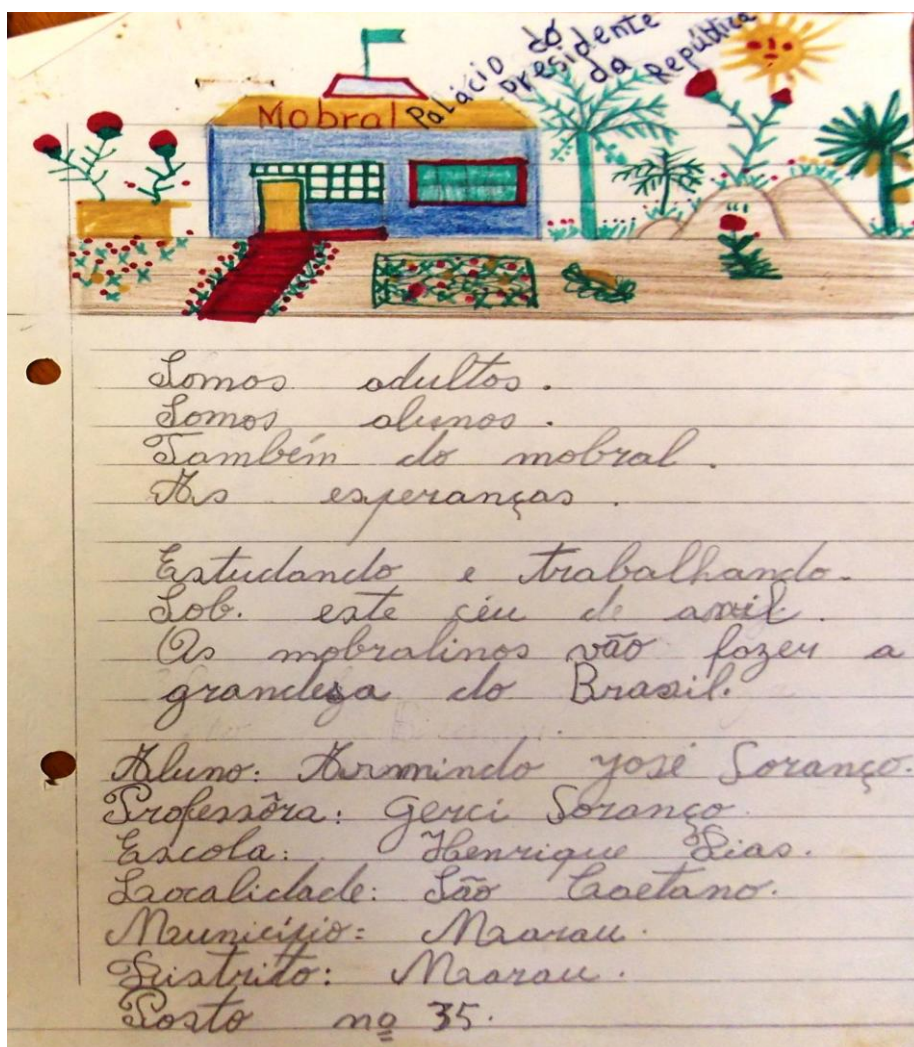
“Informar, divertir e educar”. Com essa preocupação, o conteúdo do jornal era cuidadosamente pensado fazendo uma seleção de fatos que interpretados pelas lentes técnicas do governo deveriam ser postos em discussão entre os leitores do jornal. A sessão “Brasil é notícia”, por exemplo, trazia manchetes relacionadas aos grandes feitos do governo militar como a reforma de prédios públicos, a construção de avenidas e é claro, a transamazônica.

Fatos históricos também compunham com frequência a lista de assuntos apresentados, todos eles com uma interpretação muito peculiar e original dos personagens militares do passado como: Tiradentes, Duque de Caxias, Deodoro da Fonseca, Dom Pedro I dentre outros. O sesquicentenário da proclamação da república, comemorado em 15 de novembro de 1972 no governo Médici, também teve amplo espaço nas colunas do Jornal do Mobral que chegou a abrir um concurso entre os alunos para eleger o desenho mais bonito que representasse esse momento histórico do país¹²⁵.

¹²⁵ Sobre os aspectos festivos do Governo militar e todo uso de eventos nacionais para fins midiáticos, principalmente durante a gestão de Emílio Garrastazu Médici, destaco duas obras: ALMEIDA, Adjovanes T. Silva de. O regime militar em festa. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2013 e CORDEIRO, Janaina Martins. A ditadura em tempos de milagres: comemoração, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

Os feriados nacionais eram sempre celebrados com ações públicas e ganhavam muito espaço nas edições desse periódico. O dia da Bandeira, A proclamação da República e a Independência recebiam sempre destaque na mídia, oportunamente aproveitada para o reforço na imagem sempre festiva, alegre e crescente, e para isso, o Mobral contribuía largamente. Os alunos eram estimulados a partir de pequenos concursos a produzir desenhos, poesias e músicas que louvassem a pátria, o governo militar e as ações do próprio Mobral. As produções eram enviadas ao Mobral Central e os melhores trabalhos iam sendo publicadas nos Jornais. Após uma eleição interna, o ganhador era apresentado e agraciado com um prêmio, que normalmente era uma coleção de livros (Figuras 9, 10, 11).

Figura 9: Carta e desenho de aluno do Mobral



Carta e desenho do aluno Armindo José Soranço. São Cetano do Sul
 – SP. Sem data. Fonte: Arquivo do Inep. Atividades Fim.

Figura 10: Desenho de aluno do Mobral I



Trabalho escolar sem data e sem identificação. No verso do próprio desenho o autor destaca o significado de cada parte de seu trabalho e explica o uso das cores: "Representação da bandeira: Livro com lápis representa ler e escrever; Estrelas são os estados; Cores: branco - futuro, azul - céu, Verde - esperança e amarelo - esclarecimento do país. Fonte: Arquivo do Inep. Atividades Fim.

Figura 11: Desenho de aluno do Mobral II



Desenho da aluna Etelvina Oliveira, Sarandi -RS, 1971. Fonte: Arquivo do Inep. Atividades Fim. Cx.124.

Entre desenhos, poemas, acrósticos, músicas e outras criativas manifestações nacionalistas, o Jornal do Mobral se constituiu também como um espaço para as “falas dos alunos” que sempre muito elogiosos enaltecem “o Mobral, o presidente e a democracia”, como no exemplo que segue:

Maná caído do céu
Organizado por almas nobres
Braço poderoso que nos ampara
Rançando as trevas que nos cegavam
Abrindo nossos olhos
Lendo oh! Doce sonho

Aluna Maria Paulina Pereira Natal, Goiás, 1971.

Outro tema de bastante recorrência nas edições do “Jornal do Mobral” era o futebol. Os campeonatos estaduais, nacionais e a dinâmica da seleção brasileira do período estavam sempre presentes nas edições. A parte esportiva era seguida pelas colunas de diversão que trazia palavras-cruzadas, jogos dos sete erros entre charadas e outros elementos para o lazer.

Voltadas especificamente para o cotidiano do Mobral, o jornal contava com a coluna “Alô Mobral” onde são narradas as ações do Mobral em todo o território nacional. Na edição de número 34 publicada no dia 30/09/1972 temos do diário da professora Terezinha o seguinte registro:

“hoje veio uma pessoa a Ubatuba visitar a escola. “Reuni os alunos que pude porque eles não podiam esperar pela aula noturna. Teve gente que trouxe até criança. Seu João escreveu tijolo e eu chorei. Consegui finalmente ensiná-lo”. Jornal do Mobral, Ano II nº34.

Reforçando o discurso emotivo, sacrificial e eficaz da professora a coluna ainda destaca o empenho feito por ela que *“para chegar até a escola em que ensina faz um percurso de 10 quilômetros de barco”*. Da praia até o posto de alfabetização, ela tem ainda uma boa caminhada. Vem de short *porque “às vezes tem que atravessar um trecho de rio com a água pela cintura”*. E fecha o

texto afirmando que *“esse grande esforço Terezinha faz todos os dias, afinal Mobral é obra de amor, de carinho, de promoção humana”*.

Essas histórias multiplicadas a cada edição do jornal deveriam servir de inspiração a todos os alfabetizadores do programa e de exemplo no que tange a superação dos desafios para o alcance de um objetivo maior extinguir o analfabetismo no Brasil. Talvez essa tenha sido a principal marca dessas edições, que além de produzir esse sentimento heróico entre os alfabetizadores também orientava a ação deles. Na “Coluna do Monitor” várias instruções eram passadas aos professores no sentido de motivar a permanência dos alunos no programa, a necessidade de estímulo ao aprendizado, a cobrança do envio dos relatórios e de agradecimento “pela tão grande contribuição que está sendo dada para a transformação do Brasil”.

O segundo periódico ligado ao Mobral era o Jornal **“Integração”** que estava ligado ao Programa de Educação Integrada (PEI), que seria o plano de continuidade aos estudos. O **“Integração”** se dizia um porta voz do povo do Mobral, uma janela de comunicação por onde circulava o discurso popular para o Mobral e da administração às comunidades inseridas no movimento. Duas sessões nesse periódico chamam bastante a atenção. A primeira é **“Conheça o Brasil”** que tinha como principal função popularizar as cidades brasileiras, em especial aquelas que se desejava povoar. A coluna traz informações gerais sobre a cultura, a história e práticas sociais de cada cidade noticiada e principalmente as “oportunidades de vida e sobrevivência”. Em plena sintonia com o discurso da Integração Nacional, o jornal de mesmo nome, propõe nessa sessão um convite à migração apontando destinos mais promissores para se viver. Entre as edições localizadas e estudadas durante o processo de pesquisa é comum ter a apresentação de cidades do norte e centro-oeste brasileiro apontadas como “Terras de esperanças e oportunidades”.

A segunda sessão que destaco é **“Sempre aprendendo”** que trazia curiosidades e informações diversas sobre a história do Brasil, sempre organizadas e resignificadas na perspectiva do governo militar, os fatos históricos escolhidos geralmente destacavam figuras militares ou fatos que destacavam a participação das forças armadas e suas intervenções.

Usando termos considerados mais do que chavões para a época e sim uma política do governo, como “Integração Nacional” esse editorial surge como mais um importante veículo de comunicação e propaganda com o objetivo de popularizar os projetos do PIN entre as camadas mais pobres da sociedade.

Em 1978, o terceiro periódico encontrado nos arquivos com o selo Mobral ganha circulação, o “**Ação Comum**” que afirma em seu discurso a preocupação em dar realce

Aos heróis anônimos de nossa população; contaremos os feitos dos grupos comunitários; enfatizaremos o imenso potencial construtivo de nossas comunidades. Os monitores, supervisores e membros de nossa comissões municipais, neste momento empenhados na expansão de nossas atividades comunitárias, terão papel importante na sustentação do AÇÃO COMUM: farão chegar nossa mensagem a todos os recantos do território brasileiro e deles trarão notícias dos trabalhos comunitários que forem sendo implantados.

Ano II nº7, Rio de Janeiro – junho de 1980

O Mobral parte da estratégia do reconhecimento social para operar aqui elementos da subjetividade humana como a emoção, comoção e sensibilização. Ao popularizar as trajetórias de vida, os feitos dos alfabetizadores, as histórias de superação e solidariedade esperava-se criar uma maior simpatia, aderência e validade não apenas ao Mobral, mas também ao governo que o instituiu.

Para além das edições jornalísticas, destaco as de cunho pedagógico: o Kit do aluno, Suporte Didático e Manuais:

- **Kit do aluno**

De natureza pedagógica, o kit básico dos alunos do Mobral que era composto por: livro de leitura, caderno de exercícios de linguagem e o livro de matemática. Todo o conjunto apresenta a mesma composição gráfica, tamanho, uso de cores, imagens e capas coloridas (Figuras 12 e 13).

O livro de leitura era considerado o mais importante do conjunto para a utilização do professor durante o curso de cinco meses de alfabetização. Contém todas as palavras-geradoras, e as etapas do seu desenvolvimento deveriam ser o ponto de partida para a aprendizagem. O livro traz 27 lições que versavam sobre os temas: trabalho, saúde e lazer. Cada lição apresentava uma palavra-geradora

grafada e sua imagem para que através da associação visual o aprendizado dos códigos escritos fosse facilitado.

O livro de leitura ainda traz em cada lição a família silábica da palavra geradora apresentada que deveria ser trabalhada pelo professor logo em seguida. O livro de exercícios tem suas lições relacionadas com cada palavra-geradora correspondente ao livro de leitura. O objetivo era fixar as principais noções aprendidas e facilitar a aprendizagem. Na impressão do livro de exercícios é usada a letra do tipo cursiva, que deveria servir de modelo aos alunos.

A última lição do livro de exercícios, que corresponde ao término do curso, trazia como desafio aos alunos agora “alfabetizados” a escrita de uma carta. Algumas dessas correspondências foram destinadas ao Mobral Central como discutirei capítulo a seguir.

Chama atenção ainda, o texto de encerramento do kit do aluno que apresenta as seguintes possibilidades e encaminhamentos:

Agora você já sabe ler e escrever. Está alfabetizado.
 Você pode tirar a sua carteira profissional e seu título de eleitor.
 A carteira profissional vai ajudá-lo a conseguir emprego e será útil quando você não puder trabalhar.
 Com o título de eleitor, você poderá votar.
 De agora em diante, você também decide¹²⁶.

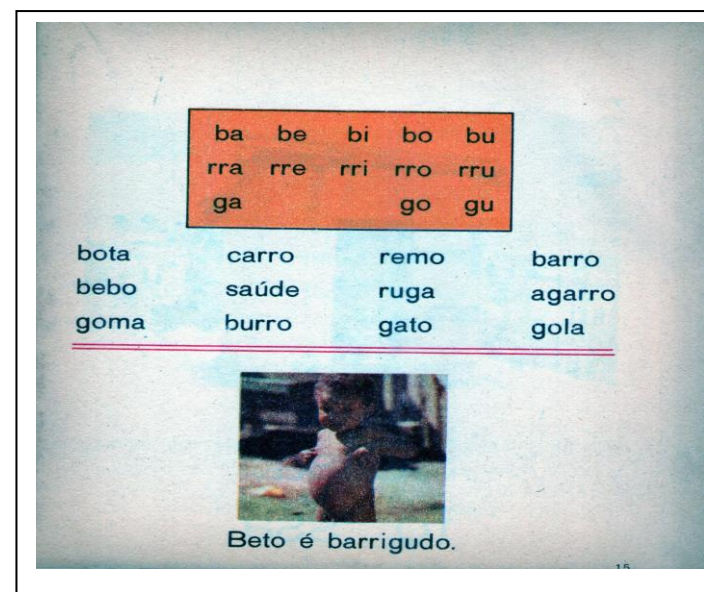
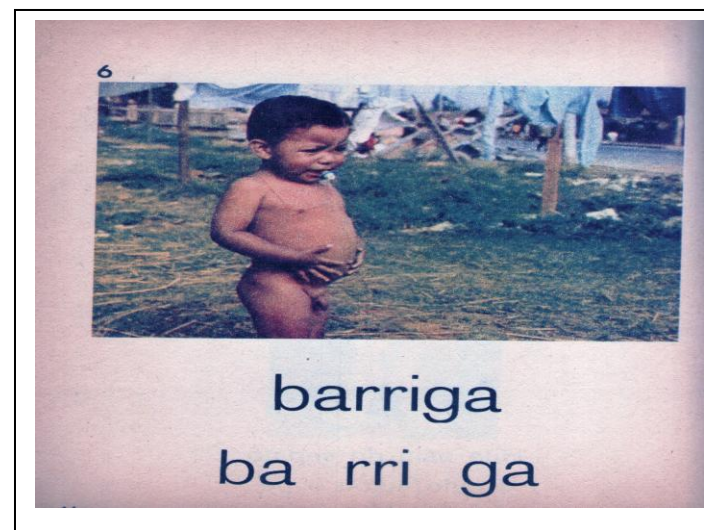
Alfabetização, trabalho e participação política. Esse parecia ser o tripé base para a construção do cidadão brasileiro ideal. O primeiro elemento tinha sido “generosamente” ofertado pelo Estado e agora é papel do ex-aluno buscar trabalho e o pleno exercício dos seus direitos e deveres. Mesmo que as eleições estivessem violentamente comprometidas, mesmo que as manifestações políticas tivessem que ser contidas e consonantes com o regime, o Mobral encoraja “De agora em diante, você também decide”. Fecha o kit para o aluno o livro de matemática que compreende um conjunto de exercícios que resumidamente abordam temas fundamentais da aritmética como: números, as quatro operações básicas, sistema de medidas e dinheiro.

¹²⁶ Brasil, Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. Alfabetização: livro de leitura. 12º Edição. Rio de Janeiro, 197?.

Figura 12: Capas dos livros do Kit de Alfabetização



Figura 13: Lição nº6 do Livro de leitura



• Suporte didático

Esses cartazes traziam (geralmente) uma imagem e a palavra-chave, chamada de palavra-geradora, assim como nos programas de educação popular dos anos 1960¹²⁷. Mapas políticos do Brasil também foram impressos com o selo Mobral e deveriam servir como recurso didático.

Dentro do conjunto de cartazes impressos pelo Mobral chama atenção o “**Jornal Mural do Mobral**” que era um material de apoio didático publicado mensalmente. Sua utilização era expositiva, deveria está fixado preferencialmente no espaço onde as aulas acontecessem, uma vez que propõem uma relação interativa com os alunos. Havia um espaço destinado a recados, notícias e escritos diversos dos alunos. Acompanhava esse cartaz o “Boletim do Jornal” um impresso de 4 laudas que trazia orientações e sugestões ao professor no uso desse recurso.

Figura 14: Jornal mural do Mobral + boletim do mural



Ano 2, N°6 - Setembro de 1975. INEP – Mobral Recortes de Jornais e Periódicos, Cx. 15

¹²⁷ Os temas dos cartazes seguiam os temas propostos em cada lição, são eles: tijolo; comida; remédio; sapato; barriga; fossa, cachaça; futebol; circo; máquina; dinheiro; viagem; professora; enxada; hospital; limpeza; foguete; plástico e trabalho.

- **Manuais**

Manual do Professor:

Esse selo trazia ao corpo docente, nem sempre profissional, as diretrizes básicas para a execução das aulas. A preocupação aqui girava em torno da formação mínima desse alfabetizador e o alinhamento do discurso dos professores no tocante à construção de valores sociais e conhecimentos pedagógicos.

O material destinado aos professores, apresentado como recurso de apoio e uso obrigatório, tem a mesma disposição gráfica dos cadernos de exercícios e livros de leitura dos alunos. Uma aparência moderna, de boa qualidade na impressão e uso de imagens. O lugar desse impresso nas práticas de ensino é de suma importância. Nele o professor teria o seu principal suporte e diretriz pedagógica.

O manual para os professores obedece a seguinte estrutura: **Introdução** - Instruções para o ensino da leitura e da escrita e Instruções para o ensino da matemática. Na introdução estão postas em destaque todas as normativas que regem o projeto de ensino do Mobral. É nesse trecho de abertura, onde está apresentada a filosofia do Mobral, técnicas de ensino, discussões quanto à postura do alfabetizador na condução do grupo, instruções sobre como se deve ensinar, esclarecimentos quanto as fases da alfabetização, orientações para a utilização do livro de exercícios e como proceder no processo de avaliação.

No tópico “**Conheça seus alunos**” primeiro capítulo na sessão introdutória, o programa sugere um monitoramento dos professores quanto à família e ao trabalho de cada aluno e lembra que “através dos debates que realiza em classe, de conversas com os alunos, de visitas às suas casas ou locais de trabalho, o professor irá conhecendo cada vez melhor a situação, a forma de vida e os problemas de seus alunos” (p. 6).

Outro subcapítulo de bastante relevância na introdução intitula-se “**Como ensinar**” nele os professores teriam acesso ao passo a passo de como proceder metodologicamente durante a aula. O primeiro ponto destacado é: “Partindo-se do cartaz gerador, chega-se às palavras geradoras”. O indicativo aqui sugere que o alfabetizador faça uso dos cartazes de apoio que acompanha o livro do professor e partir dele promova um pequeno debate sobre o tema proposto. Tomando esse vocábulo como ponto de partida a aula estava iniciada. Segundo o próprio texto:

O significado dessas palavras é então discutido pelos alunos. Depois, o professor escreverá a palavra-geradora no quadro-negro. A seguir, o aluno é levado a decompor a palavra-geradora em sílabas e a conhecer as famílias silábicas. O próximo passo é a formação de novas palavras e sua utilização em frases (Manual do professor, Coleção Mobral, p. 10).

A aproximação com o método desenvolvido pelo educador Paulo Freire é flagrante, salvo pelas motivações ideológicas (e também metodológicas) que o tornam abissal do que era proposto pelo Mobral. É preciso ressaltar que os princípios da liberdade de expressão e de opinião nos círculos populares que costuraram o Brasil, em especial o Nordeste no período pré-golpe civil-militar fizeram toda a diferença no processo de alfabetização de jovens e adultos pobres do país. A partir de reflexões críticas sobre suas condições de vida, o letramento era desenvolvido e praticado, levando muitos a uma condição mais ativa na transformação do seu entorno social.

A segunda e a terceira parte do livreto trazem as instruções para o ensino da leitura, da escrita e da matemática. Nesses “capítulos” o alfabetizador teria acesso a uma curta apresentação do conteúdo a ser trabalhado com os alunos, enfatizando o que deveria ser prioridade no ensino.

No caso da matemática o objetivo central ao nível da alfabetização oferecida pelo Mobral limitava-se aos aspectos mais fundamentais da matemática (números, operações básicas, medidas e dinheiro). Essa seleção objetivava, segundo as instruções normativas do livreto,

Complementar e sistematizar conhecimentos – na maioria das vezes intuitivos ou surgidos das necessidades concretas – que os alunos possuem (...) de maneira a instrumentá-los mais adequadamente para o trabalho e para enfrentar as exigências atuais das mais diversas situações de vida (compra e venda, orçamentos e etc.) (p. 33).

- **Manual do Mobilizador**

O Mobilizador era o sujeito responsável pelo envolvimento da comunidade no programa do Mobral, por isso deveria ser alguém do próprio contexto cultural e de boa circulação entre a população nativa, elemento que facilitaria em muito seu trabalho de divulgação e mobilização de voluntários. Era seu papel tornar o Mobral

conhecido pela comunidade e mais do que isso torná-lo atraente, pois sem o envolvimento de pessoas, esforço e recursos locais o trabalho estaria comprometido. O mobilizador era a ponte entre o Mobral e as entidades locais.

Caberia ao Mobilizador também promover o recrutamento dos alfabetizadores e para isso, era preciso lembrar que o Mobral é um “programa de massa”. Assim, para os critérios do programa, qualquer pessoa alfabetizada, se fosse bem treinada e tivesse vontade de colaborar com o Mobral poderia ser um alfabetizador. “É mais fácil recrutar o alfabetizador do que os demais envolvidos no processo, pois este é gratificado”¹²⁸

O primeiro passo do trabalho do mobilizador era o de montagem da equipe que faria uma espécie de diagnóstico da área onde as atividades seriam desenvolvidas: fazer o levantamento de quantos analfabetos existe no seu município, dos possíveis professores e dos potenciais “padrinhos” locais.

O manual sugere que o mobilizador inicie sua estratégia de trabalho a partir da criação da **Semana do Mobral** com a ajuda de uma possível escola local. Professores e alunos fariam o trabalho de levantamento, juntamente com todas as pessoas que quisessem colaborar com os analfabetos da região, geralmente localizadas em sítios, engenhos e áreas mais recuadas dos centros da cidade. O manual sugere a seguinte barganha: *“você pode pedir ao professor que o trabalho do estudante, em levantamento e mobilização de um modo geral, conte pontos para a nota ou conceito final do aluno (p.9).*

O trabalho do mobilizador pode ser exemplificado a partir do seguinte esquema:

Tabela 3: Ações do mobilizador

RECRUTAMENTO	• Levantamento • Mapeamento • Locais • Equipamentos • Contato com entidades • Alfabetizadores • Fichamento • Divulgação
--------------	--

¹²⁸ FUNDAÇÃO MOBRL Manual do mobilizador. Rio de Janeiro: Mobral, ANO. 1975. p.13.

IMPLANTAÇÃO	• Início das aulas
DESENVOLVIMENTO DOS CURSOS	• Evasão • Interesse dos alunos • Tendências da comunidade
AVALIAÇÃO DO TRABALHO	• O que é avaliar • Como avaliar • Quem deve avaliar e ser avaliado

Fonte: Elaboração própria.

O primeiro ponto é o recrutamento que significava em termos práticos a mobilização dos recursos comunitários para alfabetizar os adultos do município e “dar-lhes a oportunidade de educação permanente”. O segundo passo era a realização do levantamento que é o estudo do município, dividindo-o em zonas, setores, bairros, ruas, com a finalidade de saber o número de: analfabetos, locais para o funcionamento dos cursos, entidades que possam colaborar com o Mobral. O terceiro passo era o mapeamento, feita a contagem geral dos analfabetos da região o mobilizador teria então que preparar um mapa completo do analfabetismo em seu município, utilizando para isso as fontes coletadas. Neste mapa deveria ser marcado a maior concentração de analfabetos para a instalação das salas de alfabetização.

O passo seguinte seria o da identificação dos possíveis locais onde os grupos de alfabetização pudessem acontecer. Não havia grandes restrições, segundo o manual do mobilizador:

Todo local que pudesse receber entre 25 a 30 pessoas deveria ser considerado satisfatório, eles os locais destacados estão: escolas, universidades, templos (católicos, protestantes, espíritas, umbandistas e etc.) galpões, garagens, casas de família, clubes, sindicatos, quartéis, ônibus, lanchas, vagões de trem, cinema, teatro e outros e ainda quintais, jardins, campos de esporte e etc.¹²⁹

A lista dos locais indicados traduz o nível de improviso em que muitas dessas salas de alfabetização “funcionavam”. Essa estrutura precária seria denunciada pelos próprios professores nas suas cartas, que se multiplicam nos pedidos de melhoria e intervenção na estrutura, como veremos no capítulo a seguir.

¹²⁹ Idem. p. 12.

Ainda sobre a responsabilidade do mobilizador, estava o levantamento de equipamentos que deveriam ser adquiridos (e custeados) por meio de líderes e entidades locais: mesas, cadeiras, cadeiras e bancos, quadro e giz, apagadores, lápis, borracha, cadernos e lampiões. O manual ainda desafia: “Quem sabe você pode lançar no seu município cooperativa Mobral, uma espécie de patrocinadores locais que poderiam financiar a compra de óculos, pastas e outros materiais de uso escolar como canetas e etc”.¹³⁰

Por trás dessa demanda estava a necessidade de uma divulgação local do Mobral, e o que ele teria a oferecer, por isso, muito mobilizadores recorriam aos recursos midiáticos disponíveis para se fazer conhecido. A gerência de Comunicação Social (GECOM) afirma que o nível de divulgação alcançado, principalmente fora dos grandes centros urbanos, é extraordinário. Isto se consegue pela colaboração voluntária dos veículos de comunicação de massa, principalmente dos pequenos jornais e emissoras do interior, que nunca se recusaram a acolher o noticiário referente às atividades do Mobral, sem nada cobrar, por entenderem ser este um serviço que prestam as suas comunidades, Por isso mesmo, *“o Mobral pode se orgulhar de nunca ter despendido um único centavo na compra de espaço ou de tempo nos veículos de comunicação de massa para atingir seu público, quer com mensagens de divulgação institucional, quer com seus programas educacionais”*¹³¹.

Outro aspecto importante e de responsabilidade do mobilizador consistia em evitar a evasão dos alunos nos cursos oferecidos pelo Mobral. As vagas que fatalmente fossem geradas pela desistência deveriam, segundo o manual, ser preenchida por outros alunos.

Diante daquilo que o material expõe, observo ao menos dois grupos sociais no âmbito local gerando a alfabetização: de um lado o governo militar assumindo um papel de suporte nos bastidores do processo e na outra ponta do processo, no protagonismo das ações, responsáveis pelo sucesso ou pelo fracasso estariam o mobilizador, o alfabetizador e demais agentes comunitários bem como o próprio adulto analfabeto. Essa compreensão acompanhava o manual que definia assim as responsabilidades de ambos:

¹³⁰ FUNDAÇÃO MOBREAL, ANO, 1973 p. 8.

¹³¹ Revista Educação agosto a outubro de 1981

- a) ao governo não cabe a responsabilidade total dos problemas nacionais;
- b) as comunidades que formam uma nação têm sua parcela na solução dos problemas;
- c) à iniciativa privada, em qualquer dos seus ramos operacionais, como parte da comunidade ou comunidades de sua influência ou engrandecimento, cabe também uma parcela nas soluções dos problemas¹³².

2.4 Em algum endereço o Mobral Cultural

O ronco da Pick-up chamava a atenção dos ouvidos e atraía os olhos na comunidade de Areal de Matapi¹³³. A Minimobralteca chegara provocando espanto e muita curiosidade entre os colonos. Mesmo com a divulgação boca a boca e o insistente anúncio do evento na rádio comunitária, aquele tipo de mobilização, tão rara no marasmo da cidade provocou certa estranheza e também alvoroço. O local escolhido para a realização do evento foi o terreno em frente à prefeitura, por motivos políticos e estruturais óbvios.

Aos poucos a concentração de pessoas foi aumentando e os olhares curiosos acompanhavam passo a passo a abertura do veículo, desde a montagem das armações e das tendas, às caixas e os pequenos bancos de madeira guardados na carroceria do veículo. Homens e mulheres vindos de povoados próximos também encontraram lugar no evento. Apesar de muitos já conhecerem o Mobral e da tentativa de implantar os cursos de alfabetização entre os jovens e adultos na localidade, aquele dia, certamente, já se configurava como um grande acontecimento para o pequeno município.

Um dos sujeitos ocupantes do carro, vestindo um jaleco branco, foi facilmente confundido com um médico, levantando a suspeita de que aquela poderia ser mais uma campanha de vacinação. O sujeito do jaleco pegou um megafone e começou a trazer as primeiras informações sobre aquela visita, apresentando a unidade móvel do Mobral e convidando “a todos os moradores da localidade a conhecer as atividades culturais, a minibiblioteca volante e a participar do show logo mais à noite”.

Rapidamente a armação do palco começou e os microfones foram ligados: “testando 1,2,3 experiência” e um dos visitantes começa a recitar trechos avulsos de

¹³² Felipe Spotormo Revista educação MEC. Trimestral Abril a Junho de 1971 –Ano I – N°1, Brasília DF.

¹³³ No município de Macapá, Amapá.

um cordel enquanto o outro regulava os equalizadores do som. O hino do Mobral toca no alto-falante enquanto a pequena estrutura já montada. A equipe de mobilização do Mobral cultural tinha feito um prévio contato com a prefeitura e contava com o apoio e o interesse do governo municipal que se fez presente naquela ação de impacto.

À medida que a noite caía, as lamparinas de querosene nas casas iam acendendo-se, o que ajudava na frágil iluminação pública. Os moradores foram chegando. Não se formou uma multidão. Matapi não tinha tanta gente para isso. Algumas poucas centenas de pessoas se juntaram e acompanharam a programação que incluía música, repentes, poesias e uma exposição de artesanato produzido por artistas da região.

Os mais desinibidos, desafiados pelo apresentador, participaram de um show de talentos improvisado, “quem quiser cantar é só chegar aqui”. O motorista da minimobralteca, que nesses momentos era também o violeiro, tentava acompanhar os artistas amadores que cantavam geralmente sucessos do momento do “rei Roberto Carlos” ou do “rei Luís Gonzaga”. A corte estava armada!

Os menos afinados não arriscaram uma melodia, preferiram a poesia que, lembrando a arte repentista, trazia o Mobral nos seus versos não ensaiados, como o de José Agripino, agricultor da região, que, arrancando aplausos do grupo, convidou “vamos agradecer ao governo federal, que pela sua capacidade nos mandou o Mobral”.

O prefeito atento à visibilidade que toda aquela exposição poderia trazer-lhe, pediu o microfone para anunciar de forma empolgada seu total apoio às atividades do Mobral e convocou todos os moradores da região a participarem da “maior ação educativa que esse país já viu”.¹³⁴ Alguns vereadores e fazendeiros tentavam o mesmo espaço queriam dar “um alô” aos seus eleitores. Como era de se esperar o Mobral nessas ações se transformava numa arma na mão de políticos, principalmente em cidades do interior.

Setor estratégico para as ações culturais e de impacto do Mobral, o Centro Cultural (Cecut) do Mobral iniciou suas atividades em 1973. Gradativamente, as ações de impacto chegaram a todo o país por meio de dois tipos de unidades: as

¹³⁴ Essa narrativa baseou-se nos arquivos do Sistema Mobral de processamento de dados. Trata-se de áudios preservados em mídia MP3 da gravação de todo o evento. Fonte: Acervo digital do Mobral-Inep.

fixas, chamadas de Postos Culturais do Mobral e as móveis conhecidas como Mobraltecas.¹³⁵

Competia ao Mobral Cultural, com suas ações promover uma divulgação do movimento através de suas ações de impacto à medida que ampliava “o universo cultural do mobralense e de sua comunidade de forma dinâmica e informal”. Nesse sentido, seus principais objetivos, de acordo com as diretrizes do setor, eram:

a) atenuar ou impedir a regressão ao analfabetismo; b) reduzir a evasão; c) atuar como fator de mobilização; d) estimular o espírito associativo e comunitário; e) divulgar a filosofia do Mobral em atividades a serem realizadas em tempo livre, das que participarão o mobralense em especial a comunidade em geral, contribuindo para a democratização da cultura no país¹³⁶.

Esse conjunto de fundamentos orientava toda a programação desenvolvida em parceria com a Comissão Municipal (Comum) do Mobral, principal agente mobilizador das atividades e responsável pelo fechamento da agenda da Mobralteca.

O Mobral Cultural foi largamente usado para promover a popularização e aceitação nas comunidades urbanas e rurais do PAF. Com o passar dos anos, tornou-se um poderoso meio de divulgação do Mobral, podendo, dessa forma, acentuar a mobilização das comunidades. Esse fluxo de ações seria ainda útil no processo de integração dos setores e atividades do Mobral local, por isso as ações culturais eram vistas como “complementações” da ação pedagógica.

Diante do impacto que as ações da Mobralteca provocavam e as respostas do ponto de vista da adesão social, a estrutura cultural foi paulatinamente ampliada. Até o fim de 1973, havia seis unidades fixas, os Postos Culturais (Figura 15). Em 1976, chegou a somar 2.076 unidades distribuídas nas diversas regiões do país.

¹³⁵ Dois tipos de veículos eram utilizados como unidades móveis: a Pick-up chamada de Minimobralteca em áreas de difícil acesso ou o caminhão baú chamada de Mobralteca. O caminhão tinha em sua estrutura um palco, serviços de som, projetores de filmes em 16 mm e *slides*, circuito fechado de televisão, pinacoteca, acervo bibliográfico para serem emprestados às comunidades, baú da criatividade, com todas as ferramentas para trabalhos de artesanato em couro, madeira, tapeçaria, artes plásticas, crochê, instrumentos musicais e outros. Tinha ainda, no interior do caminhão, camas, guarda-roupa, banheiro e uma geladeira, garantida por um sistema elétrico trifásico.

¹³⁶ Brasil, Fundação Movimento brasileiro de alfabetização. Programa de atividades culturais. Vol. 1. Rio de Janeiro, 1973. p.26.

Figura 15: Posto Cultural do Mobral



Fonte: Acervo Iconográfico do Mobral, Inep, 1973. Município não identificado.

O Posto Cultural servia na comunidade como centro aglutinador e irradiador dos projetos constitutivos do programa. Prioritariamente, sua clientela eram os alunos e ex-alunos dos cursos do Mobral, devendo sua atuação estender-se a toda uma faixa da população até então não engajada nas atividades educativas. O Posto Cultural contava basicamente com um material paradidático e/ou cultural e, eventualmente, equipamento técnico. Em princípio, tratava-se de um centro de leitura, informação e consulta, dotado de livros (ficção, ciência, dicionários, enciclopédias), revistas, jornais, fascículos, mapas, reprodução de quadros. Todo esse material era levantado pelos convênios com entidades e órgãos diversos ou diretamente pelo Mobral ou, ainda, doados pelas comunidades e instituições particulares que, de alguma forma, apadrinhava o Centro.

Idealizado para servir como base para outras atividades culturais, esperava-se que o Posto Cultural promovesse:

exposições artísticas permanentes; conferências e debates, que podem estar ligados aos projetos de teatro e cinema (antes ou depois das apresentações); vitrine folclórica com a apresentação e a divulgação dos diversos tipos de arte popular ou artesanato nas suas formas mais diversas; Centros de artesanato, que estimulem a produção local e favoreçam o intercâmbio com outros centros; polos de coleta de dados referentes à cultura da localidade ou da região, servindo, assim, aos objetivos de pesquisa e avaliação do Programa; local para representação de peças teatrais e depósito para equipamento a ser emprestado aos grupos teatrais; núcleos instrumentais e vocais (bandas e coros), servindo como centro de formação para instrumentistas e cantores e ponto de ensaio e guarda dos instrumentos postos à disposição das bandas de música; equipamento técnico complementar: alto-falantes para irradiação de programas para a comunidade; televisão e rádio para audição em grupo. A TV e o Rádio poderiam, também, ser usados para audiência dos programas didáticos do Mobral.¹³⁷

Obedecendo a um padrão estrutural, os Postos Culturais poderiam ser de três tipos: A – o mais completo. Dispunha de todo o material e equipamento exigidos pelos projetos do Programa de Atividades Culturais do Mobral e poderia instalar centros de artesanato e núcleos instrumentais e vocais. B – menos completo que o anterior; dotado de publicações e equipamento técnico básico. C – com pelo menos uma minibiblioteca. O fator de promoção de um Posto Cultural de C a B e A dependia das necessidades crescentes da clientela atingida. A motivação conseguida na comunidade pelo Posto C ou B e a consequente diversificação das atividades culturais determinavam também essa promoção.

A Mobralteca era a unidade operacional móvel (ônibus, vagão ou barco), destinada à execução das atividades itinerantes do programa de atividades culturais do Mobral. Imediatamente, assistia a população nas localidades que ainda não dispunham de Postos Culturais fixos, mas seu principal objetivo era provocar, nas localidades visitadas, o surgimento de Postos Culturais e o fortalecimento às classes de alfabetização.

Pela inovação que representava, a Mobralteca constituiu-se um poderoso meio de divulgação do Mobral, podendo, dessa forma, acentuar a mobilização das comunidades. Além das atividades mencionadas, a Mobralteca funcionava como

¹³⁷ FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO. *Programa de atividades culturais*. Rio de Janeiro: Mobral, 1973b. v. 1, p. 21-25.

apoio às tarefas dos monitores e alfabetizadores do Mobral e realimentação dos Postos Culturais.

O setor cultural do Mobral contemplava basicamente duas importantes necessidades do movimento: além da divulgação do Mobral e de seus programas, tanto a Mobralteca quanto os Postos Culturais, tinham como função registrar as características culturais de cada localidade por onde passava, promovendo um levantamento que deveria “construir o mapa cultural do Brasil. Com pesquisa, avaliação e documentação, objetiva-se, assim, a ativação da memória nacional, mantendo presentes e atuantes os autênticos traços culturais brasileiros”.¹³⁸

Os sistemáticos registros, de acordo com o plano e programa do Mobral Cultural, seriam também utilizados para que várias regiões do Brasil tivessem “o conhecimento de formas de cultura diferentes”.¹³⁹

O uso da arte e do entretenimento para fins publicitários era algo já bastante explorado pelo regime militar; o próprio Mobral já servia a essa estratégia anteriormente, incrementada pelas ações do Mobral Cultural.¹⁴⁰

¹³⁸ Esse registro se fazia pelo menos três formas: gravação de áudios, filmagens e fotografias das atividades realizadas. Esse “inventário da cultura popular” constituiu-se ao longo dos anos como uma das principais preocupações da Mobralteca. Não foi possível pelos interesses e objetivos desta pesquisa aprofundar as questões relativas aos interesses e possíveis usos políticos, culturais e patrimoniais dessas produções. No entanto acredito que aqui reside uma rica documentação ainda não explorada por outros pesquisadores que pode revelar interessantes aspectos da vida cultural brasileira no período militar.

¹³⁹ CORREA, 1979, p. 257.

¹⁴⁰ Sistemática Operacional das atividades do Mobral Cultural previa o desenvolvimento de subprogramas permanentes, através da Mobralteca, com a seguinte sistemática: a) Literatura – a Mobralteca contém uma importante biblioteca composta de obras nacionais e estrangeiras. Na viagem de ida, os livros são emprestados, registrando-se o leitor em uma ficha apropriada. Na volta, são recolhidos pela equipe da Mobralteca que dá baixa no nome do leitor, no momento da devolução do livro. Nos municípios onde existem Postos Culturais fixos, os livros são devolvidos lá, passando a fazer parte de seu acervo. O leitor recebe, ainda, orientação na escolha dos títulos e forma de empréstimo. b) Música – a música é o veículo de mais ampla divulgação do Programa Mobralteca. Com o repertório apresentado, o animador capta a atenção do público, divulgando a ação do Programa. Instrumentos musicais são mostrados estimulando a formação de conjuntos improvisados, batucadas, etc. c) Exposições plásticas – exposição permanente de reproduções de artistas nacionais e estrangeiros, cujo valor é explicado ao público. As telas são expostas ao público durante o trabalho da Mobralteca. Toda participação da comunidade na pinacoteca é considerada significativa, pois se trata de despertar no público o hábito de valorizar obras de arte. d) Baú de Criatividade – oferece ao público material para artesanato, couro, madeira, tapeçaria, pinturas, etc. Por meio dele, a clientela do programa pode avaliar suas aptidões criativas, recebendo o estímulo da equipe da Mobralteca. e) Teatro de Fantoques – sua apresentação, com peças de 20 minutos gravadas em audiotape, procura despertar o interesse do público e envolvê-lo para que ele possa preparar os próprios fantoches e elaborar suas peças. Dessa forma, as pessoas utilizarão suas habilidades manuais e imaginação e, ainda, ficarão interessadas pelo teatro. f) Cinema – são projetados filmes visando ampliar a perspectiva cultural dos espectadores. g) TV – Por meio da TV em cores, ainda inacessível à clientela do Mobral, é proporcionada ao público a oportunidade de apreciar filmes noticiosos e informativos. A programação de videocassete é feita previamente e gravada pelo Cecut, levando ao público conhecimentos e informação mediante um veículo aceito e conhecido. h) Show ao vivo –

Para que o sucesso das atividades nas comunidades fosse garantido, entrava em cena o Agente Cultural (Acult). Esse sujeito serviria de ligação entre as comissões estadual e municipal que viabilizariam toda a logística necessária. Era também de responsabilidade do Acult informar a professores e alunos do Mobral sobre a visita da Mobralteca (Figura 10), solicitando a presença e participação de todos nas atividades, mesmo que para isso as aulas precisassem ser suspensas. Segundo as diretrizes do setor cultural, tal esforço se fazia necessário “visando uma ação de educação integrada sistemática e assistemática”.

Figura 16– Caminhão da Mobralteca



Fonte: Acervo Iconográfico do Mobral, Inep, 1973.

O Acult era um agente da Comissão Municipal do Mobral (Comun), que tinha total responsabilidade na preparação e divulgação prévia para a visita da Mobralteca à comunidade. Seu apoio permanente, antes e durante a apresentação, era

essencialmente recreativo, essa modalidade é dirigida pelo animador da Mobralteca, que solicita a participação de artistas locais e pessoas da comunidade para montar o espetáculo.

indispensável para o pleno sucesso do projeto. Quanto à preparação dos espetáculos, a Comun deveria: a) registrar grupos folclóricos, organizar a biblioteca, acionar entidades culturais e esportivas existentes na comunidade para apresentações; b) articular grupos e entidades culturais com a programação da Mobralteca; c) determinar e informar o local onde permaneceria a Mobralteca, de preferência em praças públicas situadas em bairros populosos; d) recrutar recursos humanos indispensáveis ao pleno funcionamento da Mobralteca – companhia de luz, prefeitura, e voluntários (Figura 17).

Para facilitar a mobilização, a Comun acionava meios de divulgação locais que utilizavam rádio, TV, entre outros, para informar sobre sua visita, local de apresentação e horário de funcionamento.

Figura 17 – Mobralteca instalada em praça para apresentação



Fonte: Acervo Iconográfico do Mobral, Inep, 1973.

Na cidade de São Mateus, Espírito Santo, o evento promovido pelo setor cultural do Mobral não teve a mesma modéstia que Matapi.¹⁴¹ O Mobral já havia enviado uma carta informando que a cidade tinha entrado no circuito de eventos que a Mobralteca faria naquele período. Era setembro de 1974. A cidade preparava-se para comemorar a Semana da Pátria, e esta prometia ser “a maior festa cívica já realizada”. A estrutura urbana permitiu que fosse utilizado o caminhão da Mobralteca com todos os seus adereços e seguia pelas ruas quentes da cidade, arrastando os fios mais baixos. Era um caminhão Chevrolet C - 60 adaptado, munido de geradores próprios acoplados a motores de automóveis.

O caminhão estacionado na praça central chamou a atenção de muitos moradores atraídos pela estranha movimentação e pelos anúncios dos *lords* amplificadores instalados em cima do baú do caminhão de onde se conseguia um maior alcance. A música não parava de tocar a “Mobralteca está chegando...” a cidade se agitava.

As escolas já sabiam do dia e hora da chegada da “grande carreta da cultura”, por isso os alunos foram liberados no meio da tarde para recepcionar os visitantes ilustres. Também cancelou o ensaio geral do desfile marcado para o dia 7 de setembro, Dia da Independência. Todos deveriam dar as boas-vindas aos integrantes do “grande caminhão biblioteca”.

Alguns trabalhos produzidos por artistas populares e anônimos fazia o caminho para o trabalho do capixaba mais longo e lento. Muitos param para observar as pinturas, o artesanato ou a armação do palco que anuncia a festa. Os mais desocupados sentavam nas mesinhas e tamboretes disponibilizados para jogar dominó ou cartas.

Do caminhão, jogavam-se balas e panfletos anunciando o show, enquanto exaltavam o presidente Médici “que tanto tem feito pela educação neste país que vai pra frente. Algumas mulheres se aglomeram ao lado do caminhão onde o “Baú da Criatividade” estava instalado convidando ao bordado, à pintura artesanal em panos de prato e as dicas para corte e costura.

O movimento vai intensificando-se com o passar das horas. Os contatos prévios com a prefeitura já haviam mobilizado alguns artistas locais que abririam o show principal da noite, ninguém menos que o capixaba mais ilustre do Brasil:

¹⁴¹ Essa narrativa se baseia em um vídeo gravado pelo Mobral Cultural. Trata-se de um vídeo promocional em que as ações da Mobralteca são didaticamente narradas.

Roberto Carlos. Esse era um evento importante, contava com a presença de autoridades públicas de projeção local, estadual e federal.¹⁴² Milhares de pessoas tomam as ruas. O grande palco, a iluminação e o moderno sistema de som cuidadosamente preparados deixava claro que a noite seria especial.

O caminhão da Mobralteca ficou em São Mateus por quase uma semana. Durante esse período, exibiram filmes de propaganda da ditadura militar e distribuíram livretos com a mesma preocupação. Realizaram atividades recreativas como gincanas com maçãs no balde d'água, corrida de sacos; emprestavam livros e ensinavam artesanato principalmente em couro, e teatro, aos mais desinibidos e habilidosos participantes.

A Mobralteca serviu como um grande suporte para as ações daquele evento cívico. Todos pareciam satisfeitos! A multidão estampava no rosto um sorriso de alegria e admiração. Os alunos da Escola Municipal desfilavam sob o olhar atento do diretor do colégio e os flashes das máquinas fotográficas, que faziam as fotos encomendadas pelo prefeito, dia histórico! Sentimentos e sensações que só o Mobral poderia proporcionar.

A cobertura jornalística durante esses eventos era completa. Atendiam aos efeitos propagandistas dos necessitados de projeção, como também, serviam de crítica aos “excessos do Mobral” e suas práticas ufanistas.

Durante a pesquisa encontrei diversas reportagens em jornais e revistas que cobriam as festas cívicas e os eventos públicos organizados, patrocinados ou simplesmente impulsionados pelo Mobral e suas estruturas volantes. Uma em especial, publicada no Jornal do Brasil em outubro de 1976, me chamou atenção pela acidez com que a jornalista se expressa e narra a chegada da Mobralteca à cidade de Santa Bárbara no interior baiano. A matéria elege como principal ingrediente de sua receita a ironia para tratar do uso político do evento da Mobralteca e seus possíveis impactos nas eleições municipais que se aproximavam.

Destaco a foto que abre a matéria:

¹⁴² Entre as autoridades públicas, destaco o presidente do Mobral, secretários e ministros de Estado. Era frequente também a participação nesses eventos de artistas de projeção nacional que eventualmente se apresentavam nos shows. O cantor Roberto Carlos, por exemplo, era um assíduo colaborador das atividades promovidas pelo Mobral Cultural, chegando até mesmo a receber um prêmio, certificando sua “generosa contribuição ao movimento”.

Figura 18 – Mobralteca: Um caminhão que serve para tudo (Até para ajudar político a ganhar eleição)



Jornal do Brasil, 1º de outubro de 1976. Caderno B, p. 10.

A árvore seca no primeiro plano da imagem não deixa dúvidas. A Mobralteca está em uma nova expedição pelo Nordeste brasileiro, ou mais especificamente, pelo sertão nordestino e tem parada na pequena, jovem e pacata cidade de Santa Bárbara na Bahia.¹⁴³ A cidade não tinha sequer 5 mil habitantes nos anos 1970, e a maior parte dessa população era residente na zona rural.

Apesar da sua tímida expressão histórica e política, Santa Barbara fazia parte da maior região metropolitana do interior nordestino, liderada por Feira de Santana. Por compor o raio desse estratégico nicho político e econômico entrou, quase que acidentalmente, no circuito das visitas da Mobralteca que cumpria uma apertada agenda de compromissos até as eleições municipais daquele ano.

¹⁴³ Santa Bárbara era distrito da cidade de Feira de Santana e conquistou sua emancipação em dezembro de 1961. Fonte: <<http://www.santabarbara.ba.gov.br/a-cidade.php>>.

O título sugestivo da matéria conceitua a Mobralteca entre esses acertos político-eleitoreiros no pior sentido que termo pode sugerir: “um caminhão que serve para tudo (até para ajudar político do interior a ganhar eleição)”.

A matéria narra a chegada da Mobralteca a Santa Bárbara e a recepção curiosa calorosa das jovens e adolescentes que “metidas em suas calças tipo Lee ou tentando um arremedo de cocotas atiram-se nos microfones”. Sem dúvidas era preciso aproveitar aquele momento de exposição. Passado o avento, Santa Barbara voltaria ao seu marasmo de sempre.

A polícia local tentava conter, com certo exagero e exibicionismo, o assédio mais frenético de alguns moradores. Todos tentavam participar do evento de alguma maneira. Mas, o povo e a polícia não eram os únicos interessados em “aparecer” no evento, segundo a matéria. Na descarada cobiça por votos, fazendeiros e políticos “ficaram a noite toda de olho do microfone”, não perdendo nenhuma oportunidade de fazer um pequeno pronunciamento que descambava em promessas e pedidos de voto.

O (des)emprego, a alfabetização eram ingredientes imprescindíveis para a receita de uma boa fala, que oxalá, pudesse seduzir alguns eleitores indecisos. No entanto, nada era tão proeminente quanto o discursos que associava a seca às eleições. O sertanejo enfrentou entre os anos de 1979 a 1985 um dos mais severos períodos de estiagem favorecendo a intensa migração, a morte por desnutrição e desemprego no Nordeste. A temporada sem chuva era inversamente proporcional a cheia de promessas políticas. A indústria da seca impulsionava as eleições municipais de 1976 que prometiam ser uma das mais animadas e midiáticas graças a contribuição do Mobral e suas ações culturais. Curiosamente a disputa partidária em Santa Bárbara não se dava entre o MDB e a ARENA os únicos partidos políticos legais desde o AI-2 e sim entre a ARENA 1 versus ARENA 2. A curiosa legenda chama a atenção da jornalista que dispara:

O MDB não tem vez. Não que não possua representação, mas para enfrentar a ARENA os candidatos de oposição decidiram cerrar fileiras com a ARENA 2 colocando-se ao lado oposto ao partido governista. Mas, sem é claro, ferir a suscetibilidade do governo propriamente dito. De acordo com a maioria dos candidatos o mais importante era está bem com o governo e o presidente e nessa intrincada composição política a manobra é explicada como movimento tático. “No fundo continuamos pertencendo ao MDB o objetivo é ganhar as eleições” (...).¹⁴⁴

¹⁴⁴ GROPILLO, 1976, p. 10.

Mudar a legenda do partido para parecer mais simpático ao regime e consequentemente a sociedade dominada pelo coronelismo, fazia parte das táticas para aquele tipo de jogo e quem sabe traria um bom resultado para a oposição... Mas quem seria finalmente ela? A esquizofrenia partidária (ou estratégia política) em Santa Bárbara tinha lá suas razões e seus símbolos e significados que saltam aos olhos de qualquer estranho.

A matéria deixa claro que o uso da “máquina do Mobral” se fazia muito antes das prováveis visitas da Mobralteca, ela permeava todo o sistema desde a professores até a sua culminância com os eventos culturais. Segundo a matéria:

Como a alfabetização de adultos se faz através de professores leigos, apenas treinados por elementos do Mobral, e muitas vezes, indicados por políticos, o manejo fica mais fácil. Alguns prefeitos barram os professores das facções contrárias e, naturalmente, aprovam aqueles que trabalham por seus interesses. Dentro desse quadro a qualidade do ensino fica em segundo plano. E significativas, sem dúvida, são algumas respostas dada à pergunta: “Por que você quer ser alfabetizador do Mobral”? Constrangido, um dos divulgadores do Mobral mostra algumas delas. “Eu quero que todos os **maufabetos** se sintam homem de direitos brasileiro” escreve um dos professores. “quero acabar com os **acanhos da fazenda**” explica outro. “porque tenho prazer de ser inteligente e quero ser um professor inteligente”; ou “porque tenho estímulo a cultura e **também** fazer os cegos **engerga**, com um pouco do que eles não viram e é o saber”.

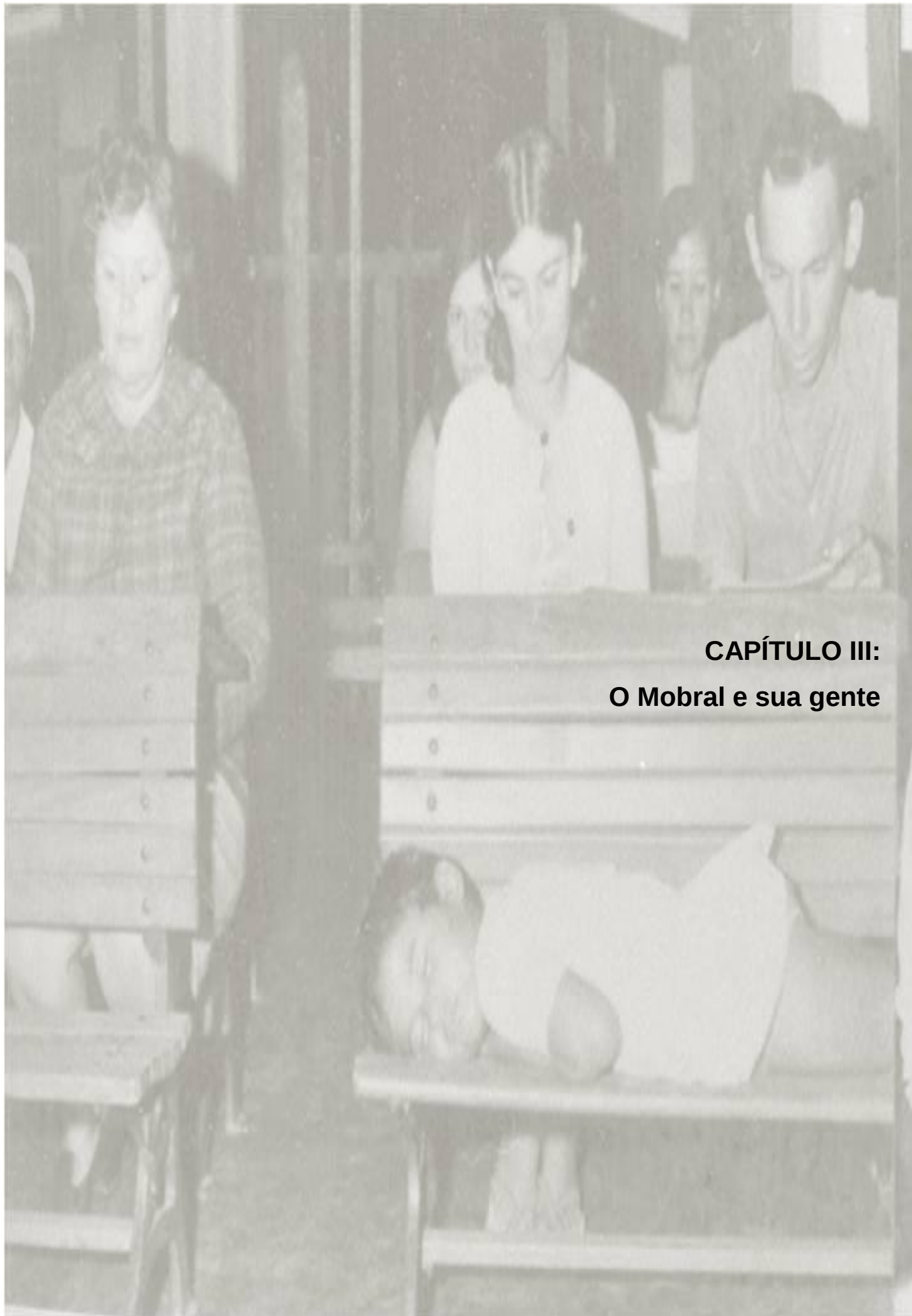
A matéria revela aquilo que as cartas já apontavam quanto ao despreparo cultural de muitos alfabetizadores e aponta interesses políticos largamente utilizados nas práticas do Mobral. Afinal, tão importante quanto alfabetizar um futuro eleitor era garantir para onde iria esse voto, e neste sentido, todo o processo deveria ser de perto acompanhado. Nesse jogo de persuasão todos “saem ganhando” até os ausentes, como o governo militar, que se fazia presente nas faixas, cartazes com fotos do presidente, com as imagens e sons peculiares ao momento histórico.

De forma provocativa a repórter conversa com um senhor chamado Domingos Alves, alfaiate na região, que, admirado observava a festa:

“- Nunca vi tanta gente junta

- O senhor sabe quem está patrocinando a Mobralteca?

- Acho que é o presidente. Se for ele, bem que poderia mandar esse carro mais vezes”



CAPÍTULO III:
O Mobral e sua gente

CAPÍTULO 3

O MOBRAL E SUA GENTE

“É mais fácil alfabetizar um brasileiro do que dizer que o Brasil é um país de analfabetos!

Escolha a grandeza do Brasil. Brasil nação gigante no futuro com a instrução dos seus filhos!

Você também é responsável, leve um analfabeto até o Mobral!

Mobral contra o mal pernicioso que é o analfabetismo!”¹⁴⁵

3.1 Candeeiros, esteiras e giz

Um dos maiores desafios que tive de lidar durante as minhas investigações sobre o Mobral foi a (re)montagem do cotidiano da alfabetização nas diversas salas de aula montadas em todo o Brasil. Os Jornais, os editais, as cartilhas e até mesmo as entrevistas garimpadas durante a pesquisa me diziam pouco sobre as aulas, as práticas de ensino, a rotina pedagógica, o uso do material didático e principalmente sobre as etapas de alfabetização e apropriação dos alunos do conteúdo proposto.

O que de maneira geral tais fontes me apresentavam eram relatos harmônicos e bem encaixados de espaços agradáveis, seguros e de ampla promoção do educando. Os desafios e limitações eram tratados como questões naturais do processo de implantação de um programa de massa e sempre suavizados pelos discursos da superação pessoal, colaboração, força e união coletiva.

Entretanto, esse passado tornou-se mais completo, e também controverso quando pude “ouvir” os próprios alunos e professores do Mobral narrando, suas experiências, trajetórias de vida e rotinas de estudo e trabalho. Essa escuta do

¹⁴⁵ Frases de efeito gritadas de um carro de som durante as comemorações do dia mundial de alfabetização. O evento também marcava o aniversário de oito anos de Mobral. A presença de autoridades locais (políticas, religiosas e empresariais) e das Forças Armadas são frequentemente citadas durante a narração. Minas Gerais, 8 de setembro de 1978. Fonte acervo audiovisual – Inep.

passado só me foi possível através da leitura e estudos das cartas que esses sujeitos (alunos e professores) frequentemente enviavam ao Mobral Central. As missivas me trouxeram novos elementos para percorrer curvas criadas pelo tempo e ferramentas para escavar os fatos até então inacessíveis à pesquisa. Esse conjunto de narrativas me deu a possibilidade de obter uma visão mais nítida do espelho que usamos para olhar o passado, mas também trouxe consigo outro desafio, o de operá-las enquanto fonte.

O uso de cartas como fonte de informação não é algo recente na prática historiográfica, é tão antigo quanto o hábito de escrevê-las. As pesquisas recentes amparadas pela abordagem e abertura da História Cultural, no entanto, ampliaram o debate sobre o uso de cartas, tornando-as também objeto de estudo o que sedimentou um novo campo de possibilidades para o historiador.

Para esta pesquisa, as correspondências dos alunos, professores e agentes administrativos do Mobral representaram uma ampliação substancial nas possibilidades de compreensão do movimento e seu papel como agente de legitimação, simpatia e aceitação do governo militar nos anos de 1970 e 1980. O enredo das cartas associada a outras fontes *a priori* pensadas, forma uma descontínua peça de tapeçaria onde até mesmo os espaços vazados se traduzem em informações sobre o passado. Considerei no manuseio das cartas alguns aspectos, tais como: a própria carta como objeto de informação, a identidade social do seu autor que instala em sua narrativa curiosos processos autorreferenciais e o seu possível destinatário, neste caso órgão/instituição¹⁴⁶.

O conjunto de correspondências aqui utilizadas, entendidas como produções fronteiriças entre o público e o privado (tanto pelo seu conteúdo quanto pela conexão que estabelece entre indivíduo-comunidade-Estado), foi enviado por todos os municípios brasileiros à gerência pedagógica do Mobral-Central, órgão responsável por ler, fazer os encaminhamentos, responder (quando julgasse

¹⁴⁶ Oriento-me metodologicamente aqui por aquilo que Malatian (2012) defende, ao afirmar que: “Ao ter acesso a esses fragmentos, o historiador espia por uma fresta a vida privada palpitante, dispersa em migalhas de conversas a serem decodificadas em sua dimensão histórica, nas condições socioeconômicas e na cultura de uma época, na qual público e privado se entrelaçam, constituindo a singularidade do indivíduo numa dimensão coletiva”. Ver: MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezzi (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 200.

necessário) e arquivar as cartas. Nesse conjunto epistolar surgem três tipos de cartas a partir de seus remetentes que classifico como: cartas dos alfabetizadores; cartas dos alunos e cartas-resposta.

Cartas dos alfabetizadores

Escrever cartas estava entre as obrigações profissionais de um alfabetizador do Mobral, embora nem sempre o fizessem de forma regular, desembaraçada e detalhada, como determinava a coordenação pedagógica. Os professores deveriam escrever mensalmente uma espécie de “carta-relatório” narrando como estavam as aulas, a assiduidade entre os alunos, comunicar os eventuais desistentes e tirar possíveis dúvidas na aplicação da metodologia.

Entretanto, esses escritos narram mais do que isso. Aproveitando a janela de comunicação com as instâncias centrais, as comunidades rurais e urbanas do país usavam as cartas para esses e outros interesses. Diante da oportunidade de se fazer ver e ouvir, os alfabetizadores não se furtavam de apresentar suas adversidades cotidianas e pedir providências, como destaque na carta da alfabetizadora Antonia Ferreira dos Santos (Figura 19):

Figura 19 - Carta de alfabetizadora do Mobral I

1º
Poço Redondo 4/04/77 1
Mobral Central. 48643.7.4

Sou alfabetizadora do Mobral, tenho uma classe de 30 analfabetos, na Fazenda (Lagoda) Lagoa Cavada município de Tucano estado da Bahia o lugar onde mais tem analfabetos nunca teve professora a primeira é esta do Mobral. Sou eu e outra que trabalhamos neste lugar. Eu caminho 7 quilômetros de pés para ir trabalhar, já estou cansada preciso de uma orientação para ver a quem posso pedir uma ajuda para comprar um transporte. A comissão municipal eu já não penso mais, porque não dá mesmo. Nós somos 129 alfabetizadoras do Mobral no município de Tucano. Todas temos

2º 2

Vontade de arranjar merenda e outras coisas para a escola. Mais se a comissão municipal não dá. Que vamos fazer Oriente-me por favor responda-me, para melhorar a situação minha, e de meus alunos que sofrem tanto. Escrevem no chão em cima de umas esteiras quase no escuro, sem ter roupas, sem ter merenda, sem ter cadeiras, sem ter mesa, sem ter quadro de giz. A diversão é puxar o cabo da enxada anos e anos, trabalhando na roça para viver.

Trabalham na roça.
Para comer.
Quando a safra acaba.
Só Faltam morrer.

Responda para
Antônia Ferreira dos Santos
Poço Redondo município de Tucano

Estado da Bahia

Figura 15 e 16: Carta Antonia Ferreira dos Santos, Poço Redondo, município de Tucano-BA. Fonte INEP – Arquivo Mobral, Cx 126, nº 305.

A carta de Antonia Ferreira apresenta um típico cenário da realidade dos mobralenses das zonas rurais nos anos de 1970-1980. Aquela era a primeira experiência de alfabetização na comunidade de Tucano – BA. Muitas expectativas e desafios estavam postos diante de uma população quase que em sua totalidade analfabeta. Antonia é uma das exceções, apesar das muitas limitações no domínio da escrita. Assume o posto de alfabetizadora motivada, sobretudo, pela possibilidade do aumento na renda familiar o que abrandaria a grande pobreza na qual se vivia no interior baiano.

Na carta ao Mobral Central Antonia narra sua rotina à frente da turma 4 do posto 12 e em tom de desabafo coloca: ***“Eu caminho 7 quilômetros de peis para trabalhar. Já estou cansada. Preciso de uma orientação para vê a quem posso pedir uma ajuda para comprar um transporte”***. A carta deixa claro que as dificuldades naquele posto já tinha sido comunicada diversas vezes à COMUN, setor responsável por dar todo suporte aos professores e garantir as condições adequadas para os funcionamento das salas de alfabetização. Mas, diante do silêncio e possíveis restrições em trazer soluções às questões cotidianas ela reclama ***“A comissão municipal eu já não pesso mais porque não dá mesmo”***. Em outro trecho endossa: ***“Mais se a comissão municipal não dá, o que vamos fazer. Oriente-me por favor. Responda-me”***.

A expressão da carta parece ganhar mais peso e certo ar de desespero quando a alfabetizadora afirma que seus alunos ***“que sofrem tanto. Escrevem no chão, em cima de umas esteiras quase no escuro, sem ter roupas, sem ter merenda, sem ter cadeiras, sem ter mesa, sem ter quadro de giz. A diversão é puxar o cabo da enxada anos e anos”***.

Ao fim da carta, Antonia anexa uma de suas poesias. Inspirada na dura realidade que vivia como professora e no sofrimento compartilhado com seus alunos:

Me chamo Antonia Ferreira
 Alfabetizadora do Mobral
 Quero lhe pedir ajuda
 Sei que isto é normal
 Para comprar um transporte
 Um jipe ou um animal
 Disculpem os meus versinho
 se não saíram bonzinho.

*Pois não sou castro Alves
nem nunca tive anelzinho
mas de cinco em cinco mezes.
Do Mobral tomo cursinho”.*

O quadro de pobreza, fome, falta de estrutura e queixumes são comumente descritos nas cartas de alfabetizadores de muitas regiões brasileiras. Não encontrei em outras fontes de pesquisa esse tom narrativo, apenas nas cartas. Nos jornais pedagógicos editados pelo Mobral, os trechos de cartas reproduzidos são sempre elogiosos e marcados pela reverência e gratidão ao governo militar pela iniciativa de criar o movimento. Em nenhuma das edições pesquisadas as queixas foram publicadas. Definitivamente, esse não era o espaço para tais escritos.

O cotidiano desafiador tinha seu lugar apenas nas cartas e foi também apresentado pela alfabetizadora Maria Anita de Sousa, ao destacar que: **“As minhas reclamações são: Sobre problema de lapis, caderno, lampião, dificuldades que os alunos tem de visão a necessidade que eles sentem sobre a merenda escolar se possivel chegasse seria ótimo”**.¹⁴⁷

Ou ainda:

Na minha sala de aula também tem uma grande faltas que nas turma tem gente velho que avista é pouca não enxergam. E a energia daqui deste distrito o motor só veve no prego já faz mais de mês que está em conserto em Fortaleza e não mais voltou, e eu como monitora não tenho posse de comprar uma lâmpada; e o posto está sendo iluminado com faróis e os alunos de pouca vista acham ruim porque não enxergam e não compreendem e nem podem ter atenção e a comunidade aqui todos são pobre não podem auxiliarem com olhos e eles não podem comprarem e assim não sei que fazer (...) ¹⁴⁸.

As reclamações se multiplicam ao longo das milhares de cartas que compõem o arquivo histórico do Inep. Elas fazem denúncias graves de descaso, pobreza, abandono, corrupção, tensões políticas além de pedir ajuda para resolver os inúmeros problemas anunciados. As críticas aparecem, sem muitas

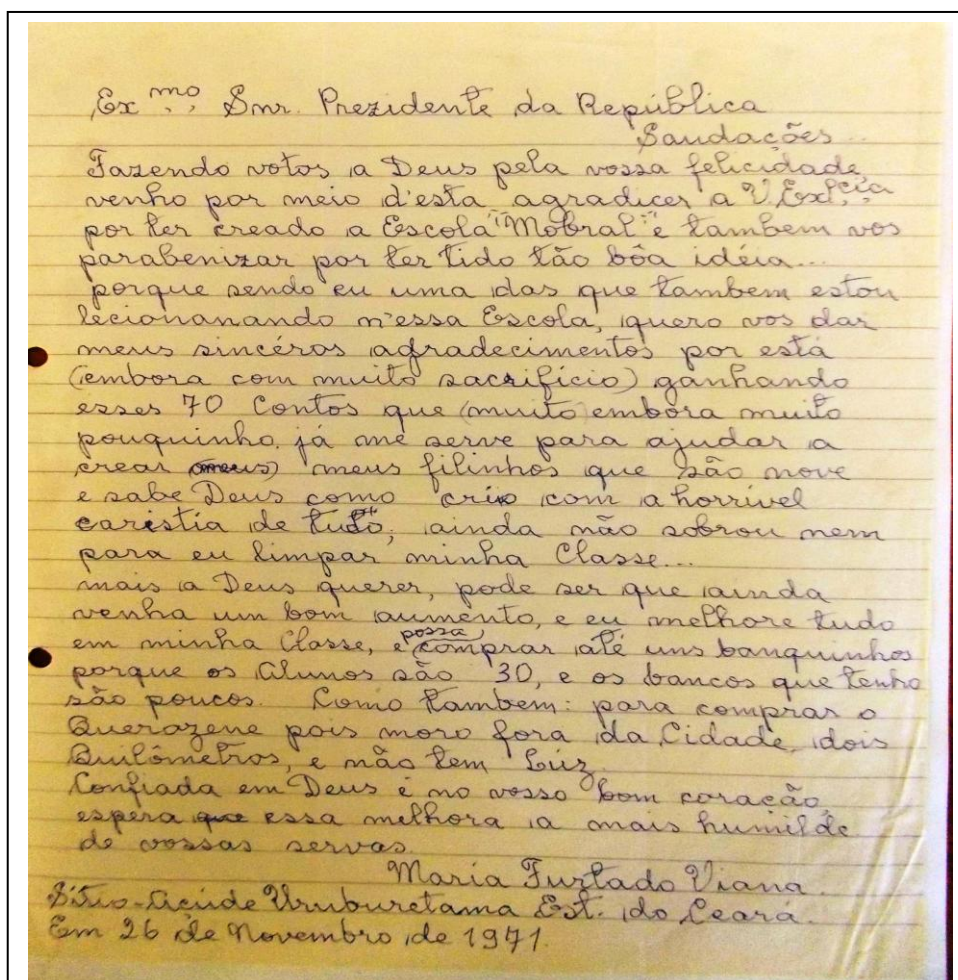
¹⁴⁷ Ipueiras - Sobral, Ceará. 12/06/1980. Fonte INEP – Arquivo Mobral, Cx 121, nº 224.

¹⁴⁸ Alfabetizadora Raimunda Amélia Mesquita. Posto 45, Araoarí, Município de Itapipoca – CE. Diante da impossibilidade de reproduzir todas as cartas utilizadas diretamente na escrita da tese, busquei reproduzir os trechos escolhidos com a maior aproximação possível do narrado, mantendo inclusive os erros ortográficos, ausência de vírgulas, pontos, letras e sinais de acentuação.

exceções, ao longo de todo o conjunto das cartas o que revela outro discurso sobre o Mobral, para além do oficial que é absolutamente marcado pela positividade, ganhos e sucesso que o governo insistia em ostentar.

Outro aspecto curioso nas correspondências dos professores do Mobral (e também dos alunos, como mostrarei adiante) era que, embora o destino fosse o órgão central no Rio de Janeiro, muitas dessas cartas estavam endereçadas nominalmente a sujeitos específicos, autoridades nacionais da época como os presidentes do Mobral (Mario Henrique Simonsen e Arlindo Lopes Correia) e os presidentes da República do período (Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel). Uma das cartas a usar esse artifício é a da alfabetizadora Maria Furtado Viana que escreve:

Figura 20 - Carta de alfabetizadora do Mobral II



Fonte Inep – Arquivo Mobral, Cx 126, nº54.

A vida no Sítio Açude Uruburetama, na zona rural do Estado do Ceará vai sendo desenhada na carta da alfabetizadora Maria Furtado Viana. A fé, característica peculiar entre o povo cearense está presente já nas primeiras linhas da carta ***“fazendo votos a Deus pela vossa felicidade venho por meio d’esta agradecer a V. Exl. Cia por ter creado a Escola Mobral e também vos parabenizar por ter tido tão bôa idéia...”***. Em meio às notas de agradecimento o cenário de profunda escassez e privações vai sendo narrado ***“Embora com muito sacrifício, ganhando esses 70 contos que muito em embora muito poquinho já me serve para ajudar a crear meus filinhos que são nove e sabe Deus como crio com a horrível carístia de tudo, ainda não sobrou nem para eu limpar minha classe..”*** (...).

Pelo menos dois aspectos devem ser ressaltados nesta carta: o primeiro é o sutil pedido de aumento no pagamento destinado aos alfabetizadores, assunto recorrente nas cartas de outros alfabetizadores; e o segundo é o envolvimento financeiro de alfabetizadores e outros sujeitos da comunidade para a compra de itens essenciais à manutenção dos pontos de alfabetização: material de limpeza e querosene. As “cotinhas” eram imprescindíveis para que as aulas não fossem interrompidas. Com baixos “salários” e um cenário de míngua, os alfabetizadores com frequência se queixam dessas “obrigações”.

Essa realidade explica as constantes solicitações de aumento salarial que aqui, vem em tom de súplica: ***“Mais a Deus querer, possa ser que ainda venha um bom aumento (...). Confiada em Deus e no vosso bom coração espera essa melhora a mais humilde de vossas servas”***.

As necessidades eram muitas e a realidade desafiava a continuidade das aulas. Pedidos de diversas ordens são colocados pelos alfabetizadores: emprego, aumento salarial, melhores estruturas (cadeiras, mesas, querosene, lampião, material escolar, merenda, transporte até os locais de aula), melhores condições de trabalho e até dinheiro emprestado¹⁴⁹.

¹⁴⁹ Chama a atenção o pedido inusitado de um alfabetizador ao ousadamente solicitar numa carta: “Sr. Mario Henrique Simonsen. Será que o sr. Poderia conseguir entre seus amigos para me auxiliar a quantia de mil cruzeiros? O sr. Anotará os nomes dos amigos e a quantia que cada um contribuir. Depois que controlar minha situação irei depositando no banco, até completar o que me for enviado. Depois mandarei. Só Deus sabe a minha situação” (...) 11/8/1972.

Cartas são documentos que intrigam os pesquisadores quanto à possível identidade do autor. Além da descrição de um cenário social a partir dessas narrativas, encontro nesse conjunto de epístolas alguns indícios de quem são os sujeitos históricos que produziram esses escritos: mães (geralmente de muitos filhos), donas de casa, trabalhadores rurais, jovens e velhos desempregados que veem no Mobral a chance de conseguir algum sustento familiar, em terras escassas de oportunidades. Homens e mulheres entre 15 e 65 anos de idade que compõem um universo de milhares de alfabetizadores que, a partir do ideário criado pelo governo militar, estimulavam a alfabetização de todo o país.

As cartas produzidas pelos professores e professoras do Mobral apresentam alguns tons de uniformidade do ponto de vista da estrutura narrativa. Geralmente são abertas com um cabeçalho indicando o local de onde escrevem **“Fazenda Santa Maria, 15-7-80”, “Russas 15 de julho de 1980”, “Sabiaguaba 15-7-80”, “Serra Branca 23 de 11 de 1975”** uma expressão de saudação e pronomes de tratamento, na maioria das vezes marcada de grande veneração as autoridades a que se remetem **“ilustríssimo senhor presidente do Mobral, como vai vossa alteza?” “presada equipe do Mobral, cordiais saudações” “excelentíssimo senhor presidente da república”, “presado comição do Mobral”, “Presidente Geisel, como está vossa santidade?”**. Algumas, destoando da formalidade usual, esboçam um tom de maior intimidade com seu provável leitor **“Querido Arlindo Lopes” “Caros amigos da equipe do Mobral” “prezadoso diretores tudo bem por aí?”**.

Os parágrafos de agradecimento frequentemente presentes nas narrativas mostram uma reverência e referência aos líderes nacionais, procedimento que era estimulado pelas ações nacionalistas e propagandistas do regime militar em seus usos midiáticos:

No primeiro dia de aula fiz a entrega aos alunos de um jornal no qual vinha uma foto do presidente Médici isto nos enriqueceu mas para a palestra de porque foi criado o Mobral, quem o trouxe e o que visa acabar no Brasil.

Francisca Adelino, Mina Bodó. Fonte INEP – Arquivo Mobral, Cx 126, nº226.

Em alguns trechos fica clara a visão que os alfabetizadores tinham do programa como um todo, apesar de suas limitações e problemas nas esferas

locais que enfrentavam: ***“Em primeiro lugar envio um abração a todos que formam o Mobral Central (...) Pois seio que são pessoas muito importantes. que trabalham com essa maravilhosa aula, êste maravilhoso plano”***. Fonte INEP – Arquivo Mobral, Cx 126, nº 294.

No que se refere ao desempenho dos alunos, as epístolas registram que apesar da precariedade, com o esforço dos alfabetizadores o rendimento dos alunos é satisfatório. Considerando esse aspecto é possível ler em algumas delas:

“sobre meus alunos, acho que estão rendendo muito bom, nos estudos. São ótimos”. Fonte INEP – Arquivo Mobral, Cx 126, nº 326.

“O Mobral veio me encinar; mas nunca pencei que fosse tão bom. Grasças a deus que os meus alunos são bons. Já tenho 17 aluno meu que não sabia nada mas tinha uma vontade especial para eu lhes ensinar cuidei muito dele foi alfabetizado. Grasças a deus e o Mobral”. Fonte INEP – Arquivo Mobral, Cx 126, nº 319.

Outro elemento comum é o balanço da assiduidade entre os alunos matriculados e possíveis desistência no curso, informação sempre exigida. Diante da pressão os alfabetizadores apontam seus números e se esforçam para justificar os casos de desistência ou de não alfabetização. Dentes os argumentos mais utilizados para justificativa estão: cansaço da jornada de trabalho, doenças, problemas de visão, fome e pobreza.

As cartas geralmente encerram com um pedido de desculpas pelos erros e limitações na escrita e pelos “aborrecimentos” numa referência aos pedidos que fossem feitos.

Cartas dos alunos do Mobral

Dezembro de 1972. Terminava um ano intenso para o Brasil. As celebrações do sesquicentenário da Independência agitaram de norte a sul o país que celebrou do funeral festivo de Pedro I a conquista da Minicopa de futebol¹⁵⁰.

¹⁵⁰ Para o aniversário de 150 anos da Independência do Brasil, o governo Médici investiu na promoção de dois grandes eventos: a transladação solene dos restos mortais de Pedro I e a criação do “Torneio da Independência” ou, como ficou mais conhecida, a Minicopa de futebol e contou com a participação de vinte países. O jogo da final levou ao estádio do Maracanã mais de 100 mil pessoas para ver sugestivamente Brasil x Portugal. Até os 44 minutos do segundo tempo o jogo estava 0x0 o que enchia de ansiedade e nervosismo toda a nação que via ou ouvia o jogo.

Para o Mobral também foi um ano expressivo. O programa comemorou naquele ano a marca histórica de 3.405 municípios assistidos, o que lhe rendeu o título de programa de maior penetração do país¹⁵¹.

Terminava também naquele mês mais um ciclo do curso de alfabetização funcional no Engenho Beltrão no Paraná. A professora do grupo, Geralda Pires Felicia, desafia seus treze alunos concluintes a escrever uma carta. Uma espécie de atestado de alfabetização pelo qual todos os alunos do Mobral deveriam passar para receber o tão esperado certificado de conclusão.

Com o natal se aproximando e o clima de confraternização em alta, a alfabetizadora sugere ao grupo que enderecem as cartas ao presidente da república, num gesto de gratidão pelo bom ano que tiveram, pelo Mobral e principalmente pela oportunidade que tiveram de se tornarem “cidadãos”. É possível que a insegurança, o medo, a vergonha fizesse alguns daqueles alunos hesitarem a proposta, mas, motivado pelo entusiasmado pedido de sua professora começam a elaborar suas cartas. Escritas a lápis ou caneta, em uma folha de papel de caderno ou retalho de papel de embrulho, as cartas dos alunos foram aos poucos tomando forma. Foram necessários muitos rascunhos até a versão final, mas enfim conseguiram fazer as postagens até as vésperas das festas natalinas.

Do ponto de vista estético, esse conjunto de treze cartas tem uma certa aproximação: são curtas, geralmente com no máximo uma lauda do tradicional caderno escolar pequeno; rasuradas, possivelmente pela intervenção da própria professora que faz algumas correções nos textos; vocabulário restrito e caligrafia típica de quem ainda não domina com segurança o traçado no papel fugindo muitas vezes do alinhamento padrão. O que mais importava, no entanto era que elas foram possíveis. Uma vez escritas, essas cartas alimentavam a certeza de que dali em diante não seria mais preciso “melar o dedo” para “assinar o nome”. A professora esperou que todas as cartas ficassem prontas para que a postagem pudesse ser feita de uma vez, garantindo que juntas fossem recebidas pelo

Até que no último minuto da partida Jairzinho sofre uma falta na entrada da grande área. Ele mesmo bate a falta e para o delírio de toda uma nação faz 1x0. “Ninguém segura esse país! Pra frente Brasil, salve a seleção”.

¹⁵¹ Segundo Arlindo Lopes Correa em entrevista a Revista Veja nº 204, em 02/02/1972.

Mobral Central. Além de “sinceros votos de feliz natal e próspero 1973”, as cartas dos alunos do Engenho Beltrão também traziam elogiosas notas de agradecimento ao Mobral:

“Venho expressar meu sentimento pelo Mobral”.

“Quero de coração enviar meu agradecimento ao senhor presidente Médici por ter feito o Mobral”.

“Agradeço ao Sr. Presidente do mobral pela oportunidade de fazer muitos brasileiros ser mais brasileiros”

“Dou bem graças a Deus porque eu não sabia ler nem escrever e este mobral está me ensinando”.

“Agradeço a oportunidade que o senhor presidente me deu de aprender a ler e escrever”¹⁵².

Ao contrário das cartas dos alfabetizadores, as cartas os alunos do Mobral não pedem nada. Externam profunda gratidão pela experiência proporcionada e talvez por isso não se sintam a vontade para fazer novas solicitações, a não ser uma carta de resposta confirmando que seu esforço em escrever não teria caído no vazio. No enredo fazem questão de falar um pouco de si, da família e da vida que levam, mas sem aparente tom de lamento e muito mais preocupados em se fazer conhecidos por seus prováveis leitores:

“me chamo Antonio e trabalho na roça, tenho 6 filhos piquenos”

“trabalho o dia e estudo a noite. Quero dizer ao senhor quando não esperava mais nada do meu futuro surgio o Mobral pa me ajudar”

“tenho 39 anos e sou solteira sou católica. O papai tem 69 anos e mamãe tem 63 anos são trabalhadores graças a Deus. Eu sinto da prêção alta e tiroide e nervo e estomago. alimento com sopa. Sofro de varize nas pernas. a perna esqueda está com uma ferida de veia já faz onze anos. sou muito feliz graças a Deus.

A vida simples e as dificuldades cotidianas vão surgindo entre as linhas mal escritas dos alunos mobralenses que geralmente encerram logo em seguida as cartas com pedidos de desculpas pelos erros cometidos no ato da escrita:

“vá discupando os erros que são muitos”

“pesso descupa pelos erros é que não sei ainda escrever bem”

“termino me discupando dos erros que são muitos”

Como exemplo desse escrito epistolar apresento ao leitor a carta de Luís Nonato Gomes, que na sua simplicidade narra:

¹⁵² Trechos de cartas diversas de alunos do Mobral escritas em dezembro de 1972 Cx. 121.

Figura 21 – Carta de aluno do Mobral

Florianópolis 14 de 12 de 1977
 Curso de Educação Integrada
 da.

Saudação
 Sr. Presidente do MOBRAF
 escrevo estas poucas linhas
 somente para Lhe dizer
 que a qui esta tudo bem
 com o MOBRAF ja estão
~~se~~ são muitos a manifestar
 e dar graças a Deus o
 MOBRAF e por este motivo
 quero agradecer a comissão
 da Presidência ~~de~~ sentina
 o do MOBRAF. pois já tivemos
 as oportunidades de tudo dispoñibiliza-
 mos no dia 7 de Setembro e
 fizemos pesquisa na Sudepe e
 na BARRAGEM de Boa
 Esperança e a sim por diante
 estamos com sucesso tudo
 pois a nossa professora vem
 sendo tudo que é preciso.
 VIRA

eu como um homem
 novo quero ver se faço o
 curso se Deus quiser
 nada mais só quero que
 conheça o meu erro
 que ainda não sei escrever
 a sua Luiz monteiro
 Gomes

Rua Fernando Marques
 nº 1677

Posto nº 14 do Curso de
 Educação Integrada

As cartas-resposta do Mobral Central

Terça - feira, 31 de março de 1981. Décimo sétimo aniversário do golpe. Os termômetros marcavam incômodos 34°C no típico verão carioca. Do seu marrom e largo birô de trabalho extremamente organizado, sob a amena temperatura ambiente de 20°C, possível apenas pelo uso de ar condicionado, a gerente pedagógica do Mobral pede a sua auxiliar administrativa que redija as cartas-resposta do lote que chegou do Ceará, entregues já havia cinco meses. Entre as cartas que deveriam ser respondidas estava uma vinda da cidade de Sobral.

A missão dada à auxiliar administrativa era simples, já que modelos de cartas-resposta já existiam precisando que apenas alguns adendos fossem acrescentados a fim de atender a uma questão específica colocada pelo remetente. Uma vez datilografada a carta-resposta passava pela apressada leitura da gerência pedagógica que datava, assinava e carimbava o documento antes de ser selado e postado. Era preciso agilidade. Uma cerimônia na sede do Mobral lembraria a fatídica data em 1964.

O aniversário do golpe não foi celebrado neste ano com tanta pompa como fora em outros. Desgastes internos e externos ao governo e até mesmo questionamentos relacionados às conquistas do Mobral não empolgavam mais tanto quantos outros aniversários da “revolução”¹⁵³. Ainda sim, é preciso comemorar e mais do que isso, garantir sua saída do poder de forma “lenta, gradual e segura”.

Em resposta a carta de Sobral, usando o tradicional papel timbrado, a gerência do Mobral declara:

Prezada senhora,

Sua carta foi motivo de satisfação para nós, por contarmos com pessoa tão dedicada, como você, e com capacidade de se preocupar com os problemas sérios de nosso país, como o analfabetismo.

¹⁵³ A alta inflacionária do período e as constantes denúncias de torturas e de assassinatos punham em xeque os militares no início dos anos 1980. Essa fase ficou conhecida, nas palavras de Élio Gaspari como a Ditadura Encurralada. Para mais detalhes ver: GASPARI, Élio. A ditadura encurralada, volume 4. Coleção O Sacerdote e o Feiticeiro, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Vimos que você é uma alfabetizadora com experiência pelo tempo em que trabalha no Mobral. Sua tarefa não deve ser fácil, tendo que trabalhar sem local apropriado, onde tanta coisa atrapalha o bom andamento das atividades.

Sua supervisora e tantos elementos da Comissão Municipal e do Mobral já devem ter lhe dado orientação sobre a nova linha de ação comunitária que estamos adotando.

Assim, sugerimos que converse com essas pessoas, pedindo que lhe ajudem a organizar um trabalho de ação comunitária, a fim de construir uma pequena escola, ou mesmo uma simples sala.

Converse com seus alunos, com as pessoas que apoiem seu trabalho, marque com eles uma reunião e planejem atividades para conseguir fundos, isto é, o dinheiro necessário para essa pequena construção. É comum surgirem muitas idéias do grupo reunido e daí surge muita criatividade.

Achamos que você é um elemento ideal e líder para colaborar com a solução do problema.

Volte a nos escrever quando você iniciar esse trabalho comunitário
Com o nosso abraço e votos de sucesso.

Atenciosamente,

Adélia Maria Nehme Simão e Koff
Gerente pedagógica¹⁵⁴

Esse texto foi escrito em resposta à carta da professora Margarida Teixeira Pinto. Alfabetizadora do Mobral há dez anos, Margarida enfrentou muitos desafios para conseguir alfabetizar. O maior deles estava no fato de nunca ter tido um lugar fixo para suas aulas. A única turma do bairro de Sumaré nunca teve um endereço fixo. Contando com a “boa vontade” de alguns que por alimentarem um enorme desejo de aprender a ler e escrever as aulas da turma de Margarida aconteciam em espaços volantes. Em cada edição o endereço da turma mudava e ganhava a casa de algum dos novos alunos.

Esse nomadismo trazia de acordo com a alfabetizadora, **“uma grande dificuldade. A coisa não é mole agente ensinar nas moradas dos outros um pertuba, outro conversa alto e assim é ruin”**.

Entretanto, a solução definitiva do problema parecia a caminho com um presente que a professora Margarida recebeu:

¹⁵⁴ Fonte: Arquivo do Inep. Cartas-resposta nº 983.

(...) ganhei um pedacinho de chão para levantar uma salinha pra eu dar aula mais não tenho condições de mandar levantar porque tudo está caro eu não posso agir com isso a não ser que eu tenha uma ajuda da coordenação. O tijolo muito caro a telha também eu não tenho condições, sou sozinha para resolver estes problemas. Peço-lhe uma ajuda para eu determinar este serviço, porque com uma ajuda eu faço se Deus quizer sou uma pessoa que sempre trabalhei para acabar o analfabetismo desde 1970.

Já que o terreno apareceu a sala deveria aparecer também! Tudo deveria partir da comunidade que agora, sob a liderança da professora deveria se organizar para construir a sala de aula. Era assim que o Mobral funcionava. Assim diziam as cartas resposta.

A carta enviada a Sobral destoa das centenas de cópias que encontrei no arquivo. Elas geralmente eram padronizadas e apenas acusavam o recebimento das informações passadas, agradeciam pelo trabalho que era realizado e estimulava:

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1972

*Ilmo. Sr.
FELICIANO MONTEIRO DA SILVA
Rua Dom Pedro II nº 59
DRACENA – SP*

Prezado Senhor,

Recebemos com grande satisfação sua correspondência, e agradecemos as palavras que nos servem de incentivo neste trabalho não só nosso, mas de toda a comunidade brasileira.

Sua correspondência destaca-se entre tantas as que recebemos diariamente dos mais distantes pontos do país.

Obrigado e escreva-nos sempre, pois o que mais desejamos é viver numa comunidade integrada antes de mais nada pela palavra escrita.

*Atenciosamente,
Mario Henrique Simonsen
Presidente*

3.2 O mobralense

Geneide, mulher de Fernando, mãe de quatro filhos não conseguiu “completar os estudos” no tempo devido. Casou aos 17 anos, e depois disso, Fernando “começou a empatar” sua ida à escola. A ordem foi bastante clara: “mulher minha não precisa dessas coisas, você não vai mais à escola”. As atividades de Geneide por anos se limitariam, a partir de então, à rotina doméstica: cuidar do marido, dos filhos e da casa.

Fernando era dono de um ônibus e trabalhava fazendo transporte de pessoas a eventos diversos. Negro, alto, forte, não bebia, não fumava, parecia ser um homem muito saudável até que “passou mal e foi pro pronto-socorro”. Um súbito e grave problema renal o levaria a óbito em apenas oito meses.

A vida de Geneide, a partir daí, teria outro rumo. Não casou de novo. Foi trabalhar como ajudante de cozinha na casa de sua vizinha “Dona Zuleide”, famosa pelos bolos e doces que confeitava e vendia. Aos poucos, com a vida ganhando ares de normalidade, Geneide decide alimentar um antigo sonho... Voltar a estudar; e foi aí que Maria, cliente fiel dos bolos de Zuleide, indicou um posto do Mobral que tinha sido aberto há pouco tempo ali mesmo no bairro do Jordão, periferia do Recife, Pernambuco.

Geneide já havia ouvido falar várias vezes sobre o Mobral pelo rádio e já tinha até visto um jornal do movimento na “mão de um desconhecido”. Decidiu então procurar o tal posto do Mobral e voltar a estudar. Iria agora dividir seu tempo entre o trabalho, a escola e os filhos, todos ainda pequenos. Sempre sonhou em ser professora, talvez o Mobral fosse o primeiro passo para essa realização.

Dezenove horas. Assim como na vida de Geneide, começa a rotina de milhões de alunos que se dirigem à sua sala de alfabetização do Mobral “em busca de um sonho: aprender a ler e escrever”. Dentre esses milhares, está também Josélia Maria, aluna do posto 4 na cidade de Palmares, PE. Casada, 32 anos, mãe de três filhos, Josélia lava roupas na cidade e com esse dinheiro ajuda no sustento da casa.

O marido está em São Paulo, “foi atrás de serviço, pois a situação aqui não tá boa”. O desemprego, a pobreza e a fome nessa região parecem ser mais

eficientes do que os malabarismos do “milagre econômico”, não sentido por essas bandas do Brasil.

Na outra ponta do país, Ana Frozina, 42 anos, depois de um dia de trabalho puxado como empregada doméstica, também se desloca para a escola. Feliz por já saber “ler, escrever e fazer continhas”, ela deixa os nove filhos em casa e segue para o posto cultural do Engenho Beltrão no Paraná, onde sua professora, “Dona Geralda”, aguardava-a. A motivação de Ana está na sua expectativa de que, uma vez de posse do seu certificado, poderá “arrumar um emprego melhor, já que agora sou uma mulher que serve para assinar o nome em qualquer documento”.

No Rio de Janeiro, o sapateiro José Soares Filho, 25 anos, aluno do posto 14, que funciona na Escola São Raimundo, afirma: “já sei ler e escrever alguma coisa e tiro duas espécies de conta”. E em tom comemorativo, garante: “nas próximas eleições vou votar”!¹⁵⁵

Esses quatro exemplos são parte constitutiva do universo formado por milhões de alunos do Mobral, chamados pela organização do movimento de mobralenses.

As histórias de vida, o cotidiano sofrido e os desafios para o aprendizado são descritos pelos próprios sujeitos, alunos do Mobral ao longo de seus primeiros bilhetes e cartas. Esses escritos aparentemente despretensiosos me ajudam a traçar um perfil geral de quem são os mobralenses, como viviam, quais as motivações para ingresso no Mobral, como eram vistos pelo poder público, quais as suas necessidades sociais, políticas e econômicas.

Do ponto de vista social, o mobralense é bastante heterogêneo. São homens e mulheres, jovens, adultos e idosos unidos de alguma forma pelo fenômeno do analfabetismo. Não desejo aqui criar um discurso uniforme sobre a clientela que aderiu ao projeto do Mobral ao longo dos seus anos de funcionamento. Isso seria uma ingênua estratégia que, fatalmente, comprometeria uma análise mais segura a respeito dessa categoria social.

O objetivo aqui é adentrar, mesmo que panoramicamente, essas múltiplas realidades, fazendo emergir possíveis pontos de aproximação que caracterizam

¹⁵⁵ Todos esses relatos baseiam-se nas cartas escritas pelos respectivos alunos do Mobral, sendo endereçadas ao Mobral Central entre 1971 e 1973. Fonte: Arquivo histórico do Inep - Cx. n.º 124 e 126.

essa população, socialmente rotulada e estigmatizada, que atende à convocação do Mobral aderindo ao projeto de alfabetização instaurado pelo governo militar.

As cartas em questão foram escritas nos anos 1970, remetidas de diversos lugares do Brasil (das grandes capitais às minúsculas cidades do interior) e compõem plurais e dinâmicas possibilidades para o descortinamento da história do período, produzindo imagens diversas e até então não conhecidas no caleidoscópio histórico do Mobral e principalmente do mobralense.

Os analfabetos ouviam sobre o Mobral por diversas vias (rádio, jornais, cartazes, eventos culturais, outros alunos...) e essa onda de propagação era o início da captação que levava as pessoas à porta de entrada do movimento. Motivados pelo desejo de se livrar do estigma social, pela superação pessoal, pela possibilidade de conseguir um emprego formal ou ainda pelo desejo de assinar o próprio nome e com isso poder participar das eleições se “efetivando” como cidadão, milhões de pessoas aderiram ao projeto¹⁵⁶.

A expectativa do governo era de que, através do uso do material e das técnicas aplicadas, em até seis meses todos os matriculados estivessem lendo e escrevendo ao menos uma carta ou bilhete simples, requisito mínimo para a certificação no Programa de Alfabetização Funcional (PAF). As cartas dos alunos do Mobral seriam, a partir disso, expressões conclusivas que deveriam evidenciar as novas competências adquiridas.

De quantos milhões estamos falando? Os números do censo de 1970 apontam para a presença de 54.164.257 brasileiros com mais de 15 anos de idade, dos quais, seriam analfabetos 17.882.125, ou seja, 33% da população recenseada. Esses números são mais facilmente visualizados por meio das especificações por faixa etária da Tabela 4.

¹⁵⁶ Volto no capítulo 4 a discutir as cartas dos alunos do Mobral, desta vez para pensar a sua estrutura, suas possíveis intenções, motivações e interesses, os mecanismos de seleção, arquivamento e publicação desses escritos nos jornais do movimento. Por ora, utilizo esses escritos epistolares apenas para a construção das principais características sociais da população participante do movimento.

Tabela 4 – População analfabeta por idade - 1970

Faixa etária	População recenseada	População analfabeta	
		N.º Absoluto	%
15-19	10.203.492	2.340.342	22,9
20-24	8.422.167	2.187.941	26,0
25-29	6.546.791	1.934.103	29,5
30-39	10.782.038	3.449.418	32,0
40-49	8.094.393	3.065.771	37,9
50-59	5.354.738	2.389.472	44,6
60-69	3.067.143	1.539.226	50,2
70 anos ou mais	1.693.495	975.852	57,6
TOTAL	54.164.257	17.882.125	33,0

Fonte: Censo IBGE 1970.

Esse era o volume populacional que potencialmente deveria ser alcançado pelo Mobral, e para isso, era preciso que toda a sociedade se mobilizasse. Em uma primeira fase do programa (até 1972), deveriam ser alcançados prioritariamente (mas não exclusivamente) aqueles entre 15 e 39 anos, moradores da zona urbana, por representarem a massa economicamente ativa e que mais rapidamente poderiam gerar impactos positivos sobre a economia do país. Essa era uma clara orientação do setor tecnocrata que redesenhava as estratégias para o crescimento econômico do país naquele momento¹⁵⁷.

O censo de 1970 ainda permitiu adquirir outras importantes informações utilizadas pelo Mobral, por exemplo, a localização dessas pessoas por região, o que indicaria os principais pontos de atuação a serem desbravados. À medida que os acordos com os municípios iam sendo fechados, ficava aparente a necessidade no número de postos a serem abertos.

A quantificação pura e simples, no entanto, não permite identificar características minuciosas sobre essa população analfabeta. Por isso, busquei

¹⁵⁷ Essa era ideia recorrente no discurso de Simonsen. Destaco o artigo “A estratégia do Mobral” que ele assina publicado na Revista Educação do MEC, Ano 3, nº 11, Jan/mar. 1974.

nas cartas e também nos jornais da época elementos que pudessem humanizar esses dados dando-me mais detalhes sobre a clientela em questão.

De acordo com a pesquisa documental realizada, posso afirmar que o Mobral foi composto em grande medida por alunos entre 15 e 50 anos,¹⁵⁸ pobres, que nunca estudaram ou frequentaram a escola por no máximo um ano, trabalhadores informais e/ou desempregados, de família geralmente numerosa (entre 5 e 18 pessoas), moradores de zona rural e/ou pequena cidade¹⁵⁹, em muitos casos sem acesso à água encanada e luz elétrica, sem nenhum acesso ao serviço de saúde pública e principalmente de baixa autoestima.¹⁶⁰

De maneira geral, os alunos do Mobral viam a educação, ou melhor, a alfabetização como algo importante não apenas para sua vida e projetos pessoais, “eu quero ter uma carreira bonita, ser da marinha, por isso eu quero aprender mais,¹⁶¹” mas também agir como um fator positivo na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento do país como “uma nação brilhante no futuro, por que cada brasileiro está com o espírito de ajudar, avante Mobral avante Brasil, ninguém segura esse Brasil”.¹⁶²

Incorporado o discurso oficial do “Brasil Grande potência” e embalados pelos apelos midiáticos do governo Médici do início dos anos 1970, os próprios alunos do Mobral acabam tornando-se grandes captadores de outros alunos e reforçavam o argumento de que “para o Mobral não importa a idade, serve tanto para pessoas jovens como para pessoas velhas e graças ao esforço e boa vontade de todos aqueles que querem o desenvolvimento de nossa pátria. Vamos

¹⁵⁸ Encontrei nas cartas pontualmente casos que destoam dessas margens, por exemplo, alunos com 14 anos e também pessoas com 60 anos ou mais de idade.

¹⁵⁹ A prioridade do governo num primeiro momento era a alfabetização dos setores urbanos, entretanto, como na zona rural se concentrava (e se concentra) os maiores índices de analfabetos, essa população acaba ganhando mais volume e visibilidade entre as ações do Mobral.

¹⁶⁰ Sobre a baixa autoestima comum aos analfabetos, considero pertinente a visão apresentada por Galvão e Di Pierro, 2007, p. 15, quando afirmam que: “o analfabetismo não é percebido como expressão de processos de exclusão social ou como violação de direitos coletivos, e sim como uma experiência individual de desvio ou fracasso, que provoca repetidas situações de discriminação e humilhação, vividas com grande sofrimento e, por vezes, acompanhadas por sentimentos de culpa e vergonha.” Nesse sentido a carta vinda de Muriaé, MG, revela bem esse sentimento “vivi sempre abandonado fora da população. Peço a Deus que me perdoe se disse palavras erradas, pois a gente tem pouco valor sem o curso”. Autor não identificado. Cx. 126, n.º 211.

¹⁶¹ Carta de Antonio Luz, Teresina, PI. Cx. 126. n.º 5.

¹⁶² Carta de Orlando Macedo, Anápolis, GO. Cx. 126, n.º 94-95.

estudar e tocar o Brasil para frente”.¹⁶³ Esses sinais de convencimento social reforçavam o discurso em torno da legitimidade do movimento e de sua irrecusável proposta de levar o Brasil a ser o país do futuro, digna da adesão, do financiamento e do engajamento de toda a sociedade.

Emblemático, nesse sentido, considero a carta do aluno Dionísio da Silva que reconhece:

Tenho como aluno do Mobral a finalidade de lhe escrever esta cartinha agradecendo a mecêr objetivo que veio me oferecer fé amor e desenvolvimento no curso de alfabetização que em tão poucos meses aprendi a ler e escrever e contar, graças ao exmo Sr. Presidente da república Emilio Garrastazu Médici desejo progresso e desenvolvimento para convosco tenho 30 anos, sou casado tenho 3 filhinhos estou desempregado por fraqueza do município mais satisfeito porque sei ler graças ao curso Mobral.¹⁶⁴

Nem mesmo o desemprego e as dificuldades para a sobrevivência pareciam desacreditar o Mobral e o governo militar, pelo menos até a segunda metade da década de 1970, quando críticas ferrenhas aos insipientes resultados do programa *versus* o grande número de investimentos ganhariam a sociedade. Apesar disso, Dionísio da Silva lembra, na mesma carta, por mais duas vezes, que está desempregado e “deseja ver o progresso do Brasil”. Talvez pela fé de que esse “tal progresso” representasse uma melhoria real na sua condição de vida.

De modo geral, os alunos do Mobral compartilhavam dessa crença, sempre tocada nas cartas. Viam no programa a oportunidade para mudar a vida, aumento na autoestima (pelo fato de poderem livrar-se do constrangimento de “melar o dedo” na hora da identificação pessoal) além do cumprimento com suas responsabilidades cívicas, tão aclamadas durante a ditadura.

O sentimento de gratidão expresso na carta de Dionísio da Silva é um elemento constante em outras cartas também. Sempre em tom respeitador, o Mobral era bastante elogiado assim como seus diretores Mário Henrique Simonsen, Arlindo Lopes Correa, bem como os presidentes Médici e Geisel (no respectivo mandato), homens “de tão bom coração que nos deu o Mobral mesmo sem a gente merecer”, que fez “os brasileiros serem mais brasileiros”.¹⁶⁵

¹⁶³ Carta de Ana Maria Duarte, Canoas, RS. Cx. 126. n.º 136.

¹⁶⁴ Macau, RN. Cx. 126, n.º 23.

¹⁶⁵ Carta de Maria Alves da Silva, Engenho Beltrão, PR.

Os discursos dos alunos do Mobral mostram uma verdadeira consonância com o discurso oficial de que aquela era uma iniciativa única, inédita e que revelava uma profunda preocupação do governo militar com a soberania, o desenvolvimento, a ordem e o constante progresso do país:

Essa ideia foi criada pela inteligência fértil do nosso ilustre e querido presidente Emílio Garrastazu Médici. Foi ele o único presidente do Brasil a tomar essa nobre decisão. O Brasil será uma nação grande e forte com todos os brasileiros alfabetizados.

Quem sabe em um futuro próximo não teremos aqui uma escola técnica para nossos filhos, assim fica compensado nosso esforço. Queremos um Brasil sempre crescendo. Viva o nosso presidente Médici e o prefeito Moacir.¹⁶⁶

O horizonte de expectativa evidenciado no tom da despedida da carta aponta para o futuro, ou melhor, para a esperança de um futuro que seria grande e promissor. Um futuro que para se concretizar passava necessariamente pelo Mobral, pelas medidas muitas vezes rígidas do regime (como os Atos Institucionais, as cassações, torturas e exílios). Tudo para o bem do país, no presente e no futuro.

Nesse tenso universo político, o discurso oficial sobre o analfabeto é flutuante em dois aspectos: quando descrito historicamente até os anos 1970, o analfabeto aparece como uma vítima no processo histórico de exclusão agravado pela incompetência de projetos anteriores que seriam inconclusos, ineficientes e perigosamente subversivos. Quando os argumentos se voltam ao passado, esse é o tom empregado para estabelecer um comparativo com o Mobral que estaria comprometido com a sociedade em resolver o problema. Nesse sentido o problema do analfabetismo no Brasil estaria, a partir do Mobral, sendo resolvido. Em um segundo aspecto, o analfabeto diante da oferta do Mobral se tornaria o agente protagonista da própria mudança, e deveria buscar a superação pessoal, vencer suas limitações e se preparar para compor a força de trabalho que o modelo desenvolvimentista implantado pela ditadura exigia.

Entre essas vozes, busco uma terceira via, que, no meu entendimento, é composta pelo interesse de ambos (governo e mobralenses) em garantir que seus

¹⁶⁶ Carta de Fani dos Santos – MG. Cx. 126 n.º 295-296.

interesses pessoais e políticos fossem assegurados e de alguma forma supridos com esses acordos sociais.

Uma vez instituído o programa e dadas as “condições” para que as salas fossem instaladas, o governo pressionava a sociedade a conduzir todos os analfabetos aos postos fazendo-os ingressar no processo, afinal essa era uma “responsabilidade da nação”. Uma vez matriculados, o encargo passaria então para os alunos que seriam os únicos responsáveis pela sua permanência, rendimento e conclusão do curso. Para os mobralenses, suas necessidades educacionais de alguma forma supridas pelo Mobral serviam como espaço para se fazer ouvir em outras necessidades sociais e econômicas, e aí o discurso da vitimização os favorece.

É comum nas cartas, depois de algumas linhas elogiosas, que os pedidos fossem paulatinamente surgindo: “um emprego, um par de óculos, merenda, transporte escolar, médicos para cuidar da população da região”, entre outros. Nada tão inusitado quanto uma súplica de Minas Gerais:

Sr. Mário Henrique Simonsen, será que o senhor poderia conseguir entre seus amigos para me auxiliar a quantia de mil cruzeiros? Para controlar minha situação? O Sr. Anotará os nomes dos amigos e a quantia de cada um contribuir. Depois que controlar minha situação irei depositando no banco até completar. Só Deus sabe a minha situação. Sou arrimo de minha mãe que já está com 76 anos.¹⁶⁷

A carta da aluna Hormisda chama a atenção pela audácia em, conseguindo escrever uma carta, esta levaria um corajoso e talvez desesperado pedido “a quantia de mil cruzeiros [emprestado]” e pelo antecipado plano de pagamento que sugere. De fato, só a capacidade de ler e de escrever não era suficiente para saciar a fome da população analfabeta. Havia outras fomes que também se apresentavam do ponto de vista social, que agora viam no Mobral a chance de mostrá-las mesmo que depois tivessem de pagar por elas. O Mobral deu de alguma maneira visibilidade para essa massa de analfabetos que agora aproveitava os holofotes da história para solicitarem outros benefícios, nem sempre supridos.

¹⁶⁷ Aluna Hormisda Vieira de Paiva. Cx. 126, n.º 285.

Alfabetizar já era uma atividade complexa e onerosa demais. Diante de uma massa tão grande de analfabetos, onde buscar professores capacitados e suficientes para atender à tal demanda?

À medida que o número de matrículas ia subindo, crescia também a demanda por alfabetizadores. Sem uma tradição na formação de professores, o Mobral iria contar com a mão de obra mais elementar que dispunha: qualquer pessoa que saiba ler e escrever.

“As alunas estão aproveitando bastante as aulas, em sua grande maioria. Na realidade, por serem, a maior parte de indigentes, ou quase todas, nota-se uma pequena falta de vontade e entusiasmo por algumas, mas mesmo assim, estão aproveitando e usando do aprendizado para suas ocupações” Alfabetizadora Anita Vasconcelos Gomes, Castro – Paraná. s/ data. Cx. 122 nº 365.

3.3 Os alfabetizadores

Início a discussão sobre os alfabetizadores do Mobral com a carta de uma delas escrita em 1980:

Figura 22 – Carta III de alfabetizadora do Mobral

Sítio Pracinha 13-7-80
 É com muito prazer que escrevo.
 Estas linhas é deixo Ser atendida.
 e quero falar que recebi o Jornal mural
 e quero falar que a primeira classe.
 estar mais empenho tanto muito,
 do Mobral. Já fui aluna do
 Mobral! e hoje sou alfabetizadora
 na este muito contente por ser
 do Programa Domingo Mobral,
 tanto muito de ouvir, e deixo,
 mais orientação,
 Solicito ouvir ~~Al~~ com o Geraldo,
 Timoteo o Grito
 Am. Teliamente
 Maria da Penha Lima.
 Al.

Fonte: Arquivo histórico do Inep - Cx. 124, n.º 1022. Carta da Alfabetizadora Maria da Penha Lima, Sítio Pracinha, AL, 13/7/1980.

A carta de Maria da Penha, ex-aluna do Mobral e agora alfabetizadora, estava endereçada à redação do Programa Domingo Mobral.¹⁶⁸ Além de revelar sua preferência musical pelo cantor Agnaldo Timóteo, artista de grande popularidade na época, a carta traz indicativos do grau de instrução cultural de muitos dos alfabetizadores que atuaram no programa ao longo dos anos 1970 e 1980.

Com problemas de acentuação, erros ortográficos e possível embaraço com o uso da caneta,¹⁶⁹ a carta em questão evidencia que, para ser professora do Mobral não era necessário ter domínio da língua portuguesa, escrever ou mesmo falar corretamente. O Mobral Central não era exigente. Não era preciso ter nenhuma formação especializada, curso superior em licenciatura, nem mesmo o curso secundarista do magistério para se tornar alfabetizador.

Quais seriam, então, os critérios? Como um interessado poderia tornar-se um alfabetizador do Mobral? Que suporte e/ou treinamentos o Mobral oferecia aos seus professores na tentativa de unificar minimamente a formação dos analfabetos em todo o Brasil?

A escassez de recursos humanos especializados em educação de adultos foi, sem dúvida, um dos mais graves problemas que o Mobral teve de enfrentar logo no início. O desafio era formar o aluno e o professor em um momento considerado pelo regime militar “ideal para implantar toda a infra-estrutura [educacional] que permitisse traduzir em realidade a missão grandiosa e pioneira” que naquele momento histórico era posto em curso pelo advento da ditadura.¹⁷⁰ Mas não só isso. O Mobral também tinha de lidar, além do alto índice de analfabetismo, com a grande extensão territorial brasileira e sua diversidade

¹⁶⁸ Domingo Mobral foi um programa de rádio exibido em rede de 147 emissoras que cobriu boa parte do território nacional. Com 75 minutos de duração, continha seções de música popular e erudita, informações sobre ações do Mobral, entrevistas, informações culturais, crônica de escritores, além de um espaço para dialogar com o ouvinte, atendendo aos pedidos musicais e respondendo perguntas e pedidos enviados por cartas. Esteve no ar entre 1974 e 1977.

¹⁶⁹ Muitas cartas escritas para o Mobral pelos alfabetizadores são feitas a lápis. Algumas hipóteses poderiam explicar essa “preferência”. A mais provável é que o uso do lápis facilitaria possíveis correções ao fim do texto além de proporcionar maior domínio da escrita com o uso do grafite do que com a esferográfica, por provocar mais atrito com o papel. Lembro ainda que a deficiente formação de professores não é um aspecto isolado no programa do Mobral. Em muitos capítulos da história da educação no Brasil a deficitária formação dos professores persistiu (e persiste) seja pela falta de instituições ou mesmo de formadores qualificados.

¹⁷⁰ FONSECA, Maria Stella Vieira da; RAMOS, Odaléa Cleide Alves. A formação dos recursos humanos envolvidos na Ação do Mobral. In: CORRÊA, Arlindo Lopes. Educação de massa e ação comunitária. Rio de Janeiro: AGGS/MOBRAI, 1979. p. 371.

cultural, étnica, geográfica, agravada pela falta de um sistema de comunicação consistente que ligasse todo o país.¹⁷¹

Levando em conta todos esses fatores, a diretoria do Mobral opta pelo uso de sua estrutura nas esferas nacional, estaduais e municipais para operar seu esquema de treinamento por efeito multiplicador, ou seja, era preciso formar agentes pedagógicos, da esfera federal que formariam os estaduais e, por sua vez, os municipais chegando aos professores.

Para isso, desenvolveu-se um sistema próprio de formação de recursos humanos. O sistema de treinamento preencheria a lacuna de profissionais capacitados que, pela falta de formação acadêmica, não podiam ser considerados aptos para a execução de um programa de educação de adultos em larga escala.

No seu exclusivo sistema de formação e aperfeiçoamento, o Mobral elegeu agentes de coordenações estaduais que passaram a ser responsáveis pela coordenação, planejamento e acompanhamento dos programas nas unidades da Federação, acompanhando o processo de recrutamento de alfabetizadores em cada região.

A formação, capacitação e monitoramento dos alfabetizadores se davam em três etapas: curso de formação presencial, supervisão via correspondência e visitas de supervisão.

Curso de formação presencial – os supervisores estaduais e os municipais tinham a responsabilidade de fazer o treinamento da mão de obra que atuaria como alfabetizadora. Esses supervisores viajariam por todas as suas áreas de cobertura para a realização dos cursos presenciais, que previam a abordagem dos seguintes temas apresentados na tabela abaixo:

¹⁷¹ Ibid., p. 372.

Tabela 5 – Curso básico para alfabetizadores: temas abordados por encontro

I	A alfabetização em uma perspectiva de educação permanente.
II	As características do aluno adolescente e adulto.
III	A relação professor-aluno.
IV	Os princípios de aceleração e de funcionalidade que estão subjacentes à metodologia do programa.
V	A metodologia do programa de alfabetização funcional: cartaz gerador, palavras geradoras, técnicas de trabalho em grupo e de trabalho diversificado, a utilização do material didático ¹⁷² .
VI	Conteúdos gerais necessários ao desenvolvimento da metodologia: alimentação, trabalho, comunicação, cultura, higiene e saúde, transporte, habitação, entre outros.
VII	Avaliação do aluno, autoavaliação do alfabetizador.

Fonte: FONSECA, Maria Stella Vieira da; RAMOS, Odaléa Cleide Alves. A formação dos recursos humanos envolvidos na Ação do Mobral. In: CORRÊA, Arlindo Lopes. **Educação de massa e ação comunitária**. Rio de Janeiro: AGGS/MOBRAI, 1979. p. 371-384.

O treinamento durava uma semana e correspondia a 24 horas/aula de preparação. O principal recurso didático que utilizavam durante essas formações era o *Manual do professor*, livreto editado pelo Mobral Central em que continha todas as diretrizes para a aplicação da metodologia de ensino e instruções gerais aos professores.¹⁷³

¹⁷² Alguns aspectos do programa de formação do Mobral evidenciam a “influência” ou “apropriação” de práticas dos programas de educação popular que os antecederam. Um dos pontos de maior convergência está no item 5 que apresenta a metodologia a ser aplicada. É a mesma utilizada entre aqueles que utilizaram o “sistema Paulo Freire”. Ver: FREIRE, Paulo. Conscientização e alfabetização uma nova visão do processo. Revista Estudos Universitários. Serviço de Extensão Cultural, Universidade do Recife, 1963. Disponível em: acervo.paulofreire.org. Acesso em 19/07/2015.

¹⁷³ FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO, [197-].

Segundo esse manual: “A tarefa do alfabetizador no processo de ensino é bastante importante, mesmo que não seja profissional especializado. Não é necessário possuir um diploma de professor e nem prática anterior de alfabetização para levar adiante o trabalho.”¹⁷⁴ Bastava boa vontade, saber ler e escrever e entender que a responsabilidade pelo analfabetismo no Brasil era dividida com toda a sociedade. Compreender essa informação é fundamental para entender que papel o *Manual do Professor* tem na constituição do professor do programa, uma vez que esse era um dos seus principais suportes nas diretrizes pedagógicas.

O livro/manual para os professores obedece à seguinte estrutura: **Introdução; Instruções para o ensino da leitura e da escrita e Instruções para o ensino da matemática.** Na introdução, pude observar com mais veemência todas as normativas que regem o projeto de ensino. É nesse trecho de abertura que se apresentam a filosofia do Mobral, as técnicas de ensino, discussões quanto à postura do alfabetizador na condução do grupo, instruções como se deve ensinar, esclarecimentos quanto as fases da alfabetização, orientações para a utilização do livro de exercícios e como proceder nas avaliações.

No tópico “Conheça seus alunos”, primeiro capítulo na seção introdutória, o programa sugere um monitoramento dos alfabetizadores quanto à família e ao trabalho de cada aluno e lembra que “através dos debates que realiza em classe, de conversas com os alunos, de visitas às suas casas ou locais de trabalho, o professor irá conhecendo cada vez melhor a situação, a forma de vida e os problemas de seus alunos”,¹⁷⁵ práticas que serviram como instrumento de monitoramento da sociedade, aproveitadas pelo regime ditatorial.

Supervisão via correspondência – essa etapa se dava depois do início das aulas e previa uma correspondência sistemática durante cada edição do curso, entre os alfabetizadores e as respectivas coordenações e o Mobral Central. Por cartas/relatórios escritos mensalmente o professor deveria informar questões sobre o rendimento e a assiduidade dos seus alunos, comunicando eventuais problemas que encontrassem na sua prática de ensino. É com base nessa

¹⁷⁴ Ibid., p. 5.

¹⁷⁵ Ibid., p. 6.

correspondência que faço a análise do cotidiano do Mobral. As cartas em trânsito durante toda a década de 1970 e de 1980 revelam as principais dúvidas, carências e alcances dos pontos de alfabetização por todo o país. Por algumas dessas cartas, foi possível rastrear as respostas e encaminhamentos que eram dados pelo Mobral Central que, em suas devolutivas, orientava a prática pedagógica.¹⁷⁶

Concluído o curso de formação, os alfabetizadores recebiam o material básico¹⁷⁷ para início dos seus trabalhos, ganhando um salário que variava conforme o número de alunos que conseguisse angariar. Esses alfabetizadores não tinham outros direitos trabalhistas como 13.º salário, férias, carteira assinada. O trabalho se dava sem nenhum vínculo trabalhista legal.¹⁷⁸

Visitas de supervisão – ainda durante o curso, os professores recebiam o “treinamento em serviço” que eram visitas dos supervisores e membros da Comissão Municipal que acompanhavam o desempenho de cada alfabetizador em sala de aula, checando se as orientações passadas eram seguidas. De acordo com o ex-supervisor da área de Ipojuca, PE, Josias Cavalcanti:

era comum o nervosismo de alguns professores quando a gente chegava assim de surpresa. A gente se preocupava em checar a frequência dos alunos e se o alfabetizador estava cumprindo seu papel, se estava se enrolando em alguma coisa. A gente ficava até a aula terminar e depois dava algumas orientações no final se a coisa não estivesse muito boa.¹⁷⁹

¹⁷⁶ O volume de cartas recebidas *versus* o número de devolutivas sugere que nem todas tiveram um retorno. Das mais de 4.000 cartas localizadas e investigadas durante a pesquisa, apenas 7% trazem no seu arquivamento uma cópia da carta resposta.

¹⁷⁷ Esse material era composto pelo manual do alfabetizador que trazia as instruções para o ensino da leitura e da escrita e para o ensino da matemática, além de 27 pequenos cartazes contendo as palavras geradoras que compunham o curso básico: tijolo, comida, remédio, sapato, barriga, fossa, cachaça, futebol, circo, máquina, dinheiro, viagem, professora, enxada, hospital, limpeza, foguete, plástico, união, trabalho, escola, saúde, diversão, anúncios, bilhete, a carta, o cheque.

¹⁷⁸ O ganho era calculado pela permanência de cada aluno por mês de aula. O salário médio dos professores para um grupo de 20 alunos era de Cr\$ 96,00 por mês, o que equivale hoje a R\$ 75,13. Para se ter uma ideia do poder de compra do período, o salário mínimo da época, em média, era de Cr\$ 225,60. Foram feitas aqui as conversões com atualização monetária pelo INPC-IBGE para os respectivos anos, que se baseia no desconto da inflação de cada período de modo que temos a conversão de moeda e a comparação dos valores pelo poder de compra da população.

¹⁷⁹ Informações prestadas em entrevista para esta pesquisa em Ipojuca-PE, 22 de outubro de 2013.

As visitas eram esporádicas, não comunicadas, nem sempre durante o período de aulas. Na edição de n.º 34, ano 2, do Jornal Integração, publicado no dia 30 de setembro de 1972, é possível observar de que maneira se fazia essa supervisão: “Hoje veio uma pessoa a Ubatuba visitar a escola. Reuni os alunos que pude porque eles não podiam esperar pela aula noturna. Teve gente que trouxe até criança. Seu João escreveu tijolo e eu chorei. Consegui finalmente ensiná-lo.”

A reportagem em questão indica como seriam as visitas de supervisão, mas também reforça uma prática comum nas coberturas jornalísticas sobre o movimento: o discurso emotivo, sacrificial e eficaz dos alfabetizadores. Nesse caso a coluna ainda destaca o empenho feito pela professora que “para chegar até a escola em que ensina faz um percurso de 10 quilômetros de barco”. Da praia até o posto de alfabetização, ela tem ainda uma boa caminhada. Vem de short porque “às vezes tem que atravessar um trecho de rio com a água pela cintura”. E fecha o texto afirmando que “esse grande esforço Terezinha faz todos os dias, afinal Mobral é obra de amor, de carinho, de promoção humana”.

Essas histórias multiplicadas a cada edição do jornal deveriam servir de inspiração a todos os alfabetizadores do programa e de exemplo no que tange à superação dos desafios para o alcance de um objetivo maior: extinguir o analfabetismo no Brasil. Talvez essa tenha sido a principal marca dessas edições, que, além de produzir esse sentimento heroico entre os alfabetizadores, orientava a ação deles.

Diante da oferta de formação composta pelo curso presencial, a supervisão por correspondência e as visitas *in loco*, o Mobral acreditava estar formando a mão de obra adequada para a erradicação do analfabetismo no Brasil e garantia:

Considerando que estas pessoas [alfabetizadores], em sua expressiva maioria, não tinham em vista, finalmente, a oportunidade constante de encontros, orientações e reciclagens periódicas, pode-se afirmar, sem receio de ufanismo, que o MOBREAL tem representado a primeira grande agência de formação de educadores de adultos.¹⁸⁰

¹⁸⁰ FONSECA; RAMOS, 1979, p. 378.

Apesar de o discurso oficial ser de eficiência pulsante, as cartas escritas pelos alfabetizadores trazem muitas queixas e pedidos que expressam suas insatisfações, principalmente em relação aos baixos salários que recebiam, comprometendo muitas vezes a sobrevivência desses trabalhadores. Eles se queixavam de que o valor pago não era compensatório. O pedido para aumento das horas/aula era frequente nas cartas. Diante dessa dura realidade, a alfabetizadora Maria Salete Matos Oliveira ameaça: “Olha, eu vou deixar de ensinar o Mobral porque um alfabetizador não ganha quase nada. Cr\$ 96,00 não paga nem os três ou seis quilômetros que se caminha à noite quanto mais para dar a aula.”¹⁸¹ Apesar da queixa e seu pleito legítimo, a resposta obtida não foi animadora:

Esperamos poder contar sempre com seu entusiasmo, na tarefa de alfabetizar. Quanto à gratificação aos alfabetizadores, queremos esclarecer que trata-se de uma quantia simbólica, para o alfabetizador, que exerce um trabalho voluntário. O Mobral é uma entidade educacional de massa, que reúne milhares de alfabetizadores em todo o Brasil. Em 1981, a gratificação foi aumentada, de acordo, com as possibilidades da instituição.¹⁸²

O sistema de treinamento montado tinha sua eficiência e alcance, mas estava longe de ser a estratégia mais eficaz para se atingir a meta estabelecida pelo Mobral na erradicação do analfabetismo. Entendendo a urgência na formação de um número maior de alfabetizadores, o Mobral implanta o novo projeto para formação de professores pelo do rádio.

A mudança na metodologia da formação da equipe realizou-se depois de dois anos pela necessidade de acelerar o processo de alfabetização a fim de garantir o cumprimento da meta da erradicação do analfabetismo no Brasil em 1980. Escolheu-se, então, como meio de treinamento, o rádio que, seria capaz de propiciar a preparação de mais de 100 mil alfabetizadores até fins de agosto de 1972, contingente necessário para a tarefa em curso.

Segundo dados do movimento, a adesão dos polos pela formação via rádio foi rápida. Os municípios mostraram-se receptivos afinal:

¹⁸¹ Serra Redonda, Ribeirópolis, SE. Carta de 22/10/1980. Cx. 124, n.º 1.018.

¹⁸² Carta-resposta datada de 18/3/1981. O texto é assinado pela Gerente Pedagógica Adélia Maria Nehme.

O projeto, pelo simples fato de ter sido deflagrado, mostrou a imensa capacidade administrativa e mobilizadora do sistema Mobral. Rapidamente, usando rádio e salas cedidas pela comunidade, o Mobral montou 4 mil rádio postos, fato esse jamais conseguido anteriormente no Brasil.¹⁸³

Preparando-se para atender a mais de 2 milhões de novos alunos em seus cursos de alfabetização, o Mobral necessitaria contar, até o segundo semestre de 1972, com recursos humanos no nível das exigências quantitativas e qualitativas requeridas pelo seu trabalho. Em termos numéricos, esse acréscimo de alunos, no segundo semestre, demandaria o engajamento de aproximadamente 108 mil alfabetizadores. Por certo que o modelo anteriormente utilizado – treinamento direto, baseado no efeito multiplicador – não atenderia às novas metas estabelecidas.

Nesse sentido, o rádio também seria eficaz pela vantagem de levar o treinamento a todos os alfabetizadores, em vários pontos do país ao mesmo tempo e com um conteúdo básico “garantido”. O programa radiofônico, no entanto, não inclui inovações quanto ao conteúdo dos cursos. O conteúdo anteriormente definido, utilizado nos treinamentos diretos, apenas recebeu um tratamento adequado ao uso do rádio. Assim, estabeleceu-se um esquema básico de treinamento, cobrindo as três etapas a seguir:

Tabela 6: Etapas para treinamento de alfabetizadores¹⁸⁴

1.^a etapa

Participantes	58 supervisores
Local	Rio de Janeiro
Data	3-4/7/1972
Transmissão	Direta (utilizando aulas gravadas)
Responsabilidade docente	Técnicos do Mobral Central

¹⁸³ FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO. *Projeto de treinamento para alfabetizador no rádio*. Rio de Janeiro: Mobral, 1974. p. 3.

¹⁸⁴ Fonte: Brasil, FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO. *Projeto de treinamento de alfabetizadores pelo rádio*, Rio de Janeiro, 1974. p 7 -14.

2.^a etapa

Participantes	5.802 monitores
Local	Capitais e/ou municípios-polo
Data	10-29/7/1972
Transmissão	Direta (utilizando aulas gravadas)
Responsabilidade docente	Supervisores

3.^a etapa

Participantes	108.161 alfabetizadores
Local	Municípios
Data	31/7-12/8/1972
Transmissão	Direta (utilizando aulas gravadas)
Responsabilidade docente	Técnicos do Mobral Central

A estrutura necessária para a realização dos cursos (salas, mesas, cadeiras, rádio, etc.) deveria ser organizada pelas Comissões Municipais sob a orientação das coordenações estaduais e do Mobral Central. O curso radiofônico foi estruturado para ser ministrado em 12 aulas, inclusive aos sábados, com transmissão diária de trinta minutos das 17h às 17h30, de segunda a sexta, e aos sábados às 13h.

Cada aula contava com o período de transmissão radiofônica e mais sessenta minutos do monitor com a turma composta em média por 20 pessoas. Segundo dados do Mobral, diziam ser imprescindível o acompanhamento do monitor para ajudar na aula 86% dos alfabetizadores. Nessa mesma pesquisa 12% deixaram de opinar e apenas 2% informaram ser dispensável a figura do monitor.

As aulas radiofônicas estavam assim planejadas e distribuídas:

Tabela 7: Planejamento das aulas radiofônicas

1. ^a aula	Alfabetização funcional
2. ^a aula	O papel do professor e o aluno
3. ^a aula	Motivação

4. ^a aula	Métodos e técnicas de trabalho
5. ^a aula	Métodos e técnicas de trabalho
6. ^a aula	Avaliação
7. ^a aula	Mecânica de alfabetização funcional
8. ^a aula	A palavra geradora/o estudo dos fonemas
9. ^a aula	A leitura e a escrita
10. ^a aula	Matemática moderna
11. ^a aula	Matemática moderna
12. ^a aula	Matemática moderna

Esses desafios de ordem estrutural radiofônica recaíam sobre o Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE) ligada ao Ministério da Educação e Cultura que utilizava a cadeia nacional para suas transmissões. A SRE também era responsável pela gravação das aulas que eram transmitidas.

Pressionados pelos altos índices de analfabetismo no país, o Mobral viu seu projeto de erradicação do analfabetismo em dez anos ameaçado; por isso, apostaram no rádio como uma forma de acelerar os resultados e perseguir as metas. Além disso, outra vantagem do rádio, segundo o Mobral Central, estava em evitar o processo de formação por “multiplicadores” o que fatalmente gerava interpretações destoantes do que se ensinar e como se ensinar. Pelo rádio a formação era direta: do Mobral Central para os alfabetizadores em todo o Brasil.

O esquema de aulas proposto acelerava o que os alfabetizadores deveriam aprender para então ensinar. O tempo mais curto era visto por alguns como um fator desafiador, no entanto, além dessa abreviação para uma “formação dinâmica”, outros problemas surgiam no desafio de formar professores para o projeto do Mobral dentre os quais destacam-se: ruídos emitidos pelo rádio na hora em que a aula estava sendo transmitida, dificuldades dos alfabetizadores com a dicção e/ou ritmo acelerado das transmissões, cansaço dos alfabetizadores em razão da extensão da transmissão dificultando a fixação dos conteúdos das aulas, dificuldades na compreensão da linguagem usada nas transmissões, dificuldades do uso do rádio como elemento material, ocasionando incertezas quanto à boa sintonização, acrescida da precariedade do alcance radiofônico a muitos municípios.

3.4 A ditadura e o controle pedagógico

No último capítulo do livro *Futuro passado*, o historiador alemão Reinhart Koselleck discute duas categorias históricas úteis e necessárias para se pensar o tempo histórico – *Espaço de experiência* e *Horizonte de expectativa*. A pertinência em se considerar esses vetores, de acordo com o autor, estaria no possível entrelaçamento existente entre passado e futuro para se estudar eventos históricos e suas “ações concretas no movimento social e político”.¹⁸⁵

Pelo que sugere Kosellek, entendo por espaço de experiência o passado tornado atual, na perspectiva de que, no presente, convivem simultaneamente diversos tempos anteriores preservados na memória que são muitas vezes incorporados ao cotidiano. Já o horizonte de expectativa, seria tudo aquilo que no presente se projeta para o futuro. São cálculos, esperanças e angústias lançadas para o que ainda não foi vivido, para as experiências que ainda não podem ser observadas, mas podem curiosamente servir de prognósticos.

O presente histórico, dentro dessa compreensão, seria fruto da constante tensão entre experiências (passado) e expectativas (futuro); tensão essa que pode ser analisada por meio da relação histórica, entre esses extremos, e suas fluidas manifestações no agora, complexificadas pelos eventos do acaso.

Trago esses elementos para pensar as experiências e possíveis expectativas materializadas – por alunos, professores, diretores, governo e todos aqueles que compuseram o universo do Mobral – de alguma maneira nas cartas e jornais entre os anos 1970 e 1980. O conjunto de práticas desses sujeitos naquele momento moveu peças importantes no jogo do posicionamento histórico, promovendo simpatia e adesão à proposta que se apresentava, gerando o fortalecimento de argumentos pró-legitimidade alçada pelo governo militar em torno dos seus projetos educacionais, políticos e ideológicos.

Observo nos escritos epistolares dos alunos (e também dos professores) uma grande preocupação em superar o passado e o presente (até então) iletrado, difícil e hostil que enxerga na alfabetização parte da fórmula para a construção de outro presente e um futuro; por isso, afirmam com tanta veemência que estão “contribuindo para o crescimento do Brasil” afinal estariam “tirando nossa

¹⁸⁵ KOSELLECK, 2006, p. 308.

cidade/país da escuridão da ignorância”. Segundo eles, o prestígio social do seu trabalho era grande, pois o sujeito alfabetizado se tornaria uma “criatura útil a família, a sociedade e a nação” e não a “vergonha para sua gente”.¹⁸⁶

O otimismo em torno das novas competências fazia altas apostas na melhoria das condições de vida no presente e em um futuro próximo, tanto no plano pessoal quanto no nacional, mas principalmente na possibilidade de pertencimento imediato a um grupo de cidadãos “legítimos”, que poderiam participar das eleições. Por mais que o processo eleitoral dentro dos anos da ditadura fosse algo incipiente e esgarçado pelas constantes suspensões promovidas pelos Atos Institucionais e pelas condições políticas do momento, a prática do voto traduzia-se em um forte elemento de autoestima e de participação ativa na vida social e política, desejado pelos alunos do Mobral e sempre pontuado nas cartas.

Do ponto de vista governista, o horizonte de expectativa talvez estivesse particularmente imbricado com aquele passado recente, agravado pela tensão típica do momento provocado pelo combate ao comunismo. É perceptível nos documentos que havia uma peculiar preocupação com os sujeitos recém-alfabetizados, pois eles se constituíam em eleitores e por isso o assédio sobre eles seria maior. Durante o curso de alfabetização, os alunos recebiam orientações para se alistarem ao movimento revolucionário instaurado em 1964 e fazer valer o seu voto, em uma expressão clara de direcionamento para apoio ao regime que instituiu o Mobral.

Cientes desse potencial eleitoreiro e de fins propagandistas, o governo militar se preocupa com possíveis desvios dessas orientações e alerta:

Anteriormente à revolução de 64, houve um movimento regional de alfabetização, no Nordeste [...]. Logo após o término dos cursos, os comunistas distribuíram entre os recém-alfabetizados, literatura ideológica de fácil leitura, com o objetivo de comunizá-los. É possível que as esquerdas procurem infiltrar-se no próprio Mobral, isto é, entre os elementos executores do plano de alfabetização, como, também que, aproveitem os recém-alfabetizados, principalmente nas regiões rurais, onde existe dificuldade de obtenção de material de leitura.¹⁸⁷

¹⁸⁶ Fragmento da carta da aluna Noêmia Nunes dos Santos – RS – 12/1/1973 Cx. 126. n.º 227-228.

¹⁸⁷ Presidência da República. Serviço Nacional de Informação. Documento n.º 1.038, de 10 de outubro de 1972. Fonte: Arquivo Dops-PE. Pasta: Mobral.

O espaço de experiência aqui evoca os anos pré-golpe, em que o Brasil (pelo discurso oficial) se aproximara de práticas comunistas pelo governo de João Goulart, o que teria provocado uma reação disciplinar por parte dos militares no sentido de “salvar a nação”. Com essa preocupação, o Serviço Nacional de Informação (SNI) mantém-se atento às ações educativas realizadas, bem como se utiliza delas para a construção de um discurso de legitimidade.

Todos os professores e alunos precisavam ser observados, e mediante qualquer suspeita, os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) eram instaurados. Não se poderia correr o risco de ter a estrutura do Mobral corrompida pelos efeitos subversivos que o antecederam. A forma segura encontrada pelos militares para isso era manter aceso o entusiasmo pelo Mobral, pelo governo e por suas ações que “fortaleceriam o país”. Isso explica o pesado investimento do Mobral em ações que promovessem o reconhecimento social sobre o que era realizado.

Além da maciça presença nos meios de comunicação como jornais, revistas, rádio e televisão, uma das estratégias largamente utilizadas para isso eram os concursos de desenhos, poesias e músicas promovidos com regularidade pelo Mobral Central, que movimentavam alunos, alfabetizadores e a imprensa, colocando na vitrine os feitos do Mobral sempre na perspectiva do convencimento social.

Essa preocupação fundamentava-se em garantir adesão de novos alunos, mas principalmente mobilizar setores da sociedade ao financiamento, à legitimação do movimento e às benfeitorias do governo militar. Cabia ao Mobral mover as emoções, os sentimentos e arrastar mais adeptos não apenas para seus programas de educação e cultura, mas principalmente para engrossar as fileiras de apoio social ao regime em um momento em que recrudescia a repressão. Datas como o 7 de Setembro, o 15 de Novembro e o 21 de Abril serviam de tema que inspiravam os concursos estimulando as produções, sempre exaltando os símbolos nacionais e promovendo o tom cívico. Atendendo a esse estímulo, o aluno Pedro Henrique Rosas, lavrador de 62 anos, versa:

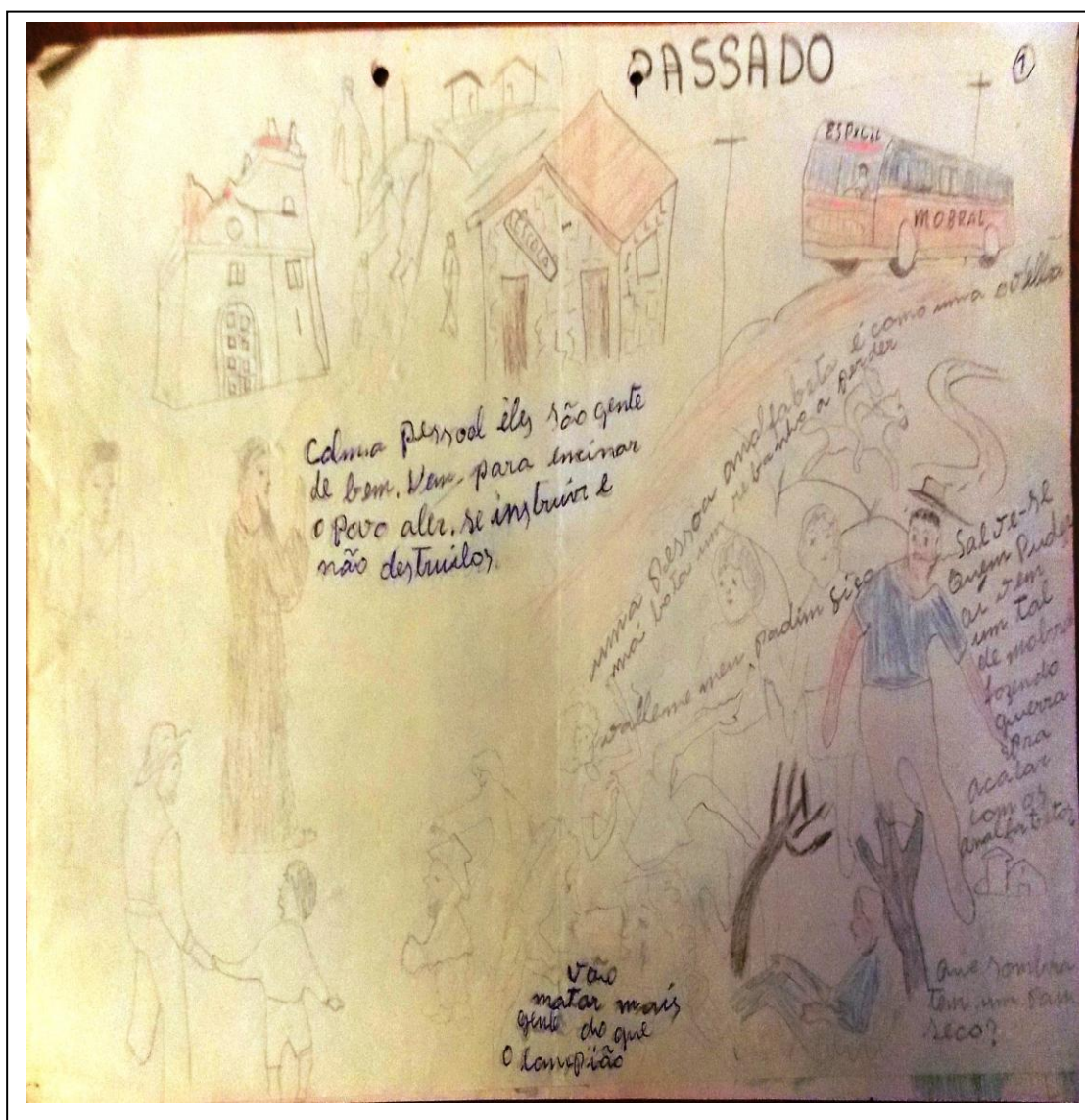
Movimento brasileiro de alfabetização
Ele é meu companheiro e a minha salvação
Agora eu posso dizer que tenho felicidade
Aprendi a ler e a escrever apesar da minha idade

Eu pensava que o abc era mesmo um caso sério
O Mobral me provou o contrário, pois não há nenhum mistério.

Ao nosso bom presidente agradeço de coração
Por dar esse grande presente para nós e nação.¹⁸⁸

Entre as centenas de desenhos produzidos e enviados ao Mobral Central disputando prêmios¹⁸⁹ nos referidos concursos, destaco a dupla produção da cearense Ieda Mendes de Araújo, que mistura temporalidades diversas ao tentar expor seus sentimentos de gratidão pelo Mobral e esperança na melhoria de vida:

Figura 23– Concurso de desenho do Mobral I

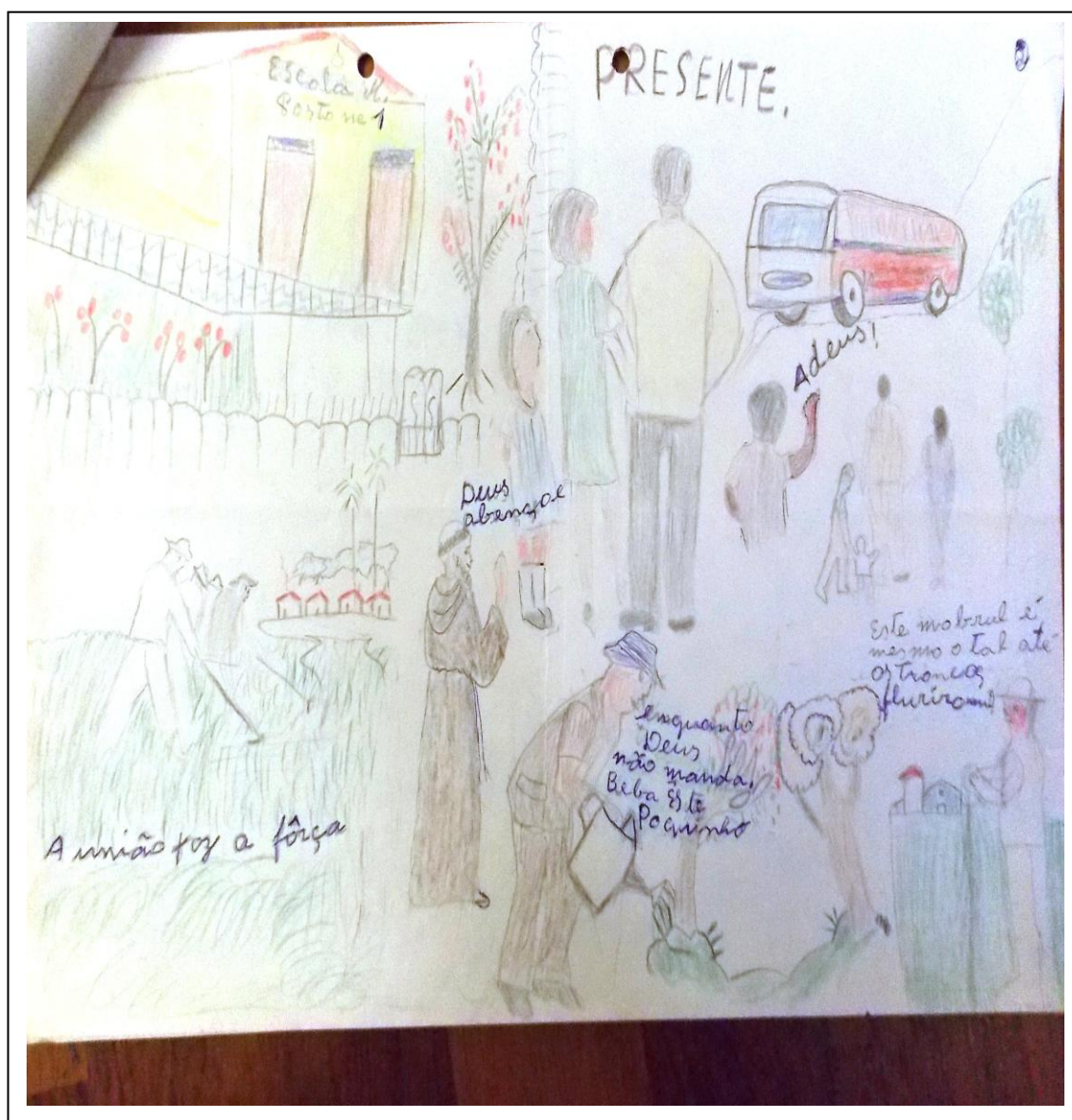


Fonte: Aluna do Posto 244. Cx. 124 n.º 896/897/898

¹⁸⁸ Santa Rita do Sapucaí, 14 de julho de 1972.

¹⁸⁹ Para os concursos entre alunos, os prêmios eram coleções de livros e a publicação de sua poesia, desenho ou composição nos jornais do Mobral.

Figura 24 – Concurso de desenho do Mobral II



Fonte: Aluna do Posto 244. Cx. 124 n.º 896/897/898

A intenção da aluna Ieda foi traçar um comparativo de como era a vida (ou sua visão sobre ela) antes e depois do Mobral ter chegado à sua comunidade. De forma curiosa, o desenho I revela toda a desconfiança e até mesmo temor entre os analfabetos do que seria o Mobral e seus reais interesses. Afinal, eles iriam “fazer uma guerra para acabar com os analfabetos”. A tensão sofrida diante desse desconhecido associava-se ao passado assolado pelo cangaço, fenômeno presente no imaginário nordestino e expresso na frase “vão matar mais gente que Lampião”. O personagem religioso que aparece no meio do desenho tenta

acalmar os ânimos: “Calma pessoal, eles são gente do bem, vão ensinar o povo a ler, se instruir e não destruí-los”. Enquanto um ônibus se aproxima trazendo o Mobral, as pessoas se desesperam, acreditando que algo ruim pudesse lhes acontecer, agravando o cenário de pobreza e seca, presente no desenho e representado nos galhos de árvores sem folhas e no desejo por sombra e água.

O segundo desenho aponta para a perspectiva presente e futura. A escola aparece estruturada, o cenário é mais verde e fértil. O Mobral representaria nesse segundo momento vida em muitos sentidos pois, “até os troncos secos fluriram”.

Esperava-se que essas expressões de gratidão e reconhecimento “espontâneas” por parte dos mobralenses provocassem na opinião pública um impacto positivo no sentido de fortalecer o apoio dado ao movimento.

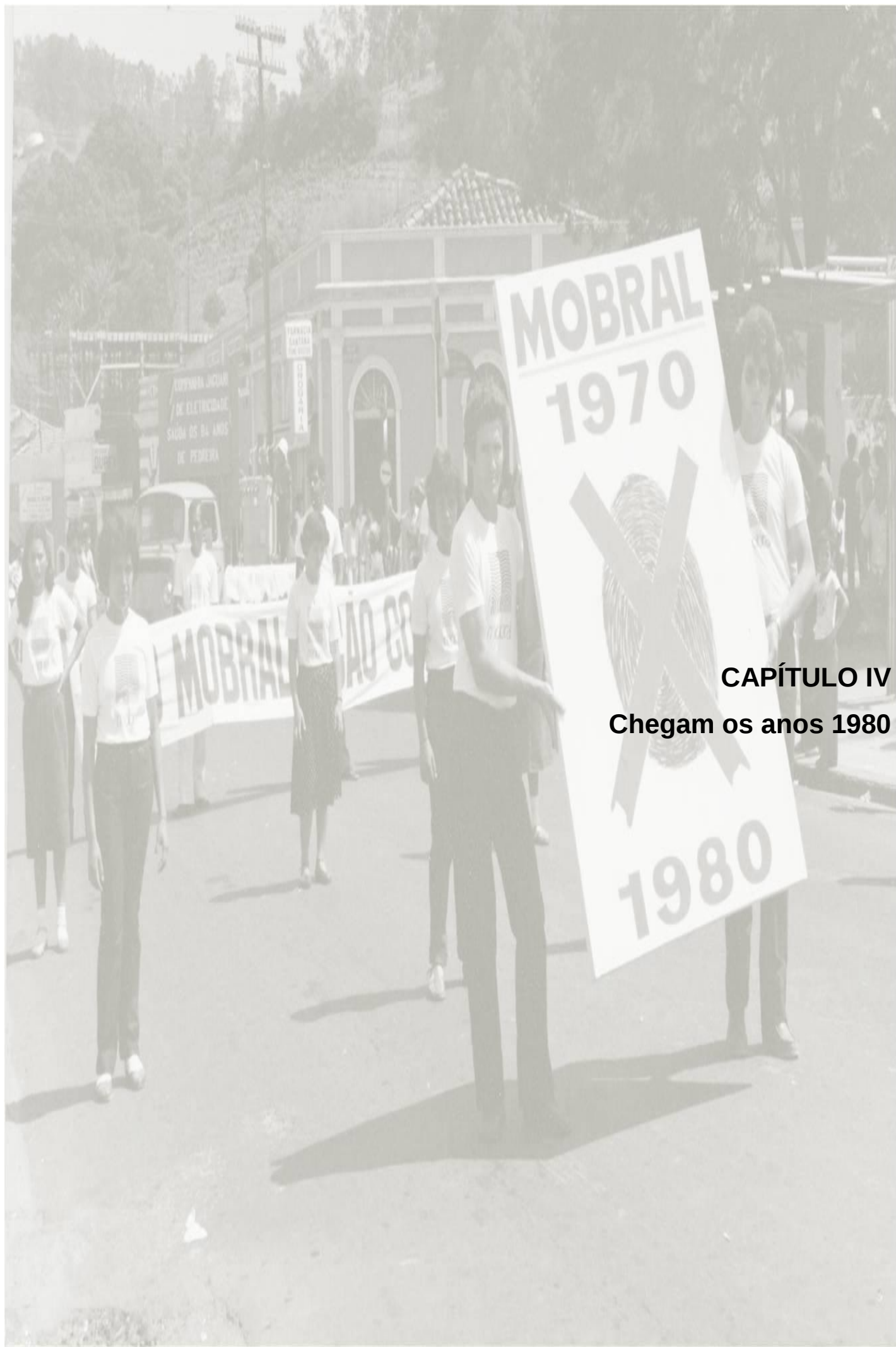
Acredito no sucesso da estratégia reforçada pela mobilização de outros setores da sociedade, como os jornalistas profissionais. Em 1971, por exemplo, o governo instituiu um prêmio para esses profissionais que fizessem a melhor reportagem sobre o tema “Luta Comunitária contra o Analfabetismo” e destaca seus interesses:

Com o objetivo de incentivar e recompensar o esforço pela erradicação do analfabetismo, o Mobral instituiu um prêmio nacional de jornalismo, assim distribuído: 1. Melhor reportagem, ilustrada ou não; 2. Melhor reportagem de televisão; 3. Melhor fotografia de profissional; 4. Melhor fotografia de amador e melhor trabalho sobre o tema.¹⁹⁰

Encontrei em 22 periódicos do período o mesmo edital, em uma convocação nacional, à participação do evento. A partir daí, temos uma “enxurrada” de reportagens circulando de norte a sul do Brasil sobre o Mobral e seus feitos. Todos interessados nos prêmios que variavam entre “Cr\$ 1 mil até Cr\$ 5 mil” cruzeiros.

Essas estratégias aplicadas pelo regime militar, ou mais especificamente, pela diretoria do Mobral, tinham claros interesses e eles passavam pelo apagamento e desqualificação daquilo que o passado tinha feito sobre a educação popular de jovens e adultos e a garantia de fidelidade e apoio tanto ao regime quanto ao movimento educacional posto em curso.

¹⁹⁰ Diário de Natal, 18/7/1971.



CAPÍTULO IV
Chegam os anos 1980

CAPÍTULO 4

CHEGAM OS ANOS 1980

Nos primeiros anos, sob o peso do fracasso de dezenas de experiências anteriores de alfabetização, o Mobral viveu tranquilo. Mas evidenciado o sucesso, a crítica surgiu com ares avassaladores, pois não se faz nada bem, impunemente, pois lá está a incompetência a combater o herói, o ídolo, aquele que se destaca¹⁹¹.

4.1 “Mobral is on its way”¹⁹²,”

A Conferência Internacional de Educação de Adultos – A CONFITEA – teve sua terceira edição na cidade de Tóquio, em julho de 1972. Esse é um fórum importante promovido pela UNESCO, onde líderes mundiais debatem grandes diretrizes e políticas globais da educação de adultos evitando assim que este assunto fuja das agendas dos países em desenvolvimento¹⁹³.

A delegação brasileira chefiada pelo então ministro da educação o coronel Jarbas Passarinho, levava na bagagem o Projeto Minerva, o MEB e o mais novo empreendimento do governo brasileiro no campo educacional para jovens e adultos, o Mobral. A participação do Brasil neste evento se fazia imprescindível por duas razões: a primeira educacional e a segunda política. Na primeira estava em jogo a visibilidade de um projeto que prometia ser “o remédio contra a praga do analfabetismo”. Sob a segunda repousava a expectativa dos militares em se mostrarem engajados com as questões educacionais e sociais do seu tempo e inteiramente comprometidos com o desenvolvimento pleno da “cidadania e democracia brasileira”. Para ambas as questões o Mobral se apresentava como um poderoso instrumento de convencimento tanto nacional quanto internacional.

¹⁹¹ Correa, Arlindo Lopes. Educação de Massa e ação comunitária. AGSS, 1979, p. 11.

¹⁹² O Mobral está a caminho. Tradução livre.

¹⁹³ Ao longo dos últimos 60 anos a UNESCO promoveu seis conferências mundiais. A última realizou-se no Brasil no ano de 2009. Para ver um histórico das conferências e seus principais encaminhamentos, declarações e relatórios, sugiro: Educação de adultos em retrospectiva: 60 anos de CONFITEA / organizado por Timothy Denis Ireland e Carlos Humberto Spezia. – Brasília: UNESCO, MEC, 2012.

Atendendo a esses interesses a III CONFITEA serviria como uma grande vitrine que poderia ao mesmo tempo, apresentar ao mundo “os números expressivos de alfabetizados” pela metodologia do Mobral, feito inédito na história da educação de jovens e adultos no mundo, e também arrefecer as críticas e as marcas da ilegalidade sob as quais o golpe de 1964 se deu, principalmente depois do AI-5 e do crescimento contínuo das denúncias de tortura nos discursos dos exilados que, de fora pra dentro, buscavam fazer pressão contra o regime.

Nesse duplo jogo de interesses o Mobral é vitorioso e “is on the way” da sua legitimidade. Saiu do Japão com uma menção honrosa pelo Prêmio Reza Pahlevi, sob os aplausos esperançosos da comunidade internacional que confiou no discurso de que o Brasil teria “encontrado a fórmula para o combate ao analfabetismo e o faria até 1980” e com a promessa de que uma equipe da UNESCO faria uma visita ao país para acompanhar e avaliar os trabalhos do Mobral. Essa “inspeção” acrescentaria credibilidade ao programa que, tão boa impressão causou entre os participantes do evento tanto, pelo número de certificados emitidos em tempo recorde, quanto pelo baixo custo do programa por aluno¹⁹⁴.

O Mobral já era notícia no mundo antes mesmo da III CONFITEA. A revista *Brazilian Business*¹⁹⁵ publica em outubro de 1971 uma longa reportagem com imagens e depoimentos de autoridades ligadas ao Mobral, para noticiar e celebrar o aniversário de um ano do movimento. Nessa matéria o Mobral é apresentado como um programa “miraculoso” e cita a frase do presidente Médici que virou chavão na mídia nacional e internacional: “*the Mobral is the most significant endeavor of my government*”¹⁹⁶.

A matéria aponta ainda o analfabetismo como um dos problemas mais graves do Brasil e da América Latina e apresenta o Mobral como uma corajosa iniciativa para o enfrentamento deste problema. Produto que poderia, inclusive, ser importado por outros países.

¹⁹⁴ O programa da UNESCO mais barato custa em média US\$ 25,00 dólares por aluno e o Mobral apenas US\$ 5,25 dólares.

¹⁹⁵ A revista *Brazilian Business* é um periódico institucional da Câmara de Comércio dos Estados Unidos, órgão ligado ao departamento do Estado Americano. De circulação nacional e internacional com o foco no público empresarial, investidores, políticos e autoridades públicas a revista surgiu em 1921 e ficou com esse nome até 1984. Em 2008 passou a se chamar *Amcham News*.

¹⁹⁶ “o Mobral é o esforço mais significativo do meu governo”. Tradução livre.

Explicando ao seu leitor todo o processo de concepção e formação do Mobral, a reportagem assinada pela correspondente Yvonne Thaier, historiciza os empreendimentos já lançados no Brasil que “tentavam sem sucesso, acabar com o analfabetismo”. Curiosamente a matéria destaca 1947, 1949, 1958 e 1963 como anos em que campanhas nacionais pró-educação foram desenvolvidas, porém, mostrando que estas não deram conta de resolver o problema do analfabetismo. A matéria afirma que o fracasso destas iniciativas se deu pelo fato de as mesmas “does not have its own financial resources, they were not enough human and technical resources, teachers used disoriented and suffered from high dropout¹⁹⁷”.

Analisando especificamente o movimento de educação popular de 1963, ou seja, os empreendimentos do MCP, CPC e outros de influência freiriana, a matéria destaca que “had a centralized authority that jams in despair in a complete disconnect between the state and municipalities¹⁹⁸”.

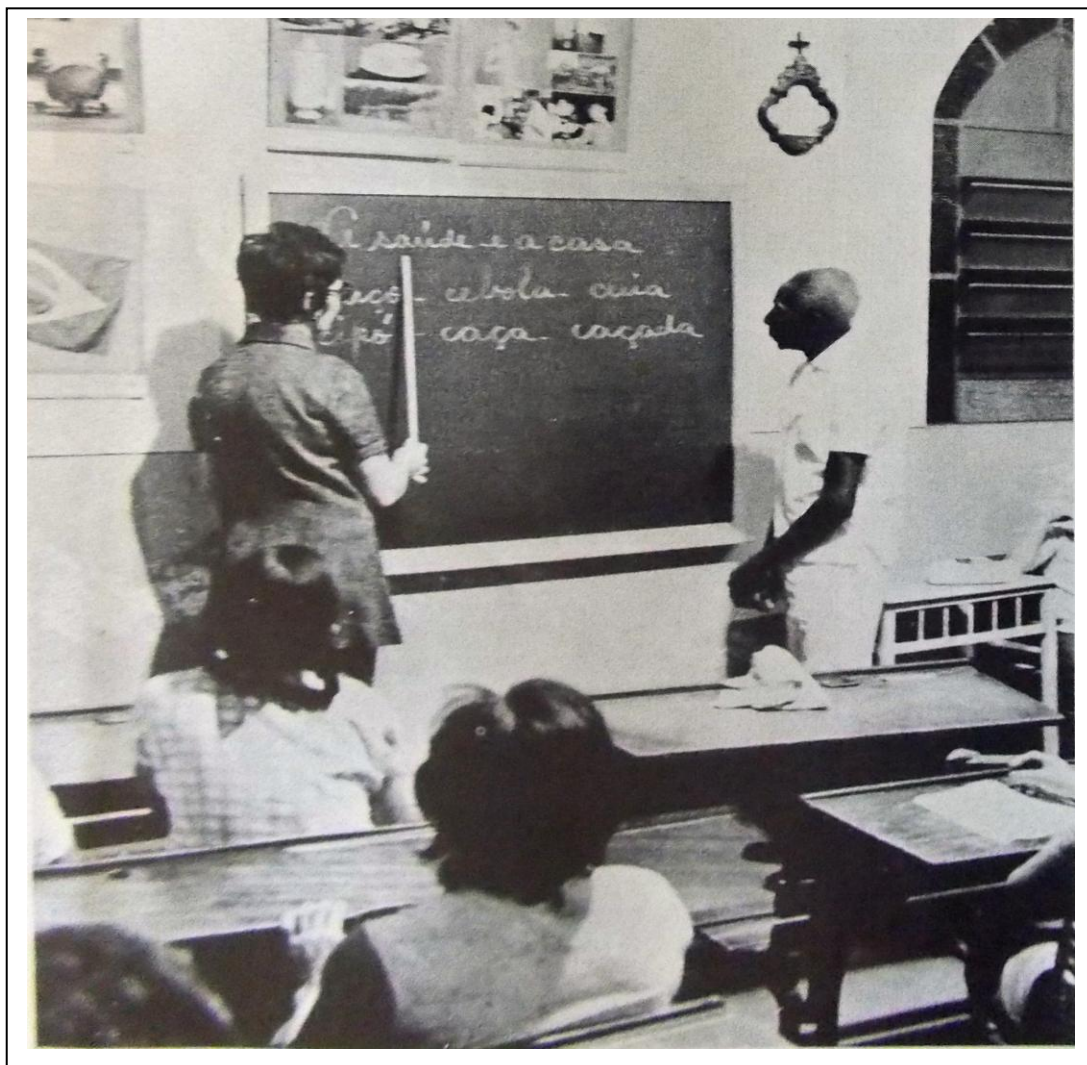
Não há dúvidas aqui de que a acusação de “autoridade centralizadora e desesperada” repousava sobre Paulo Freire e seus Círculos Populares de Cultura. Porém, sem citar nomes, a Brazilian Business deixa claro suas predileções no campo político e educacional brasileiro, e estas, estavam com o Mobral tido como programa de eficácia garantida uma vez que possuía a receita para o sucesso, qual seja, “mass production and mobilization¹⁹⁹”. Convidando o leitor para ver de perto como funcionava uma sala de aula de alfabetização do Mobral a matéria exhibe a seguinte imagem:

¹⁹⁷ “não tinham seus próprios recursos financeiros, nem recursos humanos e técnicos suficientes, os professores eram desorientados e sofria-se de elevada evasão”. Tradução livre.

¹⁹⁸ “tinham uma autoridade centralizadora que se atola em desespero em uma completa desconexão entre o Estado e os municípios”. Tradução livre.

¹⁹⁹ “produção em massa e mobilização”. Tradução livre.

Figura 25: Learning to read and write



Fonte: Revista Brazilian Busines, Outubro de 1971, p. 19.

A sala de aula ampla, limpa e bem iluminada sugere que esse era o protótipo absoluto no cotidiano do Mobral, dando ao leitor a certeza de que todas as salas de aula do Mobral eram munidas daquela boa estrutura, versão que destoa absolutamente da realidade analisada com base nas cartas dos alfabetizadores que apresentei anteriormente.

Os alunos com roupas simples, porém, bem vestidos, limpos, bem alimentados, e por isso, em plenas condições de aprender, mostram-se completamente atentos à explicação da professora que também aparece bem postada. Os mobralenses que aparecem no enquadramento da imagem estão devidamente sentados à sua mesa e carteira escolar num ambiente arejado e

agradável. A professora dispõe de um bom quadro de giz, uma régua e na parede, logo acima do quadro negro é possível ver os cartazes que acompanhavam as cartilhas de alfabetização, suporte que enriquecia a aula e a tornava mais interessante para os ouvintes.

É possível observar no lado esquerdo do quadro a bandeira do Brasil representada num cartaz. Símbolo máximo de nossa nacionalidade, que impulsiona a ação de levar a todos os cidadãos da pátria a instrução que fortaleceria nossa democracia. No canto direito da parede branca um candelabro em forma de cruz ilumina/abençoa o velho que através do Mobral “recebe a graça de ser alfabetizado”.

Em atitude passiva, de mãos juntas e olhar atento, o velho tem agora a grande oportunidade de sua vida de aprender a ler e escrever, e com isso, ser salvo da ignorância que o assolou durante anos. Seus cabelos brancos não deixam dúvidas, “nunca é tarde para aprender quando se tem vontade própria” somado a um grande esforço nacional em “livrar o Brasil da praga do analfabetismo”.

Estava lançada a campanha pelo convencimento internacional ratificada pela criação, em setembro de 1972, do Departamento de Relações Internacionais, criada pela diretoria do Mobral depois da conferência em Tóquio, cujas principais funções são: promover um intercâmbio de informações, oferecer assistência a visitantes estrangeiros e realizar trabalhos preparatórios para encontros internacionais, tanto organizados pelo Mobral ou por outras instituições nas quais o Mobral está representado²⁰⁰.

A visita da UNESCO tem efeitos extremamente positivos para uma projeção midiática do Mobral, inclusive internacionalmente. Não que essa fosse uma consequência direta da ação, mas principalmente pelo habilidoso uso pelos setores de propaganda do governo, da visita e dos relatórios feitos pelos técnicos da UNESCO. O relatório de fato aponta importantes avanços na iniciativa do Mobral e tece alguns elogios às iniciativas, porém não esconde suas mais salutar preocupações, apresentadas como pontos de recomendação:

²⁰⁰ Segundo um estudo elaborado pelo Escritório Regional da UNESCO para Educação na América Latina e no Caribe. Ver: UNESCO, Educational studies and documents. Study prepared by The Unesco Regional Office for Education in Latin America and the Caribbean, N° 15, 1975.

- ✓ Criação de escolas fundamentais para crianças, evitando assim que haja futuros analfabetos;
- ✓ Levar em conta o contexto das populações alcançadas pelo programa na hora de adotar novas técnicas e métodos;
- ✓ É necessário haver maiores esforços dos estados e municípios para absolver de maneira mais ampla em cursos integrados, o alto número de adultos que são alfabetizados todos os anos pelo Mobral;
- ✓ Criar e fortalecer órgãos especializados no treinamento de mão de obra;
- ✓ Estender o escopo de suas atividades para que possam ser capazes de oferecer ao processo educacional seu componente econômico essencial, o desenvolvimento²⁰¹.

Na visão assertiva dos técnicos da UNESCO, conclui o relatório, uma ação com tais proporções como a do Mobral não poderia falhar em permitir consideráveis mudanças no comportamento social que precisariam ser estudadas ao longo da história. Até que ponto essas mudanças sociais seriam toleradas e/ou moldadas pelo governo militar? Como manter afinadas as políticas de convencimento e legitimidade interna e externa com as ações coesivas da ditadura? Em que medida as pontas do barbante estariam unidas na amarração do regime?

Outras duas matérias, essas do tradicional jornal inglês “The Times”, trazem em seus enredos o Mobral, mas numa versão mais criteriosa no que concerne aos seus efeitos e resultados, questionando o que parecia, um consenso internacional de aprovação.

A primeira matéria é de fevereiro de 1974 e tem o título: “Three R’s no Brazil”. A reportagem classifica o Mobral como um “ambitious plan²⁰²” pelas metas arrojadas que apresenta. A reportagem faz um estudo de caso num dos postos de alfabetização localizados em Nova Friburgo no Rio de Janeiro para conhecer de perto alunos que “não sabem se quer segurar a caneta e nem dispõem de um banheiro durante as aulas”. A matéria destaca ainda que os alunos “tem mãos calejadas e usam roupas muito surradas, enxergam e escrevem com dificuldade”. Ainda assim, nesses pontos do país o Mobral teria, segundo a reportagem, rendimentos superiores à média nacional, chamando a atenção dos órgãos superiores do programa.

²⁰¹ Ibid.

²⁰² “plano ambicioso”. Tradução livre.

A segunda matéria “Brazil: Primary education handicaps literacy movement²⁰³” data de abril de 1974. Chegou até os arquivos do Mobral graças à colaboração de uma Agência Americana que repassava ao Departamento de Relações internacionais do Mobral o que circulava sobre o programa fora do país²⁰⁴.

O público leitor desse periódico parece ter relativo interesse nos aspectos políticos, econômicos e agora também educacionais do Brasil. Acredito que isso esteja relacionado ao contexto da Guerra Fria, ao estratégico lugar ocupado pelo Brasil na América Latina e às ações de combate ao comunismo que teriam dentre outras consequências a implantação de um regime de exceção. O analfabetismo é apontado no texto como uma questão problemática no Brasil e afirma que apesar dos esforços empreendidos pelas inúmeras campanhas o “problema só aumenta” uma vez que o crescimento demográfico não acompanhava o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro o que fatalmente excluía muitos do processo de educação formal e geraria uma infundável demanda ao Mobral.

A reportagem faz referências a Paulo Freire “Whom the military calls subversive²⁰⁵” como um nome influente na educação popular para jovens e adultos em projetos populares que estavam em curso até que “sofreram um grande desmanche depois do golpe de 1964”.

O texto afirma que na sociedade brasileira muitos criticavam o Mobral quanto aos seus métodos e sua forma de financiamento e traz um retrato do que seria a realidade da alfabetização nas áreas periféricas da cidade do Recife-PE “At the end of last year the Recife branch needed 600 classrooms but could find

²⁰³ “Brasil: A educação primária prejudica movimento de alfabetização”. Tradução livre.

²⁰⁴ Essa afirmação só foi possível, por que um protocolo foi anexado a matéria. Nesse canhoto a agência americana envia a reportagem que circulou na Inglaterra “as promised” deixando clara a relação de colaboração que havia entre o Mobral e agências americanas para troca de informações sobre o que se dizia sobre o Mobral fora do Brasil. Ao chegar ao Departamento de Relações Internacionais do Mobral a matéria é cuidadosamente lida, sublinhada em alguns trechos e rabiscada em suas margens. Essas “inferências textuais” fazem correções de dados do Brasil e do Mobral que teriam circulado desatualizados quanto ao número de analfabetos no Brasil, os custos do Mobral por aluno e o número de alfabetizados entre os anos de 1970 a 1973. No rodapé da matéria está escrito a caneta pela mesma caligrafia que faz as correções no texto “*Mandar resposta através da embaixada (mandar já em inglês)*”. Ao que indica, aquela reportagem teria uma resposta política.

²⁰⁵ “a quem os militares chamam de subversivo”. Tradução livre.

only 375. It was estimated that Mobral was turning away 5,000 new pupils daily because of the shortage²⁰⁶.

A forma “criativa e inusitada” para diminuir o problema da falta de salas de aula no Recife veio da boa vontade de uma empresa de transporte público “que doou 60 ônibus velhos para servirem como salas de aula” o que deveria temporariamente diminuir a dispensa de novos alunos por falta de espaço. Onde estariam aquelas salas de aula apresentadas pela Brazilian Business? Talvez a comunidade internacional se pergunte ao ler esses díspares discursos.

Assim como na matéria de fevereiro de 1974, essa última reportagem do The Times – London, também lista uma série de críticas ou desafios com os quais o Mobral deveria efetivamente se preocupar, são eles:

- ✓ O Mobral está mais preocupado em ostentar o número de inscritos no programa do que em promover uma alfabetização de qualidade;
- ✓ Diplomam aqueles alunos que não sabem efetivamente ler gerando números falsos;
- ✓ Alto índice de evasão, explicada pela padronização do ensino que não dá conta da diversidade do público;
- ✓ Professores mal formados
- ✓ Questões socioeconômicas dos alunos (pobreza). Não é fácil lidar com estudantes famintos e exaustos pelo trabalho pesado.
- ✓ O milagre brasileiro não teria alcançado os mobralenses.
- ✓ Alguns coronéis dificultariam abertura de pontos de alfabetização em áreas habitadas por “inimigos políticos” uma vez que isso poderia prejudicá-los nas eleições seguintes²⁰⁷.

A grande incoerência do Mobral chega à conclusão o The Times, estaria no fato de que milhares de crianças de 7 a 14 anos não frequentam a escola e não havia indicativo de melhoria desse quadro para os próximos anos, ou seja, não se fecharia a torneira do problema... como esvaziar a banheira então? E deixa a questão para o seu leitor: “how much Mobral efficient²⁰⁸? Diante dos indícios apresentados a reportagem “não acredita no cumprimento da meta proposta para 1980”, questão que levou o Mobral a desgastes com o Ministério da

²⁰⁶ “No final do ano passado só para o polo Recife, eram necessárias 600 salas de aula, mas só conseguiu 375. Estimou-se que o Mobral estaria perdendo 5.000 novos alunos diariamente por causa desta insuficiência. Tradução livre.

²⁰⁷ “Brazil: Primary education handicaps literacy movement”. The Times – London. April de 1974, by Sue Branford.

²⁰⁸ “O quanto o Mobral é eficiente?”. Tradução livre.

Educação e com setores intelectuais da sociedade, agravado pelo embaraçoso caso da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Se na Europa os discursos referentes ao Mobral ardiam, na América Latina, o tom era bem mais adocicado, ao menos no Jornal peruano El Comercio, um dos mais antigos em língua castelhana, que apresentou uma série de reportagens no ano de 1972, prestando homenagens ao país pelo sesquicentenário da independência e aos avanços na alfabetização de jovens e adultos. De forma elogiosa e positiva o El Comercio conta a história do Mobral, seus feitos e metas:

Al cumplir el Brasil 150 años de vida independiente, la enorme legión de maestros brasileños de ayer, de hoy y del mañana se sentirán en lo más íntimo de su ser la satisfacción de haberse entregado a plenitud de sacrificios para contribuir al progreso de su país, forjando la más valiosa de las armas contra el subdesarrollo la injusticia, la dependencia, la discriminación y la falta de respeto a la dignidad humana.

El maestros de todas partes a través de su labor educativa crea una mística cívico-humanista que es como un elan multiplicador que crece, se expande y penetra ruta adentro en el alma popular animado por la fuerza de los valores espirituales, por la trascendencia de su misión que le impulsa y le da fe, que le rescata de la desesperanza para llevarlo al panorama del futuro donde se yergue el señorío de la esperanza proyectada por su corazón y su mente en el fértil surco de la niñez y la juventud siempre ávidas de justicia social plena, de progreso integral de la patria y de la humanidad sobre las bases de la libertad, la comprensión y la paz²⁰⁹.

Ao aproximar a Independência do Brasil com o Mobral o periódico não poupa elogios “a entrega” que é feita para livrar o país do “subdesenvolvimento, da injustiça, da dependência, da discriminação e da falta de respeito à dignidade humana”. Discurso forte, emissor de muitos significados numa América Latina que

²⁰⁹ “Ao completar o Brasil 150 anos de vida indepenete, a enorme legião de professores brasileiros de ontem, hoje e amanhã sentirão nas profundezas de seu ser a satisfação de ter dado a plenitude de sacrifícios para contribuir para o progresso do seu país, forjando a mais valiosa das armas contra o subdesenvolvimento, a injustiça, a dependência, a discriminação e falta de respeito pela dignidade humana. Os professores em todos os lugares através do seu trabalho educacional criam um misticismo cívico-humanista como um impulso multiplicador que cresce, se expande e penetra na rota da alma popular, animado pela força dos valores espirituais, pela transcendência de sua missão que lhe dá a fé, que lhe resgata do desespero para levá-lo a tomar uma imagem do futuro onde se ergue o senhorio da esperança projetada por seu coração e mente na infância sulco fértil e a juventudae sempre hávida por justiça social plena de progresso integral da prátia e da humanidade com base na liberdade, paz e compreensão. Mobral - Movimiento brasileño de alfabetización. El Comercio – Lima, Jueves, 7 de setembro de 1972. Grifos nossos.

ardia em golpes, guerrilhas civis e radicalização das esquerdas e direitas políticas. Contra essas instabilidades, o Brasil e o Mobral pareciam sempre dispostos a luta pela “justiça social plena, o progresso integral da pátria e a humanidade sobre as bases da liberdade, da compreensão e da paz”.

Tais declarações elogiosas, reforçadas pela visibilidade que a visita da UNESCO fez ao Brasil, viram matéria prima nas mãos dos publicitários do Mobral, que através de suas manchetes, despertam a curiosidade de diversas nações em conhecer de perto o Mobral. É o que notícia o jornal *Le parisien*, na edição de 11 de dezembro de 1972²¹⁰.

O jornal francês publica a experiência de um dos seus correspondentes internacionais no desbravamento do Pantanal mato-grossense, com o jornalista, recebendo, inclusive, um inesperado convite de um professor da região para conhecer seu “peculiar” local de trabalho. O jornalista que narra o que vê com a admiração e curiosidade de um “turista” apresenta uma sala de aula com alunos que vão dos 07 aos 70 anos de idade. Essa disparidade tomada como fator positivo qualifica o Brasil como “*un colosse en marche*” que através do Mobral estava “conseguindo tirar o país do analfabetismo”.

Embalados pela boa repercussão, ao menos na América Latina e aspirando a uma ampliação da sua importância como programa de impacto na educação mundial, o Mobral realiza em abril de 1973 o I Seminário Interamericano, no Rio de Janeiro. Esse evento atrai representantes de 21 países que discutem durante uma semana os desafios da educação em massa, os esquemas de gerenciamento e a metodologia para uma educação de Jovens e adultos.

4.2 A indigesta CPI

O ano de 1975 começou festivo para o Mobral. Completados cinco anos de atuação, o movimento organizou comemorações em todo o país, numa já conhecida prática “megalomaniaca”. Para marcar as celebrações foram anunciadas passeatas e desfiles nas ruas, concursos de redações entre alunos

²¹⁰ Entre os países interessados em conhecer o Mobral e desenvolver ações semelhantes no combate ao analfabetismo estariam: Costa do Marfim, Senegal, Venezuela, Jamaica e Bolívia. Na documentação pesquisada encontrei a visita oficial de uma missão da Costa do Marfim noticiada pelo Jornal da Bahia, Diário de Pernambuco e Jornal do Brasil setembro de 1976.

do Programa de Educação Integrada, matérias jornalísticas e shows com a Mobralteca em diversas cidades brasileiras. Gabinetes adentro a programação vip tinha em sua agenda jantares e coquetéis sofisticados para as autoridades do Mobral e também do governo. Comemorava-se dentre outros números a nova marca do Programa de Alfabetização Funcional, a queda no índice de analfabetismo para 18% naquele ano, “taxa que sem o Mobral só seria atingida provavelmente no final dos anos 1980”.²¹¹

O bom momento nacional e também a crescente repercussão internacional, colocava o Mobral em posição simpática aos olhos da sociedade em geral, o que aumentava as caldeiras das comemorações. Todo esse esforço publicitário em torno de um convencimento conseguiu ao longo dos primeiros cinco anos de atividade não apenas reduzir a taxa de analfabetismo, mas também, persuadir a população de que o Mobral era o único capaz de varrer o analfabetismo do país, o que se configurava tão importante quanto.

Como ato comemorativo, a Guavira Editores, uma das empresas contratadas pelo Mobral para a edição de seu material impresso, lança o livreto “*Soletre Mobral e Leia Brasil: Cinco anos de luta pela alfabetização*”, fazendo um grande apanhado da história do Mobral e principalmente apresentando à sociedade uma série de imagens e dados que comprovariam a grande eficácia do Movimento e o inestimável serviço que prestavam ao povo brasileiro, que teria profundo impacto no fortalecimento da cidadania, da democracia e na história da educação nacional.

O livreto de pouco mais de 60 páginas, em formato similar aos das cartilhas de alfabetização, todo em cores, apresenta uma detalhada exposição de dados do Mobral em todo o país e os alcances por regiões. Informa ao público leitor as diversas ações e campanhas que se somaram ao Mobral nos últimos anos, como também o crescente reconhecimento internacional por parte da imprensa estrangeira²¹². Traz ainda nos depoimentos de abertura textos do então ministro da educação Ney Braga, do presidente do Mobral Arlindo Lopes Correa e de um dos diretores da Guavira Editores, o empresário Gustavo de Farias. Comuns a

²¹¹ Segundo o Mobral Central, em publicidade feita para felicitações no aniversário de cinco anos.

²¹² Na terça-feira, dia 12 de novembro de 1972, o Jornal O Globo publica uma matéria de meia página onde noticia a notoriedade internacional do Mobral. A matéria cita as manchetes do jornal “Le Comercio” do Peru, que tratei no tópico anterior como uma comprovação do sucesso e reconhecimento do Mobral como “um orgulho próprio e um exemplo para o mundo”. p. 22.

todos estes discursos temos o uso abundante de adjetivos elogiosos e a tentativa de fortalecimento do Mobral enquanto ação do povo brasileiro e para o povo brasileiro.

Os eventos de comemorações para o aniversário de cinco anos do Mobral, entretanto, se misturavam a inevitáveis balanços que setores mais céticos da sociedade foram realizando. Entre auditorias extraoficiais, cálculos e prognósticos pouco animadores, diziam ser impossível para o Mobral acabar com analfabetismo até 1980. É forte ao longo da narrativa do livreto “Soletre Brasil e leia o Mobral” uma posição defensiva e ao mesmo tempo de ataque contra esses discursos que circulavam em meios acadêmicos e jornalísticos, desacreditavam o cumprimento das metas e a eficácia dos serviços prestados. Essas questões vinham num momento de contestação da sua valia, justamente no ano do seu quinquênio, prometendo ser um ponto de indigestão na festa.

Para resistir a essas críticas que proviam de “apreciável dose de má-fé ou de vesículas mal reguladas” o Mobral adota as lições de La Fontaine ensinadas na fábula “O Moleiro, o filho e o burro”, citadas no tal livreto comemorativo, e buscava “não dá ouvidos às críticas de intelectuais fúteis e sem alternativas”²¹³.

Em linhas gerais, essas críticas concentravam-se nos seguintes pontos:

- a) há inúmeros adultos que entram esperançosos no Mobral e que sofrem tremenda frustração de abandonar o curso, ou de chegar ao seu fim, sem aprender a ler e escrever; b) as professoras do Mobral são mal

²¹³ Le Fontaine foi um fabulista francês do século XVII. Atribui-se a ele fábulas conhecidas como: A Lebre e a Tartaruga, A Cegonha e a Raposa, O Leão e o Rato, a Raposa e a Uva. Na fábula citada pelo livreto, “um velho moleiro e seu filho, que já tinha os seus quinze anos, foram vender seu burro, um dia, no mercado. O moleiro e seu filho levavam o animal e, a fim de não cansá-lo e alcançarem bom preço, resolveram conduzi-lo, desde o começo, com as patas amarradas e presas num varal carregado pelos dois. O primeiro que os viu quase morreu de rir. O moleiro, então, colocou o animal no chão, mandou seu filho montar e continuou andando. Nisso, passaram três comerciantes e, horrorizados com a cena, comentaram: – Onde já se viu? O rapaz, robusto, montado no burro, e o velho, a pé. O moleiro, então, pediu que o filho descesse e cedesse o lugar para ele. Passaram três moças e uma delas disse: – Que falta de vergonha! O marmanjo vai sentado como um rei e o pobre menino a pé. O moleiro, embora soubesse que sua idade permitia que ele seguisse montado, colocou o filho na garupa e continuou o seu caminho. Nem bem o burro deu trinta passos, passou outro grupo e um deles comentou: – Vocês não têm dó do animal? Como podem sobrecarregar assim o pobre burrico? Se vão vendê-lo na feira, ele vai chegar lá no puro osso! – Por Deus – diz o moleiro -, sofre da moleira quem quer agradar gregos e troianos! E mais uma vez o moleiro procurou agradar ao caminhante. Os dois desceram do burro e seguiram pela estrada: o burro na frente e eles atrás. Alguém os viu e fez chacota: – Dois burros andando, enquanto o outro trota! Quem tem um cão não precisa ir à caça com gato; quem tem burro não gasta a sola do sapato. Que queiram ir a pé é natural. Então, para que trazer o animal? Belo trio de burros! Pensou o moleiro: – Certamente, como um burro eu agi, mas daqui para frente farei como achar melhor, sem escutar ninguém”.

pagas, e muitas delas mal preparadas; c) há salas de aulas miseráveis no Mobral, com deficiências incríveis de mobiliários e de iluminação; d) há até casos isolados de fraude, em que foram distribuídos diplomas a analfabetos; e) não adianta alfabetizar o indivíduo sem ao mesmo tempo lhe assegurar uma formação profissional; f) e dirigentes do Mobral, olhando as estatísticas e esquecendo o mundo de dificuldades em que vivem os alunos e professores, exibem um otimismo eufórico, agressivamente contrastante com as misérias do programa de alfabetização²¹⁴.

Essas críticas ganhariam outra dimensão quando os senadores do MDB decidiram formar uma CPI para investigar as críticas de João Calmon, Jarbas Passarinho e Luis Viana Filho ao fechamento de convênios entre o Mobral e as prefeituras para a inclusão no programa de alunos excedentes das escolas primárias, numa tentativa de institucionalizar um tal “Mobral infantojuvenil”, o que se configurava como um desvio de suas trajetórias e uma invasão às competências do Ministério da Educação.

Abrindo a série de denúncias o senador João Calmon declara que em conversa com o ex-presidente do Mobral Mário Henrique Simonsen sobre as responsabilidade do poder público em proporcionar a todos os brasileiros um curso primário completo e gratuito de 4 anos, teria recebido como resposta:

O Mobral era um “tapa-buraco”, de alguma coisa que estava sendo feita precariamente, porque o país ainda não tinha condições de secar a fonte do analfabetismo, proporcionando um curso primário completo a todas as crianças na faixa de 7 a 14 anos. (...) Não sei se estou sendo claro nesta minha exposição, mas um ponto que me parece fundamental é observar que obviamente ideal para o Brasil era que o Mobral não existisse por ser desnecessário, em outras palavras, que todas as crianças chegassem aos 14 anos com o seu primário completo. Uma vez que isto não acontece, e não é realista supor que isto possa acontecer imediatamente, então é preciso que tenhamos o Mobral. Mas que o Mobral não sirva de desculpa para qualquer enfraquecimento nos esforços da expansão da rede regular de ensino²¹⁵.

O Mobral era, portanto, “um mal necessário” que agora alargava seus tentáculos para um público, cujo sistema educacional puniu como “excedentes”. Os prefeitos se afirmam diante de um impasse e este, por sua vez, ressoavam no discurso de Simonsen “se não há escolas para todas as crianças, devo esperar que elas completem 15 anos para matriculá-las no Mobral?”

²¹⁴ Fundação Movimento brasileiro de alfabetização. Soletre Mobral e leia Brasil, Rio de Janeiro, 1975. Sem página.

²¹⁵ CPI do Mobral. Resolução nº48/75, Senado Federal, p. 992 e 993. Grifos nossos.

O fato é que a matrícula de menores de 14 anos nos cursos do Mobral já era uma prática. A primeira experiência do “Mobral Infantojuvenil” surgiu em 1973 na cidade de Porto Alegre quando a secretaria de educação daquela cidade aproveitou o material didático e a metodologia do Mobral para a sua rede escolar, de acordo com a professora Teresinha Saraiva, ex-diretora do Departamento de Ensino Fundamental do MEC. No mesmo ano, dado “o êxito alcançado”, o Mobral teria assinado convênio com as prefeituras de Alagoas, Paraíba e Bahia. Em seguida com os governos do Amapá, Sergipe, Minas Gerais, Rondônia, Pernambuco e Amazonas²¹⁶. Nesses dez estados não foi possível dizer quantos alunos menores de 14 anos estavam matriculados.

A estratégia, apesar de “bem intencionada”, uma vez que não havia escolas suficientes para as crianças de 7 a 14 anos em todo o Brasil, soava inadequada para a professora pelas disparidades de percepção e de conhecimento de mundo entre crianças e adultos o que tornava inviável o uso de um material didático, voltado para o público adulto. Entretanto essa prática só foi oficialmente questionada quando o MEC recebeu relatórios ao com o pedido de recursos orçamentários para financiar aquilo que seria de sua responsabilidade.

As denúncias levaram o MDB à mobilização que instalou às 16:00h do dia 25 de novembro de 1975 a CPI do Mobral. Foi escolhido como presidente da CPI o senador Gilvan Rocha do MDB-SE que anunciou imediatamente o interesse em ouvir o ministro e o ex-ministro da Educação Jarbas Passarinho e Ney Braga e o presidente e ex-presidente do Mobral, Arlindo Lopes Correia e Mário Henrique Simonsen.

As reações políticas foram imediatas. O Senador Vasconcelos Torres (ARENA-RJ) pediu o arquivamento da CPI, mas recebeu críticas do próprio Passarinho que afirmava ser a CPI uma oportunidade do Congresso de investigar o Mobral “mostrando seus erros”.

As declarações do ex-ministro da educação Jarbas Passarinho mostram uma certa indisposição com o Mobral, tido por muitos como uma “instituição intocável”, muito provavelmente pela sua independência financeira e administrativa em relação ao MEC. Esse desconforto, nunca escondido,

²¹⁶ Jornal do Brasil em 4 de outubro de 1975.

classificava o Mobral como sendo “um sistema paralelo de educação”, o que tenderia a fragmentar o projeto de educação nacional.

Outros ministros do governo também se mostravam insatisfeitos com a independência do Mobral e embora oficialmente declarassem seu apoio ao Movimento, faziam críticas nos bastidores. Esses desaventos ganharam protagonismo nos depoimentos inflamados durante à CPI, como no caso de Marcus Candau ex-secretário executivo do Mobral que levou a CPI uma fita na qual o ministro Passarinho fazia um discurso numa solenidade de diplomação de jovens pelo órgão. Alterado durante o seu depoimento, ele pede à comissão que ouça a fita até o fim, pois nesta mesma solenidade Passarinho teria dito que era contra a alfabetização de jovens, e que na verdade o Brasil deveria está investindo no ensino fundamental de crianças²¹⁷.

“A CPI vai fazer um verdadeiro check-up, do movimento, e em consequência, da própria situação educacional do país”²¹⁸, prometia o presidente da Comissão. De fato, suas ações foram mais além e abriram-se investigações para apurar as atividades do Mobral não apenas em contratos firmados com prefeituras municipais para alfabetização infantojuvenil como também em outras atividades do movimento.

Uma das primeiras ações da Comissão foi convocar para os depoimentos nomes que pudessem responder às questões levantadas, e encabeçando a lista dos depoentes estava o presidente do Mobral Arlindo Lopes Correa, que em tom ácido entregou um amplo relatório a CPI acusando o Padre Filipe Spotorno, seu antecessor na função de secretário executivo, de “manipular estatísticas e de valer-se de horas extras superiores aos seus salários”. Essa manipulação se daria da seguinte maneira: Spotorno apresentava resultados, sem considerar as perdas. No quinto mês do curso do Mobral, ele realizava o exame, e a aprovação ou a reprovação só era levada em consideração quanto aos remanescentes. Se começavam 100 alunos e no quinto mês restavam 50, e deste eram aprovados 25, ele anotava: rendimento de 50% em vez de 25%, considerando o contingente inicial de 100 alunos. Com isso ele levou o Ministro da Educação e o presidente

²¹⁷ Jornal do Brasil em 03 de Novembro de 1975, 1º Caderno.

²¹⁸ Jornal do Brasil em 29 de Setembro de 1975, 1º Caderno.

do Mobral a falar em rendimento de 63% quando na realidade era de 34% o rendimento do Mobral.

A boa retórica de Correa, no entanto, não convenceu o presidente da CPI que voltou a convocá-lo, dessa vez para responder a questões como as levantadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) de que o Mobral tinha uma despesa “estranha e exagerada” de CR\$ 870.000,00 com propaganda e que não abria licitações públicas para o fornecimento de seus materiais e nem para o serviço gráfico para a impressão das cartilhas²¹⁹. Ao examinar as contas do Mobral, relativas ao exercício de 1973, o ministro Mauro Renault Leite, do Tribunal de Contas da União, afirmou que elas demonstravam falta de controle e tumulto na administração financeira. E entre irregularidades foram apuradas falta de licitação, suprimentos variáveis e Cr\$ 1 a 3 milhões destinados ao mesmo servidor, falta de conciliação de cheques com faturas, aluguel de apartamentos e despesas com a sua manutenção divulgado em Brasília por um ex-funcionário do Mobral revelava, deficiências do programa de alfabetização e o mesmo tumulto administrativo, o fato de o custo/aluno ser o mais caro do mundo, mordomias, viagens, contratações excessivas, construção de sofisticados prédios e gigantismo da administração central²²⁰.

Sobre a principal acusação que levava o Mobral àquela investigação, a de matrículas para crianças de 7 a 14 anos nos cursos de alfabetização de adultos, estava cada vez mais claro para os senadores que aquilo era impossível de ser praticado sem o conhecimento do Ministério da Educação, uma vez que elas se davam através dos convênios com os municípios. Tal conclusão preliminar levou o senador Jarbas Passarinho que foi Ministro da educação até março de 1974 a uma autodefesa “se o Mobral alfabetizou crianças durante a minha gestão eu passei todo esse tempo na condição de marido enganado”²²¹.

Nesse jogo de empurra-empurra surgem duas versões, exporta por terceiros, ao que seria a posição do então ministro da educação Ney Braga:

A professora Anna Bernardes da Silveira Rocha – Diretora do Departamento de Ensino Fundamental – em depoimento à CPI, diz que Ney Braga apóia pessoalmente o Mobral Infantojuvenil e que sua

²¹⁹ Jornal do Brasil em 7 de outubro de 1975.

²²⁰ De acordo com o Jornal da Tarde, SP. 8 de março de 1978.

²²¹ Jornal do Brasil 03/11/1975, 1º Caderno.

suspensão se deu pelos debates no Congresso Nacional e lembra que quem vetou o programa foi Jarbas Passarinho e acrescentou ainda que se o governo não pudesse oferecer mais recursos que institucionalizasse o Mobral Infantojuvenil. O Ministro Ney Braga suspendeu o Mobral Infantojuvenil discretamente, numa circular interna, depois da abertura da CPI²²².

Discurso rebatido pelo senador Eurico Rezende que contra argumentou:

Ney Braga não deu seu apoio nem pessoal nem ministerial ao Mobral. Há uma grande diferença entre determinar um estudo sobre certo programa e apoiá-lo. O ministro determinou sua imediata suspensão por não desejar que a análise se desenvolvesse em clima de controversa²²³.

Outra depoente na CPI foi a professora Zulmira Carvalho que coordenava os trabalhos do Mobral em Pernambuco e negou categoricamente que no seu estado houvesse matrículas de menores de 14 anos nos cursos de alfabetização do Mobral, mas admite, que tinha notícias de que isso era “praticado outros estados”.

Vinte e sete dias depois do início da CPI do Mobral, dez pessoas foram ouvidas e a fase dos depoimentos foi antecipadamente concluída deixando de fora os ministros Ney Braga e Mario Henrique Simonsen. O presidente da comissão afirma que estava sendo ameaçado e que o acusavam de ser “impatrióta por investigar o Mobral” e atrapalhado em fazer seu trabalho ao não poder ouvir todos os que tinha convocado²²⁴.

Ainda assim, conclui que a tomada de depoimentos foi válida e encerrava essa etapa do processo “sem saber se o Mobral valeria à pena” deixando muitas dúvidas quanto ao seu alto valor de investimento versus a sua rentabilidade. A CPI, que inicialmente investigaria apenas o programa Infantojuvenil, acabou adentrando a outros setores e fez “revelações surpreendentes”: a) Os altos gastos feitos com publicidade; b) Os baixos salários dos monitores; c) A forma inconstitucional com a qual era feita a aquisição do Material didático; d) O presidente Arlindo Lopes Correa dizer que não sabe ao certo o montante dos seus vencimentos²²⁵.

²²² Jornal do Brasil 24/10/1975, 1º Caderno.

²²³ Jornal do Brasil 25/10/1975, 1º Caderno.

²²⁴ Jornal do Brasil 26/01/1976, 1º Caderno.

²²⁵ Jornal do Brasil 03/11/1975, 1º Caderno

Sobre a acusação de ser um órgão de autoridade superdimensionada, fugir dos seus objetivos iniciais e de pouca utilidade, o presidente da CPI encaminha as seguintes sugestões para o relatório final:

1. Que o Mobral deixe de ser uma fundação e passe “a condição de departamento do MEC inserindo-se no organograma do ministério e seria acionado sempre no sentido emergencial exclusivamente para tratar da alfabetização de adultos”
2. Sugestão de uma pesquisa com ex-alunos do Mobral para verificar o índice de regressão como também o índice de promoção social dos diplomados²²⁶.

A ideia de extinção do Mobral é altamente criticada pela imprensa que se lança numa campanha social e midiática em defesa do programa, e declara que o povo brasileiro é “consciente da grandiosa tarefa que cabe ao Mobral, dedicando-se com **entusiasmo, abnegação e honestidade** à educação, e indo mais além, não afastou de suas salas – **o que seria desumano** – analfabetos com menos de 15 anos de idade” “O Mobral nunca os chamou, mas foi procurado... e qual o ser humano que negaria um **pouco de luz a quem está nas trevas?**”²²⁷.

Em 3 de dezembro de 1975 a CPI do Mobral se reuniu para ouvir o relatório de José Lindoso (AM), vice-líder da Arena, sobre as investigações feitas. Curiosamente o parecer final do relator não fala em punição a ninguém, apenas recomenda ao ministro Ney Braga a dinamização do ensino fundamental de modo a tornar desnecessária a presença de crianças em salas de aula do Mobral e propõem uma análise mais aprofundada das atividades do Movimento, e reforça:

O Mobral tem tido excelente desempenho na sua atividade prioritária, que é a alfabetização funcional, devendo continuar a merecer apoio das administrações públicas, do empresariado, das municipalidades e das comunidades para que, em 1980 tenha concluída a sua tarefa de reduzir a índices mínimos o analfabetismo no país. Existem fora da escola cerca de 4 milhões de crianças de 9 a 14 anos. Porque essas crianças são, em perspectiva, clientes do Mobral, ao atingirem os 15 anos, a instituição propôs-se a enfrentar o problema, através do programa de recuperação de excedentes. Pelo esquema proposto, o Mobral, em classes especiais, alfabetizaria esses menores de 9 a 14 anos, e os colocaria na segunda ou terceira séries do sistema regular de ensino. O programa de recuperação de excedentes, obviamente, não poderia ser aceito como processo ótimo de escolaridade, mas como de valor emergencial e ter-se-ia de se considerar as limitações constitucionais na

²²⁶ CPI do Mobral. Resolução nº48/75, Senado Federal.

²²⁷ Grifos meus. Jornal do Brasil em 27/11/75, 1º caderno.

matéria e o impacto que iria causar na estrutura escolar na segunda e terceira séries²²⁸.

Tapa-buracos, emergencial, mal necessário. Independentemente do adjetivo utilizado, uma coisa é fato: seguindo as orientações do relator da CPI o MEC teria que em cinco meses (ou no máximo em seis) abrir 4 milhões de vagas para crianças nos terceiros ou quartos anos do Ensino Fundamental, o que soava tão improvável quanto reduzir a níveis mínimos o analfabetismo entre jovens e adulto até 1980.

Nesse clima indigesto, onde posições alteradas divergem a favor e contra o Mobral em suas ações entre crianças, o presidente da CPI do Mobral Senador Gilvan Rocha declarou que o parecer do relator, José Lindoso, “que não aponta qualquer irregularidade, foge à realidade dos fatos apurados”. Por essa razão ele também submeteu à comissão um relatório “mostrando os desvios e propondo punição aos responsáveis”²²⁹.

A partir disso a ARENA tentava encerrar as investigações e o MDB disposto a prorrogar, iniciam uma queda de braços. Emedebistas acusam a ARENA de impedir a CPI do Mobral de apurar irregularidades e nesse clima o senador Gilvan Rocha, faz uma interessante acusação que pode ter sido o único ganho da oposição e a única perda real do Mobral com o processo da CPI “o Mobral está hoje desmitificado e merecerá a vigilância permanente do MDB”.

De fato, o Mobral teria deixado de ser um símbolo do Brasil e agora era apenas um órgão público como qualquer outro, sem imunidades especiais. A CPI de fato foi encerrada, mas curiosamente a derrota parece ter sido mesmo do Mobral que pela primeira vez, decidiu fazer concorrência pública para suas publicações e teve apuradas as suas despesas com viagens e diárias.

Ninguém foi condenado a nada. Não cabia esse tipo de sentença naquele jogo político onde a educação era moeda de troca na disputa por espaço e legitimidade. Mas aqui residia a maior contradição do Mobral, apesar de “vitorioso” perdeu. A CPI quebrou a confiança da população no Mobral.

Essa desconfiança fica ainda mais robusta quando o IBGE divulga um aumento da taxa de analfabetismo no Brasil entre 1973 e 1976. Esses índices

²²⁸ Jornal do Brasil em 4/12/75.

²²⁹ Jornal do Brasil em 26/01/76, 1º caderno.

viram munição na mão do MDB que acusam o governo de “se considerar infalível” quando na verdade cometeu um grave erro ao não ter dado atenção à escola do 1º grau e afirma que o Mobral vinha em um “descaminho grave que já deveria ter corrido” e que por isso os números apresentados “estorrecem a nação” ²³⁰.

4.3 “O que somos e o que não somos”

Cinco, quatro, três, dois, um. 1980! Para alguns daqueles que o viveram, esse foi um ano marcante na história do Brasil e do mundo. As memórias mais aguçadas vão lembrar a visita do papa João Paulo II ao Brasil e as polêmicas olímpicas de Moscou boicotada pelos Estados Unidos e outros países capitalistas em protestos contra a invasão ao Afeganistão. Esse foi o ano também em que o teatro perdeu Nelson Rodrigues, a música Vinícius de Moraes e Jonh Lenon, o samba ficou órfão sem Cartola, a filosofia ficou sem Jean Paul Sartre e a psicologia perdeu Jean Piaget.

Cinco, quatro, três, dois, um. 1980! O cronometro do Mobral estava zerando e os jornais de todo o Brasil pareciam fazer essa contagem regressiva para saber: Qual foi efetivamente o impacto do Mobral para a sociedade brasileira? Teria o movimento alcançado suas metas? O Brasil reduzido o analfabetismo a índices mínimos como previa? O que novos censos revelariam?

Os últimos anos do Mobral não foram fáceis. Sob controle, de fato, de um presidente que há seis meses perdeu o mandato e até então não tinha entregado o cargo, com sua eficiência contestada por técnicos do próprio governo, seus orçamentos e gastos considerados exagerados e irregulares e enfrentando ainda acusações de cometer fraudes nas estatísticas a respeito do trabalho que realiza em todo o país, o movimento brasileiro de alfabetização comemora 10 anos de criação.

Da proposta original de combater o analfabetismo de 15 milhões de adultos que calculou existir em 1970 (correspondendo a 33,6% da população nacional) – maciçamente divulgada por meio da campanha “Você também é responsável” – o Mobral ampliou suas atividades básicas de caráter educacional e desenvolveu

²³⁰ Declaração do senador Gilvan Rocha (MDB-SE) no Jornal do Brasil em 21 de Agosto de 1978.

planos concretos para intensificar ainda mais sua atuação nas áreas de saúde, Assistência social e Ação Comunitária, com o que discordam autoridades do Ministério da Educação e Cultura.

Aliás, foi no MEC, como aponteí, onde se considerava o Mobral a maior incógnita entre os numerosos programas da área de educação, Cultura e Esportes que estavam sob responsabilidade do ministério. Essas dúvidas surgiam de velhos e novos fatos de não serem conhecidos, por exemplo, os índices de regressão ao analfabetismo – reiteradas vezes denunciados –, da aplicação anual extra oficialmente calculado em Cr\$ 6 bilhões, do não esclarecimento sobre fraudes na diplomação, que vinculavam a remuneração do alfabetizador ao número de diplomados, bem como continuaram sem resposta as revelações de muitas prefeituras de que estão “sobrecarregadas”. Elas alegavam que enquanto os municípios pagam a alfabetização, o Mobral destina seus recursos à implantação de sofisticados equipamentos burocráticos e às campanhas de publicitárias.

O Mobral ainda protegia-se impedindo o acesso a seus dados, e nas oportunidades em que resolveu abrir-se foi contestado de imediato sem ter havido necessidade de análises mais aprofundadas. Um exemplo disso foi a polêmica Mobral-IBGE surgida a partir de contradição em dados divulgados no fim dos anos 1970, nunca satisfatoriamente esclarecida. Ao mesmo tempo em que a instituição divulgava uma taxa de analfabetismo de 13% (reduzida para 11% em 1980, como informa) o IBGE a situava em mais de 26%. E mais: revelava ainda que havia uma tendência crescente com relação a esse índice, ao contrário do que procuravam demonstrar os dirigentes do Mobral. A existência de uma diferença de 100% entre os dois valores não mereceu uma explicação por parte do governo ou dos dirigentes do movimento.

Em 1977, o Mobral acabou admitindo o fato de haver mais matrículas que alunos ao revelar o resultado de uma pesquisa feita no Nordeste. O levantamento mostrou também que a maioria dos “alfabetizados” não consegue copiar corretamente um endereço em um envelope, redigir um pequeno bilhete, escrever palavras simples ou mesmo resolver problemas, também simples, envolvendo as quatro operações básicas. Outra pesquisa, realizada no mesmo ano, tentou mostrar que os índices de regressão eram “aceitáveis”, mas ela abrangeu apenas

150 ex-alunos entre milhões de “alfabetizados” pelo movimento, com os seguintes resultados: 66 acertaram todas as 15 questões de leitura, 40 acertaram todas as 18 questões de escrita e 46 acertaram todas as questões de cálculo.

Um esclarecimento, porém: de acordo com uma reportagem do jornal o Estado de São Paulo, as questões de leitura eram de múltipla escolha (em que o aluno olhava uma figura e fazia uma cruz na resposta certa) e as de escrita consistiam em escrever ao lado das figuras os respectivos nomes. E ainda mais: havia recomendado que, na correção, não se levasse em conta “erros de grafia ou acentuação errada das palavras”. Esse levantamento revelou igualmente que 19,1% dos alunos pesquisados haviam frequentado duas vezes o curso do Mobral e 3,9% haviam frequentado três ou mais vezes o mesmo curso²³¹.

Ainda teve a CPI que sob as acusações de ter recebido manipulação do governo e apresentado um relatório considerado “brando”, consegui mostrar distorções do conteúdo dos programas e ouvir relatos que apontava, problemas também na área administrativa, gastos excessivos com publicidade, erros no sistema de remuneração de pessoal, e principalmente altos índices de regressão, isto é, alunos alfabetizados que esqueciam o aprendizado e voltavam à condição de analfabetos.

Desgastado, o Mobral se lança em grandes tentativas para recuperar seu prestígio, credibilidade e quem sabe alguns anos a mais de vida. Tudo isso, para fazer aquilo que ainda não tinha dado tempo: alfabetizar. Para que essa continuidade fosse possível era necessário recobrar o fôlego, garantir recursos e manter o apoio da sociedade. Tarefas cada vez mais difíceis a partir do ano de 1977.

Usando a data a seu favor, o Mobral tenta celebrar os seus 10 anos de vida de algumas formas: mais concursos de reportagens sobre sua própria história, criação de novas vinhetas para o rádio, gravações de filmes de 16 mm, missas, eventos e mais atos públicos.

Essa mobilização começa antes mesmo de 1980. Em 1979 o Mobral lança o livro “Educação de massa e ação comunitária”. Essa é uma obra de quase 480 páginas que se dedica a narrar os feitos do Mobral com o objetivo de explicar sua criação, justificar suas ações, estrutura e funcionalidade e principalmente

²³¹ Em 7 de setembro de 1980.

defender-se das acusações. A obra serve como um inventário do movimento ao longo de uma década e surpreendentemente lança seu próprio prognóstico para o futuro.

O texto é composto de dezenove capítulos escrito por autores diversos, todos eles ligados de alguma maneira ao Mobral e sua história. São funcionários, ex-funcionários ou ainda técnicos na área da educação que acompanharam a trajetória do movimento. O texto de abertura e o de fechamento é assinado por Arlindo Lopes Correa, um personagem marcante na história do movimento que trabalhou oito dos dez anos do Mobral, ocupando cargos estratégicos como o de secretário Executivo e depois Presidente.

Encontro entre os capítulos desse livro, mas, sobretudo, na escrita de Correa um claro e audacioso desejo com aquela obra:

Deixar consignada a experiência do Mobral para os pósteros. Não procuramos os aplausos do presente, mas estamos seguros de que o futuro reconhecerá o imenso valor de nossa obra, tão revolucionária que não poderia deixar de suscitar a dúvida, é certo, pois assim tem sido em toda a história da humanidade, com as realizações congêneres (p.12). Grifos meus.

As palavras de Correa estão carregadas de grandes interesses. E entre os principais está o esforço para uma redenção (mesmo que futura) do movimento. Como uma carta ao futuro ele conta a quem não teria visto e vivido essa “experiência fascinante”, dando às próximas gerações a oportunidade de “se encantar” e colocar o Mobral no mais alto lugar do pódio entre as ações mais expressivas para o combate do analfabetismo na história do Brasil. Outro lugar seria no mínimo injusto frente “ao grande esforço e mobilização” de quem já nasceu com “vocação de vitória”.

No momento em que escreve essa espécie de manifesto ao futuro Correa precisa se defender das constantes críticas que vão se avolumar no final da década, vindas de diversas instituições de peso como a SBPC²³², a CAPES²³³ e o

²³² “SBPC reúne 2500 pessoas no debate sobre participação do estado na economia”. Jornal do Brasil, 9 de Setembro de 1977.

²³³ “Mobral 10 anos: dúvidas e incertezas”. Jornal o Estado de São Paulo, 7 de Setembro de 1980.

próprio MEC²³⁴, que em eventos públicos, como suas reuniões científicas, não poupavam críticas ao que chamavam de “estrutura cara, pomposa e pouco eficiente”.

Correa foi presidente do Mobral até março de 1980, quando o Mobral deveria ter encerrado suas atividades. Como nenhuma coisa nem outra se extinguiram ele continuou coordenando despesas e ações, embora sob acusações de que seus atos seriam nulos. Ele usa todas as vias de que dispõe para e defender o Mobral, o que até certo ponto significaria uma auto defesa. Durante meses ele vai usar os jornais de todo o país como plataforma para responder as críticas e quanto isso não parece ser suficiente, ele convoca a imprensa para uma entrevista coletiva onde desafia os críticos do Mobral para um debate público²³⁵.

Era preciso tentar salvar a imagem do Mobral. E se a redenção não fosse possível em um curto prazo, fica hipotecado um pedido ao futuro. O discurso para a posteridade faz uma aposta na história com redentora do Mobral e seus feitos. Teria o Mobral conseguido tal feito? Acredito que não. Os jornais, as memórias e os trabalhos acadêmicos, não parecem ter seguido essas instruções de “reconhecer o imenso valor” do Mobral.

Correa sabia que dados os últimos acontecimentos o Mobral chagava aos anos 1980 em baixa, mas cuidadosamente prepara uma possível interpretação ou reinterpretação de tais fatos de tal forma que o futuro, quem sabe, pudesse redimi-los e mais do que isso, ovacioná-los pelas ações empreendidas.

O “manifesto ao futuro” chega em 1980 arrancando mais vaias do que aplausos, dando a entender que o engajamento social tinha se fragmentado e que possivelmente aquele seria o último aniversário a ser comemorado. Quem comemoraria? Nas manchetes dos jornais de todo o país, o Mobral está associado às incomodas tarjar: “Mobral é nulo”, “Malogro Mobral”, “Mobral não resolve o analfabetismo”, “Mobral: fábrica de votos do governo fracassou”, “Os

²³⁴ “MEC reconhece fracasso do Mobral”. Essa mesma manchete é possível ler nos seguintes jornais: Zero Hora – Brasília, A notícia – Manaus e O Estado de Minas – Minas Gerais entre os meses de fevereiro e março de 1980.

²³⁵ O popular – Goiânia GO, 11 de Setembro de 1976.

números do Mobral são imorais”²³⁶. Tudo isso parecia esvaziar a festa, de poucos convidados.

Tais matérias disputavam espaço nas páginas dos jornais com o selo comemorativo de 10 anos do Movimento, encomendado especialmente para a festa:

Figura 26 Selo comemorativo 10 anos do Mobral



A marca estampou cartazes, adesivos e camisetas como quem insiste em ser celebrado pelos seus feitos, mas não empolga como antes os empresários, patrocinadores diversos e até mesmo alunos e ex-alunos que passam a duvidar da qualidade do serviço que lhe ofereceram como se fosse algo com um curto e estranho prazo de validade.

²³⁶ Diário de Pernambuco e Jornal do Brasil entre os meses de fevereiro a maio de 1980.

As autoridades do Mobral negociavam com o novo e último governo militar – o governo Figueiredo – a possibilidade de o movimento continuar suas atividades, não com a alfabetização de adultos, mas sim como uma agência de mobilização comunitária para ações de saúde e cidadania. Essa era uma proposta vista com bons olhos pelo novo governo que sabia da grande popularidade do Mobral e desejava contar com sua legenda, ao menos até a transição fosse completada²³⁷.

O novo ministro da educação, Eduardo Portella, já tinha se mostrado completamente favorável a desativação do Mobral (ao menos da alfabetização de adultos) para dar lugar a uma nova política de ação e educação comunitária, mas estava aberto ao pedido do presidente em manter momentaneamente o programa e fazer uma diluição paulatina das atividades.

Sob a mesma legenda mais com um adereço: o Mobral, tornou-se o “**Novo Mobral**” em seu décimo aniversário. Novo? A crítica não perdoaria a tentativa de “maquiar aquilo que não deu certo e que por caprichos políticos insistia em continuar a viver”. Sob as críticas de que seu único feito foi transformar “analfabetos” em “analfabetos funcionais” o Mobral transformou-se em Novo Mobral.

4.4 Memória, ressignificação e esquecimento

De acordo com o extinto jornal “O Estado do Paraná”, em sua edição no dia 22 de fevereiro de 1980, um dos grandes males moral da política brasileira são as “verdades opacas”.

Quando não se consegue resolver um problema, muda-se o nome do problema. Assim, pelo menos ganha-se mais tempo com o fornecimento de novas expectativas à população e cria-se ao mesmo instante, um artificial otimismo que durará enquanto a imagem do novo nome não estiver também desgastada.

O conceito de “verdade opaca” não aparece grafado na matéria, mas poderia. Numa ideia contrária a transparência, entendida aqui como um dos

²³⁷ Jornal de Brasília. 15 de fevereiro de 1980.

atributos da verdade, o rumo dos fatos pós anos 1980, não apenas em relação ao Mobral, mas ao governo militar com um todo, parecem reforçar essa ideia turva. O momento da abertura política brasileira é um momento de “meias verdades” ou “meias mentiras”, fica a gosto do cliente. É um tempo de decisões embaçadas e cautelosas, de falas nebulosas que velavam não se sabia exatamente o quê.

A dura crítica que circulou naquela sexta-feira, põe na balança o Mobral em seu “novo” momento institucional. Mais do que uma discussão sobre ética na política, transparência na gestão pública e valores humanistas e sociais, a matéria **“Sete milhões de analfabetos”** condenava o Mobral e sua “incapacidade”.

O governo de João Baptista Figueiredo, diante das dúvidas e das certezas a respeito da e(ine)ficiência do Mobral, se vê impelido a promover duas ações no jogo político, movendo apenas essa peça do seu tabuleiro. A primeira jogada contemplaria a massa brasileira simpática ao Mobral que, através de seus programas sociais, conferiu graus crescentes de legitimidade aos militares. Essa parcela da sociedade via no Mobral, ainda que confirmadas seus altos índices de regressão, uma ação em nome dos mais pobres que buscava fortalecer a cidadania brasileira ao garantir o direito ao voto aos diplomados pelo programa. Para esses o Mobral tinha valia, mais por questões afetivas e solidárias, do que pela sua competência, e por isso precisava continuar agindo, “enquanto houvesse um perdido sem luz”.

Na segunda jogada o governo ainda instável²³⁸, tentaria acalmar os ânimos dos críticos do Mobral que não viam mais razão de ser nas suas atividades falaciosas e pediam seu fim a todo custo. Esse grupo engrossava as fileiras de oposição e encontrava em alas do próprio governo alguns representantes, como o recém-empossado ministro da educação Eduardo Portella. Colecionando crises morais e de desempenho, o Mobral tinha nesse time bons argumentos para o seu encerramento.

A saída política encontrada não agradou nem a grego nem a troianos. O Mobral fez mudanças em sua essência, não encampando mais a alfabetização de jovens e adultos, mas a sua legenda foi mantida, para garantir o reconhecimento social de um governo que ainda carecia de popularidade.

²³⁸ Figueiredo tomou posse em março de 1979, ou seja, não teria completado nem um ano de governo quando precisou decidir sobre o presente e o futuro do Mobral.

Na prática o “Novo Mobral” trazia perdas em relação ao “antigo Mobral”, uma vez que suas atividades e receitas estavam em franco encolhimento. O Programa de Alfabetização Funcional (PAF), assim como o Programa de Educação Integrada (PEI) foram extintos e a “superestrutura montada, incompatível com o país²³⁹” construída ao longo de dez anos, gerenciaria atividades de: educação social e mobilização comunitária²⁴⁰. As mudanças vieram a público pelo Ministro Eduardo Portella, que não dava grandes explicações e detalhes de como as coisas funcionariam a partir de então. A partir de maio de 1980 jornais de todo o Brasil vão noticiando paulatinamente as atividades do “Novo Mobral” e o encerramento de atividades do antigo Mobral nas cidades e municípios. As verbas foram sendo cortadas e redirecionadas para as novas áreas de interesse.

A abertura política que se vivia no início dos anos 1980 precisa ser levada em conta para entendermos os acordos que vão ressignificando o Mobral e seu fim. A assinatura da Lei da Anistia em agosto de 1979 e suas implicações diretas e indiretas, aprofundaram aquilo que Elio Gaspari chamou de “Ditadura derrotada” levando a inviabilidade alguns projetos e derretendo parte do prestígio político dos militares conseguido com base no medo, da coesão e favorecimentos mediante as conveniências.

Tratando desses desfechos dos anos 1980, lembro o professor Daniel Aarão²⁴¹ que afirma que muitos dos que viveram esse tempo (assim como ele) não tinham dúvidas de que aquele era o fim da ditadura. Não se trata de ser um “profeta do passado” e sim de entender o esforço do próprio governo - e também do Mobral - em se projetar para o futuro que “rajava sem lhe pedir licença”²⁴² e nessa projeção, quem dera, se ressignificar.

Ao longo dos últimos quarenta anos que sentidos e significados o Mobral atou a sua história? Atrevo-me, afinal a sugerir algumas dessas rotas. O primeiro sentido atribuo à geração tecnocrata do Mario Henrique Simonsen que, ao criar o

²³⁹ Zero Hora – Brasília em 18 de fevereiro de 1980.

²⁴⁰ O Estado de Minas em 17 de fevereiro de 1980. Caderno 1º.

²⁴¹ Reis Filho, Daniel Aarão. A anistia recíproca no Brasil ou a arte de reconstruir a História. In: Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?/organizado por Janaína Teles. – 2. ed. -- São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

²⁴² Trecho da música “Apesar de Você” de Chico Buarque de Holanda, que se tornou uma das canções símbolo da abertura política nos final dos anos 1970.

Mobral, objetivava a alfabetização funcional de jovens adultos para um claro direcionamento ascendente da economia nacional. Aqui o Mobral é apresentado e significado como um investimento no capital humano brasileiro cujo retorno se daria em termos econômicos.

Um deslocamento de sentido foi dado pela geração de Arlindo Lopes Correa, que através de uma intensa propaganda publicitária e de grande mobilização social, expandiu as atividades do Mobral tornando-o um complexo movimento de educação formal e cultural atuante em áreas diversas como a saúde e a profissionalização de mão de obra. Nesse momento o Mobral atinge o ápice do seu prestígio e aprovação social que sob o forte apelo midiático correspondia positivamente aos seus estímulos. Aqui o sentido do termo Mobral é elástico e compreende educação (no seu sentido mais amplo) combinado com assistência(lismo) social. Essa visão sobre o programa corresponde à tônica do Plano de Integração Nacional e aos discursos nacionalistas e ufanistas dos anos 1970-1974.

Outro deslocamento começa a ser feito entre os anos de 1975 e 1976 quando o Mobral tem suas ações questionadas pela crítica, pelos intelectuais, pelos dados do IBGE e pela CPI que sofreu. Como apontei anteriormente, o Mobral sofreu nessa fase a primeira grande fissura em sua imagem, dividindo a opinião pública sobre o movimento.

O último deslocamento de sentido, acredito, está sedimentado, na memória construída sobre o Mobral a partir do fim da ditadura militar (1980/1990). As escoras em torno do Novo Mobral não suportariam muito tempo a grande estrutura em decadência. A literatura acadêmica e também a ordinária, os relatos de memória, a memória social e as crônicas construídas dos anos 1990 até as primeiras décadas do ano 2000 construíram, reproduziram, consolidaram e propagaram o sentido mais forte atribuído ao Mobral até hoje: fracasso. Um movimento digno do esquecimento.

CONCLUSÃO

Persegui o Mobral nos últimos anos seguindo suas pegadas, ouvindo suas vozes, lendo suas cartas, olhando o mundo a partir de suas imagens, colecionando suas notícias e me “alfabetizando” por meio de suas cartilhas. Investiguei um passado detentor de muitas frestas que se contrapõem às inúmeras certezas anunciadas pela tradicional e consagrada historiografia sobre o tema. Os buracos da memória me apresentaram um passado que guarda respostas a perguntas que ninguém nunca tinha feito, e ainda não fez.

Ao optar por estudar o Mobral, dispus-me a quebrar certo silêncio entre os historiadores e navegar por outras margens, destoando dos caminhos feitos por outros pesquisadores, como os da área da Educação. Nessas práticas, na medida do narrável, busquei emitir, com base nas fontes pesquisadas e memórias construídas sobre o Mobral, outros sons da trajetória política e social da educação brasileira nos anos 1970-1980.

Estudar o Mobral me obrigou a pensar a história da ditadura civil-militar no Brasil para além da repressão, das torturas e de seus personagens marcantes. Com essa escolha, pude ver a “ditadura” quando ela “não parecia ditadura”. Dito em outras palavras, estudar o Mobral ofereceu-me (oferece-nos) a possibilidade de ver o regime em movimentos de negociações, apropriações diversas e representações de si mesmo e da sociedade que governou. Afinal, nenhuma ditadura sobrevive apenas com cassetetes, choques elétricos, balas e desaparecidos políticos. Por isso, não é possível ter uma compreensão ampla dos mais de vinte anos de ditadura no Brasil sem considerar a ala do regime que não vestia farda, que não batia continência, mas operava com outras (e eficientes) ferramentas para a construção de uma legitimidade e governabilidade, como a alfabetização, uma forte estrutura burocrática, lápis, cartilhas e alguns candeeiros.

Neste percurso identifiquei, e procurei explorar, quatro estratégias do estado de exceção para a construção de sua farsa democrática: a primeira foi a de apropriação dos analfabetos e do combate ao analfabetismo como bandeira democrática do regime²⁴³; a segunda foi a estratégia do convencimento da

²⁴³ Ver páginas 26, 60, 61 e 143.

opinião pública de que ações nesse sentido representava os anseios da nação²⁴⁴; a terceira foi a estratégia do engajamento nacional ao programa Mobral, que capilarizou diversos setores da sociedade, seja por apelos aos laços de solidariedade, seja pela ameaças coercitivas²⁴⁵; e finalmente a estratégia de desqualificação do dissenso, ao sequestrar uma cultura política e trazer a tona sua versão dos fatos históricos e dos projetos que o antecedeu²⁴⁶.

Volto às perguntas que me fiz no início da pesquisa e que me acompanharam ao longo de todo o processo: Qual terá sido a valia do Mobral? Estudei um movimento de massa forte, eficaz e abrangente, ou apenas mais uma tentativa cara, frustrante e insuficiente em acabar com o analfabetismo no Brasil Mocinho ou bandido? Gato ou lebre? Talvez tudo isso, e um pouco mais.

Enquanto minha memória e minhas experiências divagavam sobre esses últimos anos de pesquisa na carroceria de uma Mobralteca, ou em uma sala de aula improvisada em uma palhoça na zona rural de qualquer pequena cidade brasileira, fui seduzida pela capacidade do historiador de, por meio de seus estudos e pesquisas, “sentenciar” o passado, que condena ou absolve as práticas, as instituições e seus sujeitos.

Tornando a sobriedade, cito Certeau:

Toda pesquisa histórica se articula com um lugar de produção socio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligadas a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, lhe serão propostas, se organizam.²⁴⁷

Lembrei, então, quem sou. Professora, pesquisadora, estudante de um programa de pós-graduação que pensa e vive uma atmosfera educacional bem diferente daquela dos anos 1970-1980 (mas que recebe sua ressonância), e que, mediante meu presente e meus referenciais, me aventuro escovando essa história a contrapelo. Assanhar o passado, espalhar a poeira que o tempo

²⁴⁴ Ver página 163.

²⁴⁵ Ver páginas 62, 66, 90 e 164.

²⁴⁶ Ver página 68.

²⁴⁷ CERTEAU, Michel. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 66-67.

sedimentou tem suas consequências, tanto para a história quanto para quem se dispõe a fazê-lo.

Enxergo então neste ponto de parada minhas limitações. O que não fui capaz de narrar sobre a história do Mobral? Ou o que deliberadamente escolhi não narrar? O que move(u) minhas predileções narrativas sobre o tema e o que deixei passar pela minha peneira da escrita? Essas perguntas já têm suas respostas e essas estão penhoradas para pesquisas futuras que contemplarão outros interessantes aspectos, que aqui não foram possíveis ser aprofundados dados os objetivos da pesquisa e suas limitações.

Seria interessante, por exemplo, uma análise regional/local do Mobral baseada nas cartas de alunos e professores. Essas fontes permitem o trato de particularidades que merecem ser exploradas minuciosamente como negociações com o governo local, os desafios de cada cidade e até mesmo a implantação de um sistema de educação escolar por meio do pioneirismo Mobral em alguns municípios brasileiros. O nascimento de cidades na região amazônica, por exemplo, pode ser contado a partir do surgimento do Mobral, que foi usado como ponto de atração para novos colonos. A presença do Mobral em áreas indígenas também não pôde ser estudada aqui, mas está presente nas cartas, nos relatórios e na memória de imigrantes que, na luta pela sobrevivência, atenderam ao chamado do Plano de Integração Nacional e partiram para o desconhecido.

O Programa de Diversificação da Ação Comunitária (Prodac) também renderia bons estudos sobre as relações do Mobral com as ações de mobilização do município, visto como células básicas para atividades sociais, culturais, políticas e econômicas. Tendo como parceiro principal o Exército, o Prodac levou ações de estrutura e infraestrutura a diversos municípios, trazendo um grande impacto na saúde da população carente, reforçado pelos discursos de salubridade abordados pelo Mobral nos seus Programas de Educação Comunitária para a Saúde (PES).

Outra questão que considero de grande valia para fins de pesquisa são estudos que pensem a relação do Mobral e suas experiências com outras iniciativas para alfabetização de jovens de adultos, que o sucedeu com a abertura política, como a Fundação Educar, MOVA Brasil, Programa Brasil Alfabetizado, Acelera Brasil, Travessia entre outros. Estudar o Mobral nessas (e em outras)

dimensões pode dizer muito sobre o que somos como nação, o valor que damos à educação básica e em que medida ela continua gerando analfabetos em nosso país e, principalmente, porque ainda temos 13 milhões de analfabetos e 27% da população jovem e adulta classificada como analfabetos funcionais.

Estudar o Mobral na sua estrutura, essência e consequências nos ajudará a entender como é possível que tantas crianças acima dos 10 anos de idade cheguem hoje ao 6.º ano do Ensino Fundamental II sem saber ler e escrever, ou ainda, por que temos tantos professores semialfabetizados em exercício formando semialfabetizados em salas seriais e multisseriais neste país. Estudar esse passado educacional diz muito sobre nós mesmos na condição de historiadores, educadores, estudantes, cidadãos... sujeitos!

Espero com este trabalho ter conseguido mostrar como o analfabetismo configura-se como um fenômeno histórico no Brasil e como o Mobral surge prometendo a “cura” deste grave problema que compromete o crescimento econômico e social do Brasil. Espero ainda ter mostrado como o governo militar utilizou-se habilidosamente do programa para a construção de uma imagem simpática, assistencialista e socialmente preocupada com a população marginal deste país. Por fim, espero ter conseguido apresentar como o Mobral utilizou sua trajetória para criar uma memória que estivesse de acordo com os dispositivos do governo militar (1970-1979) e também com os mecanismos de redemocratização do país (1980-1986).

Esses anos de pesquisa foram suficientes para eu me apaixonar e me desencantar com meu objeto de estudo. Percebi os perigos que moram nessas relações passionais com aquilo que tão intensamente convivemos. Vi que todos aqueles que se atreveram a escrever sobre o tema (e claro não me excludo disso), ao pesarem o Mobral, acharam-no em falta. Será que a balança utilizada foi a mais justa? Se medido pelos indicadores sociais *versus* seus objetivos, o movimento fracassou, mas o que dizer do seu sucesso na construção de uma embalagem simpática do governo militar, desviando muitas vezes a atenção da sociedade dos graves problemas de violação aos direitos humanos? Olhando para o Mobral, como programa de “amparo” aos mais pobres, alguém duvidaria dos seus ardilosos esforços com o desenvolvimento social? A Memória popular diz que não! Sucesso ou fracasso? Depende. Do que se quer ver.

FONTES

1. FONTES

1.1 MANUSCRITOS

Arquivo histórico do INEP

- Cartas dos alfabetizadores do Mobral ao Mobral-Central (1970 – 1980)
- Cartas dos alunos do Mobral ao Mobral-Central (1970 – 1980)
- Poesias escritas pelos alunos do Mobral para o Jornal do Mobral (1970 – 1980)
- Cartas dos supervisores estaduais ao Mobral

1.2 FONTES ORAIS (Entrevistas)

- Adilson Martins – Auxiliar administrativo, Auxiliar técnico e Agente de recursos humanos.
- Josias Ribeiro Cavalcanti – Alfabetizador, coordenação estadual do Mobral-PE e analista de dados.
- Zulmira Maria de Carvalho – Coordenadora estadual do Mobral em PE.

2. FONTES IMPRESSAS

2.1 Jornais nacionais

- Jornal do Brasil
- Folha de São Paulo: São Paulo
- Diário de Pernambuco: PE
- Jornal do Commercio: PE
- Correio Brasiliense: DF
- A tribuna: Santos – SP
- A província do Pará: Belém –PA
- Diário de Natal-RN
- Jornal do Comércio: Porto Alegre-RS
- A notícia: Campos-RJ
- Última Hora – RJ

- Gazeta do Povo: Curitiba-PR
- O globo - RJ
- Diário de Brasília
- O Estado do Paraná
- Jornal de Brasília
- A notícia – Manaus
- Estado de Minas -MG
- O Estado do Pará
- O fluminense -RJ
- Jornal da Manhã – SP
- Zero hora – Porto Alegre –RS
- Gazeta Mercantil – SP

2.2 Jornais e Revistas internacionais

- El comercio: Lima – Peru
- Brazilian Bussinnes - EUA
- Le Parisien – França
- The Time – Inglaterra

2.3 PERIÓDICOS MOBRAL

- Jornal do Mobral
- Jornal Ação comum
- Jornal Integração

2.4 REVISTAS

- Veja – 1970 a 1980

3. BIBLIOGRAFIA

3.1 Selo Mobral

BRASIL. , Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. **A clientela do Mobral: suas características socioeconômicas**, Rio de Janeiro, 1974.

_____, Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. **Documento básico MOBRAL**, Rio de Janeiro, 1973.

_____, Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização **Roteiro para mobilização do Alfabetizador**. Rio de Janeiro, 197?.

_____, Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. **Política e pesquisa e treinamento do MOBREAL**. Rio de Janeiro, 1973.

_____, Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. **Problemas de supervisão e avaliação num programa de massa/Mobreal**. Rio de Janeiro, 1973.

_____, Fundação Movimento brasileiro de alfabetização. **Programa de atividades culturais. Vol. 1 e 2**, Rio de Janeiro, 1973.

_____, Fundação Movimento brasileiro de alfabetização. **Projeto de treinamento de alfabetizadores pelo rádio**, Rio de Janeiro, 1974.

_____, Fundação Movimento brasileiro de alfabetização. **Mobreal: Sua origem e evolução**, Rio de Janeiro, 1975.

_____, Fundação Movimento brasileiro de alfabetização. **Soletre Mobreal e leia Brasil**, Rio de Janeiro, 1975.

_____, Fundação Movimento brasileiro de alfabetização. **Mobreal: Teoria e pesquisa**, Rio de Janeiro, 1979.

_____, Fundação Movimento brasileiro de alfabetização. **Mobreal: Cultura e Comunidade**, Rio de Janeiro, 1979.

_____, Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. **Manual do professor**. Rio de Janeiro, 197?.

_____, Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. **Alfabetização: livro de matemática**. Rio de Janeiro, 197?.

_____, Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. **Alfabetização: livro de exercícios**. Rio de Janeiro, 197?.

_____, Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. **Alfabetização: livro de leitura**. Rio de Janeiro, 197?.

_____, Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. **Roteiro de ação para o mobilizador**. Rio de Janeiro, 197?.

CORREIA, Arlindo Lopes. **Educação de massa e ação comunitária**. Rio de Janeiro: AGGS: Mobreal, 1979.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia (Org.). Impressos no Brasil: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Ed. da Unesp, 2010.

ALMEIDA, Adjovanes T. Silva de. O regime militar em festa. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2013.

ARCE, Alessandra. O Mobral e a educação de crianças menores de seis anos durante o regime militar: Em defesa do trabalho voluntário. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 379-403, set./dez. 2008 379 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

BARBOSA, Letícia Rameh. Movimento de Cultura Popular: impactos na sociedade pernambucana. Recife: Bagaço, 2009.

BELO, André. História & Livro e Leitura. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRASIL. Ato Institucional n.º 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 abr. 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 17 maio 2014.

BRASIL. Decreto n.º 3.029, de 9 de janeiro de 1881. Lei Saraiva, Lei do Censo. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1881, página 1, vol. 1pt1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3029-9-janeiro-881-546079-publicacaooriginal-59786-pl.html>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 jun. 1970. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm>. Acesso em: 28 jan. 2015.

BRASIL. Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 dez. 1967.

BRASIL. Lei n.º 7.332, de 1.º de julho de 1985. Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 jul. 1985.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): composição da população. Brasília, set. 2013. Disponível em: <http://www1.fazenda.gov.br/spe/publicacoes/conjuntura/informativo_economico/2013/2013_09/emprego_renda/IE%202013%2009%2027%20--%20PNAD%20PNAD%202012.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2015.

BOLLÈME, Geneviève. O povo por escrito. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1988; RIDENTI, Marcelo. Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000 e BASTOS, Elide Rugai (org.). Intelectuais: sociedade e política. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é o método Paulo Freire. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRAYNER, Flávio. Homens e Mulheres de Palavra: Sobre Diálogo. 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/index.htm>>. Acesso em 20 nov. 2007.

_____. Como salvar a educação (e o sujeito) pela literatura: sobre Philippe Meirieu e Jorge Larrosa. Revista Brasileira de Educação, nº 29, 2005.

_____. Educação e republicanismo. Experimentos arendtianos para uma educação melhor. Brasília: Líber Livro, 2009. 210

_____. Educação popular e competência republicana. In: 29 Reunião Anual da Anped, 2006, Caxambu. Educação, cultura e conhecimento na contemporaneidade, 2006.

_____. Nós que amávamos tanto a libertação. Brasília: Líber Livro. 2011.

_____. O elixir da redenção: O movimento de cultura popular do Recife (1960-1964) In: Educação Popular: lugar de construção social e coletiva. São Paulo: Vozes, 2013.

_____. O Clichê: notas para uma derrota do pensamento. Por uma consciência ingênua. Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 557-572, abr./jun. 2014. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade.

CAMPOS, Roberto O. Em defesa dos tecnocratas. In: _____. Do outro lado da cerca: três discursos e algumas elegias. 2. ed. Rio de Janeiro: Apec, 1968. p. 123-131.

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.

CASTILLO TRONCOSO, Alberto del. Ensayo sobre el movimiento estudiantil de 1968: la fotografía y la construcción de un imaginario. México: Instituto Mora; IISUE, 2012.

CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi: a luta clandestina: Memórias políticas. – 2.ed. – Recife: CEPE, 2008. Vol. 4.

CERTEAU, Michel. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, Anne Marie. Práticas de Leitura e Escrita - história e atualidade. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2007.

CHARTIER, Roger (Org.). Práticas da leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

_____, Textos, impressão, leituras. In: Hunt, Lynn (Orgs.). A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____, Impressos, Leituras. In: A história Cultural entre práticas e Representações. Lisboa: Difel, 2005.

_____. O mundo como representação. Revista Estudos Avançados, v. 5, n.11, 1991.

CORDEIRO, Janaina Martins. A ditadura em tempos de milagres: comemoração, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CORREA, Arlindo Lopes. Educação de massa e ação comunitária. Rio de Janeiro: AGGS; Mobral, 1979.

DARNTON, Robert. O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

_____. A questão do livro: Passado, presente e futuro. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

DERRIDA, Jacques. Mal de arquivo: Uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ESCOBAR, Floriano José Prado. A fundação Mobral e alguns registros sobre sua presença em Sorocaba-sp. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, 2007.

FARGE, Arlette. O sabor do arquivo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FÁVERO, Osmar. Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base 1961-1966. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 23

FÁVERO, Osmar. MEB – Movimento de Educação de Base: primeiros tempos: 1961-1966. In: ROSAS, Paulo (Org.). Paulo Freire: educação e transformação social. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

FERRARO, Alceu Ravanello. História inacabada do analfabetismo no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

FERREIRA JR, Amarilio; BITTAR Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. Cad. Cedes, Campinas, v. 28, n. 76, p. 333-355, set.-dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a04v2876.pdf>>.

FERREIRA, Jorge (Org.). As repúblicas no Brasil: política, sociedade e cultura. Niterói, Editora da UFF, 2010.

_____. (Org.). O Brasil republicano. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2003. Vol 3.

_____. O Brasil republicano. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2003. Vol 4.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). Usos e abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006.

FICO, Carlo. Além do golpe. Rio de Janeiro, Record, 2004.

FICO, Carlo. 1968: o ano que terminou mal. In: _____; ARAÚJO, Maria Paula (Org.). 1968: 40 anos depois: história e memória. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 223-238.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 – 2004.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-50, 2004.

FONSECA, Maria Stella Vieira da; RAMOS, Odaléa Cleide Alves. A formação dos recursos humanos envolvidos na Ação do Mobral. In: CORRÊA, Arlindo Lopes. Educação de massa e ação comunitária. Rio de Janeiro: AGGS/MOBRAI, 1979. p. 371-384.

FREIRE, Paulo. Educação e atualidade brasileira. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Conscientização e alfabetização uma nova visão do processo. Revista Estudos Universitários. Serviço de Extensão Cultural, Universidade do Recife, 1963. Disponível em: acervo.paulofreire.org.

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e sociedade. 6. ed. São Paulo: Ed. Moraes, 1986.

FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO. Documento básico Mobral. Rio de Janeiro: Mobral, 1973a.

_____. Manual do professor. Rio de Janeiro: Mobral, [197-].

_____. Mobral: sua origem e evolução. Rio de Janeiro: Mobral, 1975a.

_____. Projeto de treinamento para alfabetizador no rádio. Rio de Janeiro: Mobral, 1974.

_____. Programa de atividades culturais. Rio de Janeiro: Mobral, 1973b.

_____. Soletre Mobral e leia Brasil. Rio de Janeiro: Mobral, 1975b.

_____. Cultura e comunidade. Rio de Janeiro, 1979.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Cordel, leitores e ouvintes. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____ & DI PIERRO, Maria Clara. Preconceito contra o analfabeto. São Paulo: Cortez, 2007.

GASPARI, Élio. A ditadura encurralada, volume 4. Coleção O Sacerdote e o Feiticeiro, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si Escrita da história. Rio de Janeiro: Ed: FGV, 2004.

GUIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. Filosofia e história da educação brasileira. Barueri, SP: Manolli, 2003.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Cidades da mineração: memórias e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá: Ed. da UFMT, 2006.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentido. In: Práticas de Leituras. Chartier, Roger (Org.). São Paulo: estação Liberdade, 2011.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. Revista brasileira de educação, São Paulo, nº 14, p. 108-130. Mai/Jun/Jul/Ago 2000.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. 1 ed.rev. – São Paulo: Boitempo, 2012.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MALATIAN, Teresa. Cartas: Narrador, Registro e Arquivo. In: O historiador e suas fontes. Pinsky (org.). São Paulo, Contexto, 2012.

MARTINS FILHO, João Roberto. O golpe de 1964 e o regime militar. São Paulo, Editora Edufscar, 2006.

MAUAD, Ana Maria. Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social pela classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. 1990. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. 1990.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, proposta cautelares. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, n. 45, 2003.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: _____. História, metodologia, memória. São Paulo: Contexto, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

OAKESHOTT, Michael. Sobre a história e outros ensaios. Tradução de Renato Rezende. Rio de Janeiro: Editora Topbookes, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. As formas do silêncio. 5ª Edição. São Paulo: Ed. Unicamp, 2002.

PAIVA, Vanilda. Educação popular e educação de adultos. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1983.

PAIVA, Vanilda. História da educação popular no Brasil. São Paulo: Loyola, 2003.

PAIVA, Vanilda. Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista. São Paulo: Graal, 2000.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. De pétalas e pedras: a trajetória de Francisco Julião. Tese (doutorado em História Social) Programa de Pós-graduação do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois, 1964-2004. Bauru, SP: Edusc, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e democracia: questões e controvérsias. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). Ditadura e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

_____. Ditadura, anistia e reconciliação. In Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. v. 23, nº 45. jan.-jul. de 2010.

_____. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Ed. ZAHAR, 2000.

_____. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REZENDE, Maria José de. A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984. Londrina, PR: UEL, 2001.

SAVIANI, DERMEVAL. O legado educacional do regime militar. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

SIMONSEN, Mário Henrique. Brasil 2001. Rio de Janeiro: Apec, 1969.

SOARES, Filipe Menezes. O governo Médici e o programa de integração nacional (Norte e Nordeste) – discursos e políticas governamentais (1969-1974). Dissertação (Mestrado em História), Programa de pós-graduação em história da UFPE, 2015.

SOUZA, Bianca Nogueira da Silva. O ser e o fazer: os intelectuais e o povo no Recife dos anos 1960. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: fábrica de ideologias. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

TORRES, João Camilo de Oliveira. A formação do federalismo no Brasil. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1961.